



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ELTON GLEYSON OLIVEIRA DA SILVA

VIDAS EM RISCO:

O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e o combate ao extermínio de crianças e adolescentes em situação de rua (Recife, 1991 – 1998)

RECIFE

2023

ELTON GLEYSON OLIVEIRA DA SILVA

VIDAS EM RISCO:

O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e o combate ao extermínio de crianças e adolescentes em situação de rua (Recife, 1991 – 1998)

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Humberto da Silva Miranda.

Linha de Pesquisa: Cultura, Política e Relações de Poder.

RECIFE

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586v

Silva, Elton Gleyson Oliveira da

Vidas em risco: O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e o combate ao extermínio de crianças e adolescentes em situação de rua (Recife, 1991 – 1998) / Elton Gleyson Oliveira da Silva. - 2023.
209 f. : il.

Orientador: Humberto da Silva Miranda.
Inclui referências, apêndice(s) e anexo(s).

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2023.

1. Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. 2. Crianças e adolescentes. 3. Direitos Humanos. 4. Recife. 5. Extermínio. I. Miranda, Humberto da Silva, orient. II. Título

CDD 981

ELTON GLEYSON OLIVEIRA DA SILVA

VIDAS EM RISCO: O MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA E O COMBATE AO EXTERMÍNIO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA (RECIFE, 1991 – 1998)

Dissertação aprovada em 03/04/23

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor Humberto da Silva Miranda (Orientador)
Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE

Professora Doutora Juliana Alves de Andrade (Membro interno)
Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE

Professora Doutora Sílvia Maria Fávero Arend (Membro externo)
Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

**RECIFE
2023**

Ao Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, por sua incansável luta pelos direitos das crianças e dos adolescentes e por uma sociedade com justiça e igualdade.

À mainha, com carinho e gratidão.

AGRADECIMENTOS

Sempre costumo dizer que o trabalho de pesquisa e escrita, embora aparentemente solitário, não o é na realidade. E defendo isso não me referindo apenas aos debates com os autores e autoras e com os sujeitos da pesquisa, mas àqueles e àquelas que nos acompanham na caminhada, àqueles e àquelas que nos aconselham, àqueles e àquelas que vibram com as nossas conquistas e nos acolhem nos momentos de nossas derrotas. É a eles e a elas que irei me dirigir nos parágrafos seguintes. Às vezes me pego pensando: será que eu mereço a companhia, a amizade e o apoio de pessoas e instituições tão especiais?

Inicialmente agradeço a Deus, que me acompanhou em todos os momentos da caminhada, nos mais difíceis, nos mais fáceis, nos de amarga tristeza e nos de sincera felicidade.

Agradeço à mainha, Valdinete Ana da Silva, que nunca mediu esforços para garantir que eu continuasse os meus estudos e os meus projetos.

Agradeço a painho, Gessé Oliveira da Silva, que mesmo com seu jeito mais sério e com poucas palavras, ainda assim me incentivou e me apoiou nessa caminhada.

Agradeço a tio Dido, Gildo Oliveira da Silva, que fazendo o que lhe era possível, nunca deixou de me apoiar.

Agradeço à Kamyly, minha irmã, por seus comentários e reflexões, na maioria das vezes feitos de forma despretensiosa, simplicidade que tanto admiro, mas que são de uma riqueza afetiva, política e social sem tamanhos.

Agradeço ao meu irmão e amigo Felipe, por ser meu grande parceiro na vida e na caminhada, por me entender, me apoiar e me defender nas diversas atividades que me proponho a realizar, sejam elas ligadas à academia, à religião ou à vida. Também agradeço a Felipe por sua leitura sempre atenta dos meus trabalhos e pelos comentários sempre pertinentes e que tanto marcaram a escrita desse trabalho.

Agradeço ao meu orientador, professor Humberto, pela estima e pelo carinho que vem me dispensando desde o período da graduação. Também o agradeço pela confiança depositada em mim e nos meus trabalhos.

Agradeço aos meus familiares, nas pessoas de Anyele, Edson, Dryelle, Gicélia, Jandira, Valdira e Sindylândia, por sempre me apoiarem e por sempre celebrarem comigo as minhas conquistas.

Agradeço à Jacilene, uma amiga e uma irmã, por seu carinho e companheirismo que tenho o privilégio de desfrutar desde 2016.

Agradeço aos meus amigos e amigas, nas pessoas de Alexsandro, Emerllyn, Jéssica, Joyce, Maria Clara e Vagner, por sua amizade, por serem os meus grandes incentivadores e por serem os ouvintes das minhas “palestras”.

Agradeço aos meus amigos e amigas de pós-graduação (Amanda, Edmilson, Paulo e Thays) pela solidariedade e pelos debates sempre profícuos que tanto me transformaram como historiador e como ser humano.

Agradeço aos meus eternos professores e professoras, nas pessoas de David e Delba, por sempre me incentivarem e acreditarem em mim e nos meus projetos.

Agradeço ao professor José Almir, pelo incentivo e pelo carinho a mim dispensados nestes últimos sete anos.

Agradeço às professoras Juliana e Silvia, pela leitura atenta deste trabalho e por suas relevantes considerações que foram fundamentais para a escrita dessa dissertação.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, nas pessoas dos secretários Lázaro e Rafael e nas pessoas dos professores Gustavo e Uiran, que se revezaram na coordenação do Programa, por sua responsabilidade ética, social e afetiva e por seu compromisso com a ciência.

Agradeço à Universidade Federal Rural de Pernambuco, por sempre ser um ambiente de rigorosa produção científica e de grande acolhimento.

Agradeço à Escola de Conselhos de Pernambuco (ECEPE) e ao Laboratório de História das Infâncias (LAHIN), por serem um ambiente de produção científica, responsabilidade ética e social e de acolhimento.

Agradeço aos amigos e amigas da ECEPE e do LAHIN, especialmente Anderson, Ana Gabriella, Ana Letícia, Antônio, Edleuza, Ellen, Emmanoel, Heliwelton, João, Lucas, Maciel, Mário, Raul e Robert, por me acolherem, por sempre tornarem minhas manhãs e minhas tardes mais leves e por possibilitarem os debates que tanto me ajudaram na vida pessoal e na vida acadêmica.

Agradeço ao Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano e aos seus funcionários, por sempre me receberem com profissionalismo e competência.

Agradeço à comissão local do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, nas pessoas de Dudui, Helena e João, pela recepção sempre calorosa e pelas contribuições valiosas para a construção deste trabalho de dissertação.

Agradeço à Fundação de Amparo de Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), pelo apoio financeiro que possibilitou o prosseguimento dos meus estudos, não apenas durante a escrita deste trabalho, mas desde o incentivo acadêmico e da iniciação científica na graduação. Gostaria de reafirmar a importância do apoio financeiro na graduação e na pós-graduação; foi exatamente esse fomento que garantiu a minha permanência na graduação em História e no Mestrado em História.

Por fim, agradeço a Luiz Inácio Lula da Silva e à Dilma Vana Rousseff, por terem coordenado as políticas de acesso e permanência no ensino superior e as políticas de transferência de renda, que possibilitaram que o filho de uma dona de casa e de um operador de máquinas fosse o primeiro da família a concluir um curso de pós-graduação.

“Ismênia: O que é? Parece que guardas palavras sombrias.

Antígona: Pois Creonte não ofereceu a um de nossos irmãos rituais fúnebres, enquanto desonrava a outro? Etéocles, de acordo com as leis e os costumes, foi oculto sob a terra, como manda o uso, e coberto de honras será recebido pelos mortos. O desgraçado cadáver de Polinices, no entanto, não receberá ritos fúnebres e nem será chorado [...]

Ismênia: Pareces inflexível e, se assim for, o que poderia eu mesma dizer ou fazer, para atar ou desatar os nós dessa trama?

Antígona: Fico pensando até onde te arriscarias para me ajudar.

Ismênia: A que risco te referes? O que estás planejando?

Antígona: Para erguer o corpo, preciso de tuas mãos.

Ismênia: Planejas sepultá-lo, ignorar o que foi imposto à polis?

Antígona: Mesmo que não queiras, é nosso irmão, meu e teu, e jamais poderão me acusar de tê-lo abandonado.”

(Sófocles)

RESUMO

O trabalho busca historicizar as mobilizações do “Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua” (MNMMR) contra o extermínio de crianças e adolescentes em situação de rua no Recife, entre os anos de 1991 e 1998. A metodologia da História Oral, especificamente com a produção de entrevistas temáticas com militantes do Movimento, e a análise documental de fontes documentais oriundas do MNMMR, como o jornal “O Grito dos Meninos e Meninas de Rua”, da chamada “grande imprensa”, “Jornal do Commercio”, e da atividade legislativa da Câmara dos Deputados do Brasil, serão utilizadas para alcançarmos o objetivo proposto. Essas fontes documentais serão analisadas a partir do que chamamos de “valorização crítica” dos saberes e experiências advindos do movimento social, o que permitirá que compreendamos o extermínio, que será assumido como acontecimento e conceito, a partir das perspectivas de limpeza social, destruição e eliminação e em relação com outras violências e as desigualdades socioeconômicas, além de perceber a relação do fenômeno com a formação autoritária da sociedade brasileira. O trabalho está estruturado em três capítulos: no primeiro, apresentaremos e discutiremos os principais temas relacionados à criança e ao adolescente em situação de rua, ao Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e ao Recife; no segundo, discutiremos o conceito de extermínio e suas principais características conceituais e operativas (métodos de consumação, vítimas, autores e executores) e a sua relação com a formação autoritária da sociedade brasileira e os dois acontecimentos que delimitam o nosso recorte temporal; no terceiro, apresentaremos e analisaremos as atividades desenvolvidas pelo militante José da Silva no MNMMR. Pudemos perceber, por fim, que o combate do Movimento contra o extermínio, em Pernambuco, estava estruturado a partir de demonstrações públicas de luto.

Palavras-chave: Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua; Recife; Pernambuco; Crianças; Adolescentes; Extermínio; Direitos Humanos.

RESUMEN

Este trabajo busca historizar las movilizaciones del Movimiento Nacional de Niños y Niñas de Calle (MNNNC) contra el exterminio de niños y adolescentes de calle en Recife, entre 1991 y 1998. Para alcanzar el objetivo propuesto, se utilizará la metodología de la Historia Oral, específicamente con la producción de entrevistas temáticas a militantes del Movimiento, y el análisis documental de fuentes documentales provenientes del MNNNC, como el periódico “O Grito dos Meninos e Meninas de Rua”, de los llamados “medios de comunicación dominantes”, el “Jornal do Commercio”, y de la actividad legislativa de la Cámara de Diputados de Brasil. Estas fuentes documentales serán analizadas a partir de lo que llamamos “apreciación crítica” de los conocimientos y experiencias provenientes del movimiento social, lo que permitirá comprender el exterminio, que será asumido como acontecimiento y concepto, desde las perspectivas de limpieza social, destrucción y eliminación y en relación con otras formas de violencia y desigualdades socioeconómicas, así como entender la relación del fenómeno con la formación autoritaria de la sociedad brasileña. El trabajo está estructurado en tres capítulos: en el primero, presentaremos y discutiremos las principales cuestiones relacionadas con los niños y adolescentes de calle, el Movimiento Nacional de Niños y Niñas de Calle y Recife; en el segundo, discutiremos el concepto de exterminio y sus principales características conceptuales y operativas (modos de consumación, víctimas, autores y ejecutores) y su relación con la formación autoritaria de la sociedad brasileña y los dos acontecimientos que delimitan nuestro corte temporal; en el tercero, presentaremos y analizaremos las actividades desarrolladas por el militante José da Silva en el MNMMR. Por último, veremos que la lucha del Movimiento contra el exterminio en Pernambuco se estructuró en torno a manifestaciones públicas de luto.

Palabras clave: Movimiento Nacional de Niños y Niñas de Calle; Recife; Pernambuco; Niños; Adolescentes; Exterminio; Derechos Humanos.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Cabeçalho do jornal “O Grito dos Meninos e Meninas de Rua”	37
Figura 2 – Representação de crianças e adolescentes mortos, entre esses, Valéria	117
Figura 3 – Representação do assassinato de João Batista	133
Figura 4 – Representação de Fabiano morto	136
Figura 5 – Representação de Cristiano morto	138

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CPI: Comissão Parlamentar de Inquérito

ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente

Febem: Fundação Estadual do Bem-estar do Menor

Funabem: Fundação Nacional do Bem-estar do Menor

Ibase: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

LAHIN: Laboratório de História das Infâncias

MNMMR: Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua

MNMMR-PE: Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (comissão de Pernambuco)

NEV- USP: Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo

PGH-UFRPE: Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco

PPCAAM: Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte

Unicef: Fundo das Nações Unidas para a Infância

UFRPE: Universidade Federal Rural de Pernambuco

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	15
2.	CAPÍTULO I: ESSA RUA TAMBÉM É NOSSA: OS MENINOS, AS MENINAS, O MOVIMENTO E A CIDADE	48
2.1.	Os meninos e meninas em situação de rua	48
2.2.	O Movimento	62
2.3.	A Cidade	76
3.	CAPÍTULO II: QUEREMOS VIVER: O EXTERMÍNIO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL	95
3.1.	O conceito de extermínio	95
3.2.	O Extermínio de crianças e adolescentes no Recife	105
3.3.	A CPI do Extermínio (1991-1992) e o V Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua (1998)	140
4.	CAPÍTULO III: INDO À LUTA: A TRAJETÓRIA DE JOSÉ DA SILVA	148
4.1.	José da Silva: o menino	149
4.2.	José da Silva: o militante	152
4.3.	José da Silva: o depoente	165
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	174
6.	REFERÊNCIAS	182
7.	APÊNDICES	198
7.1.	Apêndice I – Levantamento dos casos de extermínio noticiados pelo jornal “O Grito dos Meninos e Meninas de Rua” (1988 – 1998)	198
7.2.	Apêndice II – Mapa dos bairros que compõem a região central do Recife	203
7.3.	Apêndice III – Relação entre a localização dos núcleos de base e as denúncias dos casos de extermínio (1988 – 1991)	204
7.4.	Apêndice IV – Informações socioeconômicas dos bairros recifenses mencionados nos casos de extermínio de meninos e meninas em situação de rua (1991)	206
7.5.	Apêndice V – Relação entre os bairros das Graças e da Tamarineira e a localização dos bairros que são sedes de núcleos de base	207
7.6.	Apêndice VI – Bairros ligados à trajetória de vida de José da Silva	208

8.	ANEXOS.....	209
8.1.	Anexo I - Recife: localização da Região Político Administrativa I (RPA1)	209

1. INTRODUÇÃO

“O ofício [dos historiadores] é lembrar o que os outros esquecem”

(Eric Hobsbawm)

“Antígona”, escrita por volta da primeira metade do século V a.C., juntamente com “Édipo Rei”, é uma das mais conhecidas tragédias gregas escritas por Sófocles. Na tragédia, Antígona, filha de Édipo e Jocasta, irmã de Ismênia, Polinices e Etéocles e sobrinha de Creonte, busca enterrar conforme as tradições gregas de então o cadáver do seu irmão Polinices, a despeito de uma determinação do seu tio, então rei de Tebas, que proibia que os ritos fúnebres fossem celebrados pela memória de seu irmão. Após disputas pelo trono de Tebas, Etéocles e Polinices, que brigavam entre si pelo reinado, são mortos e o seu tio Creonte assume o reino de Tebas. A determinação surge exatamente nesse contexto e servia para alertar aqueles que tentassem ameaçar o trono: teriam o mesmo destino de Polinices. Antígona, ao saber dessa proclamação, busca por vários meios enterrar o seu irmão e celebrar os rituais fúnebres por sua passagem.

Muito já foi escrito sobre a simbologia dessa tragédia grega para o momento em que foi concebida e a sua aplicação em tempos mais recentes: passagem do direito familiar (privado) para o direito da *pólis* (público) (HOLANDA, 2014); questionamento e mobilização contra determinado regulamento expedido pelo poder constituído (BUTLER, 2014); mobilização de familiares de mortos e desaparecidos políticos durante a Ditadura Militar brasileira para a localização dos seus parentes. Essas são algumas das possibilidades simbólicas que podem servir de parâmetros interpretativos para a obra de Sófocles. Em nosso trabalho, gostaríamos de colaborar com um ponto presente nessas interpretações: o luto e os combates para que a vida de determinados sujeitos seja enlutada. Nele, assim, o luto, a partir da filósofa estadunidense Judith Butler (2019b), é compreendido como um “poder” e como um ato político: “a distribuição desigual” do luto “opera para produzir e manter certas concepções excludentes de quem é verdadeiramente humano” (p. 13); “O que conta como uma vida vivível e como uma morte passível de ser enlutada?” (Ibidem).

Para Judith Butler (2019a), o luto é essencial para determinar quais vidas, para grande parte da sociedade, são ou não vivíveis. Butler, assim, insiste que as vidas de certos segmentos

sociais são “enquadradas” como portadoras de “precariedade”: as suas vidas não são enlutadas e nem preservadas “por nenhuma consideração, por nenhum testemunho” (p. 33). Antígona, na tragédia, busca, além de tudo, enlutar a vida do seu irmão Polinices, atividade proibida pelo rei: “O desgraçado cadáver de Polinices, no entanto, não receberá ritos fúnebres e nem será chorado pois uma proclamação proíbe o povo de enterrá-lo” (SÓFOCLES, 2014, p. 26). Em nossa compreensão, é essa a principal motivação do seu embate com Creonte, uma vez que o luto é constituído por uma série de representações sociais, incluídos nessas os rituais fúnebres. Antígona é, nesse sentido, o modelo daquelas e daqueles que, em nome de um sentimento de “irmandade”, buscam enlutar as vidas, “enquadradas” como em condição de “precariedade”, de certas parcelas da sociedade: “Mesmo que não queiras, é o nosso irmão, meu e teu, e jamais poderão me acusar de tê-lo abandonado” (Ibidem, p. 27). Tendo apresentado a Antígona de Sófocles e seu combate para enlutar a vida de Polinices, apresentemos aquelas e aqueles que combateram para que a vida de crianças e adolescentes em situação de rua, “enquadrada” por parte da sociedade como em condição de “precariedade” (BUTLER, 2019a), fossem enlutadas.

Antes de prosseguirmos, no entanto, gostaria de compartilhar um pouco da minha trajetória com a temática pesquisada. Em setembro de 1990, um jovem de 24 anos foi sequestrado na cidade de Abreu e Lima, Região Metropolitana do Recife. Esse jovem passou um longo período desaparecido e sua família ficou desesperada sem saber o que tinha acontecido com ele. Muitos frequentavam a casa da família e traziam informações. A família acompanhava pelo rádio os programas policiais à espera de alguma notícia sobre o jovem. Infelizmente ele havia sido sequestrado e assassinado. Seu corpo foi encontrado já próximo do estado de decomposição na localidade conhecida como Lixão de Muribeca, Jaboatão dos Guararapes, também na Região Metropolitana do Recife. A notícia da sua morte devastou e marcou aquela família profundamente. E se tornou um tabu. Ninguém entrava em detalhes: por sofrimento e por medo. Esse jovem era o meu tio. Anos depois, enquanto brincava no quarto da minha avó, encontrei a certidão de óbito do meu tio. Ela estava guardada no fundo de uma das gavetas de uma cômoda. Após fazer uma leitura rápida e escondida daquele documento tabu, uma informação não saíria da minha memória: a causa da morte havia sido um disparo de uma espingarda. Nesse mesmo período, o padre que dirigia a Paróquia da cidade de Abreu e Lima denunciava os grupos de extermínio que atuaram na cidade. Esses sermões também não saíam da minha memória.

Em março de 2017, 27 anos depois, fui convidado pelo professor Humberto da Silva Miranda para ser bolsista de iniciação científica. O tema da pesquisa seria as mobilizações do

Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua contra o extermínio de meninos e meninas de rua em situação de rua, entre 1990 e 2000, buscando compreender e analisar o período que se seguiu à aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Foram três anos de pesquisa, experiência e vivência. Três anos de apresentações acadêmicas e de encontros com crianças, adolescentes, militantes de movimentos sociais e conselheiros tutelares e de direitos. Esse foi o tema do nosso trabalho de conclusão de curso. Esse foi o tema do nosso projeto de mestrado. Essa dissertação, assim, é fruto daquele convite feito em março de 2017.

Continuemos nosso debate pelo título escolhido: “Vidas em risco”. No ano de 1990, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), assessorados pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP), divulgaram os resultados de pesquisa realizada no primeiro semestre desse ano. A pesquisa consistiu na consulta de notícias de jornais e arquivos do Instituto de Medicina Legal de três capitais brasileiras, buscando reunir informações sobre o assassinato de crianças e adolescentes em situação de rua. As capitais, São Paulo, Recife e Rio de Janeiro, foram escolhidas levando em consideração pesquisa do ano anterior que tinha indicado uma alta frequência de assassinato de meninos e meninas em situação de rua nessas metrópoles. A pesquisa de 1990, divulgada em setembro e publicada em livro em novembro, colocou o Recife e sua região metropolitana, no que se refere ao assassinato de crianças e adolescentes, no primeiro lugar entre as três capitais pesquisadas (MNMMR; IBASE; NEV-USP, 1991).

Consideramos essa pesquisa, publicada em livro com o título de “Vidas em risco: assassinato de crianças e adolescentes no Brasil”, como um dos registros mais relevantes para a análise histórica da trajetória das crianças e dos adolescentes em situação de rua no Brasil, uma vez que ela possibilitou, a partir dos saberes e reflexões do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, movimento social que surge na década de 1980, no contexto das movimentações políticas do período, o debate em nível nacional contra o extermínio de crianças e adolescentes. A pesquisa constituiu-se em um alerta para a necessidade de preservar as “vidas em risco” dos meninos e meninas em situação de rua. É por reconhecer a relevância dessa pesquisa e das ações do Movimento Nacional de Meninos e Meninas e Rua contra o extermínio das crianças e adolescentes que o nosso trabalho de dissertação se intitula “Vidas em risco”.

O subtítulo, “o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e o combate ao extermínio de crianças e adolescentes em situação de rua”, aponta para o que pretendemos analisar em nosso trabalho. Optamos pelo termo “combate” porque esse remete à ação e não à

passividade. É desse modo que pretendemos analisar as atividades do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua contra o extermínio de crianças e adolescentes em situação de rua e é dessa forma que compreendemos a função da História. O historiador francês Marc Bloch (2001), em 1941, ao escrever ao também historiador Lucien Febvre, já usava o termo “combate”, acreditamos que muito influenciado pelo contexto em que estava inserido (França, na Segunda Guerra Mundial): “combatemos longamente, em conjunto, por uma história maior e mais humana” (p. 39). A convocatória para esse “combate” é feita por Walter Benjamin (2020), em 1940, ao comentar a “tradição dos oprimidos”, também durante os conturbados anos da Segunda Guerra Mundial: “A tradição dos oprimidos nos ensina que o “estado de exceção”, no qual estamos vivendo, é a regra. Precisamos atingir um conceito de história que corresponda a esse dado” (p. 38-39, grifo do autor).

Ao usarmos a palavra “extermínio” estamos nos referindo ao mesmo tempo a um acontecimento delimitado no tempo e a um conceito. Segundo a historiadora francesa Arlette Farge (2021): “Fabricante e fabricado, o acontecimento é inicialmente um pedaço de tempo e ação posto em pedaços, em partilha como em discussão: é através dos farrapos de sua existência que o historiador trabalha se quiser dar conta dele” (p. 71); Sobre essa fragmentação do acontecimento, a historiadora ainda comenta: “Assim, o acontecimento seria já da ordem da desordem, do arrebatamento das percepções e do sentido: o historiador se acha desde então não em face do homogêneo, mas do heterogêneo” (Ibidem). Em nosso trabalho, como veremos de forma mais detalhada adiante, o termo “extermínio” é utilizado e compreendido a partir das ideias (conceito) de “destruição”, “eliminação” e “limpeza social”, além de ser entendido como uma ação “política” (acontecimento delimitado no tempo) contra determinados setores da sociedade.

Nosso recorte temporal, entre setembro de 1991 e novembro de 1998, foi escolhido levando em consideração dois acontecimentos que acreditamos que tenham sido importantes para os debates sobre o extermínio de crianças e adolescentes em situação de rua, como também para as ações de combate a esse cenário de violência extrema. Em setembro de 1991, a cidade do Recife recebeu diligências de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que ficou conhecida como CPI do Extermínio, criada para investigar o extermínio de crianças e adolescentes no Brasil. A CPI foi inaugurada na Câmara dos Deputados em 29 maio do mesmo ano, a partir da adesão dos deputados federais ao “Projeto de Resolução nº 14”, de autoria da deputada Benedita da Silva (PT-RJ) e subscrito pelos então deputados Rita Camata (PMDB-ES) e Célio de Castro (PSB-MG). Escolhemos o mês de novembro 1998 para encerrar o nosso

recorte temporal, uma vez que foi nesse mês e ano em que o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua realizou o seu V Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, em Brasília e em Luziânia (GO). Depois de meses de encontros e reuniões preparatórias, uma comitiva saiu do Recife em direção às cidades do Centro-Oeste para participar do Encontro, realizado entre os dias 23 e 26 de novembro.

Historicizar as ações do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua contra o extermínio de crianças e adolescentes em situação de rua no Recife, entre março de 1991 e novembro de 1998, é objetivo do nosso trabalho. Com “historicizar” queremos indicar que submetermos as ações do Movimento à “‘indústria historiográfica’, que articula um lugar socioeconômico de produção, as regras científicas de um domínio e a construção de um relato ou texto” (CERTEAU, 2017, XII). Essa “operação historiográfica”, como postulou Michel de Certeau, se articula a partir do seguinte tripé: lugar, práticas e escrita.

Com “operação historiográfica”, segundo o historiador Durval Muniz Albuquerque Júnior (2019), Certeau quer apontar “que a historiografia é produto de uma operação, de uma atividade de atribuição de sentido aos eventos” (p. 27) e que “a historiografia seria uma maquinaria narrativa que usaria o passado, buscando dar forma à mecânica que azeitaria os processos que se desenrolaram em dado tempo e espaço” (Ibidem). O historiador concorda com Certeau quanto ao trabalho realizado pelo historiador:

Concordo com a ideia de que a historiografia é produto de um trabalho, de um trabalho de atribuição de sentido aos eventos, aos acontecimentos do passado. Concordo que o historiador exerce um trabalho de produção do passado, que este o fabrica como um artefato. Concordo que este exerce uma tarefa de produção de versões para aquilo que se passou, que produz sentido para os tempos, que dá a eles existência e consistência (Ibidem, p. 28).

No entanto discorda quanto ao caráter fabril desse trabalho: “Mas considero que o trabalho que realizamos não tem o caráter maquínico, o caráter fabril, o caráter plenamente moderno” (Ibidem); “o historiador me parece habitar mais um ateliê do que um espaço fabril” (Ibidem). Assim, para Albuquerque Júnior, “a atividade historiadora tem maior proximidade com a paciente e meticulosa atividade manual exercida por tecelões, bordadeiras, rendeiras, tricoteiras, chuliadeiras” (p. 28). Um “tecelão dos tempos” que articularia na narrativa historiográfica o que chamamos de “fio condutor, de fio da meada, o problema, a questão, o objetivo, que deve ser perseguido e deve estar presente durante toda a narrativa” (p. 30) como no bordado onde existe “aquelas laçadas, aqueles pontos, aquelas amarrações, que serão fundamentais para que o desenho se sustente e se faça” (Ibidem). É dessa forma que o autor concebe o trabalho do historiador.

Compreender o cotidiano das crianças e dos adolescentes em situação de rua no Recife, entre março de 1991 e novembro de 1998, é o primeiro dos nossos objetivos específicos. Aqui entendemos “cotidiano” a partir também das reflexões de Michel de Certeau (2014). A escolha desse autor e de suas reflexões deve-se ao fato de compreendermos que os meninos e meninas em situação não eram “usuários” “passivos ou dóceis” (p. 38), mas que sabiam jogar com as “maneiras de fazer”. Segundo Certeau: “Essas ‘maneiras de fazer’ constituem as mil práticas pelas quais os usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas de distribuição sociocultural” (Ibidem, p. 40-41, grifo do autor). Essas “maneiras de fazer” se dão de forma imperceptível, mas têm um efeito satisfatório: se constituem em “operações quase microbianas que proliferam no seio das estruturas tecnocráticas e alteram o seu funcionamento por uma multiplicidade de ‘táticas’ articuladas sobre os detalhes do ‘cotidiano’” (Ibidem, p. 41, grifos do autor). Segundo Michel de Certeau, “as táticas” são respostas momentâneas às situações as quais os “usuários” são expostos e têm por objetivo soluções ou ganhos imediatos (Ibidem).

Colaborar com a História das Infâncias e com a História do Recife são os nossos outros dois objetivos específicos. As historiadoras Esmeralda de Moura e Silvia Arend (2020) consideram que a História das Infâncias, “neste início de século, se encontra consolidada após mais de três décadas de uma trajetória em que se viu às voltas com as dificuldades inerentes à pesquisa histórica e com resistências no meio acadêmico” (p. 35). A historiografia, de fato, demorou muito para incorporar “novas abordagens, novos objetos e novos problemas” (LE GOFF & NORA, 1976; 1995). Foi somente com a chamada “Terceira Geração dos *Annales*” e sua “História Nova” (LE GOFF, 1990), que os historiadores estenderam as fronteiras da História “de forma a permitir a incorporação da infância, do sono, do corpo e, mesmo, do odor” (BURKE, 2010, p. 90). Essa Geração também foi responsável pela valorização dos trabalhos de historiadoras e por incorporar as mulheres na narrativa historiográfica (Ibidem).

As historiadoras citadas ainda chamam a atenção para o fato de a História das Infâncias ter um percurso parecido com a trajetória da História das Mulheres: “percursos que se mesclam, dado que a primeira surge na confluência com a segunda” (MOURA & AREND, 2020, p. 36). E prosseguem: “como lembra Perrot, com o aportar de estudos “no campo histórico de uma dimensão esquecida: a história da família” (PERROT, 1994, p. 14 apud Ibidem). Além da História das Mulheres, Silvia Arend (2007) considera as reflexões e as práticas da História Social de suma importância para a História das Infâncias no Brasil:

A emergência da História da Infância no Brasil nos últimos 15 anos está associada, por um lado, ao desenvolvimento interno da disciplina no campo da História Social e, por outro lado, ao que se sucedeu com o mundo infanto-juvenil no país (p. 21-22).

De acordo com Moura e Arend (2020), enquanto os debates envolvendo as crianças e os adolescentes, no que se refere à Política Nacional de Bem-Estar do Menor, à Constituinte, à Constituição Federal de 1988 e à promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, tomavam corpo, nós, os historiadores, passávamos

a trilhar caminhos próprios, convictos de que o presente e também o futuro nos cobravam um entendimento mais amplo, mais substancial sobre a infância brasileira, escancarada em sua complexidade no contundente cotidiano de muitas de nossas crianças. Em que pesem as dificuldades e as resistências com que nos deparamos, o “apelo” de nossas crianças nos fez sair, já em plena década de 1970, em busca de fontes documentais, de bibliografia que pudesse guiar sua análise, de aportes teóricos que nos permitissem granjear a devida profundidade (p. 36).

As pesquisadoras reconhecem que, embora a obra “História Social da Criança e da Família” (1981), de autoria do historiador francês Philippe Ariès, tenha iniciado um novo momento nos debates sobre a Infância, a História não foi a pioneira nos estudos, mas foi precedida por outras áreas do conhecimento, tendo conseguido aos poucos o seu espaço:

A princípio precedida por estudos em outras áreas do conhecimento – a Antropologia Social, as Ciências Sociais, a Pedagogia, a Psicologia, o Serviço Social, o Direito –, a produção historiográfica sobre infância gradativamente ganharia projeção no terreno das Ciências Humanas (ARENDA, 2007, p.38).

A historiadora Silvia Fávero Arend, escrevendo em 2007, há mais de 10 anos, listou algumas questões que precisavam, e em nossa opinião ainda precisam, ser levadas em consideração para a escrita da História das Infâncias: a análise de “outras dimensões, tais como, as relativas à etnicidade, às relações de gênero, ao rural e à religiosidade” (p. 27); a superação da “perspectiva da vitimização das crianças e dos jovens vigentes em algumas narrativas [...], uma vez que esta abordagem impede que os historiadores os percebam como sujeitos históricos” (p. 28); a superação da perspectiva do adulto: “a escrita da História da Infância no Brasil, foi edificada através de discursos emitidos, sobretudo pelos adultos” (Ibidem); e a necessidade de incorporar outros discursos no trabalho historiográfico (Ibidem).

A historiadora mexicana Beatriz Alcubierre Moya (2018), chama a atenção para o fato de que, embora existam trabalhos em História das Infâncias que buscam “resgatar” os discursos produzidos diretamente pelas crianças e adolescentes, grande parte dos trabalhos nesse campo do conhecimento histórico vêm sendo feitos a partir da “mediação dos adultos”:

Si bien existen estudios muy recientes que buscan rescatar la voz infantil, la historia de la infancia se ha observado tradicionalmente a través de la mediación de los adultos (en los indicios que aparecen en testimonios personales, en pinturas, en novelas, en manuales, en informes sanitarios, en estadísticas, en legislaciones...) y muy rara vez

de forma directa. Incluso cuando alguien escribe sus recuerdos de la infancia, lo hace desde la mediación de su propia mirada adulta (p. 16).

Acreditamos que aqui resida um dos principais problemas de ordem metodológica quando nos propomos a escrever a História das Infâncias, principalmente quando se busca historicizar questões distantes do “Tempo Presente”. Moya, buscando contornar essa questão, propõe uma nova forma de operar com as questões históricas suscitadas durante a escrita da História das Infâncias. Trata-se de historicizar as diferentes representações da infância criadas no seio da sociedade:

Considero que el problema esencial de la historia de la infancia consiste en comprender que no se trata de estudiar al niño como tal, sino de historizar las distintas representaciones que la sociedad ha generado en torno a él. La única forma de hacerlo es a través de los discursos, de las imágenes y de las estrategias que los adultos han empleado para introducirlo en su mundo y que anteceden a toda práctica social relacionada con la infancia, determinados en todo momento por el contexto material en que se formulan (p. 17).

Antes de prosseguirmos com o nosso debate, precisamos indicar que quando usamos o termo “infância” estamos nos referindo a um “conjunto de práticas que as pessoas experimentam em uma determinada idade da vida, ou seja, entre o nascimento e os 18 anos” (AREND, 2007, p. 20), como também a “um conjunto de discursos e enunciados sobre esta fase da vida” (Ibidem). Não estamos, assim, nos referindo somente às experiências e às práticas vivenciadas por crianças, mas por crianças e adolescentes. Sabemos, no entanto, que existem diversos debates sobre as “idades da infância” (SAEMENTO & PINTO, 1997).

Outra questão que gostaríamos ainda de pontar nesse momento se refere ao fato de que as experiências e práticas que os meninos e meninas em situação de rua experimentam nas ruas dos grandes centros urbanos brasileiros também fazem parte da infância: mesmo que a realidade de proteção e provisão não integrem o cotidiano dessas crianças e adolescentes, eles e suas experiências e práticas continuam integrando a infância. Assim, não existem crianças e adolescentes sem infância. É o que defendem os sociólogos portugueses Manuel Sarmiento e Catarina Tomás (2019). Para os sociólogos, a infância não seria um direito, nem “uma garantia de felicidade e bem-estar” (Ibidem), mas uma

Categoria social do tipo geracional, universal e permanente, ainda que marcada pela desigualdade social e pela diversidade, através da intercepção com outras categorias sociais, designadamente classe, gênero, etnia, escolaridade, espaço geográfico, credo religioso, orientação sexual (p. 17).

Os sociólogos, nesse sentido, entendem que a infância seria uma categoria que pertencente permanentemente à sociedade e existe em interação com outras categorias sociais e delas se diferencia. Pertencem a ela todas as crianças e adolescentes, uma vez que ela é uma

categoria universal, mas não homogeneizante, pois comporta várias experiências infantis. Para Manuel Sarmiento (2007):

A infância é, simultaneamente, uma categoria social, do tipo geracional, e um grupo social de sujeitos ativos, que interpretam e agem no mundo. Nessa ação estruturam e estabelecem padrões culturais. As culturas infantis constituem, com efeito, o mais importante aspecto na diferenciação da infância (p. 36).

O autor pontua que a infância comporta uma categoria social e os sujeitos dessa categoria, além de indicar que esses sujeitos são capazes de criarem percepções de mundo levando em consideração as diversas realidades que marcam as suas experiências, sendo essas percepções de mundo (“culturas infantis”) o principal diferenciador da infância. Sigamos.

Na historiografia da infância e na historiografia como um todo, ainda não são muitos os trabalhos que se propõem a analisar o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e as suas mobilizações em Pernambuco. Os mais significativos foram desenvolvidos pelo historiador Humberto da Silva Miranda (2021a) em suas pesquisas de pós-doutorado e pelo historiador Heliwelton do Amaral Clemente (2021) em sua dissertação de mestrado. O primeiro analisa os processos que culminaram na formação do Movimento e suas primeiras ações na década de 1980. Já Heliwelton Clemente, que foi orientado por Humberto, buscou historicizar a participação dos meninos e meninas em situação de rua no jornal “O Grito dos Meninos e Meninas de Rua”, entre os anos de 1988 e 2002, como também os núcleos de base recifenses do Movimento. Ambos os pesquisadores são ligados ao Laboratório de História das Infâncias–LAHIN, da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE e ao seu Programa de Pós-graduação em História.

Ainda sobre os trabalhos historiográficos sobre o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, é importante acrescentemos o livro “Entre ruas e praças: Histórias do Movimento Nacional de Meninos de Rua” (2021b). A obra em questão reúne sob a organização de Miranda uma série de capítulos dedicados as atividades do MNMMR em Pernambuco, da sua formação, na década de 1980, até a década de 1990. Nos capítulos do livro, os historiadores e historiadoras ligados ao LAHIN, se dedicam a compreender a dinâmica da vida das crianças e dos adolescentes nas ruas das grandes cidades pernambucanas; mas também buscam analisar a participação dos meninos e meninas no Movimento, escrito por Bernardo Tenório; como também a influência da chamada “educação popular” e dos trabalhos de Paulo Freire sobre as formas de atendimento que o MNMMR destinava aos meninos e as meninas, tema de dois capítulos, escritos por Maria Tavares e Raul Alves; os historiadores também se debruçaram sobre as principais publicações do Movimento, o “Pé de Moleque” e o “O Grito dos Meninos e

Meninas de Rua”, tema dos capítulos escritos por Thiago Nunes e pelo já mencionado Heliwelton Amaral; um dos capítulos da obra se dedica à compreensão das mobilizações do MNMMR contra o extermínio de crianças e adolescentes em situação de rua no Recife, de autoria de Elton Silva; dois capítulos do livro, de autoria das historiadoras Ellen Santos e Gabriella Espírito Santo, são direcionados ao Ruas e Praças e à Casa de Passagem, instituições que também trabalhavam no atendimento e mobilização de meninos e meninas em situação de rua.

Quando o tema são as crianças e adolescentes em situação de rua, os trabalhos são ainda menos abundantes. É o que indica um levantamento bibliográfico sobre os principais temas de pesquisa sobre o assunto, feito pelas pesquisadoras Irene Rizzini e Renata Mena do Brasil Couto (2019). No levantamento bibliográfico e temático em questão, as pesquisadoras do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância – CIESPI, vinculado à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RIO, reuniram o que consideraram os principais trabalhos publicados sobre as crianças e os adolescentes em situação de rua, entre os anos de 2000 e 2015. Com uma atenção maior para o eixo sul-sudeste, as pesquisadoras não incorporaram ao seu levantamento os trabalhos feitos por historiadores, mas mencionam aqueles feitos por psicólogos, cientistas sociais, enfermeiros, assistentes sociais, economistas e antropólogos, por exemplo.

Na historiografia sobre as crianças e os adolescentes em situação de rua, as pesquisas e os trabalhos realizados pelo já mencionado Humberto da Silva Miranda são de fundamental importância para o debate. Na sua dissertação de mestrado (2008), Miranda analisou o cotidiano e a “circulação” dos meninos entre as ruas e a Casa de Correção do Recife, entre os anos de 1927 e 1937. Já em sua tese de doutorado (2014), a atenção do historiador se voltou para a trajetória de vida daqueles que foram internados na Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor – FEBEM e sua “circulação” entre a instituição e as ruas, entre os anos de 1964 e 1985. Cabe mencionar mais uma vez o seu trabalho de pós-doutorado (2021a): ao debater a formação e os primeiros anos do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, o historiador fez uma discussão importante sobre as diversas “definições” (que chamou, a partir de Judith Butler, de “enquadramentos”) sobre quem são os meninos e meninas em situação de rua e quais são suas principais características, entendendo-as, as “definições” e as características, como um campo de disputa.

Outros trabalhos de Humberto Miranda também são de muita relevância para a historiografia sobre o Brasil e sobre a historiografia que investiga as crianças e os adolescentes

em situação de rua. Em artigo publicado no ano de 2015, o pesquisador investiga e debate o abandono de crianças em situação de rua, como também apresentar um panorama do Recife durante a Ditadura Militar. A partir da trajetória de vida de Maria Betânia Silva, Miranda (2018) historiciza e problematiza o cotidiano e a violência policial que os meninos e meninas em situação de rua eram vítimas no Recife, durante o mesmo período.

Outros historiadores e historiadoras também colaboraram para um profícuo debate. Em um artigo publicado em 2015, o historiador Helvio Alexandre Mariano analisa, a partir da pesquisa e da perspectiva historiográfica, o processo que culminou com a “criminalização dos modos de viver” de crianças e adolescentes em situação de rua. Grande relevância também têm os trabalhos de dissertação recentemente defendidos, frise-se, da já citada historiadora Ana Gabriella Espírito Santo (2021), do historiador João Victor Braga de Souza (2021) e do já mencionado Heliwelton do Amaral Clemente (2021), todos vinculados ao LAHIN e ao Programa de Pós-graduação em História da UFRPE e sob a orientação do historiador Humberto da Silva Miranda.

Gabriella Espírito Santo se debruçou sobre a trajetória da Casa de Passagem, do Recife, entre os anos de 1989 e 1999, instituição que trabalha com o acolhimento de meninas em situação de rua e conseqüentemente tratou do cotidiano dessas crianças e adolescentes no período. João Souza, que historicizou a implementação dos primeiros conselhos tutelares no Recife, entre os anos de 1990 e 2000, também reuniu e discutiu informações sobre o cotidiano dos meninos e meninas em situação de rua. Heliwelton Clemente que, como já vimos, estudou os núcleos recifenses do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e a participação das crianças e dos adolescentes no jornal “O Grito”, também reuniu e discutiu informações sobre os meninos e meninas em situação de rua no Recife.

Os trabalhos de Miranda, Clemente, Espírito Santo, Souza, Tenório, Tavares, Alves, Nunes, Silva e Santos, além de serem de grande relevância para a História das Infâncias e preencherem uma lacuna nesse campo do conhecimento histórico, são de fundamental importância para a história geral do Recife e de Pernambuco, entre finais da década de 1980 e a década de 1990, como também para a história da criança e dos adolescentes no mesmo período, temporalidade e tema praticamente ausentes na historiografia. Para efeito de exemplo, no mais recente trabalho historiográfico sobre a História de Pernambuco, “História de Pernambuco: novas abordagens” (2021), especialmente no volume que analisa a República, não existe nenhum capítulo dedicado às crianças e aos adolescentes.

Vale ressaltar, no entanto, que os trabalhos desses historiadores e historiadoras, com exceção do trabalho de Elton Silva, e acrescentando-se o de Mariano, e aqueles que foram reunidos por Rizzini e Couto não analisam ou fazem de forma bastante pontual (especialmente no caso dos trabalhos de Clemente e Souza) o extermínio das crianças e dos adolescentes em situação de rua. Na historiografia, a tese de doutorado de Luisa Rita Cardoso, “Uma CPI pela vida: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o extermínio de crianças e adolescentes (Brasil, 1991-1992)” (2020), é um dos únicos trabalhos de História, senão o único, a trata do extermínio das crianças e dos adolescentes no Brasil. Cardoso analisa a violação dos direitos humanos de crianças e adolescentes, entre os anos de 1991 e 1992, a partir da CPI do Extermínio.

De modo geral, essa ausência sobre a temática se estende às outras ciências humanas e sociais, mas é menos acentuada na sociologia. Vejamos alguns trabalhos que consideramos relevantes para a nossa discussão. O artigo “Extermínio: violentação e banalização da vida” (1994), de autoria dos sociólogos Maria Cecília de Souza Minayo e Otávio Cruz-Neto, busca compreender quais as raízes e como se processa o fenômeno do extermínio no Brasil. No livro “Deserdados da sociedade: os “meninos de rua” na América Latina” (1995), a já mencionada Irene Rizzini, ao escrever sobre a situação das crianças e adolescentes em situação de rua, contextualiza o extermínio de meninos e meninas no cenário de violação de direitos nos anos de 1990. Mais recentemente, no artigo “Crianças e adolescentes em situação de rua: sujeitos de direitos?” (2022), a socióloga Irene Rizzini, ao debater as principais repercussões na sociedade brasileira da “questão da rua”, relaciona o extermínio ao mesmo cenário.

O livro “Da violência contra o menor ao extermínio de crianças e adolescentes” (1991), de autoria da antropóloga Maria Rosilene Barbosa Alvim, é uma das primeiras publicações acadêmicas a debater as mobilizações do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua contra o extermínio e a indicar como o MNMMR compreendia o fenômeno. Esse trabalho será o ponto de partida para o artigo ““Esquadrão da Morte”, “Grupos de Extermínio” e os Movimentos Sociais: Mudanças em uma Categoria da “Violência Urbana””, de autoria do sociólogo David Maciel de Mello Neto, publicado 2021, que discorre sobre a relação entre as atividades políticas do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e a mudança “semântica”, como denomina Neto ao longo do trabalho, entre “esquadrão da morte” e “grupo de extermínio” e entre “crimes do esquadrão” e “extermínio”. Esses trabalhos, mesmo que ofereçam subsídios para uma análise nacional do extermínio de meninos e meninas em situação de rua, têm por recorte espacial o Rio de Janeiro.

Ainda acrescentemos a esse grupo de publicações a tese, “O Extermínio de Meninos de Rua no Brasil: um estudo de política criminal” (1999), que em 2013 foi publicada em livro sob o mesmo título, e o artigo, “O extermínio de meninos de rua no Brasil” (2004), todos de autoria do jurista Umberto Guaspari Sudbrack, que são as principais contribuições do direito para o debate sobre o extermínio dos meninos e meninas em situação de rua no Brasil.

Acreditamos que essa ausência do tema e maiores debates se deva ao pensamento corrente que esse tipo de crime político (o extermínio) ficou restrito aos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial. O historiador francês Marc Ferro (1996), ao escrever sobre os imperialismos e as colonizações, cita um trecho de “*Discours sur le colonialisme*”, do poeta e pensador da “negritude” Aimé Césaire:

O que o cristianíssimo burguês do século XX não perdoa a Hitler não é o crime em si, o crime contra o homem, não é a humilhação do homem em si, é o crime contra o homem branco [...] é ter aplicado à Europa procedimentos colonialistas que, até então, só se destinavam aos árabes, aos cules da Índia e aos negros da África (apud p. 14).

O pensador camaronês Achille Mbembe (2014) ao debater a África descolonizada, pontua que a sua libertação foi um dos momentos mais importantes para a história da modernidade, mas que essa série de acontecimentos não deixou a “sua marca no espírito filosófico do nosso tempo” (p. 13). Mbembe, porém, não considera isso um “enigma”. Conclui: “Nem todos os crimes produzem necessariamente coisas sagradas” (Ibidem). Não se trata aqui de negar os acontecimentos marcados por violência, tortura, extermínio e genocídio que se sucederam na Europa durante a Segunda Guerra Mundial, mas pontuar que eles não eram inconcebíveis ou unimagináveis antes da Guerra, uma vez que os “campos da morte” (MBEMBE, 2018., p. 07) foram antecedidos pelo *plantation* e o seu racismo: “Em muitos aspectos, a própria estrutura do sistema *plantation* e suas consequências manifesta a figura emblemática e paradoxal do estado de exceção” (Ibidem, p. 27). E ainda: “A ocupação colonial tardia difere e muito da primeira ocupação colonial moderna, particularmente em sua combinação entre o disciplinar, biopolítica e necropolítica” (Ibidem, p. 41). Também não se trata de afirmar que são os mesmos acontecimentos e com as mesmas motivações, mas de afirmar que esses acontecimentos são orientados por uma série de políticas que “subjugam a vida ao poder da morte”, essa que Achille Mbembe chamou de “necropolítica” (Ibidem, p. 71). Essa “política da morte” continua a orientar muitas políticas em nossos dias. A exemplo, ainda segundo Mbembe, da ocupação da Palestina, “a forma mais bem-sucedida de necropoder” (Ibidem, p. 41).

Esse pensamento restritivo costuma tratar a nomenclatura “extermínio” como alarmista e sem recorrência na história recente do Brasil. Esse entendimento não corresponde a forma como os acontecimentos se deram no Recife, especialmente na década de 1990. Nessa questão a produção e as reflexões dos movimentos sociais, no nosso caso do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, foram de suma importância para colocar o conceito e o acontecimento no debate nacional, como também nas reflexões da academia. O que é produzido no âmbito dos movimentos sociais não é desprovido de reflexão, debate e análise, uma vez que esses são espaços de produção de saberes. Segundo a socióloga Maria da Glória Gohn (2011): “Uma das premissas básicas a respeito dos movimentos sociais é: são fontes de inovação e matizes geradoras de saberes” (p. 333).

Levando em consideração a quase ausência, pouca circularidade e poucos debates sobre a temática do nosso trabalho e levando em consideração o cenário de violência extrema que as crianças e adolescentes continuam expostos, faz-se necessário um estudo que busque compreender as ações que foram tomadas pela sociedade e pelo Estado para a conservação ou para a destruição da vida dos meninos e meninas em situação de rua, que foram considerados como responsáveis por prejudicar o “corpo da sociedade” (FOUCAULT, 2014, p. 234) por amplos setores dessa. Também é importante um estudo que busque conceder dignidade às crianças e adolescentes do Brasil e “importância à sua historicidade, ao que é preciso saber sobre as gerações de crianças que se sucederam em nossa história, a suas experiências pretéritas ou contemporâneas, à identidade que detêm como sujeitos” (MOURA & AREND, 2020, p. 36-37). Assim, uma das formas de colaborar para a cidadania desses meninos e meninas é historicizando e compreendendo alguns aspectos de suas trajetórias.

No entanto, ao tratarmos de um tema como o extermínio de meninos e meninas em situação de rua, precisamos levar em consideração que estamos trabalhando com um tema traumático, sensível e que pode gerar sofrimento, característico da História do Tempo Presente. Sobre a História do Tempo Presente escrevem as historiadoras Angélica Müller e Francine Iegelski (2018):

Esta historiografia enfrentou o desafio de escrever uma história que se sabe inacabada e incerta, aberta a ajustes, revisões e, evidentemente, mais sujeita a críticas. Mais do que qualquer outra temporalidade, a história do tempo presente não pode desconhecer a evidência de que a história é escrita a partir de um ponto de vista, e, por isso mesmo, é eminentemente política, uma vez que descreve e estabelece relações entre acontecimentos, estipula periodizações, e, assim, atribui ao que é narrado significados e valorações (p. 13).

Os acontecimentos traumáticos do século XX (guerras, revoluções e genocídios, por exemplo) foram os motores que levaram os primeiros grupos de historiadores e historiadoras a tentarem compreendê-los em todas as suas dimensões: “Mas a história do tempo presente não estaria presa à memória traumática daqueles acontecimentos. Sua tarefa primordial seria a de compreendê-los e conseguir, assim, colocá-los a distância” (Ibidem, p.15). São questões que continuam nos inquietando e continuam suscitando debates. Nas palavras do historiador alemão Ernest Nolte (1986 apud DELACROIX, 2018): é “o passado que não quer passar”; e nas dos franceses Henry Rousso e Éric Conan (1994 apud ibidem): é “um passado que não passa”. O mesmo Hery Rousso (2016) define a História do Tempo Presente como uma “história inacabada” (p. 261): “eles [os historiadores e historiadoras] interpretam uma história inacabada e assumem o caráter provisório de suas análises” (Ibidem). O historiador prossegue:

Aceitar o inacabamento de uma proposição histórica não significa negar à disciplina sua dimensão de processo cumulativo de conhecimento. Assim, se toda história pode ser hoje considerada inacabada, a do tempo presente o é um pouco mais que as outras (p. 263).

Em grande parte dos casos, esses acontecimentos violentos, como o extermínio de crianças e de adolescentes em situação de rua, nos inquietam, porque não são bem analisados e compreendidos: “A violência e a barbárie desconcertam, enquanto os discursos sobre elas, sejam históricos ou mesmo filosóficos, deixam-nos insatisfeitos” (FARGE, 2021, p. 25). Esses, assim, necessitam de uma análise profunda. Sobre essa necessidade no fazer historiográfico, a historiadora Arlette Farge defende:

Um espaço complexo se abre onde o historiador, cujo procedimento é de revelar os mecanismos racionais que conduzem à violência, mostra eventualmente que, se esses mecanismos existem, outros podem existir, contrários, diferentes, se abrindo a novas possibilidades (Ibidem, p. 39).

A historiadora vai além: insiste que a violência não é uma “consequência social”, mas ela mesma é o objeto ou o motor principal de uma determinada política e isso deve ser levado em conta durante a escrita da História: “Em vez de ser considerada como uma consequência social, a violência pode ser mostrada como o objeto – o tema – principal de uma política” (Ibidem, p. 38). E conclui insistindo que a compreensão política da violência colabora para um entendimento que não a naturalize e não a conceba dentro de um processo de simples fatalismo:

Violência, barbárie e crueldade são organizações de poder que se inscrevem em enunciações políticas: nada é fatal nem mesmo obrigatório em sua aparição, uma vez que todo mecanismo é um jogo que se desmonta, e por vezes mesmo se abole, num outro jogo (Ibidem, p. 39).

Müller e Iegelski chamam a atenção para a relação entre a História do Tempo Presente e a História Oral, que é no Brasil é iniciada entre as décadas de 1970 e 1980, quando a primeira

chega no país: “A história do tempo presente chega ao Brasil via história oral” (Ibidem, p. 74). E essa relação é de suma importância e sem nenhuma casualidade. Para analisar o passado recente a História do Tempo Presente se utiliza principalmente do testemunho daqueles e daquelas que vivenciaram esse passado. Essas testemunhas com os seus testemunhos são acessadas principalmente a partir de entrevistas conduzidas pela História Oral. Sobre a relação entre testemunho, memória e História e suas implicações no fazer historiográfico, escreve Farge (2021): “A memória, bem sabemos, é um teatro pessoal e se fabrica através de reconstituições íntimas ou míticas que podem embaraçar o historiador (p. 78); e ainda:

A testemunha, clamando sua fala, parece submergir o historiador por um derramamento demasiado vivo de seus sentimentos, por uma memória demasiado sensível, demasiado dolorosa ou mesmo deformada, que extravia a fabricação do discurso histórico (Ibidem).

A historiadora francesa pondera: “Mas se o conflito entre testemunha e relato, entre memória e história é por vezes tão violento, não podemos pensar que isso se deve também ao fato de que a história nem sempre é capaz de trabalhar a fala de outrem?” (Ibidem). Henry Rousso (2016) chama a atenção para o fato de o historiador do tempo presente ser “uma testemunha da testemunha, por vezes mesmo a primeira, se foi ele que tomou a iniciativa de interrogá-la” (p. 14). Ele, conclui Rousso, “pode também ser o último a ter podido lhe falar enquanto estava viva” (Ibidem). É buscando trabalhar essa “fala de outrem” que elegemos a História Oral como a nossa metodologia de trabalho para alcançarmos os objetivos propostos. Para a pesquisadora Lucilia de Almeida Neves Delgado (2010), a História Oral:

é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais (p. 15).

Segundo a historiadora Verena Alberti (2021): “a História Oral permite o registro de testemunhos e o acesso a ‘histórias dentro da história’” (p. 155, grifo da autora). A historiadora entende a História oral como “uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador de fitas” (Ibidem). “O uso sistemático dos testemunhos orais”, segundo Janaína Amado e Marieta de Moares Ferreira (2006), possibilita ao historiador: “esclarecer histórias individuais, eventos ou processos, que às vezes não têm como serem entendidos ou elucidados” (p. XIV). “São os depoimentos de analfabetos, rebeldes, mulheres, crianças, miseráveis, prisioneiros, loucos... São histórias de movimentos populares, de lutas cotidianas encobertas ou esquecidas, de versões menosprezadas” (Ibidem), prosseguem.

Lucilia Delgado (2010) chama atenção para o fato de a História Oral ser um dos procedimentos do método qualitativo. Sobre esse, a pesquisadora escreve: “Situa-se no terreno da contrageneralização e contribui para relativizar conceitos e pressupostos que tendam a universalizar e generalizar experiências humanas” (p. 17). Segundo Antonio Chizzotti (2000), os pesquisadores que “partilham da abordagem qualitativa”, se opõe e buscam construir seus trabalhos levando em consideração a existência de uma diversidade de procedimentos e métodos e não apenas aqueles das chamadas ciências da natureza. Também compreendem que as chamadas ciências humanas e sociais têm métodos, procedimentos e sujeitos diferentes e diversos das primeiras. Em oposição a esse modelo que pretende ser padrão, os que partilham da “abordagem qualitativa” se utilizam do “*método clínico*” (a descrição do homem em um dado momento, em uma dada cultura)” (p. 79, grifo do autor), que juntamente com o “*método histórico-antropológico*, captam os aspectos específicos dos dados acontecimentos no contexto em que acontecem” (Ibidem, grifo do autor).

Dentre as muitas possibilidades de procedimentos na História Oral, faremos “entrevistas temáticas” com militantes do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua que participaram e foram testemunhas dos acontecimentos e viveram o período que estamos estudando. Esse tipo de entrevista, segundo Lucilia Delgado (2010), “se refere a experiências ou processos vividos ou testemunhados pelos entrevistados” (p. 22). De acordo com Alberti (2021), as “entrevistas temáticas são as que versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido” (p. 175). A opção por esse tipo de entrevista, além de estar relacionada com questões de organização do cronograma de trabalho, foi feita levando em consideração a ausência de trabalhos com esses atores sobre o tema e o período estudado.

Em nosso trabalho, os militantes entrevistados serão compreendidos tendo em vista as figuras do “ator” e da “testemunha” (ROUSSO, 2016). Segundo Herry Rousso (2016), “a presença de atores vivos suscetíveis de testemunhar sobre sua experiência vivida constitui o critério que recorrentemente vem à baila [quando os historiadores do Tempo Presente buscam traçar um recorte temporal para a sua atuação]” (p. 254). Mas o historiador pondera: “a presença de testemunhas vivas não se confunde com a possibilidade para o historiador de interrogá-las e de fabricar assim fontes orais para a história” (p. 256). E continua: “Não há homotopia entre a história oral e a história do tempo presente, ainda que haja relações historiográficas evidentes (Ibidem). Para Rousso, primeiramente, isso se deve a questões de ordem metodológicas: entrevistar testemunhas de determinados acontecimentos não é uma novidade na História; vastos são os exemplos de entrevistas de testemunhas que foram registradas em um suporte

antes do desenvolvimento da História Oral como disciplina e procedimento metodológico. Em segundo lugar, conforme aponta o autor, o historiador pode trabalhar com um acontecimento do Tempo Presente sem, necessariamente, recolher “testemunhos suficientes para serem significativos” (Ibidem):

Todos aqueles que trabalham com a história dos genocídios e dos massacres massivos no período recente conhecem essa dificuldade, seja porque quase todos os autores desapareceram, seja porque eles não têm o desejo de testemunhar por medo ou por razões ligadas à sua economia pessoal (Ibidem).

Henry Rousso, no entanto, considera que, mesmo “quando não há equivalência perfeita entre a história do tempo presente e a possibilidade de recursos a testemunhos orais, ela é uma realidade importante, para não dizer decisiva na prática concreta” (p. 257). Sobre a importância do acesso a testemunhos orais para o trabalho do historiador do Tempo Presente, o autor comenta, chamando a atenção para os “fenômenos de transferência”:

[...] não há comparação possível entre uma situação em que a testemunha e o historiador estão face a face, em uma relação interpessoal direta, em uma confrontação amistosa ou tensa entre duas consciências, dois inconscientes, dos imaginários, em que as palavras de um se moldam em virtude do ouvido do outro, de sua capacidade de escuta, ou, ao contrário, da sua “resistência” à alteridade, e uma situação em que o historiador se confronta com a palavra de um morto, mesmo que sua missão consista em fazê-lo reviver por um instante graças aos rastros que ele pôde deixar, inclusive as palavras passadas a um documento de arquivo (Ibidem, grifo do autor).

Rousso ainda chama a atenção para o fato desses testemunhos não serem estáticos, mas influenciados por questões familiares, geográficas e pessoais e por questões do presente, como também por aquelas postas pelo historiador durante a entrevista. Assim, nesse sentido, é importante perceber a fluidez desses testemunhos, principalmente aqueles que recordam o luto. O luto e a memória, portanto, não são lugares rígidos e impenetráveis. É o que defende o pesquisador italiano Alessandro Portelli (2006): “Na verdade, o luto, como a memória, não é um núcleo compacto e impenetrável para o pensamento e a linguagem, mas um processo moldado (“elaborado”) no tempo histórico” (p. 109, grifo do autor). Não são raras as “inexatidões” no conteúdo dos testemunhos com o passar dos anos (ROSEMAN, 2000) ou mudanças significativas no teor do testemunho (PORTELLI, 2006); e mesmo “competições entre vítimas” e a construção de uma “hierarquia de vítimas” (PLATO, 2000).

O historiador, quando trabalha com narrativas orais, assim, precisa levar em consideração aquilo que Paul Ricoeur (2007), a partir do mito de “Fedro”, de Plantão, chamou de “inscrição”, “cuja amplitude excede a da escrita em seu sentido preciso de fixação das expressões orais do discurso num suporte material” (p.156). Para o filósofo, a escrita da História depende da memória:

Se a historiografia é inicialmente memória arquivada e se todas as operações cognitivas ulteriores recolhidas pela epistemologia do conhecimento histórico procedem desse primeiro gesto de arquivamento, a mutação historiadora do espaço e do tempo pode ser tida como a condição formal de possibilidade do arquivamento (Ibidem).

A partir de Kant, Ricoeur pontua: “ao passar da memória à historiografia, mudam de signo conjuntamente o espaço no qual se deslocam os protagonistas de uma história narrada e o tempo no qual os acontecimentos narrados se desenrolam” (Ibidem). O historiador precisa estar atento a esse processo de “inscrição” / “arquivamento” da “memória” dos sujeitos de sua pesquisa. Essa operação coloca a “memória” dentro do discurso produzido pelo historiador, o que leva à uma mudança de espacialidades e de temporalidades. Enfim é a construção de uma “nova história”.

O historiador, como discutimos anteriormente, também deve levar em consideração que o “processo de recordação” não é um processo imparcial e nem se propõe a ser: “inclui: ênfases, lapsos, esquecimentos e omissões” (DELGADO, 2010, p. 15) que contribuem “para a reconstituição do que passou segundo o olhar de cada depoente” (Ibidem). Esses “lapsos, esquecimentos e omissões” são os “poderes” daqueles que o historiador se propõe a entrevistar (Ibidem, p. 31). O “processo de recordação” também é influenciado pelo tempo presente: “traz em si um duplo ensinamento: sobre a época enfocada pelo depoimento (o tempo passado), e sobre a época na qual o depoimento foi produzido (o tempo presente)” (Ibidem, p. 15). Nele se articulam três temporalidades distintas e que o historiador precisa considerar, conhecer e reconhecer:

Nele estão presentes o tempo passado pesquisado, os tempos percorridos pela trajetória de vida do entrevistado e o tempo presente que orienta e estimula tanto as perguntas do entrevistador que prepara o roteiro do depoimento como as respostas e as indagações (Ibidem).

Nessa mesma linha, Paul Ricoeur (2007) insiste que o “lembrar-se” integra uma operação, que ele chama e classifica como “pragmática” ou “cognitiva” (p. 71), e não é construído apenas na “recepção” ou na “passividade”: “lembrar-se” é não somente acolher, receber uma imagem do passado, como também buscá-la, “fazer” alguma coisa” (Ibidem, grifos do autor). O filósofo compreende o “lembrar-se” como um “exercício” (uma prática; uma operação) é a “memória exercitada” (Ibidem): “O que esse verbo [lembrar] designa é o fato de que a memória é “exercitada” (Ibidem, grifo do autor).

Neste momento do debate apresentaremos nossas “testemunhas” e algumas informações relativas às suas biografias. Elas e ele tiveram relevante participação nos debates e nas ações do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua contra o extermínio de

crianças e adolescentes no Recife, em Pernambuco e no Brasil. Mesmo que tenhamos conduzido “entrevistas temáticas”, a contextualização sobre a trajetória de quem falou é importante para a compreensão da temática do trabalho.

Helena Silva Janssen (86 anos) era responsável pelo setor de educação dos meninos e meninas da periferia olindense que eram atendidos pela Casa das Crianças (Olinda), instituição que passou a integrar em 1984 (JANSSEN, 2002). No contexto do Projeto Alternativas Comunitárias, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, o Fundo das Nações Unidas para a Infância e a Secretaria de Assistência Social realizam uma visita à instituição para observarem suas práticas no atendimento e na articulação das crianças e dos adolescentes. Ainda de acordo com as suas memórias, o contato do Projeto com a Casa das Crianças se deu a partir da intermediação do Padre Ramiro¹, que estava inteirado do Alternativas (Ibidem). A visita, de acordo com a avaliação de Janssen (Ibidem), foi um sucesso:

Os meninos quando souberam que eles [integrantes do Projeto Alternativas] iriam para conhecer, saber como é que nós trabalhávamos, deram um show! [...] E o pessoal [do Projeto Alternativas] ficou impressionado com o jeito que nós fazíamos [...]” (Ibidem).

É partir dessa visita que Helena Janssen e o seu marido, Adriano Janssen (falecido em 2016), passam a integrar a rede de militantes que, em 1985, formariam o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua: “Quando surgiu o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, em oitenta e cinco, eu já estava lá. Então eu já fazia parte desse movimento, quer dizer: eu entrei por conta do próprio trabalho com os meninos” (Ibidem). Na primeira gestão da comissão pernambucana do MNMMR, iniciada em 1986, o padre Ramiro foi eleito coordenador estadual e Helena foi escolhida como sua suplente (Ibidem). Janssen recorda que o religioso precisou deixar o cargo para assumir a direção da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor e, como era a sua suplente, passou a coordenar o Movimento em Pernambuco: “Ele teve que sair do Movimento, então, como eu era suplente dele, fiquei na coordenação do Movimento; fiquei conduzindo o Movimento aqui no estado de Pernambuco” (Ibidem).

Em 1989, ainda segundo a militante, ela assumiu como coordenadora adjunta a coordenação nacional do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Ainda de acordo com ela, esteve presente, com exceção da primeira, e teve forte atuação em todas as edições do Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua (Ibidem). Em setembro de 1991, durante as

¹ Provavelmente o padre espanhol Ramiro Ludeña y Amigo, assassinado em 2009, fundador do Movimento de Apoio aos Meninos de Rua de Jaboatão dos Guararapes (Região Metropolitana do Recife), mais conhecido pela sigla Mamer.

diligências realizadas pela CPI do Extermínio em Pernambuco, Janssen foi escolhida para representar o Movimento durante os debates (BRASIL, 1992). Em 1998, quando foi realizado o V Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, atuava como secretária nacional do MNMMR (MNMMR, s.d.). Durante o nosso recorte temporal, assim, Helena Janssen, atuava como militante e educadora social (essa última atividade desenvolvida pelos adultos que também integravam o Movimento). Atualmente Helena Janssen integra a comissão pernambucana do Movimento.

Irmã de Helena Janssen, Maria de Lourdes Silva do Nascimento (73 anos), mais conhecida como Dudui, também ingressou no Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua em 1985. Segundo a própria Dudui, ela foi convidada para atuar no projeto Escolas Comunitárias na cidade do Recife juntamente com outros educadores sociais. Esse projeto, ainda de acordo com Dudui, foi um dos que contribuíram para a formação do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Ela também recorda que, depois do I Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua (1986), onde não esteve presente, mas ajudou na mobilização das crianças e os adolescentes para o Encontro, foi convidada para participar as reuniões da comissão pernambucana do MNMMR: “[...] e dessa forma fui ficando, me constituindo enquanto militante do Movimento Nacional de Meninos e Meninas e Rua até hoje” (NASCIMENTO, 2022).

Atualmente Maria de Lourdes é a coordenadora da comissão estadual do Movimento, mas, ainda segundo suas memórias, já esteve outras vezes desempenhando a mesa função, mas também já esteve como coordenadora de núcleos de base, especialmente daquele da região central do Recife, esteve como coordenadora da comissão estadual de finanças do MNMMR e esteve como conselheira representado Pernambuco na comissão nacional do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Ainda cabe mencionar que Dudui foi uma das fundadoras do grupo Ruas e Praças (Recife), que também atua com as crianças e os adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Assim, como Janssen, nos anos que integram o nosso recorte temporal, Maria de Lourdes era militante e educadora social. Antes de assumir a coordenação da comissão estadual mais recentemente, a militante passou um período afastada: “Passei um tempo afastada, um bom tempo, mas não deixei de ser militante, só não tinha cargos eletivos. Agora voltei e por enquanto, até hoje [dia da entrevista], estou enquanto coordenadora estadual” (Ibidem).

João Batista do Espírito Santo Júnior (40 anos) é natural de Recife. Segundo o militante, ele passou a atuar politicamente no Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua com

quinze anos, a partir de um dos núcleos de base do Movimento, a Comunidade Jovem do Futuro, localizada no Alto Sol Nascente, Olinda, Região Metropolitana do Recife:

Eu começo a participar do movimento aos quinze anos de idade na comunidade que eu morava, o Alto Sol Nascente, em Olinda, que já é fruto de um processo de expansão do movimento pós V Encontro Nacional [de Meninos e Meninas de Rua]². [...] Uma meninada que [voltou] desse processo do V Encontro Nacional³ e que participava de outros núcleos, depois que se muda para outros territórios, [participa da] criação de grupos nos seus novos territórios. Eu começo a participar do [núcleo de base] Comunidade Jovem do Futuro. Era o núcleo de base que tinha no Alto Sol Nascente, fundado por ex-participantes dos Artistas da Rua⁴ [...] (Ibidem)

Assim, segundo as memórias de Júnior, como é conhecido pelos militantes, ele passou a integrar o Movimento ainda como um adolescente. Sua atuação política, assim, é fruto das mobilizações da comissão pernambucana do MNMMR na década de 1990. Ainda de acordo com as suas memórias, Júnior participou da comissão responsável pela elaboração do “O Grito dos Meninos e Meninas de Rua”, a comissão de comunicação. Atualmente, como Helena e Dudui, integra a comissão pernambucana do Movimento.

Verena Alberti (2021), porém, pontua que “na análise de entrevistas de História Oral deve-se ter em mente também outras fontes – primárias e secundárias; orais, textuais, iconográficas etc. – sobre o assunto estudado” (p. 187); e ainda: “o trabalho simultâneo com diferentes fontes e conhecimento aprofundado do tema permite saber “dissonâncias” que podem indicar caminhos profícuos de análise das entrevistas de História oral” (Ibidem, p. 189, grifo da autora). Levando em consideração essas observações de ordem analítica e metodológica e para uma melhor compreensão do tema estudado, também vamos utilizar como fontes de pesquisa: o jornal “O Grito dos Meninos e Meninas de Rua”, do Recife, publicação oficial do Movimento em Pernambuco, e outros documentos produzidos com finalidades diversas pelo Movimento como livros, panfletos, cartilhas, relatórios e teses e propostas; o “Jornal do Commercio”, também do Recife, ligado à chamada “grande imprensa”; e documentos legislativos produzidos no âmbito da CPI do Extermínio (Projeto de Resolução nº 14, de 21 de março de 1991, e o Relatório Final da CPI do Extermínio, aprovado em fevereiro de 1992 e publicado em maio do

² A partir do que foi recordado pelo entrevistado, ele ingressou no Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua com 15 anos, o que, por outras informações fornecidas, é o ano de 1996. Logo, ele não passou a integrar o Movimento após o V Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, realizado em 1998, quando ele já teria cerca de 18 anos, mas, muito provavelmente, após o IV Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, realizado em 1995.

³ Ver nota anterior.

⁴ Núcleo de base do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua de Pernambuco, fundado em abril de 1995, com ênfase na mobilização política e em atividades artísticas.

mesmo ano) e um anexo disponível no “Diário do Congresso Nacional” (cópia do Portaria 04, de 16 de agosto de 1991).

Segundo a historiadora Tania Regina de Luca (2021), “na década de 1970, ainda era relativamente pequeno o número de trabalhos que se valia de jornais e revistas como fonte para o conhecimento da história do Brasil” (p. 111). Ainda segundo Luca, existiam inúmeros trabalhos sobre a imprensa, mas existia uma resistência em se escrever a “História por meio da imprensa” (Ibidem). Isso não era uma peculiaridade do Brasil: “Não se pode desprezar o peso de certa tradição, dominante durante o século XIX e das décadas iniciais do século XX, associada ao ideal de busca da verdade dos fatos” (p. 111-112). Nesse movimento, a chamada Escola Metódica, os periódicos não eram considerados na escrita da História, uma vez que eles não permitiam ao historiador uma análise imparcial do passado:

Para trazer à luz o acontecido, o historiador, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo e senhor dos métodos de crítica textual precisa, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente afastadas de seu tempo (p. 112).

Tania de Luca ainda pontua que nessa “hierarquia qualitativa dos documentos”, os periódicos eram considerados “poucos adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas “enciclopédias do cotidiano” continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões” (Ibidem, grifo da autora). Com a chamada “História Nova” (LE GOFF, 1990) e o alargamento das fronteiras da disciplina histórica, mas que “permitir” novas fontes, os historiadores “necessitaram” de novas fontes. E com “novos problemas, novas abordagens e novos objetos” (LE GOFF & NORA, 1995), esses “registros fragmentários do presente” juntamente com o seu “influxo de interesses, compromissos e paixões” passaram a ser o interesse da historiografia.

O jornal “O Grito dos Meninos e Meninas de Rua” pertencia ao que se convencionou a chamar de “imprensa alternativa” ou “imprensa nanica”. Ao escreverem sobre esse tipo de imprensa, especialmente durante a Ditadura Militar (1964-1985), as historiadoras Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2018) comentam sobre as suas nomenclaturas: “eram chamadas de “nânicas” por conta do formato de baixa tiragem, e de “alternativas” por expressarem posições críticas contrastantes com a linha editorial dos grandes jornais do país” (p. 474, grifos das autoras). É importante destacar que esse tipo de imprensa está presente no Brasil desde o período colonial, mas que ganhou grande relevância durante os anos que seguiram ao Golpe Civil-Militar de 1964 (AGUIAR, 2020). Sobre esses impressos, comenta o pesquisador Francisco Aguiar (2020):

Na história brasileira os frequentes “alternativos” seriam jornais que se oporiam ou se desviariam das tendências hegemônicas na imprensa convencional brasileira, que essa pretende tornar hegemônicas (p. 236, grifo do autor).

Essa “imprensa convencional” é a chamada “grande imprensa”, que em nosso trabalho é representada pelo “Jornal do Commercio”. Assim a historiadora Tania Regina de Luca (2020a) a define: “o conjunto de títulos que, em um dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro” (p. 149). No Brasil, a “grande imprensa” é muito mais recente e tem seu desenvolvimento a partir do final do século XIX e na primeira metade do século XX (AGUIAR, 2020; LUCA, 2020a). Grandes conglomerados midiáticos administrados por grupos familiares influentes também será uma característica da “grande imprensa” brasileira (AGUIAR, 2020).

Francisco Aguiar (2020) ainda aponta a sazonalidade dos periódicos alternativos na História do Brasil e seus “tipos” e chama a atenção para o fato de que eles quase sumiram completamente após o fim da Ditadura Militar: “Com a redemocratização, a partir da década de 1980, eles desaparecem quase por completo da cena nacional. Só vão aparecer no novo milênio, sobretudo com a internet” (p. 236). O “Grito dos Meninos e Meninas de Rua”, no entanto, surge exatamente nesse período de transição política. Vejamos.

O “O Grito dos Meninos e Meninas de Rua”, que teve a sua primeira edição em agosto de 1988, era a publicação oficial do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua em Pernambuco. Além de funcionar como boletim informativo, “O Grito”, como era mais conhecido pelos adultos, crianças e adolescentes, era um espaço para a divulgação das denúncias do MNMMR. Seu nome, como registrou o militante Adriano Janssen, que segundo o historiador Heliwelton Clemente (2021) era o “redator-chefe e articulador no processo de elaboração do referido periódico” (p. 40), se deve ao seguinte:

Grito e choro são reações espontâneas que vêm de dentro do peito, sempre provocadas pela dor ou pela alegria. No caso dos nossos meninos, constatamos mais dor do que alegria. No entanto, ter um espaço onde eles pudessem gritar sua dor era por demais importante (JANSSEN, 2013, p. 42 apud CLEMENTE, 2021, p. 40).

“O Grito” tinha uma diagramação simples com algumas poucas ilustrações; seu formato também era bastante simples: consistia em uma folha de papel no tamanho A4, que dobrada fornecia o formato de livro. Essa formatação permitia que o periódico fosse composto apenas por quatro páginas. As ilustrações, com traços muito simples, eram utilizadas não apenas para “ilustrar” as notícias sobre as mobilizações do Movimento ou de algum outro acontecimento, que poderiam ser registrados nas reportagens, nos resultados de pesquisas, nas cartas abertas,

nas cartas de simpatizantes, nas cartas de crianças, adolescentes e adultos, nos manifestos e nos poemas-manifesto, que formavam o conteúdo do “O Grito”, mas para reforçar alguma denúncia ou ideia do Movimento que haviam sido abordadas nos gêneros textuais listados. A ilustração, assim, era ela também a denúncia ou a ideia, mas expressadas em outro formato.

Tomemos como exemplo os cabeçalhos que geralmente integravam as capas do periódico (Figura 1). Neles, um menino e uma menina eram desenhados com as mãos próximas à boca, em um movimento que remete à ação de amplificar a voz. As bocas desse menino e dessa menina são ilustradas como se estivessem muito abertas indicando um “grito”. Os seus rostos são desenhados com traços que indicam indignação. O título do jornal é colocado entre o menino e a menina, parecendo indicar que o periódico era o seu “grito”. Como vimos no parágrafo anterior, essa era a ideia principal do título do periódico: um espaço para que as crianças e os adolescentes pudessem “gritar”.

Figura 1: Cabeçalho do jornal “O Grito dos Meninos e Meninas de Rua”



Fonte: Edição de setembro de 1991 do “O Grito dos Meninos e Meninas de Rua”.

De forma geral, a periodicidade do “O Grito” era mensal. Em alguns meses, no entanto, poderiam ser publicadas edições extras. Essas edições, que em grande parte das vezes eram menores em número de páginas, geralmente eram destinadas à publicação de cartas abertas alusivas à alguma campanha ou à alguma denúncia (denunciar e homenagear um menino assassinado (edição de agosto de 1992), dia Mundial do Trabalho (edição de maio de 1993), anunciar as últimas mobilizações para um dos encontros nacionais de meninos e meninas de rua (edição de setembro de 1995), dia nacional de combate à violência (edição de outubro de 1997)). Outra característica dessas edições é o fato de eles tratarem apenas de uma temática e suas principais implicações. Além das edições regulares e das edições extras, também poderiam ser veiculadas edições formativas⁵.

⁵ No período estudado identificamos apenas uma edição formativa disponível no acervo do LAHIN: novembro de 1994.

Falemos sobre o processo de agrupamento das informações para elaboração do “O Grito”. A capilaridade dos núcleos de base do Movimento, espalhados por várias regiões de Pernambuco e por vários bairros do Recife, era de fundamental importância para essa coleta: eram nas reuniões semanais, que aconteciam nas tardes das quartas-feiras na sede do Movimento, na rua Capitão Lima, no bairro de Santo Amaro⁶, em que todas essas informações eram reunidas, discutidas e depois publicadas no periódico pela comissão responsável por ele. Os meninos, as meninas e os adultos, que presenciavam algum acontecimento ou ficavam sabendo de alguma informação, compartilhavam esse e essa nas reuniões. As notícias também eram levadas até à comissão pelas crianças e adolescentes que integravam a chamada “equipe de comunicação” ou “equipe de imprensa” (responsável pelo “O Grito”): os “repórteres mirins” (edição de agosto de 1998) ou “meninos da comunicação” (outubro de 1996) e pelos adultos que também integravam a comissão, os “correspondentes das ruas” (setembro de 1991). Participavam da elaboração do periódico, assim, crianças, adolescentes e adultos. Além deste processo de escuta nas reuniões, o Movimento também realizava a coleta de informações sobre o extermínio na grande imprensa e nos registros do Instituto de Medicina Legal (IML). Sobre o processo de escuta das crianças e dos adolescentes na elaboração do periódico, especialmente quando se tratava de notícias e denúncias sobre o extermínio, recorda João Batista (2022):

O Movimento sempre escutou muito os meninos [e as meninas]. Todo trabalho do Movimento e todas as suas ações partiam de vários processos de escuta dos meninos e de construção com os meninos. [...] Muitas coisas hoje não são sólidas porque elas não escutam [os meninos e meninas]. Querem falar, querem ensinar, [mas] nunca querem escutar. E vão se distanciando da realidade. Vêm sempre com um processo já pensado, todas as pessoas são o público, participantes. Não se sentem co-construtores do processo. Não se responsabilizam muito por ele [...]. Eu não vou me responsabilizar muito por aquilo que não ajudo a construir. Eu sou só um participante. “O Grito” ele sempre foi uma estratégia, até pelo nome, de dar visibilidade, àquilo que os meninos sempre trouxeram desde o nascedouro do Movimento (Ibidem).

É importante destacar, no entanto, que jornalistas profissionais também participavam do processo de construção do periódico. Era o caso do jornalista Paulo Gomes, em grande parte das edições referido como PG, que no periódico era indicado como responsável pela edição ou editoração eletrônica, e da jornalista sueca Maria, que era militante do MNMMR. Provavelmente esses dois adultos, com uma possível participação de educadores sociais e militantes adultos, eram os responsáveis por adaptar as informações fornecidas pelas crianças e adolescentes ao estilo dos textos dos gêneros jornalísticos. A participação de profissionais do jornalismo na elaboração de periódicos “alternativos” não era uma exclusividade do “O Grito”,

⁶ Até 1993 a sede do Movimento estava localizada no edifício Vieira da Cunha, no bairro de Santo Antônio. As reuniões aconteciam nesse espaço.

mas uma prática recorrente na trajetória desse tipo de publicação (AGUIAR, 2020). Mesmo com essa participação de adultos (educadores sociais e jornalistas), os detalhes que compunham os acontecimentos registrados no periódico indicam que as crianças e adolescentes eram as principais fontes, sendo o jornal, de fato, o seu “grito”.

Ainda segundo o militante João Batista Júnior (2022), as edições do “O Grito dos Meninos e Meninas de Rua” eram diagramadas e impressas da seguinte maneira:

E como nós não tínhamos todos os elementos técnicos, porque hoje parece ser uma coisa mais natural as pessoas terem celulares, equipamentos, mas ninguém nesse período tinha nem dinheiro para ter uma máquina de escrever, computador era uma realidade muito distante na década de 1990, ainda [mais] para a periferia. [...] Não sabíamos utilizar essas coisas não. Escrevíamos, desenhávamos e tirávamos as fotos e tinha um militante jornalista, que é até da família de Dudui e Helena, Paulo [Gomes], que já trabalhava para jornal [...]: e toda nossa produção era enviada [...] para ele e ele fazia a diagramação. Não tínhamos instrumentos para fazer a diagramação [...]. [...] A impressão era feita por um parceiro nosso [...], que era o Centro de Trabalho e Cultura (CTC)⁷ [...] (Ibidem).

O depoimento do militante registra que o trabalho realizado pelos educadores sociais e pelos meninos e meninas em situação de rua contava com a colaboração técnica, como é no caso do Centro de Trabalho e Cultura, de outros atores que não estavam atuando diretamente nas mobilizações do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, mas colaboravam como parceiros. Para além dessa cooperação técnica, parece não ter havido cooperação financeira do CTC ou de outra organização, partido ou pessoa. Essa articulação, recordada por João Batista Júnior, concorda com as teses e propostas do Movimento aprovadas no início da década de 1990: trabalhar em rede com outras instituições, movimentos e organizações. A distribuição, ainda segundo o mesmo militante, era feita pelos meninos e meninas em situação de rua nas ruas, nos núcleos de base, nas comunidades, nas escolas e nas atividades do Movimento:

[...] Essa distribuição era feita pela meninada do Movimento [...]. [...] A gráfica do CTC que ensinava gráfica, imprimia o jornal “O Grito” [...]. Essas impressões eram transportadas para a sede do Movimento e nas quartas-feiras eram discutidas e era feita a divisão para a distribuição [...]. [...] Os locais de distribuição variavam conforme o período, por exemplo: se tivéssemos um evento grande, iríamos direcionar grande parte da publicação para ser distribuída no evento; se não tínhamos nenhum evento grande no período, direcionávamos a maior parte da publicação para os núcleos de base e dos núcleos de base se distribuía para a comunidade, se levava para a escola, o pessoal da rua distribuía na rua [...]: se dividia por sinais, entregar no ônibus, parada de ônibus [...]. E fazer as pessoas irem conhecendo [...]. A meninada da rua sempre distribuía “O Grito”, sempre se identificava, porque participava e mostrava para o outro na rua: [...] estou no jornal [...] (Ibidem).

⁷ Localizado no Recife, o CTC é uma organização não-governamental que funciona até hoje como uma escola profissionalizante voltada para o mercado de trabalho e para a atuação e participação política.

A localização dos núcleos de base, assim, além de influenciar no conteúdo do “O Grito”, também influenciava na sua circulação, que estava ligada à localização desses núcleos (ver Apêndice III).

O “O Grito” e os outros documentos do Movimento serão consultados no acervo do Laboratório de História das Infâncias. O LAHIN foi inaugurado em março de 2016 e é fruto do projeto “25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: conquistas e desafios”. Segundo Miranda (2015a):

O Projeto 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: conquistas e desafios, patrocinado pela Petrobras, objetivou construir um trabalho de coleta de documentos e produção de entrevistas sobre a trajetória histórica da Lei 8.069/1990, contemplando as nove capitais do Nordeste do Brasil (p. 10).

Ainda de acordo com o historiador:

Através da realização de oficinas de memórias e histórias, crianças, adolescentes e adultos foram convidados a construir uma narrativa sobre os processos de mobilização, construção, promulgação e efetivação do Estatuto. Além das oficinas, foram realizadas entrevistas e pesquisa nos centros de documentação e arquivos (públicos ou particulares) (Ibidem).

O “Jornal do Commercio”, também como conhecido como “JC”, será o periódico da “grande imprensa” que analisaremos. Escolhemos o referido periódico por considerar que em Pernambuco ainda são poucos os trabalhos em História que o utilizem como fonte. Além dessa questão relativa ao campo do conhecimento histórico, duas questões metodológicas foram levadas em consideração para a sua escolha: as notícias e reportagens veiculadas no “Jornal do Commercio” que comporão a nossa análise são do ano de 1991, uma vez que são oriundas de trabalho de catalogação anterior e que não pôde ser continuado por conta da Pandemia de COVID-19; desde o ano de 2019, parte do acervo do ano de 1991 do “Diário de Pernambuco” estava interditado para manutenção, impossibilitando, assim, a nossa análise a partir dessa fonte. As edições do “Jornal do Commercio” foram consultadas na Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE).

Com amplas tiragens e periodicidade diária, ainda hoje o “JC” é um dos principais jornais do estado de Pernambuco. Foi fundado pelo “coronel” João Pessoa de Queiroz, oriundo de família influente em Pernambuco, ligado, assim, às elites locais. Foi criado em 1919 para apoiar a candidatura de Epitácio Pessoa, tio do fundador do jornal, que acabou sendo eleito presidente da República (BARROS, 2009; NASCIMENTO, 1967). Desde a sua fundação, o “JC” se declarou um jornal “a serviço das classes conservadoras e do Estado em geral” (NASCIMENTO, 1967, p. 143), conforme sua primeira edição, de 03 de abril de 1919.

Em 1930, por conta das boas relações da família Queiroz com as elites da Primeira República, ele própria pertencente à essa elite, e da linha editorial do “JC” em defesa dessas, os vitoriosos do Movimento de 1930 assaltaram e saquearam o edifício onde se localizava a sua sede, além de, posteriormente, o terem empastelado e fechado (BARROS, 2009; NASCIMENTO, 1967). Reaberto em 30 de setembro de 1934 (NASCIMENTO, 1967), o “JC” declarava-se “um órgão eminentemente informativo, defensor e propugnador das legítimas aspirações e dos interesses das classes conservadoras, maximamente, comércio e indústria” (PEREIRA, 1989, p. 26 apud BARROS, 2009, p. 63).

Nas décadas seguintes, o empresário Francisco Pessoa de Queiroz, que em 1927 comprara o “JC” do seu irmão, foi o responsável por montar um conglomerado midiático em Pernambuco, que, além do “Jornal do Commercio”, incluiria uma rádio e um canal de televisão. Esse conglomerado se consolidou nos anos de 1940 devido às boas relações de amizade que o empresário tinha com o presidente Eurico Gaspar Dutra (BARROS, 2009). Em 1963, Francisco Pessoa de Queiroz se candidatou e venceu as eleições para o cargo de senador por Pernambuco pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), partido do então presidente João Goulart. O seu conglomerado midiático, no entanto, continuaria ativo durante toda a Ditadura e o seu mandato seria cumprido sem nenhum problema até 1971, ano do encerramento regular da legislatura (Ibidem).

Por questões administrativas e empresariais, a Empresa Jornal do Commercio, como era denominado o conglomerado, entrou em crise nos anos de 1970 (Ibidem). Essa crise persistiu até o ano de 1987, quando foi adquirida pelo empresário João Carlos Paes Mendonça. Políticos pernambucanos, como Marco Maciel e Fernando Lyra, participaram ativamente nas várias tratativas para a recuperação da Empresa, que desde 1974 estava sob a intervenção judicial e já não pertencia mais a Francisco Pessoa de Queiroz, tendo sido, a partir de então, administrada por vários grupos empresariais de Pernambuco (Ibidem).

No início da década de 1990, o “Jornal do Commercio” começou a se reestruturar dessa longa crise administrativa e financeira. Anos antes, João Carlos Paes Mendonça fez altos investimentos “para a modernização das máquinas de escrever, que foram trocadas por computadores, das impressões, para que reproduzissem em alta qualidade e em número maior de tiragem” (Ibidem, 2009, p. 87). O “JC”, em 1993, se tornou o “veículo de maior circulação de Pernambuco se comparado ao “Diario de Pernambuco” (Ibidem). É importante chamar atenção para o fato de que tanto o “JC”, que mesmo em crise ainda era um jornal respeitado e influente, quanto o “Diario de Pernambuco”, não eram jornais destinados às classes populares

do Recife e de sua Região Metropolitana, papel que coube à “Folha de Pernambuco”, “veículo criado para atender ao público C e D”, apenas no ano de 1998 (Ibidem, p. 57). Tínhamos durante o nosso recorte temporal, portanto, um jornal com grande circulação em Recife e Região Metropolitana, dirigido aos setores sociais mais abastados da sociedade pernambucana.

No “Jornal do Commercio”, durante o ano de 1991, as notícias e reportagens sobre as crianças e os adolescentes em situação de rua, com apenas uma exceção, serão veiculadas na seção “Cidades”. Essa seção, que na maioria das vezes era impressa em preto e branco, era composta por notícias e reportagens com enfoque no Recife e em sua região metropolitana, que consistiam nas principais regiões de circulação do periódico, dando destaque para temáticas diversas, a exemplo de fatos do cotidiano (protestos por falta de água, campanhas vacinais, cursos de férias, situação dos vendedores ambulantes do Recife, realidade dos meninos e meninas em situação de rua) e os fatos policiais (crimes, vítimas, acusados, investigações). Diferentemente do “Diário de Pernambuco” que possuía uma seção policial, o “JC” tratava sobre esses fatos nessa ampla seção. Essa, por sua vez, ainda abrigaria as seções denominados de “Jornal das Ruas” (uma espécie de editorial sobre algum tema tratado em uma notícia ou reportagem da seção), “Fotonotícias” (outro editorial com fotos e grandes legendas explicativas) e “Bate, boca” (opiniões divergentes daqueles e daquelas que tinham algum tipo de ligação com o tema de alguma notícia ou reportagem da seção).

Também utilizaremos como fontes os documentos oriundos de “arquivos do Poder Legislativo” (BACELLAR, 2021), mais especificamente o requerimento de parte dos parlamentares, o “projeto de resolução”, denominação dada pelo Legislativo, apresentado à Câmara dos Deputados, em março de 1991, com o objetivo de aprovar a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a investigar o extermínio de crianças e adolescentes no Brasil, a CPI do Extermínio, e o “relatório final”, assim denominado pelo mesmo Poder, publicado em maio de 1992, oriundo das atividades desenvolvidas por essa CPI. Ambos os documentos são marcados pelos discursos dos parlamentares e servidores públicos envolvidos com as atividades da Comissão e pelos trâmites do processo legislativo. No “relatório final”, no entanto, os discursos de atores sociais que não tinham ligação com o Poder Legislativo também são registrados, ainda que, importante mencionar, com mediação daqueles e daquelas com ligações com o Legislativo.

Ainda nesse grupo de fontes, analisaremos um anexo apresentado pelo deputado pernambucano Roberto Franca (Partido Socialista Brasileiro) e que foi registrado do “Diário da Câmara dos Deputados”, denominação da publicação que reúne as resoluções, discursos e

atividades legislativas da Câmara, em agosto de 1991. O anexo em questão trata-se de uma cópia da Portaria 04, de 16 de agosto de 1991, de autoria do juiz da Vara da Infância e da Juventude do Recife, Ozael Rodrigues Veloso, que proibia que crianças exercessem a mendicância nas ruas do Recife. Franca se colocou contra a medida e acrescentou o anexo para fundamentar a sua sustentação oral no Plenário da Câmara dos Deputados.

O “projeto de “resolução”, o “relatório final” e o “Diário da Câmara dos Deputados”, portanto, originam-se dentro da lógica operacional do Poder Legislativo brasileiro, seguindo o que é definido no “Regimento Interno da Câmara dos Deputados” (2022). Todos os documentos foram acessados a partir do acervo digital da Câmara dos Deputados.

Faremos uma análise documental dessas fontes. Temos a noção de que as fontes precisam ser interrogadas e de que elas não falam por si mesmas: “Pois os documentos arqueológicos, mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los” (BLOCH, 2001, p. 79). Elas não são parciais e é justamente essa imparcialidade a particularidade que pretendemos analisar. É preciso que o historiador produza/construa o sentido dessas fontes que selecionou: “Em história, tudo começa com o *gesto* de separar, de reunir, de transformar em “documentos” objetos distribuídos de outra maneira (CERTEAU, 2017, p. 69, grifo do autor); e ainda: “O material é criado por ações combinadas, que o recortam no universo do uso, que vão procurá-lo também fora das fronteiras do uso, e que o destinam a um emprego coerente” (Ibidem). Essas fontes, assim, são um “produto” (LUCA, 2020b) do fazer historiográfico: “Fabricar o seu mel, bela metáfora que remete para a ação transformadora e ativa do pesquisador, cujo objetivo não é dado apenas pelo conteúdo dos documentos, mas construído (fabricado), a partir das demandas do presente [...]” (Ibidem, p. 40).

Levando em consideração essas observações, faremos a análise desses documentos a partir das inquietações que nos provocaram a leitura do artigo “Interculturalidade e Decolonialidade do Poder um pensamento e posicionamento “outro” a partir da diferença colonial”, de autoria da pesquisadora Catherine E. Walsh, publicado em língua espanhola no ano de 2007 e traduzido para a língua portuguesa em 2019. No artigo em questão, a Walsh ao analisar a “interculturalidade” chama atenção para algumas questões:

Em contraste com os constructos teóricos criados dentro da academia para serem aplicados em certos objetos ou “casos” para análise, a interculturalidade, tal como é apresentada e compreendida aqui, é um conceito formulado e carregado de sentido principalmente pelo movimento indígena equatoriano, conceito ao qual este

movimento se refere até 1990 como “um princípio ideológico” (p. 09, grifos da autora).

E ainda:

Como tal, essa configuração conceitual é, por si mesma, “outra”. Em primeiro lugar, porque provém de um movimento étnico-social mais do que de uma instituição acadêmica; depois, porque reflete um pensamento que não se baseia nos legados coloniais eurocêntricos e nem nas perspectivas da modernidade; e, finalmente, porque não se origina nos centros geopolíticos de produção do conhecimento acadêmico, ou seja, do norte global (p. 08-09).

Acreditamos que levar em consideração essas reflexões para seguir um caminho teórico-metodológico nos auxiliará a compreender de que forma o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua entendia, caracterizava e se mobilizava contra o extermínio. Como já apontamos, o MNMMR foi um dos principais responsáveis por colocar o debate sobre o extermínio de crianças e adolescentes em situação de rua no cenário nacional: é um entendimento (um saber) e uma prática política que surgem dentro do movimento social. Nesse sentido faremos um trabalho de “valorização crítica” dos saberes e experiências produzidos e vivenciados pelo Movimento. Consideramos que a visão do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua sobre o extermínio era constituída por três dimensões: a realidade, o debate e a ação política. Acreditamos que, ao dissecarmos esse tripé, será possível uma análise mais profunda da questão estudada. É por isso que outras dimensões serão levadas em consideração no nosso processo de análise: outras violências, desigualdades sociais e formação autoritária da sociedade brasileira.

Apresentemos os capítulos que irão estruturar o nosso trabalho de dissertação. No primeiro capítulo, “Essa rua também é nossa: os meninos, as meninas, o movimento e a cidade”, descreveremos e debateremos as principais perspectivas relativas ao conceito de crianças e adolescentes em situação de rua (primeira seção): insistiremos que esse conceito não é estático e que os “elementos” utilizados para “enquadrar” quais crianças e adolescentes estariam em situação de rua não é uma atividade simples, mas que demanda uma complexa reflexão epistemológica, histórica, social, econômica e política; ainda no primeiro capítulo, historicizaremos e analisaremos a trajetória do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (segunda seção), da sua formação, na década de 1980, até a sua reestruturação na década de 1990. Encerraremos esse capítulo expondo e analisando a situação social e econômica do Recife, a partir do jornal “O Grito”, e de que forma essa impactava no cotidiano das crianças e dos adolescentes em situação de rua (terceira seção).

Em “Queremos viver: o extermínio de crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil”, o segundo capítulo da nossa dissertação, buscaremos compreender o extermínio de crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil, especificamente no Recife, levando em consideração a complexidade do fenômeno e as principais questões suscitadas a partir dele: conceito (primeira seção), acontecimento, causas, vítimas, autores, motivações (segunda seção). Ainda apresentaremos os acontecimentos que delimitam o nosso recorte temporal: a vinda da CPI do Extermínio a Pernambuco e o V Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua (terceira seção).

O terceiro capítulo, “Indo à luta: a trajetória de José da Silva”, buscará apresentar os principais aspectos da vida de José da Silva Costa, mais conhecido no Movimento como Zé da Silva, menino em situação de rua, “adolescente militante” (ESPÍRITO SANTO JÚNIOR, 2022) e militante, que teve papel importante nas atividades da comissão pernambucana do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, seja nas suas mobilizações contra o extermínio de crianças e adolescentes em situação de rua, seja em outras mobilizações. Discutiremos a vida de José da Silva nas ruas da região central do Recife (primeira seção), sua ativa participação no MNMMR (segunda seção) e o seu depoimento à CPI do Extermínio (terceira seção).

É esta a cultura que buscamos abordar na escrita deste trabalho: uma cultura política compartilhada, construída por atores sociais que atuavam nos espaços urbanos da cidade do Recife em grande parte dos anos de 1990; uma cultura política popular, que é construída a partir do cotidiano, com debate e ação; uma cultura política que é construtora de relações de poder. Esta é a nossa contribuição para a área de concentração do nosso Programa de Pós-graduação em História e para a nossa linha de pesquisa. Encerremos essa introdução com as discussões do início. Depois de alguns anos de pesquisa, algumas questões relativas ao assassinato do meu tio pareciam se encaixar no padrão dos assassinatos cometidos pelos grupos de extermínio: sequestro, morte violenta e ocultação do corpo. Essas e outras considerações, importante ressaltar que frutos de uma pesquisa histórica que não tem pretensão de ser uma investigação policial, me deram um pouco de conforto pessoal e, principalmente, acredito que poderão colaborar para a construção de políticas públicas que garantam o respeito aos modos de vida das crianças e dos adolescentes em situação de rua e para a defesa e conservação de suas vidas. É um tema sensível, mas que precisa ser lembrado quando a sociedade o quer esquecer. É a função do historiador.

2. CAPÍTULO I

ESSA RUA TAMBÉM É NOSSA: OS MENINOS, AS MENINAS, O MOVIMENTO E A CIDADE

“Não sou concorrente, porque sei dividir/ Tô com sede de Justiça, fome de vitória, quero/ Organização/ Sou Movimento/ Sou menino de rua...”

(Autor desconhecido)

Este primeiro capítulo apresentará as discussões que consideramos mais pertinentes no que se refere aos meninos e meninas em situação de rua, ao Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e ao Recife (em parte dos anos de 1990). Esse capítulo, assim, apresentará os sujeitos da pesquisa (os meninos e meninas em situação de rua a partir das mobilizações do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua) e o cenário onde se desenrolava as suas interações sociais e políticas.

O poema-manifesto, que é tema da epígrafe, foi veiculado em uma das edições do jornal “O Grito dos Meninos e Meninas de Rua”. O conteúdo do poema-manifesto é um resumo do que pretendemos a apresentar nesse capítulo que abre o nosso trabalho: os meninos e meninas em situação de rua, imersos em um cenário de desigualdade socioeconômica, não uma exclusividade do Recife, mas um fenômeno nacional, a partir das atividades desenvolvidas por eles e pelos adultos no Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, criavam laços de solidariedade e redes de mobilizações políticas. E mais: se sentiam pertencentes e participantes dessas mobilizações.

2.1.Os meninos e meninas em situação de rua

O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua utiliza os termos “meninos” e “meninas” como sinônimos de crianças e adolescentes. Esses termos parecem indicar que, para o Movimento, as crianças e os adolescentes são entendidos, respeitando suas particularidades e experiências, como um único grupo, que por sua vez é plural. Um exemplo da utilização desses termos como sinônimos pode ser observado na publicação “Organização dos Meninos e Meninas de Rua: a arte de educar para a vida” (2002), da comissão pernambucana do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, quando os integrantes do MNMMR elencam os seus principais objetivos: “Defender e garantir que os direitos das crianças e dos

adolescentes sejam respeitados em todas as esferas; Organizar os meninos e as meninas em pequenos núcleos, partindo dos espaços onde eles e elas vivem [...]” (p. 28). Outros exemplos do uso desses termos para nomear tanto crianças quanto adolescentes podem ser observadas no jornal “O Grito dos Meninos e Meninas de Rua”. O adolescente Fabiano, 12 anos, exterminado em setembro de 1991, será nomeado pelo periódico como um “menino”: “Foi morto na madrugada do dia 13 de setembro [...], na Avenida João de Barros, um menino de 12 anos de idade chamado Fabiano”⁸. A mesma nomenclatura pode ser observada na notícia que registra a morte da adolescente Kátia, 14 anos, na comunidade do Pilar, no bairro do Recife: “Na favela do Pilar um caminhão matou Kátia, uma menina de 14 anos”⁹.

Essa nomenclatura adotada pelo MNMMR, no entanto, em alguns casos, parece não seguir as delimitações etárias estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (criança e adolescente: 0 anos a 18 anos) ou pela Convenção sobre os Direitos da Criança (crianças: pessoas com menos de 18 anos). Em uma das edições do jornal “O Grito”, de maio de 1996, o periódico classifica um jovem de 18 anos como um “adolescente”: “No mês de abril mataram um adolescente que vivia no pátio da feira de Peixinhos [Olinda]. Ele tinha 18 anos, mas a mentalidade era de 14 anos”¹⁰. Em outras ocasiões, no entanto, termos como “rapaz” eram utilizados para seguir as delimitações etárias estabelecidas no Estatuto e na Convenção, marcando, assim, a diferença entre meninos e meninas (crianças e adolescentes) e adultos. É dessa forma que “O Grito” se refere a Gilson, 21 anos, um dos articuladores do núcleo de base Artistas de Rua, fundado em 1991:

Nos dias 29 e 30 de abril, meninos assistidos pelo Grupo Ruas e Praças se reuniram na casa Frei Francisco, nos Coelhos¹¹. Entre eles estava Gilson, um rapaz de 21 anos que trabalha na Ceasa¹² como carregador. Gilson viveu nas ruas desde os 5 anos de idade e falou à nossa reportagem sobre o encontro daqueles dois dias, que serviu para preparar o 1º e de maio.¹³

É interessante mencionar que, mesmo nessa notícia, Gilson, em um primeiro momento, é referido como um menino e, apenas depois, é classificado como um “rapaz de 21 anos”. Mas até esse termo poderia ser utilizado para identificar um adolescente. O periódico, ao noticiar a expulsão da escola do adolescente João, de 16 anos, se refere a ele como um “rapaz”: “João é um rapaz de 16 anos. Ele é carinhoso e como muitos adolescentes, brincalhão”¹⁴. Os sociólogos

⁸ MAIS uma vítima das injustiças. **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, set. 1991. P. 04.

⁹ CRIMES abafados. **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, jun. 1995. P. 01.

¹⁰ VIOLÊNCIA. **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, maio 1996. P. 02.

¹¹ Bairro do Recife.

¹² Centro de Abastecimento e Logística de Pernambuco.

¹³ NASCEU o núcleo de base Artista de Rua. **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, jun. 1995. P. 03.

¹⁴ EXPULSO da escola. **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, mar. 1997. P. 01.

Manuel Sarmiento e Manuel Pinto (1997), contudo, pontuam que essas convenções etárias não são fixas e nem universais, mas são influenciadas pelo discurso jurídico, por práticas culturais e étnicas (como aquelas ligadas à puberdade, entendida como ritual de passagem da infância para a vida adulta), pela entrada no mundo do trabalho (a partir das definições da Organização Internacional do Trabalho) e essencialmente pela escola (com sua divisão por séries e conteúdo). Sarmiento e Pinto consideraram essas classificações etárias como campos em disputa.

Os estudos brasileiros sobre as crianças e os adolescentes em situação de rua começam a ganhar corpo na década de 1980, especialmente na Antropologia, na Sociologia e na Psicologia (GREGORI, 2000). Os trabalhos em História serão tímidos no início, mas aos poucos vão conquistando espaço e relevância nos debates (MOURA & AREND, 2020). Ainda no final dos anos de 1970, a socióloga Rosa Maria Fischer Ferreira (1979) indicava que sobre esse grupo pouco se havia produzido no País. O debate, no entanto, não ficaria restrito à academia, mas também contribuiriam com ele os movimentos sociais, os setores progressistas da Igreja Católica, os organismos internacionais e os funcionários do Estado responsáveis pela reestruturação do atendimento aos meninos e às meninas em situação de vulnerabilidade social (MIRANDA, 2021a; ROSEMBERG, 1993).

Nesses mais de 40 anos de pesquisas nas ciências humanas e sociais, várias noções foram concebidas para identificar quem são esses meninos e meninas, como também foram feitos levantamentos demográficos e estatísticos para entender mais sobre essa população infantil e ainda foram adotadas certas nomenclaturas para denominar esses sujeitos. A psicóloga Flúvia Rosemberg (1993) pontua que, na década de 1980, havia uma grande “imprecisão conceitual” e “superestimativas” no que esse refere aos meninos e meninas em situação de rua.

A pesquisadora chamou a atenção para o fato de que, no período, os dados sobre o número de crianças e adolescentes em situação de rua serem inverossímeis e sempre tenderem para cifras “catastróficas”. Ainda segundo Rosemberg, algumas organizações internacionais, como o Unicef, organização que a autora dispensou maior atenção, seguiam essa tendência. Os dados reunidos por essa organização eram divulgados e reproduzidos pela imprensa, movimentos sociais, academia e outras organizações internacionais, o que era feito sem um olhar crítico para com as metodologias que foram utilizadas para que se chegasse à determinada cifra e sem uma análise comparativa com os dados divulgados anteriormente.

Para a psicóloga, o grande prestígio internacional do Unicef era o responsável pela ausência de análises críticas de seus dados e metodologias. Ela também não deixa de perceber que a própria academia não só reproduzia e divulgava os dados sem análise crítica, mas também era um espaço para a criação das cifras “catastróficas” que eram atingidas sem o emprego de uma metodologia coerente e eficiente. Rosemberg, no entanto, pontua que, nesse universo acadêmico, a exceção era um grupo menor de pesquisadores, do qual a autora se reconhece como pertencente, que desde a segunda metade da década de 1980 passa a questionar as “imprecisões conceituais” e as “superestimativas”: “A construção da retórica sobre “crianças de rua” conviveu, pelo menos desde a segunda metade da década de 80 [1980], com um tímido mais persistente questionamento público enunciado por alguns pesquisadores” (p. 76, grifo da autora).

Rosemberg ainda é enfática ao indicar que essa imprecisão de ordem conceitual e estatística contribuiu para a estigmatização de determinados setores sociais: “A retórica dos anos 80 [1980], além da imprecisão conceitual e das superestimativas (fenômenos que se interligam), estigmatizou família, crianças e adolescentes pobres” (p. 74-75). Esses conceitos vagos e os dados sempre elevados e deslocados da realidade contribuíram para sedimentar a ideia de que conseqüentemente toda criança ou adolescente pobre estava em situação de rua, era “abandonado”, estava no mundo do trabalho adulto, tinha tendência para a “delinquência” e para o uso de drogas e era explorado e abusado sexualmente. A questão aqui não é se as situações listadas acima fazem ou não fazem parte da realidade de determinadas populações infantis dos estratos mais pobres da sociedade, mas o fato dessa ser retórica problemática em dois aspectos: reduz a complexidade social das crianças e adolescentes em situação de rua à uma operação de causa/ efeito, o que não colabora para uma compreensão séria dos fenômenos sociais; e parte de um lugar determinista e de naturalização desses mesmos fenômenos.

Antes de prosseguirmos é importante explicarmos que com “rua” não queremos indicar apenas a via pública em si, mas o “sentido mais amplo do termo, o que inclui casas não habitadas, terrenos baldios, por exemplo” (SUDBRACK, 2004, p. 22). Nos debruçemos agora sobre as nomenclaturas. Entre essas, “Meninos de rua” é a mais usada por amplos setores da sociedade brasileira e, segundo Gregori (2000), apareceu pela primeira vez em publicações brasileiras no livro “Meninos da Rua: valores e expectativas de menores marginalizados em São Paulo”, de autoria de Rosa Maria Fischer Ferreira, publicado em 1979, “tendo sido rapidamente difundida por toda a sociedade” (p. 227).

Essa nomenclatura, como explicam as pesquisadoras Irene Rizzinni e Renata Couto (2019), em contraposição à nomenclatura “em situação de rua”, que remete “a transitoriedade e efemeridade das condições de vida e do perfil desta população” (p. 107), aponta para “o ambiente da rua como definitivo nas condições de vida, nas formas de existência, nas práticas sociais e na identidade dos jovens em situação de rua” (MATIAS, 2011 apud *Ibidem*, p. 108). Em nosso entendimento, a segunda nomenclatura é a que melhor pode ser utilizada, uma vez que reconhece a complexidade dessa população e a heterogeneidade da sua composição, além de renegar a ideia da rua como um espaço definitivo de vida e perspectiva, uma espécie de “espaço total”, de onde não é possível “escapar”. São fartos os exemplos que mostram que os meninos e meninas em situação de rua eram capazes de operar com sistemas de referências e identidades que não estavam circunscritos ao ambiente da rua, mas que perpassava esse.

Já as noções sobre quem são esses sujeitos em situação de rua levam em consideração seu contato e sua distância com o ambiente familiar e a periodicidade da vivência nas ruas. Para a antropóloga Maria Filomena Gregori (2000): são as “crianças e adolescentes dos estratos pobres que passam parte considerável de suas vidas sobrevivendo nas ruas das grandes cidades brasileiras” (p. 15); e “mais que mera familiaridade ou convívio esporádico com a rua, faz dela o lugar que ordena o seu cotidiano, suas relações e sua identidade” (*Ibidem*). Ainda de acordo com a antropóloga, o ambiente familiar é completamente substituído pelos atores ligados às ruas: “assim a rua passa a ser o ambiente que substituiu o espaço doméstico, e as relações com transeuntes, comerciantes, policiais, assistentes sociais, educadores, religiosos etc., passam a ocupar a posição de familiares, vizinhos, amigos” (*Ibidem*).

Essa definição é problemática em um ponto: a exclusão da dimensão familiar da experiência das crianças em situação de rua. As experiências nas ruas, de fato, vão exercer grande influência sobre os meninos e meninas e alguns, é verdade, não terão contatos com o ambiente familiar, mas, mesmo que tenham sido direcionados às ruas a partir de um ambiente familiar violento, têm uma ideia idealizada desse e os trazem para sua experiência nas ruas (RIZZINNI & COUTO, 2019). Ainda no tema da família, existe outra questão a ser observada: uma parte das crianças em situação de rua conhece e mantém contatos com a sua família, umas, inclusive, estão em situação de rua e desenvolvendo atividades laborais para auxiliar nas despesas domésticas. A noção de Irene Rizzinni e Renato Couto (*Ibidem*) parece ser a mais assertiva: são os “indivíduos que, embora mantenham algum vínculo familiar e/ou um endereço, passam a maior parte do seu tempo diário nas ruas, desacompanhados de um adulto responsável, tendo este espaço como uma referência, seja para moradia ou para trabalho” (p. 107).

Para os psicólogos Sívia H. Koller e Claudio S. Hutz (1996), ainda devemos diferenciar “meninos de rua” de “menino na rua”. Segundo esses autores, “as crianças que não possuem mais um vínculo familiar estável e o viver na rua abrange seu trabalho, sua educação e seu lazer” (p. 18), pertencem ao primeiro grupo. Já aquelas que, “apesar de apresentarem aparência de abandono, vivem com a família” (p. 19), pertencem ao segundo. Ainda segundo os psicólogos, as “crianças de rua” “são socializadas pela dinâmica da rua e pelas suas leis” (p. 18) e as “crianças na rua”, embora passem “grande parte do dia na rua, trabalhando ou pedindo esmolas, visando o seu sustendo e auxiliar a sua família” (p. 19), via “de regra, retornam diariamente para casa” (Ibidem).

Os pesquisadores, no entanto, reconhecem que a “complexidade do espaço da rua, a diversidade de pessoas que dele se utilizam, as diferenças regionais, revelam a dificuldade de definir exatamente o que seja uma criança de rua ou uma criança na rua” (p. 27). Sobre a terminologia/ nomenclatura, comentam: “se é necessária uma terminologia para fazer referência a elas, pode-se sugerir crianças em situação de rua” (Ibidem). Mas sobre essa terminologia ressaltam: “tornam-se necessárias análises caso a caso, específicas para cada criança, tentando agrupá-las por semelhanças, mas respeitando suas individualidades e a dinâmica intrínseca de suas realidades de vida” (Ibidem).

Para o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, ser criança e adolescente em situação de rua não estava atrelado apenas à uma presença constante nas ruas dos grandes centros urbanos brasileiros, nem muito menos ao contato ou não com a família, mas se trata de um fenômeno de ordem social, política e econômica. Esses aspectos podem ser percebidos nas “Teses e proposta” (s.d.) para os anos de 1990, 1991 e 1992, aprovadas em assembleia realizada no ano de 1990, em que o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua assim “concebe o chamado “Menino e Menina de rua”” (p. 07, grifo dos autores):

como filho da classe trabalhadora cuja inserção no mercado produtivo é caracterizada pelo subemprego, emprego intermitente e pelo desemprego: crianças e adolescentes estes que são alijados do fruto de desenvolvimento e violentados em seus direitos mais sobretudo o direito de ser criança (p. 07).

Essa “concepção” do Movimento, assim, não considera a proximidade ou a distância com os familiares, como também a presença constante nas ruas, como aspectos definidores do que sejam as crianças e os adolescentes em situação de rua. Nesse sentido, é interessante observar que a atuação do Movimento também esteve voltada para as regiões populares e periféricas das grandes cidades, sempre buscando articular essas com as suas mobilizações:

A perspectiva do Movimento sempre esteve voltada para garantir os direitos de todas as crianças e adolescentes, no entanto, nossa ação primordial focaliza os meninos e meninas que moram nas ruas, habitam favelas, morros, bairros populares e que são vítimas de injustiças (MNMMR-PE, 2002, p. 28).

Assim, o MNMMR, que conhece a realidade dos meninos e meninas e dos locais onde atuam, não deixa de perceber que as crianças e adolescentes em situação de rua não são fenômenos isolados e sem conexão com a desigualdade socioeconômica e violência presentes no Brasil. Vale ressaltar que o entendimento do Movimento Nacional de Meninos e Meninas não é casuístico: as crianças e adolescentes estão em situação de rua não necessariamente por serem pobres, mas por estarem inseridos em um contexto nacional de desigualdades socioeconômica e violências.

O historiador Humberto da Silva Miranda (2021a), ao escrever sobre a história do “Projeto Alternativas Comunitárias” e sobre a história Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, faz um levantamento sobre os diversos debates acerca dos vários “enquadramentos” epistemológicos que serão utilizados para compreender quem são as crianças e os adolescentes em situação de rua no contexto do referido projeto (início da década de 1980). O historiador percebe que esses “enquadramentos” eram campos em disputa pelos discursos produzidos pelos setores progressistas da Igreja Católica, especialmente no âmbito da Pastoral do Menor, de organizações internacionais, como o Unicef, da academia, dos movimentos sociais, como o MNMMR que iniciava a sua articulação, e do próprio Estado, através da Funabem/Febem.

Miranda destaca a importância da Pastoral do Menor para o debate, salientando a atuação do padre Júlio Renato Lancelotti, da cidade de São Paulo. Segundo o historiador: “A partir do cenário de violação de direitos, a Igreja Católica, organiza-se politicamente para produzir ações assistenciais de atendimento em relação às crianças em situação de rua” (p. 200). Mas o caráter dessa assistência não será o simples assistencialismo. Ainda segundo Humberto Miranda: “Nesse processo foi criada a Pastoral do Menor e outras organizações que questionavam a cultura filantrópica e caritativa, na qual fundamentavam as legislações e políticas vigentes” (Ibidem). A filantropia e a caridade eram fortemente difundidas pela experiência de atendimento patrocinadas por setores da Igreja Católica. Essas tiravam a dimensão política das ações, enxergando-as apenas como uma ação de caráter religioso e privado. Segundo o antropólogo Geovanio Edervaldo Rossato (2008):

A Pastoral do Menor foi, sem dúvida alguma, a instituição que mais disseminou o uso do termo Meninos de Rua, que, popularizado durante os anos de 1980, levou ao conhecimento público as reais condições de marginalização do chamado menor; com isso, gerou a principal base para que o termo Menino de Rua se firmasse e prevalecesse como nova categoria de análise (p. 02 apud MIRANDA, 2021a, p. 203).

Fundada na cidade de São Paulo no ano de 1977, a Pastoral do Menor é uma das formas de atendimento pastoral, no caso às crianças e aos adolescentes em situação de vulnerabilidade social, através da qual a Igreja Católica se articula no Brasil. Atualmente está presente em grande parte dos estados brasileiros, onde conta com agentes pastorais nas dioceses e arquidioceses católicas. De acordo com a também antropóloga Maria Filomena Gregori (2000), a Pastoral do Menor e o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua desempenharam um grande trabalho nas mobilizações durante a Constituinte para a aprovação do art. 227 e do art. 228 da Constituição Federal (1988), que versam sobre os direitos das crianças e dos adolescentes, e depois naquelas que forma fundamentais para a aprovação e para o “espírito” do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Como veremos na seção seguinte, parte dos primeiros militantes do Movimento foram primeiro formados na experiência dessa Pastoral.

No entanto, para um completo entendimento da atuação da Pastoral do Menor, é necessário que compreendamos as linhas gerais de atuação da Igreja Católica no Brasil, pelo menos desde a década de 1960. Essa deve partir da nomenclatura utilizada para se referir àqueles clérigos, religiosos e leigos que construíram a referida pastoral: “setores progressistas da Igreja Católica”, indicado uma parte, ao invés de “Igreja Católica”, o que traz a ideia de uma totalidade. Vastos estudos têm mostrado que não existe e não existiu uma unanimidade nas linhas de atuação da Igreja Católica no Brasil. Tomemos como exemplo o Golpe Civil-Militar (1964) e a Ditadura Militar (1964 – 1985): inicialmente grande número de bispos reunidos em torno Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a própria Conferência, grande parte da hierarquia eclesiástica e religiosa e grande número de leigos saudaram o Golpe.

No entanto, nos finais da década de 1970, parte desses mesmos setores que apoiaram o Golpe, como a CNBB, passa a denunciar e a combater a violência do Estado e a desastrosa política econômica e social que ele conduzia. Destaca-se a atuação dos bispos Helder Camara (Recife), Paulo Evaristo Arns (São Paulo), Ivo Lorscheiter (Porto Alegre/ Santa Maria) e Pedro Casaldáliga (São Félix do Araguaia), mas também dos leigos, religiosos e outros clérigos reunidos nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s). Todos foram profundamente influenciados pelas diretrizes do Concílio Vaticano II (1962 – 1965), pelas diretivas da Conferência de Puebla (1979) com sua “evangélica opção preferencial pelos pobres” e pelo chamado “cristianismo da libertação”¹⁵. Eram, portanto, partidários de um chamado

¹⁵ Com essa conceito nos associamos ao filósofo Michael Löwy (2016): “Normalmente, refere-se a esse amplo movimento social/religioso como “Teologia da Libertação”, porém, como movimento surgiu muitos anos antes da nova teologia e certamente a maioria de seus ativistas não são teólogos, esse termo não é apropriado; algumas vezes, o movimento é também chamado de “Igreja dos Pobres”, mas, uma vez mais, essa rede social vai bem mais além dos limites da Igreja como instituição, por mais ampla que seja sua definição. Proponho chamá-lo de

“progressismo” religioso, que aliaria religião (a dimensão religiosa desses setores católicos não pode ser esquecida), realidade, reflexão e ação.

Mas não seriam todos os bispos reunidos em torno da CNBB, nem toda a hierarquia eclesiástica e religiosa e nem muito menos todos os leigos que mudariam suas linhas de atuação: alguns continuariam a oferecer apoio e a demonstrar simpatia pela Ditadura. Assim, ao contrário do que é fortemente difundido, nem toda a Igreja Católica, mas grande parte de seus setores, especialmente aqueles mais ligados a um dito “conservadorismo” e a um chamado “tradicionalismo”, apoiou o Golpe e continuou simpático à Ditadura, e nem toda a Igreja Católica, mas seus setores ditos como “progressistas”, colaborou para a denúncia e o combate aos arbítrios políticos, sociais e econômicos da Ditadura¹⁶. É justamente esses últimos setores, que juntamente com a sociedade civil e os seus movimentos sociais, irão lutar e colaborar com os debates sobre os meninos e as meninas em situação de vulnerabilidade social e, inclusive, como já mencionamos, serem os responsáveis por fornecer os primeiros militantes do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Prossigamos.

Embora os principais estudos tenham tomado corpo na década de 1980, como também a atenção da sociedade, esses meninos e meninas em situação de rua, que vivem nos grandes centros urbanos do Brasil e são expostos a um cotidiano de violências e desigualdades, têm seus modos de vidas criminalizados, como aponta o historiador Helvio Mariano (2015), desde os finais do século XIX, com o advento da República. Segundo sociólogo Edson Passetti (2018), “com a Proclamação da República esperava-se um regime político democrático orientado para dar garantias ao indivíduo” (p. 347), mas, ainda segundo o autor, “veio um século no qual muitas crianças e jovens experimentaram crueldades inimagináveis” (Ibidem). Essas crueldades eram “geradas no próprio núcleo familiar, nas escolas, nas fábricas e escritórios, nos confrontos entre gangue, nos internatos ou nas ruas entre traficantes e policiais” (Ibidem).

Mesmo antes do advento da República (1889), ainda nos anos finais do Império, as grandes cidades brasileiras passam por um processo de reestruturação, que se estendia à economia, à política, ao trabalho e à organização das cidades. Para o sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, esse processo iniciou-se na primeira metade do século XIX, tendo sido marcado pelos

Cristianismo da Libertação, por ser um conceito mais amplo que “teologia” ou que “Igreja” e incluir tanto a cultura religiosa e a rede social, quanto a fé e a prática. Dizer que se trata de um movimento social não significa necessariamente dizer que ele é um órgão “integrado” e “bem coordenado”, mas apenas que tem, como outros movimentos semelhantes (feminismo, ecologia etc.) uma certa capacidade de mobilizar as pessoas ao redor de objetivos comuns” (p. 74).

¹⁶ Para saber mais sobre a relação entre a Igreja Católica e a Ditadura ver: GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a Ditadura Militar Brasileira (1971 – 1980)**: a visão da espionagem. Rio de Janeiro: Record, 2014.

seguintes aspectos: “Os serviços urbanos se aperfeiçoariam e com eles – iluminação, calçamento, saneamento – os estilos de vida. A vida ficaria mais livre da rotina doméstica. A rua, outrora só de negros, mascates e moleques – se aristocratizaria” (FREYRE, 1936, p. 54-55). Segundo Mariano (2015), esse processo transformou as ruas, “espaços democráticos e ainda sem proprietário definido” (p. 97), em espaços cada vez mais excludentes e hierarquizados:

Quando voltamos nosso olhar para o final do século XIX e o início do século XX, encontramos marcas de um processo de controle e de normatização da pobreza que buscava criar um modelo de comportamento social da recém-nascida república, modelo este que acabava por criminalizar uma parcela significativa da população, em especial a que vivia nas ruas das cidades brasileiras (Ibidem).

Mariano ainda chama a atenção para o fato de a República, com a intenção de se fazer ordeira e organizada e inspirada nos padrões europeus, passa a rejeitar e excluir os “corpos travestidos de trapos, descalços” (p. 98) dos meninos e meninas que viviam nas ruas, uma vez que esses contrastavam “com o perfil do transeunte desejado, moderno, limpo e vestido com o rigor do horário das fábricas e escritórios, cujo espaço físico aos poucos circundavam as linhas tortas que ganhavam contornos de caminhos entre o trabalho e a vida privada do lar” (Ibidem). Esse período também irá representar uma mudança nas relações de trabalho, até então predominantemente rurais, para uma lógica burguesa de trabalho. Quem não se encaixava nessa nova forma de conceber o trabalho era excluído. Esses grupos, ainda segundo o mesmo historiador, particularmente as crianças e os adolescentes, passam a ser “objetos de uma ira constante que unia médicos higienistas, polícia, judiciário e imprensa” (Ibidem).

Ao discurso higienista se juntará à arquitetura e o urbanismo “hostis”¹⁷. Ambos vão desempenhar papel importante nesse processo de normatização, controle e vigilância das “classes perigosas”, da pobreza e do espaço urbano. Segundo a socióloga Cecília Coimbra (2001):

As afirmações dos médicos higienistas aqui rapidamente apresentadas - sobre os perigos sociais e em especial, sobre as ameaças presentes nos espaços públicos, nas ruas e praças, vão se aliar à algumas políticas hegemônicas na era finissecular e, em especial, a projetos de arquitetos/urbanistas que concebem cidades mais higiênicas e, portanto, mais ordenadas e controláveis. Espaços urbanos que teriam o poder de disciplinar política, higiênica e moralmente as “classes perigosas” e a pobreza que, por sua natureza, é interpretada como um iminente perigo social (p. 95, grifo da autora).

¹⁷ Em 29 de novembro de 2022, a Câmara Municipal do Recife aprovou o Projeto de Lei Ordinária nº 23/2022, conhecida como Lei Padre Julio Lancelloti, que “dispõe sobre a vedação do emprego de técnicas de arquitetura hostil em espaços livres de uso público, no município do Recife”.

As classes sociais que não se encaixam nesse modelo republicano são cada vez mais pauperizadas e excluídas por esse novo arranjo social, político, econômico, arquitetônico e urbanístico de cidade e de país, e passam a ser entendidas como “classes perigosas”: elas e seus modos de viver representam um risco iminente para toda a sociedade e precisam de vigilância e controle. Segundo o filósofo francês Michel Foucault, com o advento das repúblicas no século XIX, o “corpo do rei” é substituído pelo “corpo da sociedade” que, por sua vez, deve ser protegido de “modo quase médico” (2014b, p. 234). Eram suspeitas e potencialmente inclinadas, segundo o entendimento da época, para atividades que infringiam as leis e o ordenamento social. Todas as suas ações estavam sob “suspeição”: “A polícia age a partir do pressuposto da suspeição generalizada, da premissa que todo cidadão é suspeito de alguma coisa até prova em contrário e, é lógico, alguns cidadãos são mais suspeitos do que outros” (CHALHOUB, 1996, p. 23).

Segundo o historiador Sidney Chalhoub (1996), o discurso higienista surge da seguinte questão: “as classes pobres não passaram a ser vistas como classes perigosas apenas porque poderiam oferecer problemas para a organização do trabalho e a manutenção da ordem pública” (p. 29), mas do entendimento de que os “pobres ofereciam também o risco do contágio” (Ibidem). Ainda segundo o autor, esse perigo era representado, desde finais do século XIX, “através da metáfora de doença contagiosa: as classes perigosas continuariam a se reproduzir enquanto as crianças pobres permanecessem expostas aos vícios de seus pais” (Ibidem). Conforme escreve Pssetti (2018), essas populações infantis, ainda segundo o entendimento da época, por viverem exposta à uma situação de “carências culturais, psíquicas, sociais e econômicas” (p. 348), eram impelidas “para a criminalidade”, “tornando-se, em pouco tempo, delinquentes” (Ibidem).

Ainda vale ressaltar que, ainda segundo o mesmo sociólogo, com a grande pauperização e exclusão social, as denominadas “classes perigosas” passam a abandonar cada vez mais seus filhos: “A dureza da vida daqueles que moravam na periferia, em quartos de aluguel, barracos, cortiços ou favelas, levou-os a abandonar cada vez mais seus filhos” (p. 349). É levando em considerações todas essas questões que a República traz para as suas atribuições o controle sobre as crianças e os adolescentes filhos das chamadas “classes perigosas”:

A difusão da ideia de que a falta de família estruturada gestou os criminosos comuns e os ativistas políticos, também considerados criminosos, fez com que o Estado chamasse para si as tarefas de educação saúde e punição para as crianças e adolescentes (Ibidem).

É nesse mesmo período que as crianças e os adolescentes das classes sociais mais pobres passam ser entendidos como “menores”. Sobre o conceito, escreve o historiador Fernando Torres Londoño (1998): “A partir de 1920 até hoje em dia a palavra passou a se referir e indicar a criança em relação à situação de abandono e marginalidade, além de definir sua condição civil e jurídica e os direitos que lhe correspondem” (p. 129). Eram “menores abandonados”, ainda segundo o autor, “as crianças que povoavam as ruas do centro das cidades, os mercados, as praças e que por incorrer em delitos frequentavam o xadrez e a cadeia, neste caso passando a ser chamados de menores criminosos (Ibidem, p, 135). Esse “menorismo”, que assumiu conforme o tempo passava um aspecto pejorativo e o das já mencionadas “potencialidade” e “causalidade” (“potencial delinquente”; “a pobreza é a causa da delinquência, logo todo pobre é um possível delinquente”), vai marcar a experiência das crianças e dos adolescentes, especialmente daqueles e daquelas que estavam em situação de rua, durante a República.

Para Humberto Miranda (2021c), esse “menorismo”, juntamente com os dois Código de Menores (1924 e 1979), que vigoraram no Brasil durante grande parte do século XX (entre 1924 e 1990), forjaram e continuam a forjar toda uma percepção na sociedade brasileira, além de terem orientado e ainda orientarem diversas políticas públicas voltadas para essas populações infantis. A partir do conceito de “racismo estrutural” desenvolvido pelo filósofo Silvio Almeida, Miranda propõe o conceito de “menorismo estrutural”, indicando que ele está arraigado em amplos setores da sociedade e do Estado. Miranda é enfático ao apontar as diversas formas de manifestação desse “menorismo estrutural” na atualidade:

Ele se encontra nas sentenças jurídicas, nas decisões pedagógicas de aceitar ou não um adolescente que cumpre as medidas socioeducativas ou nas ações socioassistenciais, contribuindo diretamente com a reprodução da violência e o aumento das desigualdades praticadas contra crianças e adolescentes pobres e periféricas (Ibidem).

O historiador insiste no fato do “menorismo estrutural” não estar apenas circunscrito ao âmbito da justiça, mas que ele se entende também até às práticas pedagógicas e, conseqüentemente, às escolas. Essas, por sua vez, contribuem e são responsáveis pelo processo de estigmatização dos meninos e meninas das camadas mais pobres da sociedade, além de serem responsáveis pela reprodução de violências e desigualdades socioeconômicas. Ainda segundo Humberto Miranda, o seguinte programa deve ser seguido para superar essa estrutura, principalmente pelo direito:

Para isto, é importante pensar o direito, nas suas diferentes dimensões, a partir de uma mobilização anti-menorista, para que, assim, possamos quebrar com esta estrutura que ainda persiste em perceber nossos meninos e meninas pobres e periféricos como “menores”. Precisamos falar do menorismo estrutural para enfrentar no nosso

cotidiano institucional, buscando abolir a cultura menorista e produzir uma cultura de respeito à condição das crianças e dos adolescentes como sujeitos de direitos, protagonistas de suas histórias e novas histórias (Ibidem).

Humberto Miranda propõe uma mudança profunda na forma em todas as dimensões do direito que deve passar por aquilo que denominou de “anti-menorismo”, o que impele os operadores do direito a “enquadrarem” (BULTER, 2019a) os meninos e meninas não como “menores”, mas como crianças e adolescentes, que por sua vez são sujeitos de direitos e construtores e participantes de suas trajetórias. É a superação de práticas culturais, sociais e políticas “menorista” que devem ser substituídas por uma “cultura de respeito à condição das crianças e dos adolescentes como sujeitos de direitos, protagonistas de suas histórias e novas histórias” (Ibidem).

Para o controle e a vigilância sobre os filhos das chamadas “classes perigosas”, a República optou pela internação. Para Edson Passetti (2018): “Ao escolher políticas de internação para crianças abandonadas e infratoras, o Estado escolhe educar pelo medo” (p. 356). O sociólogo ainda pontua que esses espaços de internação, vigilância e controle eram regidos pela absolutização da “autoridade de seus funcionários” (Ibidem) e pela “idealização de atitudes” (Ibidem). Ainda, segundo Passetti, eram locais para o estabelecimento de “rígidas rotinas” e criação de “impessoalidade”: “cria a impessoalidade para a criança e o jovem vestindo-os uniformemente e estabelece rígidas rotinas de atividades, higiene, alimentação, vestuário, ofício, lazer e repouso” (Ibidem).

A mais conhecida e temida instituição estatal de atendimento às crianças e aos adolescentes em situação de vulnerabilidade social foi a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, mais conhecida pela sigla Febem. A Febem era o braço estadual da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), ambas instituídas como parte da Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM), que seria a política de atendimento às crianças e aos adolescentes em situação de vulnerabilidade social da Ditadura Militar. Segundo Humberto Miranda (2016), “a Funabem, implantada em 1964 e extinta em 1990, passou mais de 20 anos procurando garantir a manutenção da PNBEM, a partir de medidas de disciplina e controle” (p. 73). A Funabem e a Febem eram encaradas pelo general Médici, presidente do Brasil entre 1969 e 1974, como o “milagre social” da sua gestão (p. 47).

Em Pernambuco, a Febem foi inaugurada, ainda segundo o historiador (2014; 2016), em 1966 e foi saudada com grande entusiasmo pela classe política e pela “grande imprensa” do

estado¹⁸. Mas, segundo o Passeti (2018), a Funabem nos levava a um paradoxo: “a ditadura militar tortura os subversivos ao mesmo tempo em que apresenta a Funabem à população, como um lugar exemplar de educação ao infrator” (p. 358). Mas a realidade era outra: “As unidades da Febem em cada estado se mostraram lúgubres lugares de tortura e espancamento como foram os esconderijos militares para subversivos” (Ibidem).

Nos anos finais da década de 1970 e durante toda a década de 1980, a opção pela internação e o sistema Funabem/Febem passam a receber grandes questionamentos e entram em crise: passam a ser alvos de denúncias por violências e perpetuação de estigmas e desigualdades socioeconômica. A Sociedade civil e seus movimentos sociais, movimentos religiosos, academia, organismos internacionais e o próprio Estado passam a buscar alternativas para melhor o atendimento às crianças e os adolescentes em situação de vulnerabilidade social. É nesse contexto que surge o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Como veremos na seção seguinte.

Aos poucos, esse controle das populações infantis deixará de estar relacionado apenas a um controle social baseado na higiene social, na delimitação espacial (que marcaram os primeiros anos da República) e na internação (consagrado na Ditadura Militar) e passará a incluir também, como veremos no capítulo seguinte, o extermínio dessas crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social (que terá o seu ápice entre finais da década de 1980 e durante a década de 1990).

Acompanhamos nessa segunda seção os debates de ordem conceitual, histórica e historiográfica sobre as crianças e os adolescentes em situação de rua. Pudemos observar que a década de 1980 foi bastante profícua no que se refere aos debates sobre quem são, como podem ser caracterizados e denominados e quantos eram os meninos e meninas em situação de rua. Também pudemos acompanhar que a perseguição e a criminalização sistemática de seus modos viver não são um fato circunscrito à essa década, mas é um processo desencadeado desde finais do século XIX, entre o final do Império e os anos iniciais da República. Ainda acompanhamos que com esses debates e denúncias colaboraram a sociedade civil organizada e seus movimentos sociais, entidades religiosas, organismos internacionais, academia e o próprio Estado.

¹⁸ Para saber mais sobre a Febem em Pernambuco, como também sobre a trajetória daqueles e daquelas que foram internados nessa instituição, ver a já mencionada tese de doutorado do historiador Humberto Miranda (2014).

2.2.O Movimento

Para o historiador Daniel Aarão Reis (2014a), a partir dos anos finais da década de 1970, especificamente o ano de 1979, iniciou-se um processo de “transição democrática”. Assim, ainda para o historiador, “a ditadura existiu no Brasil até 1979, quando houve a revogação dos atos institucionais, através dos quais se refazia a ordem jurídica” (p. 103). Esse marco temporal se distancia do que grande parte da historiografia convencionou: a Ditadura Militar¹⁹ ²⁰ se estendeu até a eleição do primeiro presidente civil desde 1964, em 1985. Aarão Reis, por sua vez, defende seu marco temporal levando em consideração a seguinte questão:

Se aceitarmos a ideia de que a ditadura é um *estado de exceção*, ou seja, a de que ela existe na medida em que toda e qualquer legislação pode ser editada, revogada ou ignorada pelo livre – e arbitrário – exercício da vontade dos governantes (Ibidem, grifo do autor).

Mas esse marco temporal nos leva a uma questão: existiu no período que se seguiu imediatamente a 1979 plenas liberdades democráticas? O historiador considera que não e propõe: “*Já* não havia ditadura. Mas *ainda* não existia democracia. E não haveria até 1988” (Ibidem, grifos do autor). É justamente esse período, entre 1979 e 1988, que muitos chamam de “redemocratização”, que o autor denomina de “transição democrática”. Segundo o também historiador Carlos Fico (2019) o próprio termo “redemocratização” é o assunto de muitos debates: “Desse modo, para alguns analistas, em 1985 tivemos o fim da ditadura, mas falar em redemocratização corresponderia a valorizar o que houve antes [1945 – 1964]” (p. 89). Ainda segundo Fico:

O fim da ditadura seria alcançado após longo processo de que durou mais de 10 anos, caso consideremos que ele se iniciou com a posse Geisel, em 1974, e se encerrou na posse do presidente civil em 1985 (Ibidem).

De qualquer forma, esse “longo processo”, que se desenvolveu entre as décadas de 1970 e de 1980, foi marcado, especialmente nos anos de 1980, por “amplos debates” (REIS, 2014a, p. 110) sobre a cidadania, além de ter “ensejado demandas pela ampliação da noção” dessa (Ibidem). Aarão Reis (2014a) não concorda com aqueles que encaram a década de 1980 como

¹⁹ O termo “Golpe Civil-Militar” é utilizado neste trabalho para demonstrar que esse processo não foi conduzido apenas por militares, mas também por políticos, empresários, religiosos e civis, ainda que preponderância de setores militares

²⁰ Sobre os termos “Golpe Civil-Militar” e “Ditadura Militar” ver: AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. São Paulo: Zahar, 2000; DREIFUSS, Renê Armad. **1964: A conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe**. Traduzido pelo Laboratório de Tradução da Faculdade de letras da UFMG; Revisão técnica de Renê Armad Dreifuss. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981; FICO, Carlos. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. (Coleção FGV de Bolso; Série História); MOTTA, Rodrigo Patto. **Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021; NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2021.

a “década perdida”: “fora, ao contrário”, segundo o historiador, “altamente relevante para o avanço democrático do país com a irrupção de múltiplos movimentos sociais: trabalhadores, mulheres, negros, índios, camponeses, sem terra” (p. 110). Carlos Fico (2019) também compartilha do mesmo entendimento de Reis: “A nova Constituição, que seria aprovada em 1988, foi definitivamente marcada pelo ressurgimento dos movimentos sociais que ocorreu no início dos anos de 1980” (p. 103). E ainda acrescenta: “A paulatina construção de políticas sociais que marcariam os governos do início do século XXI [...] teve um forte estímulo naquele momento” (Ibidem).

É importante ressaltar que, mesmo que a intenção da Ditadura Militar fosse controlar totalmente todo esse processo da “transição democrática”, ainda que “aos trancos e barrancos”, expressão utilizada pelas historiadoras Lilia Schwarcz e Heloisa Straling, a oposição, incluindo a sociedade civil, “logrou a alterar os rumos da transição” (SCHWARCZ & STARLING, 2018, p. 473). Ressalta-se também que ele não aconteceu sem uma forte interferência estatal e nem sem algumas atitudes autoritárias e violentas por parte desse e de seus agentes. Ainda é importante acrescentar que ao lutar pelo fim da Ditadura, a sociedade civil não buscava apenas alterar a forma de governo, mas queria um novo modelo de sociedade. Esse foi consagrado pela Constituição Federal de 1988, dita como “cidadã”.

Esse debate inicial é importante, uma vez que foi nesse período, de “irrupção de múltiplos movimentos sociais”, que foi formado o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Segundo a socióloga Maria da Glória Gohn (2004), estas são as características clássicas atribuídas aos movimentos sociais: “possuem uma identidade, têm um opositor e articulam ou se fundamentam num projeto de vida e de sociedade” (p. 145). Ainda para Gohn (2014), os movimentos sociais:

são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político na sociedade civil (p. 251).

Assim, de acordo com essa concepção, os movimentos sociais seriam agrupamentos políticos formados por diversos atores sociais e políticos que se articulam para transformar certos aspectos da realidade social, política e econômica. Gohn entende os movimentos sociais como uma manifestação da sociedade civil. É importante ressaltar o fato de a formação heterogênea ser um dos aspectos dos movimentos sociais: “os movimentos aglutinam bases de mandatárias, assessores e lideranças” (p. 252), que nem sempre são das mesmas “classes e camadas sociais”. Por isso não são fechados em si mesmos:

têm estreitas relações com uma série de outras entidades sociopolíticas como partidos e facções políticas – legais ou clandestinas –, Igrejas, sindicatos, ONGs – nacionais e internacionais –, setores da mídia e atores sociais formadores de opinião pública, universidades, parlamentares em âmbito municipal, estadual, federal, setores da administração governamental, pequenos e médios empresários etc., articulados em redes sociais com interesses em comuns (Ibidem).

Os movimentos sociais, desse modo, não são e não pretendem assumir uma certa “neutralidade”: “todo movimento está articulado a um conjunto de crenças e representações e são elas que dão suporte as suas estratégias e desenham seus projetos político-ideológicos” (p. 235). Ainda é importante observar que as ações dos movimentos sociais são estruturadas “a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade” (p. 251), essas, por sua vez, criam “uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum” (Ibidem). A mesma autora, no entanto, pontua que “não há uma teoria única, assim como não há uma só concepção para o que seja um movimento social, e não há também um só tipo de movimento social” (p. 329).

No Brasil, ainda segundo Gohn (2008), os movimentos sociais vão assumir forte protagonismo na cena pública nos finais da década de 1970, entrando em “crise” e “perdendo sua visibilidade política no urbano” (p. 78) em três momentos distintos a partir da década de 1990: 1990 – 1995, 1995 – 2000 e 2000 – seguintes (Ibidem). Essa “crise dos movimentos sociais urbanos”, especialmente daqueles classificados como “populares”, foi motivada, ainda segundo a autora, principalmente pela implementação das políticas neoliberais no Brasil na década de 1990, mas também pelas reestruturações internas dos movimentos (reflexão sobre e a busca de novas formas de atuação) e pelas crises econômicas enfrentadas por esses no período, pelo surgimento de outros atores sociais, como as Organizações Não-Governamentais (ONGs), e pela desmobilização após a conquista dos direitos reivindicados. Mas a autora pondera: isso não significa o “desaparecimento deles, e nem o seu enfraquecimento enquanto atores sociopolíticos relevantes, mas sim a sua rearticulação, interna e externa, de seu papel da sociedade” (p. 80).

Mais à frete nos deteremos de forma específica nessa questão, uma vez que estudamos um movimento social nesse período de “crise”. Mas acreditamos que o termo melhor para descrever esse processo seria “reestruturação”: processo de “reestruturação” frente ao novo cenário político, econômico e social que marcou o Brasil na década de 1990. O termo “crise” nos remete a colapso. E isso, conforme a ponderação da própria socióloga, não aconteceu. Agora passemos para o processo que levou à criação do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua com todas as suas implicações.

Antes de tudo é importante mencionar que o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua não foi fundado pelo Estado, que no período era governado por militares e vivenciava a sua “transição democrática”. Mesmo tendo surgido no contexto do “Projeto Alternativas de Atendimento aos Meninos e Meninas de Rua” ou “Projeto Alternativas Comunitárias”, financiado no início da década de 1980 pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, pela Secretaria de Assistência Social (SAS) e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância com intuito de buscar novas formas de atendimento para as crianças e os adolescentes em situação de vulnerabilidade social, o Movimento não se entendeu como uma coletividade a partir do “Projeto Alternativas”, mas justamente com o seu distanciamento dele e a crítica a ele e ao sistema Funabem/Febem:

A partir deste intercâmbio, em 1985, algumas pessoas de diferentes programas sentiram a necessidade de dar um caráter mais político a esta articulação, por entender que se fazia necessário provocar de fato uma mudança na política de atendimento às crianças e adolescentes. Não dava para continuar dependendo apenas de um projeto financiando pelo governo, enquanto a política mantida por este mesmo governo permanecia inalterada e os procedimentos continuavam contrariando os mais elementares princípios pedagógicos, como por exemplo, a prática de manter meninos trancafiados em “cafuas” (quartos escuros sem comunicação) (MNMMR-PE, 2002, p. 28).

Com uma forte crítica ao Estado e à sua política de atendimento (internação marcada por violências, como os “cafuas”), os militantes resolvem se reunir em um movimento de “caráter mais político”. É importante ressaltar que, desde o início, esses não são favoráveis ao sistema Funabem/Febem, que, por sua vez, “levava sempre para a internação, a violência física, e, conseqüentemente, a manutenção da desigualdade social” (Ibidem, p. 27), mas desejavam colaborar com novas alternativas para esse atendimento:

Ao final da década 70 [1970] e início dos anos 80 [1980], surgiram no Brasil iniciativas da sociedade civil buscando oferecer um atendimento diferenciado para meninos e meninas em situação de rua, de risco ou de desvantagem social (Ibidem).

Levado em consideração essa movimentação, junho de 1985 vai ser o marco temporal escolhido pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua para marcar a sua formação. Essa contou com a participação de “pessoas de todas as regiões do país, com as mais diversas experiências, mas com o mesmo objetivo” (Ibidem, p. 28):

Resgatar a cidadania da infância e da juventude, considerando meninos e meninas como sujeitos de direitos e promotores de sua própria história, de uma nova visão de sociedade, com a consciência plena de suas potencialidades enquanto pessoas em fase de desenvolvimento (Ibidem).

É a partir desse momento que existe uma identidade coletiva e um objetivo definido entre os militantes que constituíram o Movimento. É a partir desse momento que eles se sentem

pertencentes a um movimento social. Esse marco temporal vai ser reforçado por publicações do MNMMR. Essas sempre indicam o ano de 1985 como o primeiro das atividades do Movimento, como por exemplo uma cartilha publicada provavelmente no ano 2000: “Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (1985 – 2000): 15 anos promovendo a cidadania das crianças e dos adolescentes no Brasil” (s.d.).

Segundo o historiador Humberto Miranda (2021a), “a primeira gestão [do Movimento] foi formada por lideranças de todas as regiões do Brasil, com a presença de padres, freiras e leigos engajados” (p. 217), ligados à Pastoral do Menor e aos setores progressistas da Igreja Católica. Mas Miranda também registra que “a presença de educadores sociais não religiosos se tornou cada vez mais forte no Movimento, principalmente quando as gestões seguintes passaram a não contar com a presença de religiosos” (Ibidem). Sobre as reivindicações do MNMMR no seu início, comenta:

Ademais da preocupação exclusiva com o atendimento, o Movimento passava a reivindicar também políticas sociais voltadas para as crianças mais vulneráveis, das violências praticadas pelo aparato policial e a precariedade vivida em relação aos direitos fundamentais básicos (Ibidem, p. 218).

O Movimento alarga suas pautas reivindicatórias, passando também a militar “por políticas sociais” dirigidas aos meninos e as meninas em situação de vulnerabilidade social, contra as violências dos agentes do Estado e pelos direitos das crianças e adolescentes. Esse processo de expansão das pautas reivindicatórias vai marcar fortemente a atuação do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua: nenhuma forma de violência e nenhuma desigualdade socioeconômica acontece de forma isolada na sociedade; suas consequências de dão de forma articulada.

Em Pernambuco, o Movimento Nacional de Meninos e Meninos e Meninas de Rua também surge no contexto do “Projeto Alternativas Comunitárias” e da formação do Movimento em âmbito nacional: “Antes de 1985, no estado de Pernambuco, ninguém falava de organização de meninos e meninas (MNMMR-PE, 2002, p. 30). Mas isso não significa que, como acontecia em outras regiões do Brasil, não existissem “programas de atendimento” para o acolhimento dessas crianças e adolescentes: “Havia alguns Programas de Atendimento que, oferecendo um atendimento de melhor qualidade, respeitavam e levavam em conta as necessidades vitais da menina” (Ibidem). Entre esses programas podemos mencionar a Casa das Crianças, em Olinda, integrada por Helena Janssen, como vimos, e as Escolas Comunitárias, no Recife, que era integrada por Maria de Lourdes. Esses programas e muitos outros formaram a base para a articulação do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua no Brasil e em Pernambuco.

Como aconteceu no plano nacional, conforme foi apontado por Humberto Miranda, a presença de clérigo e religiosos engajados nas primeiras gestões do Movimento também pode ser observada em Pernambuco: o padre Ramiro Ludeña y Amigo, por exemplo, foi um dos principais articuladores das atividades do “Projeto Alternativas” em Pernambuco e posteriormente foi eleito o primeiro coordenador estadual do MNMMR (JANSSEN, 2022). No entanto, a análise conjunta do jornal “O Grito”, de outros documentos do Movimento e das entrevistas temáticas, nos permite afirmar que, embora alguns religiosos e clérigos fossem considerados aliados nas mobilizações, como o padre Reginaldo Veloso, eles parecem não ter exercido grande influência sobre o Movimento em Pernambuco nos anos de 1990. É importante mencionar que, no Recife, desde os meados da década de 1980, os setores progressistas da Igreja Católica estavam sob a constante intervenção do Vaticano, que buscava desarticular o Cristianismo da Libertação e os “agentes pastorais “excessivamente políticos”” (LÖWY, 2016, p. 209, grifo do autor). Esse movimento, assim, buscava impossibilitar ou dificultar a atuação de religiosos e clérigos em movimentos populares ligados ou com alguma afinidade com o Cristianismo da Libertação. Ainda cabe distinguir que, do ponto de vista institucional, de fato, a Igreja Católica não exercia influência sobre o Movimento, mas não podemos negar a influência dos debates e das práticas dos “agentes pastorais “excessivamente políticos”” (Ibidem) (leigos, clérigos e religiosos), ligados ao que poderíamos denominar de um “catolicismo popular”, “catolicismo de base” ou “catolicismo engajado”, nas atividades do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.

Essa mesma análise ainda possibilitou a mesma conclusão para os partidos políticos: embora alguns fossem considerados aliados, parecem não ter exercido maiores influências sobre o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua em Pernambuco nos anos de 1990.

Sobre o padre Ramiro e a participação de clérigos nas mobilizações do Movimento como um todo, é interessante apresentar o seguinte acontecimento, pois consideramos que ele é um bom exemplo dessa relação de proximidades, mas também de distâncias. Na edição de junho de 1992, “O Grito” registra o que considerou um “equivoco” do padre Ramiro, então presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), ao questionar a atuação do Grupo Ruas e Praças:

Causou mal-estar a acusação feita pelo presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, padre Ramiro, ao Grupo Ruas e Praças. O padre perguntou em determinada ocasião se o Grupo “quer realmente tirar os meninos das ruas”. É lógico que o Grupo é contra estas ações violentas da Prefeitura, da forma como são feitas. Assim como combate à violência do Juiz contra os meninos que

pedem esmolas²¹. É contra, porque sabe que não há lugar para onde levar os meninos e, muito menos, há quem os eduque. [...] É lamentável, portanto, que o presidente do Conselho analise o trabalho de maneira tão equivocada e seja tão infeliz nas suas avaliações²².

Outro acontecimento é bastante significativo. Na edição de outubro de 1992, o “O Grito” informa que um grupo com cerca de vinte meninos e meninas e duas educadoras estavam sendo impedidos de se reunirem na frente de uma igreja localizada no bairro de Santo Antônio: foram impedidos por um dos funcionários da igreja, que em um dado momento chegou até a solicitar a presença de agentes policiais para os retirarem de frente do espaço religioso. O periódico registra a insatisfação das crianças, adolescentes e adultos com essa situação nos seguintes termos:

Ao fazer uma avaliação desses acontecimentos, os meninos e educadoras lembraram que Jesus se sentava com prostitutas, leprosos, pecadores e perseguidos, nas praças e igrejas da época. E hoje, vinte séculos depois, os meninos são expulsos desses locais. Há muitas igrejas e praças no Centro do Recife, mas eles não podem entrar...Não há lugar para eles...²³

Ainda cabe ressaltar que o Movimento não era apenas um movimento social composto por adultos que atuava “em prol dos direitos da criança” (MUNÕZ, 2021, p. 355), mas um movimento social que em grande parte era também liderado por crianças e adolescentes (Ibidem). O MNMMR valorizava a participação dos meninos e das meninas, entendendo-os como sujeitos políticos e sujeitos de direitos. Segundo a socióloga espanhola Marta Martínez Muñoz (2021): “os movimentos sociais de crianças²⁴ costumam ser fruto de projetos pedagógicos e sociais voltados para a defesa e promoção de seus direitos” (p. 355). Munõz ainda pontua que esses “geralmente precisam do acompanhamento de pessoas adultas e organizações por diversos motivos” (p. 356). A pedagogia utilizada pelo Movimento era a “educação popular” de matriz Freiriana: uma pedagogia que levava em conta a realidade vivida, a reflexão sobre essa e encaminhava para uma prática política.

O seu nascimento nas classes populares e sua articulação com esses setores progressistas da Igreja Católica, reforçam o seu caráter e sua identidade como um “movimento popular”²⁵. Assim

²¹ Provável referência à Portaria 04 que veremos mais à frente.

²² O PADRE está equivocado. **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, jun. 1992. P. 03.

²³ NÃO há lugares para eles. **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, jun. 1992. P. 03.

²⁴ A autora utiliza o termo “crianças” levando em consideração o que definido na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (1989): pessoas com menos de 18 anos.

²⁵ Embora não classifique o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua como um “movimento social popular”, Maria da Glória Gohn (2014) aponta as características citadas como pertencentes a esse tipo de movimento social.

vão continuar se percebendo mesmo passados 05 anos desde a sua fundação, como podemos acompanhar nas “Teses e proposta” (1990 – 1992) (s.d.):

Define-se como Movimento Popular. Esta característica advém de um projeto político comprometido com a classe dominada e não com a dominante. Deve, portanto, envolver os educadores das camadas populares e pessoas comprometidas com as mesmas. Para tanto deve desenvolver ações articuladas com entidades e/ou movimentos afins, movimentos sociais (populares e sindicais) nacionais e internacionais, bem como realizar ações específicas (negros, crianças e mulheres, trabalhadores rurais) e gerais que complementem e for faleçam o apoio mútuo e o poder de pressão para transformação da realidade (p. 08).

O Movimento tem plena consciência da sua formação entre as classes populares. É importante perceber uma certa solidariedade de ação entre os diversos movimento sociais, cita os “populares” e “sindicais”, sejam eles nacionais ou estrangeiros. O MNMMR ainda busca e defende a cooperação entre os diversos atores e entidades da sociedade civil para construção de várias frentes de militância buscando o fortalecimento do “apoio mútuo e o poder de pressão para transformação da realidade”.

Nos voltemos mais uma vez para a chamada “crise dos movimentos sociais urbanos”, nas palavras da socióloga Maria da Glória Gohn (2008), na década de 1990. Sobre essa “crise” e o MNMMR, escreve a historiadora e pesquisadora da educação Alessandra Nicodemos (2021):

O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) constitui-se como ator fundamental no processo de mudanças da política governamental e não governamental relativa à criança e ao adolescente em nosso país nos anos de 1980 e, na década seguinte, experimentou um esvaziamento de seu potencial reivindicatório, impactado pelas mudanças objetivas da relação entre Estado e Sociedade Civil no Brasil (p. 170).

Assim, para Nicodemos, depois de experimentar um período, década de 1980, onde o seu trabalho de mobilização tinha um grande potencial nas ações reivindicatórias, o Movimento “experimentou um esvaziamento do seu potencial reivindicatório” na década de 1990. Para a historiadora isso se deu por motivações bastantes parecidas com aquelas listadas por Gohn: neoliberalismo, novos atores sociais, reestruturação interna e crise econômica e o acesso a direitos que antes eram reivindicados. Mas, assim como a socióloga, pondera:

Cabe ressaltar, ainda, que tal constatação não nega a significativa importância histórica e política do MNMMR na construção de garantias legais para milhares de crianças e adolescentes no país, e que repercutem até os dias atuais, em muitas dinâmicas protetivas fundamentais na defesa dos direitos das crianças e adolescentes e no reconhecimento das mesmas como sujeitos de direitos (p. 195).

A pesquisadora aponta que no mesmo período o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua “altera o seu modelo organizativo, aproximando-se mais do caráter de ONG

do que de movimento social” (p. 192). Isso, segundo a autora, pode ser visto a partir da análise das suas diversas publicações. Sobre esse processo, comenta:

Esse processo de definição de identidade - ser ONG ou ser Movimento Social - foi acompanhado por um debate específico sobre a redefinição do seu projeto político pedagógico, entre a opção de uma atuação mais político-formativa ou de atendimento assistencialista, como outras entidades que vivenciavam, de forma muito contundente, o escasseamento de recursos de financiamento (p. 193).

Vários documentos produzidos pelo Movimento na década de 1990, de fato, vão reforçar o entendimento da autora. No panfleto “Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (Brasil)” (s.d.), que muito provavelmente foi produzido na segunda metade da década, o Movimento se autodefine como “uma organização popular, não governamental”; já no panfleto “Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (1985 – 2000): 15 anos promovendo a cidadania das crianças e dos adolescentes do Brasil” (s.d.) a autodefinição permanece: “é uma organização popular não-governamental”; no panfleto com a programação da “IX Assembleia Nacional” (s.d.) não vemos mudança na definição: “é uma organização não-governamental”. Mas uma questão parece divergir das conclusões de Nicodemos. Nas “Teses e propostas” (s.d.) para os anos de 1990 – 1992, o MNMMR não se entende como uma instituição de “atendimento assistencialista”, mas “político-formativa”:

Define que seu papel fundamental é contribuir na formação da consciência crítica e na organização dos meninos e meninas/as e jovens das classes populares, principalmente os de rua, no sentido que eles sejam interlocutores de si próprios na conquista de seus direitos, inclusive na busca de suprimento das suas necessidades mais básicas. *Não é função do Movimento desenvolver programas de assistência* (p. 07, grifo nosso).

O Movimento concebe sua atuação a partir da atuação política (“interferir”, “desmontar”, “alterar” e “denunciar” (Ibidem, p. 06)) e pela “formação da consciência” dos meninos e meninas das classes populares. E é bem enfático ao indicar que não é “função do Movimento desenvolver programas de assistência”.

Maria da Glória Gohn (2014) continua classificando o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua como um movimento social. A socióloga reconhece que a década de 1990 vai ser marcada “pela centralidade das ONGs no cenário das demandas sociais” (p. 342) e ainda que alguns movimentos passam a atuar como Organizações Não-Governamentais, mas não classifica o Movimento como uma ONG. Gohn (2004) diferencia essas ONGs, que classifica como “terceiro-mundistas”, das que denominou de “militantes”. Essas últimas, ainda segundo a autora, atuaram como apoio aos movimentos e às organizações populares na década de 1980 e, como os movimentos sociais urbanos, entraram em “crise” na década seguinte.

Esse cenário de “crise”, no entanto, parece não ter marcado a experiência do Movimento Nacional de Meninos e Meninas em Pernambuco. Tomemos como exemplo as atividades contra o extermínio. Durante diligência realizada em Pernambuco pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a investigar o extermínio de crianças e adolescentes no Brasil (1991 – 1992), mais conhecida como CPI do Extermínio, o Movimento participou dos debates, dos preparativos e das próprias diligências. No estado, como veremos no capítulo seguinte, a chamada “grande imprensa” consultava e reconhecia a importância do Movimento quando o tema era o extermínio de crianças e adolescentes em situação de rua: entrevistava seus militantes, divulgava os dados que esses reuniam e publicava sobre as passeatas e protestos que esses organizavam nas ruas.

Quando levamos em consideração também o âmbito nacional, os exemplos se repetem. Os parlamentares, ao apresentarem à Câmara dos Deputados o “Projeto de Resolução nº 14, de 1991”, reconhecem e listam o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua como uma das principais referências da sociedade civil quando se buscava uma maior compreensão sobre o assunto. O “Relatório Final da CPI do Extermínio” (1992) vai seguir a mesma linha. Ainda a esse âmbito nacional, acrescentamos o livro do jornalista Gilberto Dimenstein, “A Guerra dos Meninos” (1990), sobre o extermínio de meninos e meninas em situação de rua no Brasil, que, como registrou durante toda a sua obra, foi profundamente influenciado pelas mobilizações e pelos debates do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, como também o documentário homônimo, lançado em 1991, da diretora Sandra Werneck, que usou o referido livro como a base para a construção de sua obra.

Nesse universo de exemplos mencionemos também a reportagem exibida no “Globo Repórter”, da “TV Globo”, em 31 de maio de 1991, uma sexta-feira, dois dias após a instalação da CPI do Extermínio, sobre o extermínio de meninos e meninas em situação de rua no Brasil, pontuando os altos índices de assassinatos no Recife e as mobilizações do MNMMR na Capital contra esse cenário. Essa reportagem, inclusive, ganhou o Prêmio Vladimir Herzog na categoria melhor reportagem para TV.

Também não poderíamos deixar de mencionar a repercussão internacional da pesquisa publicada no livro “Vidas em risco: assassinatos de crianças e adolescentes no Brasil” (1990). Essa pesquisa foi divulgada em diferentes periódicos do Reino Unido pela seção da Anistia Internacional desse país com a seguinte manchete: “O Brasil já encontrou a forma de tirar suas crianças da rua: matando-as” (MNMMR; IBASE; NEV-USP, 1991, p. 19). Essa manchete “abriu uma polêmica entre a Anistia e o governo brasileiro, preocupado com a imagem do Brasil

no exterior” (Ibidem). Segundo o Movimento, o Ibase e o NEV-USP (1991), autores da pesquisa, esse atrito “levou a Anistia a uma retratação pela forma como o anúncio foi publicado, sem que deixasse de reafirmar, no entanto, a existência e a gravidade do fenômeno no Brasil” (p. 21). Ainda segundo esses, “o governo, através do Ministério da Justiça, pediu ao IBASE os resultados da pesquisa e solicitou a abertura de um canal de diálogo com o MNMMR” (Ibidem).

Pior fim mencionemos as repercussões da “Chacina da Candelária”, ocorrida no ano de 1993 em frente à igreja de mesmo nome, no centro do Rio de Janeiro. Segundo notícia do “Jornal Nacional”, da “TV Globo”, de 14 de setembro de 1993, a sede do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, em Brasília, recebia cartas do mundo todo pedindo respostas do governo brasileiro e celeridade na investigação dos crimes. Entre os autores dessas cartas, a notícia destaca aquela escrita pelo cantor estadunidense Michel Jackson, falecido em 2005. Essas cartas foram entregues pelo Movimento à comissão criada pelo governo federal para discutir a questão, da qual também fazia parte. Essa ampla gama de exemplos são mais um indicativo que nos levam entender a década de 1990 como um período de “reestruturação” e não de “crise”.

Nesse momento apresentaremos algumas questões relativas à organização do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. De acordo com a comissão pernambucana do MNMMR (2002), “a organização do Movimento existe hoje em nível nacional” (p. 30), não de forma imediata, mas a partir de um processo: “Tomou corpo e forma ao longo dos anos. No início não havia os Núcleos de Base, os Sub-regionais, nem a Comissão de Animação Nacional” (Ibidem). Ainda segundo a mesma comissão, a forma de organização do Movimento foi tomando corpo de forma independente nos estados a partir das necessidades e anseios dos meninos e meninas em situação de rua das várias regiões do Brasil:

Esta organização acontecia de forma espontânea em cada estado e adquiriu um jeito próprio, caracterizando-se e ampliando-se à medida que a gente escutava os meninos, discutia com os educadores e trocava experiências com o pessoal de outros estados, registrando o que havia em comum nas experiências garantindo uma filosofia de ação com dimensão nacional. (Ibidem).

Falemos especificamente agora dos chamados Núcleos de Base. Assim a comissão pernambucana do Movimento define o Núcleo de Base: “É unidade organizativa e referencial dos meninos e meninas que participam da organização” (p. 43). Cada núcleo de base, ainda conforme os mesmos autores, “tem um jeito diferente de participar, dependendo de sua história, cultura e experiência de vida (seja de meninos ou meninas moradores de rua, da favela, de bairro periférico ou trabalhadores de cana-de-açúcar)” (Ibidem). De acordo com o historiador

Heliwelton Clemente (2021), “os núcleos de base eram os espaços pedagógicos do MNMMR, em outras palavras, eram os locais de referência em que os educadores, voluntários, meninos e meninas se reuniam” (p. 53). Já de acordo com o jornal “O Grito dos Meninos e Meninas de Rua”, os núcleos de base eram espaços onde os meninos e meninas construía suas mobilizações e contavam suas histórias²⁶.

Os núcleos de base em Pernambuco foram criados a partir de uma demanda das crianças e dos adolescentes:

A ideia dos Núcleos de Base surgiu a partir da necessidade que sentiam, os meninos e as meninas que não pertenciam a nenhum Programa de Atendimento, de se reunirem para dar encaminhamento às propostas definidas nos Encontros (MNMMR-PE, 2002, p. 32).

O primeiro Núcleo de Base pernambucano foi o “Vamos à Luta para Vencer”, fundado pelo então adolescente José da Silva, mais conhecido como Zé da Silva²⁷:

Foi Zé da Silva, menino que desde os cinco anos de idade vivia nas ruas do Recife, que, com o incentivo de alguns educadores, resolveu construir um barraco na Favela da Paz²⁸, onde procurou organizar os colegas” (Ibidem).

Falaremos agora da Comissão de Animação Nacional (CNA). Essa comissão era constituída “por um representante de cada estado do Brasil, indicada por um representante indicado pelos próprios meninos nos Núcleos (p. 33). A CNA “foi criada para permitir a discussão em nível nacional, de questões pertinentes à situação das crianças e adolescentes no país, facilitando os encaminhamentos de decisões gerais no retorno dos representantes aos seus estados” (Ibidem). Os trabalhos da CNA eram acompanhados por “por cinco educadores/as escolhidos/as nas Regiões (um/a por Região) e por um membro da Coordenação Nacional” (Ibidem).

Já a chamada Sub-regional de Meninos e Meninas no Nordeste “surgiu de uma necessidade estratégica dos adultos envolvidos com o Movimento na região [Nordeste], levando em conta a grande distância entre um estado e outro” (Ibidem). Em Pernambuco, de acordo com a comissão estadual, os meninos e meninas elegiam quatro representantes para compor a Sub-regional (Ibidem). A Assembleia Nacional eram os momentos em que, além de serem traçadas as diretrizes de atuação do Movimento, era eleita a Comissão Nacional do Movimento. Dessa reunião, com direito a voto, participavam crianças, adolescentes e educadores.

²⁶ NÚCLEOS de base. **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, ago. 1995. P. 04.

²⁷ José da Silva será tema do terceiro capítulo.

²⁸ Comunidade localizada no bairro recifense de Cajueiro.

Ainda sobre a organização do Movimento, falaremos agora sobre os educadores e as educadoras sociais. Antes de mais nada é preciso indicar que, no MNMMR, essa atividade é exercida por adultos. O historiador Humberto Miranda (2021), a partir dos estudos da socióloga Maria Stela Graciani (2009), aponta que “os educadores sociais de rua”

nasceram dos movimentos populares dos anos de 1980, que buscaram produzir uma “pedagogia” a partir de uma dimensão social dos “novos direitos”, quando diferentes formas de abordagem, de didática, de socialização do “conhecimento”, passaram a ser vivenciados no cenário das ruas, no Brasil e nos países da América Latina (p. 210, grifos do autor)

Miranda também aponta, ainda a partir dos estudos de Graciani, que “o crescimento da população urbana, marcada pelas desigualdades fez surgir “novos sujeitos”, entre eles os educadores sociais de rua” (Ibidem, p. grifos do autor). No Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, o início da atuação desses atores, assim, está circunscrito às atividades iniciadas antes mesmo da constituição do Movimento enquanto um movimento social, no contexto do “Projeto Alternativas”.

Essas educadoras e esses educadores recebiam constante formação nos Centros de Formação do Movimento, que eram articulados a partir de polos. Os militantes e as militantes ainda hoje se orgulham de terem sido formados por esses espaços de construção de saberes²⁹. No Polo III, localizado no bairro recifense da Boa Vista, um panfleto divulgando as atividades indica que a capacitação consistia em uma “formação básica de educadores” (MNMMR, s.d., p. 02) e em um “aperfeiçoamento de educadores” (Ibidem). Esse, por sua vez, incluía as seguintes temáticas: “Programa de Proteção às DST’s, AIDS e uso indevido das drogas, oficina de sexualidade, formação para eliminação do trabalho infantil e proteção do trabalho do adolescente e formação para a execução de medida socioeducativa” (Ibidem).

Além de “educadores sociais de rua”, os integrantes do Movimento se percebiam enquanto militantes³⁰. É o que indica o seguinte trecho da entrevista de Maria de Lourdes Silva do Nascimento (2022): [...] e dessa forma fui ficando, me constituindo enquanto militante do Movimento Nacional de Meninos e Meninas e Rua até hoje” (Ibidem). No trecho em questão, Dului responde à uma pergunta sobre a sua trajetória no Movimento. Como veremos no

²⁹ Constatamos isso durante visita à sede pernambucana do Movimento para o lançamento do livro “Entre ruas e praças: Histórias do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua” (2021), organizado pelo historiador Humberto da Silva Miranda. A integra do evento está disponível no canal do *Youtube* da Escola de Conselhos de Pernambuco.

³⁰ Com militantes queremos indicar os atores da “militância”: “metodologia para produzir ações coletivas a fim de intervir, ou interferir, nas normas sociais vigentes” (SALES; FONTES; YASSU, 2018). Mas não somente os atores da “metodologia”, mas também as representações e concepções sociais sobre o que caracterizaria um militante.

capítulo terceiro, o então adolescente José da Silva, mencionado nos parágrafos anteriores, também era reconhecido como um militante, mais especificamente como um “adolescente militante” (ESPÍRITO SANTO JÚNIOR, 2022). Nesse sentido, podemos afirmar que a categoria militante poderia abrigar crianças, adolescentes e adultos. No caso dos meninos e meninas, podemos perceber a partir da própria trajetória de José da Silva, que um maior empenho nas mobilizações do MNMMR era o que os constituía enquanto militantes. Também compreendemos que o militante, seja criança, adolescente ou adulto, além de se reconhecer como um militante, é reconhecido como tal por outros militantes.

Nos debruçemos agora sobre as formas de mobilização dos Movimento Nacional de Meninos e Meninos de Rua. Em nosso trabalho, as mobilizações do Movimento contra o extermínio de crianças e adolescentes em situação serão analisadas a partir do que a filósofa estadunidense Judith Butler (2018) denominou de: “vulnerabilidade corporal, coligações e políticas das ruas” (p. 137). Essas mobilizações ainda podem ser compreendidas dentro do que Butler denominou de “rede social de mãos que busca minimizar a impossibilidade de viver uma vida vivível” (p. 76). Ainda conforme a autora, “algumas vezes, uma reunião é realizada em nome do corpo vivo, um corpo com direito a viver e a persistir” (p. 23). Mesmo que em silêncio, esses “corpos reunidos” em assembleia, “dizem”, escreve a filósofa, “não somos descartáveis” (p. 24). Sobre as mobilizações pelos direitos desses atores sociais, Judith Butler insiste que eles “não modos de afirmar o tipo de mundo onde cada um de nós deveria ser capaz de viver” (p. 76). Ao invés disso, defende que

eles emergem de um entendimento de que a condição de precariedade é diferencialmente distribuída, e que tanto a luta contra quanto a resistência à precariedade têm que estar baseadas na reivindicação de que as vidas sejam tratadas igualmente e que sejam igualmente vivíveis (Ibidem).

Como vimos na introdução e veremos no próximo capítulo, as vulnerabilidades, para Butler, não são naturais, mas são frutos de um processo social de distribuição dessa vulnerabilidade a determinados atores. Já quando tomamos como um todo as mobilizações do MNMMR, defenderemos, também a partir de Butler, que a rua é o espaço pelo que se luta e não só onde se luta (BUTLER, 2018). Os meninos e as meninas não queriam ser expulsos, mas desejam poderem usufruir das ruas e praças de forma digna, como qualquer outro ator social. Sem o entendimento dessa questão corremos o perigo de reproduzir um discurso que “elitiza” o espaço público: esses atores sociais “subalternos” ou das “classes populares” não usufruem desse espaço, mas apenas o utilizam para suas lutas. O que é um equívoco, principalmente se levarmos em consideração a forma como esses atores sociais tiveram seus “modos de vida

criminalizados” através de discursos e práticas higienistas e disciplinadoras. Essas tinham como aliados a arquitetura e o urbanismo hostis. Eles, assim, não renunciaram ao espaço, mas foram forçados a tal, através da pauperização e de uma nova forma de organização do trabalho, da economia, da política e da sociedade.

Nesta seção buscamos apresentar e debater as principais questões suscitadas (sejam elas de ordem histórica, historiográfica, conceitual, teórica e organizativa) a partir da formação do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Vimos que o MNMMR surge no período de “transição democrática” e efervescência política, que marcaram os anos finais de 1970 e grande parte da década de 1980, como uma resposta da sociedade civil ao precário atendimento institucional levado a cabo pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor e pela Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, depois estendendo suas pautas reivindicatórias para as desigualdades socioeconômicas e violências que as crianças e os adolescentes em situação de vulnerabilidade social estavam inseridas. Acompanhamos que a década de 1990 foi marcada por um processo que preferimos chamara de “reestruturação” dos “movimentos sociais urbanos” frente ao contexto social, político e econômico do Brasil no período. Também apresentamos, embora passando por esse processo, o Movimento não diminuiu as suas linhas de atuação, sendo um dos grandes interlocutores nacionais contra o extermínio de crianças e adolescentes.

2.3. A Cidade

Para o filósofo Michel de Certeau (2014), a cidade é uma invenção; uma construção; é uma leitura; a cidade é um ponto de vista. Ainda segundo o filósofo, essa operação inventiva é influenciada pela visão do espaço que se ocupa na cidade: antes de ser sentida, a cidade é vista. A visão da cidade, no entanto, quando é feita única e exclusivamente por cima, pode inventar uma “cidade-panorama” que desconhece ou não consegue ver “embaixo” onde “vivem os praticantes ordinários da cidade” (p. 159): ““a cidade-panorama” é um simulacro “teórico” (ou seja, visual), em suma, um quadro que tem como condição de possibilidade um esquecimento e um desconhecimento das práticas” (Ibidem, grifos do autor). Certeau insiste que essa visão totalizante não é capaz de levar em consideração essas “práticas estranhas ao espaço” (Ibidem): “[Escapam] às totalizações imaginárias do olhar” (Ibidem). Mas os praticantes dessa “forma específica de “operações” (“maneiras de fazer”)” (Ibidem, grifos do autor) também inventam a cidade; também veem uma cidade.

Já o historiador Antônio Paulo Rezende (1999), ao escrever sobre os trabalhos historiográficos que analisam a cidade, pontua que, quando esses versam principalmente sobre

a “dimensão econômica, enfatizando o domínio do capital sobre o trabalho, a degradação existente devido ao regime de exploração dos assalariados e com a concentração de renda nas mãos dos proprietários dos meios de produção” (p. 156), acabam por apresentar uma cidade “oprimida pela disciplina imposta pelo modo capitalista de produção e seus sujeitos submersos num cotidiano sem maiores perspectivas de mudança” (Ibidem). O historiador concorda com o filósofo no seguinte aspecto: algumas análises e pontos de vista podem invisibilizar as práticas e as resistências cidadinas de determinadas populações, que, por sua vez, assim, não operariam também elas sobre o espaço urbano e sobre a sua interpretação.

Compreendendo que uma visão “panóptica” do Recife não é profícua, pois colabora para exclusão de determinadas práticas, como a dos meninos e das meninas em situação de rua e de outros “consumidores” do espaço urbano, essa seção busca apresentar e discutir o Recife inventado pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua a partir do que foi registrado no jornal “O Grito dos Meninos e Meninas de Rua”. Dessa forma, o que será debatido nessa seção será o Recife visto por esse grupo; será o Recife segundo as experiências desses. Com invenção não queremos indicar que o Recife registrado no jornal “O Grito” e analisado aqui não integrava o cotidiano dos meninos e das meninas em situação de rua; não é ele uma falsificação. Com invenção queremos indicar as práticas que esses operam para a interpretação e transformação do espaço urbano.

Escrever uma história do Recife a partir da percepção desses atores sociais necessariamente partirá de suas experiências na cidade. No caso dos meninos e das meninas em situação de rua, na maioria das vezes, essa experiência era marcada por violências e desigualdades socioeconômicas. Mas não apenas por isso: não são apenas essas violações de direitos que estão registradas nas páginas do “O Grito”, mas principalmente as denúncias dessas violações. São as circunstâncias em que ocorreram e a ativa participação política das crianças e adolescentes que formam a percepção do Recife inventada pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Mais do que apenas apresentar as desigualdades sociais e econômicas e as violências, “O Grito” apresenta a percepção dos meninos e meninas sobre elas. Assim não pretendemos apresentar uma “cidade oprimida” (Ibidem), mas uma cidade que denuncia e se mobiliza contra as desigualdades socioeconômicas e que seus moradores não são “meros espetadores” do cotidiano, mas agentes transformadores desse.

Recife é uma cidade em constante reinterpretção espacial, política, cultural e econômica. Vejamos. A mais antiga menção à “Povoação dos Arrecifes” ou à “Ribeira Marinha dos Arrecifes” é encontrada no documento conhecido como “Foral de Olinda” (1537)

(BERNARDES, 1996; REZENDE, 2005). Essa povoação, que só se tornaria cidade em 1710, correspondia à uma ilha fluvial isolada do continente: uma estreita faixa de terra que possuía como limites naturais o oceano Atlântico e os rios Capibaribe (que corta a atual região central da Capital) e o Beberibe (que ainda hoje é usado como limite entre a Metrópole e o município de Olinda). Era ligada à cidade de Olinda apenas por um estreito banco de areia: a lingueta, que não existe mais. Mas possuía um porto natural. Esse porto, essencial para escoar a produção advinda da exploração do território pelos europeus, era protegido por um longa faixa de arrecifes de coral.

Esses arrecifes, por sua vez, estão na raiz do nome de todo um vasto território. Vasto, porque esse Recife do século XVI corresponde hoje apenas ao bairro do Recife (popularmente: Recife Antigo). Esse bairro já não é mais geograficamente isolado: é ligado ao continente pelas movimentadas pontes Limoeiro, Buarque de Macedo, Maurício de Nassau e 12 de setembro (mais conhecida como ponte Giratória). Se antes a vida do Povoado girava em torno principalmente das atividades portuária, hoje o Porto do Recife é apenas um dos muitos elementos que compõem o bairro do Recife. Esse preâmbulo sobre os anos iniciais do Recife pode parecer desnecessário, mas tem a função de alertar o leitor para a seguinte questão: o Recife não foi sempre o mesmo. As suas principais atividades, a sua nomenclatura e os seus limites geográficos não são mais os mesmos. A cidade e os sentidos sobre ela estão em constante mudança. O Recife hoje não é somente uma faixa de terra ligada às atividades portuárias, mas a capital de um estado e a sede de uma região metropolitana. Em outras palavras: é um outro Recife.

E agora colocamos a seguinte questão: qual é o Recife do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua? É aquele descrito nas páginas do jornal “O Grito dos Meninos e Meninas de Rua”. E qual é esse Recife? É aquele em que existe forte atuação do MNMMR a partir dos seus núcleos de base. Esse Recife corresponde aos bairros que são sede ou estão próximos desses núcleos. Se levarmos em consideração os bairros citados nas notícias sobre o extermínio de crianças e adolescentes e o compararmos com a lista dos núcleos de base do Movimento elaborada pelo historiador Heliwelton Amaral (2021), percebemos que se trata das mesmas regiões³¹. No periódico, as notícias sobre o extermínio de crianças e adolescentes mencionam os seguintes bairros: Recife (sede), Boa Vista (próximo), Santo Amaro (sede),

³¹ Segundo o historiador, esses são os bairros que sediavam núcleos de base do Movimento: “Guabiraba, Alto José Bonifácio, Alto Santa Terezinha, Bomba do Hemetério, Arruda, Campina do Barreto, Peixinhos, Campo Grande, Santo Amaro e centro do Recife [bairro do Recife]” (CLEMENTE, 2021, p. 58).

Santo Antônio (próximo), Guabiraba (sede), Nova Descoberta (próximo), Campina do Barreto (sede), Peixinhos (sede), Arruda (sede), Santo Amaro (sede), Espinheiro (próximo) e Boa Viagem³². Esses, por sua vez, com exceção dos bairros da Boa Vista, de Santo Antônio, do Espinheiro, de Boa Viagem e de partes do Recife e de Santo Amaro, são bairros populares e periféricos. O Recife, Santo Amaro, Santo Antônio e a Boa Vista são bairros da região central da Cidade (ver Apêndices II, III e IV).

Como já vimos anteriormente, o Movimento busca mobilizar as crianças e adolescentes que estão em situação de rua e aquelas e aqueles dos bairros populares e regiões periféricas (MNMMR-PE, 2002). É importante, antes de prosseguirmos, indicarmos o que pretendemos dizer quando nos referimos a “bairros populares” ou “periféricos”. Nossa revisão bibliográfica e a análise documental das fontes oriundas do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua nos levam a classificar os bairros como “populares” e/ou “periféricos” quando eles estão localizados em regiões que estão distantes dos centros políticos, administrativos e econômicos da cidade ou em regiões que, embora perto desses centros, são marginalizadas. Ainda acrescentemos à essas classificações a dificuldade de acessar os serviços públicos e privados e a desigual distribuição de renda. De acordo com o geógrafo Rhafic Concolato da Silva (2021):

No bairro periférico e popular há uma problemática socioespacial mais ou menos definida: está geograficamente distante do centro da cidade, denominado periferia e possui em sua maioria uma população de baixa renda e status social, ou seja, popular, mas nem todo bairro periférico é popular e nem todo bairro popular é periférico (p. 90).

Assim, para o geógrafo, existem bairros que são populares e periféricos, mas também existem os bairros que são apenas populares e apenas periféricos. Ainda de acordo com o autor, o “popular” está ligado à renda e o “periférico” está relacionado com a localização do bairro no espaço urbano. Os bairros populares e periféricos que indicamos anteriormente, possuem, além de proximidades socioeconômicas, proximidades territoriais: são bairros limítrofes, casos de Alto José Bonifácio e Alto Santa Terezinha, Alto Santa Terezinha e Bomba do Hemetério, Bomba do Hemetério e Arruda, Arruda, Campo Grande e Campina do Barreto e Campina do Barreto e Peixinhos; alguns fazem limite com o município de Olinda, situação da Guabiraba, Campina do Barreto, Peixinhos e Campo Grande. Possuem também proximidades na forma de ocupação e nos traços da paisagem urbana: bairros formados por morros, ruas estreitas e escadarias, relação já percebida pelo historiador Heliwelton Clemente (2021), como Guabiraba,

³² O caso de Boa Viagem é interessante: mesmo que em suas proximidades não tenhamos nenhum núcleo de base do Movimento, o bairro é constantemente mencionado.

Nova Descoberta, Alto José Bonifácio, Alta Santa Terezinha e Bomba do Hemetério (SANTANA, 2019) (ver Apêndices II, III e IV).

Ainda cabe mais uma explicação. Quando nos referimos à “região central do Recife” estamos querendo indicar alguns dos bairros que abrigam grande parte da burocracia administrativa da cidade do Recife e os principais centros comerciais da Capital: Santo Amaro, Boa Vista, Recife e Santo Antônio. Essa parece também ser a intenção daqueles e daquelas que integravam o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Além da administração e do comércio, esses bairros abrigam os principais pontos turísticos do Recife: as praças, pontes, ruas, edifícios e monumentos. Essa região central ainda conta com um grande fluxo de pessoas de outros bairros, cidades e estados. As informações mais relevantes sobre a situação socioeconômica dos meninos e meninas advêm desses bairros. Segundo “O Grito”, esses bairros seriam os locais em que aconteciam grande parte dos casos de violências contra os meninos e meninas cometidas por agentes policiais: “Entre os fatos há sempre aqueles sobre violência, principalmente da violência do Centro da Cidade, cometida por policiais”³³. Os bairros de Santo Amaro e o do Recife possuem em seus limites regiões populares (ver Apêndices II, III e IV).

Essa delimitação territorial que seguimos não corresponde àquela adotada pela Prefeitura do Recife para delimitar a região central da Metrópole. Para essa, a região central do Recife está relacionada à Região Político Administrativa I (RPA1), que, além dos bairros mencionados no parágrafo anterior, é composta pelos bairros do Cabanga, Ilha do Leite, Paissandu, Coelhos, Soledade e Ilha de Joana Bezerra (ver Anexo I). Esses bairros, com exceção do bairro dos Coelhos (mencionado uma única vez), nunca são mencionados nas páginas do jornal “O Grito dos Meninos e Meninas de Rua” disponíveis para a nossa análise. Feitas as devidas explicações, prossigamos.

Nesse sentido, essa invenção do Recife é influenciada pelo contexto socioeconômico dos meninos e das meninas em situação de rua e dos educadores sociais e por suas percepções e sensibilidades para com alguns elementos da Cidade, uma vez que ambos, crianças adolescentes e adultos, como vimos, participavam da elaboração do “O Grito dos Meninos e Meninas de Rua”. Essa informação é importante, porque esse Recife é fabricado levando em consideração a realidade desses atores, a reflexão sobre essa e a mobilização para a transformação dessa realidade.

³³ TORTURA é coisa da idade da pedra. **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, out. 1992. P. 01.

Nessa construção, assim, são principalmente levadas em consideração as desigualdades socioeconômicas que marcavam parte do Recife dos anos de 1990. Mas esse cenário não era uma exclusividade da capital pernambucana: era um fenômeno com abrangência nacional (CARVALHO, 2012; SCHWARCZ & STARLING, 2018). A década de 1990, no País, também será marcada pela “pela implementação de políticas econômicas que acompanharam a tendência neoliberal de caráter mundial” (RAMALHO, 2018, p. 212). O neoliberalismo, não somente no Brasil, mas em outras regiões onde foi implementado, foi responsável por fomentar “sociedades marcadamente mais desiguais” (ANDERSON, 1995, p. 23). Além de ser um dos motores da intensificação das desigualdades sociais e econômicas brasileiras, já em curso desde a Ditadura Militar (AARÃO REIS, 2014b), o neoliberalismo operou para produzir mecanismos de controle, morte e valoração diversos sobre a vida de determinadas pessoas, especificamente sobre as vidas daqueles e daquelas que não se adequaram ao neoliberalismo: os “descartáveis” ou os “excluídos”.

Segundo o filósofo camaronês Achille Mbembe, em entrevista concedida ao jornalista Diogo Bercito do jornal “Folha de São Paulo”, em março de 2020:

“Essa lógica do sacrifício sempre esteve no coração do neoliberalismo, que deveríamos chamar de necroliberalismo. Esse sistema sempre operou com a ideia de que alguém vale mais do que os outros. Quem não tem valor pode ser descartado”³⁴.

O neoliberalismo cria “mundos de mortes”, que, como já vimos e veremos, Mbembe entende a partir da “necropolítica”. Já para a filósofa Judith Butler (2018), essas “experiências de maior vulnerabilidade em termos de privação social e econômica” (p. 27), além de indicarem “nossa precariedade como indivíduos” (Ibidem), explicitam “os fracassos e as desigualdades das instituições socioeconômicas e políticas” (Ibidem). É justamente nesse cenário socioeconômico que se processa o extermínio de crianças e adolescentes em situação de rua.

O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua será um grande crítico da situação socioeconômica do Brasil na década de 1990, enxergando-a como como a responsável pela difícil situação das crianças e dos adolescentes em situação de rua como podemos ver nas “Teses e Propostas” (s.d.) para os anos de 1990, 1991 e 1992:

A estrutura capitalista, que divide a população em detentores dos meios de produção e possuidores da força de trabalho, faz com que os bens produzidos pelos últimos sejam apropriados apenas pelos primeiros, criando assim uma grande massa de excluídos da utilização destes bens e serviços (MNMMR, s.d., p. 03)

³⁴ BERCITO, Diogo. Pandemia democratizou poder de matar, diz autor da teoria da “necropolítica”. Folha de São Paulo. 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/pandemia-democratizou-poder-de-matar-diz-autor-da-teoria-da-necropolitica.shtml?fbclid=IwAR0PEGaFELw3bl2p12qD_PViCTt9j24BhZq1tt8ZetKQrO90IDXF-0-FEzE. Acesso em: 03 mar. 2020.

Nesse trecho temos uma forte crítica às contradições do sistema capitalista, que no período era encabeçado pelo neoliberalismo. O trecho também indica que o MNMMR concebe essas contradições a partir de um certo “materialismo histórico-dialético” e de uma “luta de classes”. O recorte traz ainda um debate que será de fundamental importância para a compressão do neoliberalismo: a “grande massa de excluídos” gerada por esse sistema econômico, social, político e cultural. Essa “massa de excluídos” do neoliberalismo vai marcar o cotidiano das grandes cidades brasileiras. Ainda segundo o Movimento, colaboram “para o agravamento da realidade social no Brasil” (Ibidem):

Uma concentração de renda, onde se verifica que 1% da população detém, aproximadamente, 13% da renda nacional, enquanto os outros 50% disputam entre si, aproximadamente, os mesmos 13% da renda. Isto equivale dizer que cinquenta pessoas ganham juntas o que apenas uma outra recebe sozinha; a política agrícola e agrária que favorece os grandes latifundiários em detrimento dos pequenos e médios proprietários, provocando a “fuga” do campo e a “invasão” dos centros urbanos”; e a falta de infraestrutura básica das cidades para absorver sua população a nível de oferta de condições de vida digna (Ibidem).

É “nesse contexto”, concentração de renda, política fundiária deficitária e falta de planejamento nos grandes centros urbanos, que, para o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Ruas, “se origina e se prolifera a situação de não-cidadania vivida por crianças e adolescentes brasileiros” (Ibidem, p. 04). É interessante destacar que o MNMMR entendia que esse cenário não acontecia de forma isolada, mas em articulação com outros problemas urbanos. Em outubro de 1996, o jornal “O Grito de Meninos e Meninas de Rua” traz uma “Carta Aberta do Nordeste”. Esse espaço, segundo os educadores sociais e os meninos e meninas, foi utilizado para expressar as suas “dores (realidade)”³⁵ e para proporem “formas de combater à violência e claro para falar de nossa esperança e de nossos sonhos”³⁶. Na “Carta”, o Movimento denuncia:

Em nossa sociedade, marcada por profundas desigualdades sociais, onde o dinheiro vale mais do que gente e onde a exclusão social é regra, a nossa vida está cada vez mais ameaçada pela “violência de cada dia” que invade as ruas, as praças, as escolas, os bailes e nossas casas. Junto com a violência da fome, do desemprego, do salário-mínimo e da miséria (Ibidem).

O Movimento era um forte opositor da valorização dos lucros, riquezas e propriedades (“dinheiro”) em detrimento da vida dos meninos e meninas em situação de rua, que como vimos é uma característica do neoliberalismo. A “Carta Aberta” é um registro importante da situação das classes populares no Nordeste em meados dos anos 1990: “fome”, “desemprego”, o trabalhador (salário-mínimo) cada vez menos valorizado e com um salário deficitário e a miséria. Esse cenário pode ser visto nas “ruas”, “praças”, “escolas”, “bailes” e até nas “casas”. Ainda é importante observar que o MNMMR entendia a ausência de direitos como

³⁵ CARTA aberta do Nordeste. **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, out. 1996. P. 02.

³⁶ Ibidem.

manifestações de violência: “violência da fome, do desemprego, do salário-mínimo e da miséria”. Esses trechos destacados e os que veremos a seguir, indicam que o Movimento trouxe para seu campo de debates e militância as contradições que o neoliberalismo acentuou no Brasil.

Ainda que uma presença constante nas ruas e praças do Recife, os meninos e meninas em situação de rua eram cada vez mais excluídos do espaço urbano. Não só eles, mas também os chamados camelôs (vendedores ambulantes que comercializavam comidas e outros artigos pelas ruas, muitas vezes estreitas, dos bairros da região central do Recife). Esses, os meninos, as meninas e os camelôs, eram constantemente perseguidos e expulsos das ruas pela prefeitura da Cidade e pelos agentes de segurança, como nos indica a seguinte notícia do jornal “O Grito dos Meninos e Meninas de Rua”.

Nomeando as constantes ações da prefeitura e da polícia como uma “Guerra no Centro da Cidade”³⁷, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua classifica essas como uma forma de “limpar as ruas do centro da Cidade”³⁸. A notícia denuncia que essa “limpeza”, que aconteceu “numa noite de sábado, altas horas da madrugada”³⁹, foi posta em prática com o objetivo de “defender os interesses dos grandes comerciantes”⁴⁰. Também denuncia que: “Fecharam as entradas e saídas, retiraram tabuleiros, quebraram barracas, cercaram as ruas com grande de ferro, expulsaram camelôs, meninos de rua e prostitutas”⁴¹. E prossegue: “Gastaram uma verdadeira fortuna para “limpar” as ruas, deixando-as só para os grandes comerciantes”⁴². A notícia ainda compara as grandes e os portões com o Muro de Berlim, indicando que, enquanto esse havia sido derrubado, a Prefeitura construía outro: “aqui se constrói portões para limitar os passos do povo, para proteger e separar uma pequena parcela da sociedade”⁴³. A notícia encerra indicando que: “Os meninos os educadores gritam contra os portões, contra a separação entre ricos e pobres, brancos e negros. Aplaudimos a queda do Muro de Berlim, mas o governo municipal ergue barricadas contra o povo”⁴⁴.

É interessante observar que o MNMMR entende essas ações como uma forma de “limpeza social”. Essa, por sua vez, opera a partir da expulsão de determinados sujeitos sociais, como as crianças e adolescentes em situação de rua, os vendedores ambulantes e aquelas que exercem a prostituição, do espaço urbano. Essa “limpeza”, no entanto, vai mais além: ela não

³⁷ GUERRA no centro da Cidade. **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, jun. 1992. P. 04.

³⁸ Ibidem.

³⁹ Ibidem.

⁴⁰ Ibidem.

⁴¹ Ibidem.

⁴² Ibidem.

⁴³ Ibidem.

⁴⁴ Ibidem.

apenas expulsa, mas também delimita os espaços que podem ser ocupados pelos sujeitos, dividindo o espaço urbano entre ricos e pobres. Ainda é importante mencionar o suporte que os agentes de segurança pública davam à essas ações.

Essa “limpeza social” não se limitava apenas ao espaço público, mas também operava nos estabelecimentos privados. Segundo notícia do jornal “O Grito”, a educadora Rejane, da comissão pernambucana do Movimento, foi convidada por um *shopping*, localizado no bairro de Santo Amaro, na região central do Recife para uma reunião: “Ela disse que os dirigentes do Shopping pediram que convidasse as mães e pais das crianças e adolescentes que trabalham perto dali, lavando vidros dos carros, vendendo flores ou pedindo esmolas”⁴⁵. Segundo a notícia, os representantes do centro comercial teriam manifestado que: “o Shopping estava muito preocupado com as crianças e queria ajudar suas famílias”⁴⁶. E que: “Eles iriam fazer um projeto, mas como sempre, ele iria demorar. Enquanto isso, eles queriam que os pais tirassem seus filhos dali de perto”⁴⁷. Ainda segundo a notícia, a polícia daria suporte à essa operação de “limpeza”: “agora a Cavalaria⁴⁸ passa de vez em quando para assustar as crianças”⁴⁹. A educadora Rejane, conforme a notícia, considerou essa situação “um absurdo” e lembrou “que quando começou a construir o Shopping, já existiam famílias pobres naquela área”⁵⁰.

O local onde foi construído o centro comercial já era ocupado por moradores de classes sociais menos favorecidas. Agora, depois da sua construção, os representantes do *shopping* querem remover essa população desse espaço e contam para isso com o apoio do Estado, por meio dos seus profissionais de segurança pública. Ainda é interessante observar que, pelas atividades descritas, os meninos se encontravam na área externa do *shopping*, mas são encarados como não pertencentes aquele espaço. Mais uma vez vemos a “limpeza social” expulsando e delimitando os lugares de cada ator social no espaço urbano.

Ainda em espaços privados, em agosto de 1995, os educadores sociais denunciaram que meninos e meninas em situação foram expulsos de uma loja de uma rede de supermercados por seguranças privados. O caso aconteceu na rua Bispo Cardoso Ayres, bairro da Boa Vista. Segundo os educadores: “o segurança [...] estava discutindo com um menino, puxando-o pela camisa fora da loja”⁵¹. Ao ser questionado sobre sua atitude, o agente de segurança privado

⁴⁵ SHOPPING Tacaruna quer expulsar os meninos e meninas. **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, ago. 1998. P.04.

⁴⁶ Ibidem.

⁴⁷ Ibidem.

⁴⁸ Muito provavelmente a tropa montada da Polícia Militar de Pernambuco (PMPE).

⁴⁹ Ibidem.

⁵⁰ Ibidem.

⁵¹ PROIBIDO entrar. **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, ago. 1995. P.03.

respondeu: “os meninos não podem entrar na loja porque perturbam o ambiente”⁵². Os educadores sociais ainda insistem e apresentam ao agente o seu trabalho com os meninos e as meninas em situação de rua e ele completa: “Vocês podem fazer seu trabalho com eles, mas bem longe daqui [...] Esta conversa já está chamando muita atenção e isto pode afastar os clientes. Vocês podem entrar, mas eles não”⁵³.

O número de crianças e adolescentes que exerciam a mendicância nas ruas, praças e semáforos do Recife era bastante expressivo. No mês de agosto de 1991, o juiz da Vara da Infância e da Juventude, Ozael Rodrigues Veloso, expediu a Portaria 04, proibindo a “criança, assim considerada o menor de 12 (doze) anos de idade, a prática da mendicância em qualquer parte desta cidade” (BRASIL, 1991a, p. 15640). O juiz alegava que alguns adultos, responsáveis legais ou não pelas crianças, estariam expondo as crianças a situações vexatórias ao utilizarem essa parcela da população infantil para exercerem a mendicância. Segundo a Portaria, “a criança que for encontrada nas vias públicas, no exercício da mendicância, será de imediato apresentada a este Juízo, que a encaminhará às unidades da Fundac, onde ficará abrigada” (Ibidem). Em Pernambuco, a Fundac (Fundação da Criança e do Adolescente) era a sucessora imediata da Febem.

Na notícia “Passeata contra o terror”, “O Grito” registra as mobilizações de crianças e adolescentes em situação de rua contra a Portaria 04. Conforme o seu título, a notícia classifica as ações para que a Portaria fosse cumprida como “o terror”. Ainda segundo o periódico: “Eles [os meninos e as meninas] já tinham visto, pela tv, o resultado da tal portaria: prisão dos meninos e de suas mães, muita violência, gritos e maus-tratos”⁵⁴. Também de acordo com a notícia, a passeata aconteceu nos dias 24 e 25 de agosto de 1991 e foi organizada pelos meninos e meninas em situação de rua e pelos educadores sociais do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e de outros movimentos sociais. A passeata percorreu as principais ruas da área central do Recife e encerrou no Palácio do Campo das Princesas, sede do governo de Pernambuco: “Saíram pelas ruas centrais do Recife, em direção ao Fórum Estadual [dos Direitos da Criança e do Adolescente]. Lá fomos bem recebidos e, todos juntos, seguimos para o palácio do governo”⁵⁵.

Em uma metrópole em que grande parte da população não tinha os meios de subsistência assegurados, foi expedida uma normativa para acabar com o exercício da mendicância por parte

⁵² Ibidem.

⁵³ Ibidem.

⁵⁴ PASSEATA contra o terror. **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, set. 1991. P. 03.

⁵⁵ Ibidem.

das crianças. A Portaria 04, assim, parece não levar em conta todas as contradições econômicas e sociais do Recife. As crianças não tinham os meios para sobreviverem na Capital e muitas vezes recorriam ao exercício da mendicância para poderem complementar a renda doméstica ou para dela fazerem sua principal fonte de renda. Após as mobilizações do Movimento e de outros atores da sociedade civil, como também de parte da classe política, a Portaria 04 é suspensa pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), em 03 de setembro^{56 57}. A Portaria, por sua vez, foi fortemente debatida, criticada e denunciada nos preparativos e durante as diligências da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o extermínio de crianças e adolescentes em situação de rua (que veremos no próximo capítulo).

Os meninos e meninas em situação de rua do Recife estavam também no mundo do trabalho adulto, seja para conseguirem “sobreviver” nas ruas, seja para colaborar com a renda doméstica. Era o caso de Marinaldo de Brito e de Janduir José do Monte, meninos “que lavavam carros atrás do cinema São Luiz”⁵⁸. O Cinema, inaugurado na década de 1950, é um dos cartões-postais do Recife. O São Luiz fica localizado às margens do rio Capibaribe (que corta o centro do Recife), na rua da Aurora (uma charmosa via que se estende entre os bairros da Boa Vista (onde fica o cinema) e o de Santo Amaro). Era atrás dele que Marinaldo e Janduir trabalhavam na limpeza dos carros, certamente os carros daqueles que iam até o centro da Cidade para fazer compras (o ponto fica próximo à Avenida Conde da Boa Vista, que concentra uma variedade de lojas e outros serviços) ou daqueles que possuíam algum pequeno negócio nas redondezas.

“O Grito dos Meninos e Meninas de Rua”, além de registrar a Cidade a partir dos meninos e meninas e educadores, também será um espaço para divulgar as atividades laborais empreendidas pelas crianças e adolescentes nas ruas do Recife. Em 1988, o periódico divulgará as atividades dos “melhores limpadores de para-brisas do mundo”⁵⁹: “Atenção, proprietários de carros: Recife tem os melhores limpadores de para-brisas do mundo. Aproveite... e soltem um bom trocado”⁶⁰. Já em 1989, “O Grito” irá divulgar as atividades laborais das crianças e adolescentes que vendiam “laranjas, confeitos, pipoca, picolé” e “outros produtos”⁶¹. Segundo o periódico, conforme também já apontamos, os meninos e meninas em situação de rua

⁵⁶ PORTARIA que proíbe menor pedir esmolas pode ser julgada hoje. **Jornal do Commercio**, Recife, 02 set. 1991. Cidades, p. 03.

⁵⁷ MENINOS vão continuar mendigando na rua. **Jornal do Commercio**, Recife, 03 de set. 1991. Cidades, p. 06.

⁵⁸ MORTE nas ruas. **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, set. 1991. P. 04.

⁵⁹ ATENÇÃO proprietários de carros. **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, ago. 1988. P. 03.

⁶⁰ Ibidem.

⁶¹ VAMOS cooperar. **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, ago. 1989. P. 04.

desenvolviam essas atividades para colaborarem com a renda da família: “Eles sustentam suas famílias e merecem respeito”⁶².

A truculência dos agentes policiais também fará parte desse cenário. “Na segunda-feira, 28 de fevereiro de 1994, quando ia passando em frente aos Correios, na Av. Guararapes, um membro da equipe do jornal *O Grito* presenciou um menino pegar um relógio de uma mulher”⁶³. “O Grito” prossegue: “No mesmo instante apareceu um policial da PM⁶⁴ correndo atrás do garoto. Não conseguindo agarrá-lo, deu dois tiros na sua perna, torceu o seu braço, deu-lhes uns tapas, deixou ele caído na avenida”⁶⁵. O periódico ainda denuncia: “e foi [o policial] entregar o relógio à mulher. Depois disso foi embora, sem socorrer o menino”⁶⁶. E encerra a notícia com as seguintes indagações: “Por que tanta violência? Onde está a justiça? Qual deveria ter sido o comportamento do policial com esse menino?”⁶⁷

A Avenida Guararapes, no bairro de Santo Antônio, região central do Recife, era e ainda é um grande corredor de ônibus e ainda conta com um grande fluxo de pedestres. A Guararapes fica próxima a pontos de referência que são essenciais para se localizar no centro da Cidade: Rua do Sol, Agência Central dos Correios, Igreja de Santo Antônio, Avenida Dantas Barreto, prédio do INSS e a Praça da Independência, mais conhecida como Praça do Diário, por ter abrigado a redação do “Diário de Pernambuco”. É nesse cenário em que um menino “pega”, termo utilizado no periódico para indicar furto, um relógio de uma mulher. Um policial, que deve ter escutado algum tom mais elevado de vozes e visto uma movimentação mais intensa, ou mesmo ter presenciado o ocorrido, tenta sujeitar o menino. Como não consegue, dispara dois tiros nas pernas do menino, que, depois de cair, ainda é agredido pelo agente. Após devolver o relógio para a mulher, sem socorrer o menino, o policial vai embora. Podemos, a partir da notícia, concluir que, para o policial, a vida de um menino em situação de rua é menos importante que um relógio. Os bens privados são mais importantes que a vida de determinados sujeitos. É dessa forma que opera o “necroliberalismo” como nos indicou Achille Mbembe. A vida das crianças e dos adolescentes em situação de rua são “precarizadas” (BUTLER, 2019a; 2019b).

Em outubro de 1996, a violência policial vai ser mais uma vez denunciada pelo “O Grito”: “prisões ilegais, espancamentos, torturas e ameaças de morte são práticas comuns entre

⁶² Ibidem.

⁶³ CRIME na Guararapes. **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, maio 1994. P. 02.

⁶⁴ Polícia Militar.

⁶⁵ Ibidem.

⁶⁶ Ibidem.

⁶⁷ Ibidem.

muitos policiais”⁶⁸. Integrando a já citada “Carta Aberta do Nordeste”, essa denúncia é uma síntese de toda arbitrariedade praticada por parte dos agentes policiais de Pernambuco e do Ceará e de outros estados nordestinos.

Mas os meninos e as meninas em situação de rua não eram vítimas somente da violência de agentes da polícia, mas também de civis. Segundo “O Grito”, em 27 de junho de 1995, às 15h, “passaram dois homens de bugre no sinal da rua Bispo Cardoso Aires, que chamaram os meninos de rua e os ameaçaram, dizendo que eles não querem ver nenhum cheirando cola. E se encontrarem um dos meninos, vão matá-lo”⁶⁹. Ainda segundo o periódico: “os meninos ficaram muito assustados e estão frequentando em outra rua, mais escondida”⁷⁰.

A rua Bispo Cardoso Aires, onde os meninos em situação de rua foram ameaçados, localizada no bairro de Santo Amaro, ainda hoje é bastante movimentada. Os transeuntes sentiam-se no direito de regular os modos de viver das crianças e adolescentes em situação de rua. Os ocupantes do veículo ameaçam de morte as crianças e os adolescentes: eles enxergam os meninos e as meninas em situação de rua e o ato de fazer uso da “cola” como fatores que contribuem para um desornamento social e urbano. A questão de simplesmente impedir que crianças e adolescentes façam uso de entorpecentes é enganadora; ela não nos permite ir além: o que está em jogo é o “poder soberano” (MBEMBE, 2018) sobre a vida dos meninos e das meninas e o controle do “corpo da sociedade” (FOUCAULT, 2014) e do espaço urbano.

Ainda sobre a agressão de transeuntes que vitimam os meninos e meninas em situação de rua, “O Grito” relata que “a dirigente do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, Dudui, presenciou uma menina em situação de rua “gritando de dores”⁷¹, quando “um casal passou naquele momento e o homem, sem ter nenhuma razão, bateu na menina com o guarda-chuva”⁷². O caso aconteceu, ainda segundo a notícia, “no sinal da [Avenida] Rui Barbosa e Av. Cônego Barata”⁷³, entre os bairros da Tamarineira e das Graças (ver Apêndice V). Mais uma vez, movimentadas avenidas do Recife são o palco para uma violência contra uma criança ou adolescente em situação de rua. É interessante observar que não existe por parte dos agressores nenhum receio de estarem sendo observados durante o cometimento de uma violência: esses parecem se entender como investidos de um poder de controle sobre a vida dos meninos e das meninas em situação de rua.

⁶⁸ CARTA aberta do Nordeste. **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, out. 1996. P. 02

⁶⁹ AMEAÇA de morte. **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, ago. 1995. P. 04.

⁷⁰ Ibidem.

⁷¹ É DEMAIS. **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, jul. 1996. P. 02.

⁷² Ibidem.

⁷³ Ibidem.

Como observamos em uma das notícias mencionada anteriormente, o uso de drogas, especialmente da “cola” e da maconha, também integrará o cotidiano das crianças e adolescentes em situação de ruam no Recife. No dia primeiro de maio de 1995, dia internacional do trabalhador, no Pátio da Igreja de São Pedro, centro da Cidade, o MNMMR, os outros movimentos sociais e variadas instituições realizaram um ato “político-cultural”. “Uma das muitas atrações foi o grupo de Frevo de Nascimento dos Passos, que deixou todo mundo balançando, naquele ritmo gostoso”⁷⁴. A junção de manifestações políticas com atrações culturais era uma das características mais marcantes dos eventos organizados ou que o MNMMR participava. Em dado momento, “um menino, com um tubo de cola, subiu no palco e falou com o locutor Tonho das Olindas⁷⁵ - Eu quero falar, me deixem falar!”⁷⁶. Segundo “O Grito dos Meninos e Meninas de Rua”, o menino, de cerca de 12 anos, “pegou o microfone e mandou brasa”⁷⁷:

- Eu sou menino de rua, cheiro cola e fumo maconha. Hoje mesmo roubei um relógio de um velho trabalhador. Mas quero sair disto. Não quero continuar nesta vida. Pelo amor de Deus, me tirem desta vida. Vocês não ajudam meninos de rua? Então me ajudem! Meu nome é Edmilson. Me ajudem! Eu quero sair!⁷⁸.

No ano de 1997, em uma pesquisa realizada pelo Movimento com os meninos e as meninas nas ruas e nos “bairros populares” do Recife e de Olinda, foi identificado que: entre as drogas qualificadas como “decentes”⁷⁹, termo utilizado para indicar as tidas como “lícitas”, 159 faziam uso do cigarro e 148 da cachaça⁸⁰; já entre aquelas denominadas como “proibidas”⁸¹, 100 faziam uso da cola, 30 da cocaína, 109 da maconha, 16 do Artânio⁸², 83 do Rophynol⁸³, 17 do crack e 14 do pico⁸⁴. A pesquisa também indagou os meninos e as meninas sobre suas experiências com as drogas: “283 usaram ou usam drogas. 85 não usam drogas”⁸⁵. Ela ainda perguntou sobre como as crianças e os adolescentes têm acesso às drogas “proibidas”, chegando à seguinte conclusão: “Observa-se que muitos meninos e meninas ficaram calados nesta pergunta. É a lei do silêncio”⁸⁶.

⁷⁴ QUERO sair desta vida. **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, jun. 1995. P. 01.

⁷⁵ Como é com conhecido o educador social e militante Antônio José da Silva.

⁷⁶ Ibidem.

⁷⁷ Ibidem.

⁷⁸ Ibidem.

⁷⁹ RESULTADOS da Pesquisa. **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, maio 1997. P. 03.

⁸⁰ Ibidem.

⁸¹ Ibidem.

⁸² Ou “Artene”: anticolinérgico utilizado no tratamento do Mal de Parkinson.

⁸³ Nome comercial do Flunitrazepam, conhecido pelo golpe popularmente denominado de “Boa noite, Cinderela”.

⁸⁴ Ibidem.

⁸⁵ Ibidem.

⁸⁶ Ibidem.

As crianças e os adolescentes, na maioria das vezes, faziam o uso de entorpecentes para esquecerem momentaneamente a fome e o cotidiano marcado por violências e desigualdades, como no caso de Cristiano: “a cola é o meu prazer e, muitas vezes, a minha única alimentação”⁸⁷. Em um poema-manifesto que integrou a edição de setembro de 1991, o Movimento aponta que a cola, com seu efeito entorpecente, era utilizada para diminuir os efeitos da fome: “Vê a cola como substância digestiva/ Introduzida pela fome do vício”⁸⁸.

Já na edição de junho de 1995, as crianças e os adolescentes e os educadores sociais denunciam que, no bairro de Santo Amaro, “a cola e a maconha comem no centro”⁸⁹. Na mesma notícia ainda apontam que “os vícios que só eram vistos nas ruas do centro da cidade, agora se espalharam pelos bairros e favelas. É um dos maiores problemas deste final de século 20!”⁹⁰. Chama a atenção o percurso dos “vícios” apontado pelo “O Grito”: eles não são oriundos dos bairros populares e periféricos, mas estão relacionados com a região central do Recife. Após serem introduzidos nos bairros populares e periféricos, passam a ser um dos principais problemas do final do século no Recife.

As crianças e adolescentes do sexo feminino eram as principais vítimas da violência sexual. “O Grito” vai denunciar fortemente essa violência. Em maio de 1994, quando na Câmara dos Deputados se encaminhava para o final a CPI instituída para investigar a exploração sexual de crianças, adolescentes e jovens, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua noticiava: “500 mil crianças na zona: como anda a vida das meninas pobres do Brasil e principalmente do Recife”⁹¹. A partir de notícias veiculadas na “grande imprensa” pernambucana, “O Grito” denunciava: “É uma verdadeira rede de prostituição, com maior concentração em Boa Viagem e Piedade, locais preferidos pelos turistas estrangeiros”⁹². O jornal ainda traz dados produzidas pela Casa de Passagem, instituição que trabalhava no acolhimento de meninas em situação de rua: “Dessas 500 mil garotas, duas mil estão no Recife, afirma Ana Vasconcelos da Casa de Passagem”.

As denúncias prosseguem. Em julho de 1996, o jornal relata que, em um semáforo do trecho da Avenida Cruz Cabugá que corta o bairro de Santo Amaro, meninas exerciam a mendicância: “São meninas entre 10 e 14 anos que entraram numa profissão ingrata: pedir

⁸⁷ Ibidem.

⁸⁸ MENINOS na rua. **O Grito de Meninos e Meninas de Rua**, Recife, set. 1991. P. 03.

⁸⁹ ONDE começam os problemas dos meninos. **O Grito de Meninos e Meninas de Rua**, Recife, jun. 1995. P. 01.

⁹⁰ Ibidem.

⁹¹ 500 mil crianças na zona: como anda a vida das meninas pobres do Brasil e principalmente do Recife. **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, maio 1994. P. 03.

⁹² Ibidem.

esmola”⁹³. E denuncia: “Os motoristas oferecem bombons a estas meninas e em troca eles pegam no corpo delas. E ainda dão uma “cantada”⁹⁴. “O Grito” registra que as meninas ficam revoltadas com a situação e questiona: “Quem são os sem-vergonhas? As “lascadas” da favela ou os decentes de carro?”⁹⁵. Já em outubro de 1997, em uma “Carta Aberta à População de Pernambuco”, divulgada no periódico, o Movimento voltava a denunciar o abuso sexual e a exploração sexual das meninas em situação de rua: “As meninas de rua de Boa Viagem, são levadas para os bordéis do Recife Antigo para serem prostituídas”⁹⁶.

Mesmo sendo uma violência mais latente entre as crianças e adolescentes do sexo feminino, é interessante mencionar que “O Grito” registra um caso sobre um menino violentado sexualmente. Mesmo sendo o único caso registrado pelo jornal e que tivemos acesso nas edições disponíveis, ele é interessante para ampliar nosso olhar sobre as principais violências e desigualdades que as crianças e adolescentes em situação de rua estavam expostas: “W.F.S. é um menor com 10 anos de idade que sofreu um ato de extrema violência. Foi abusado sexualmente. Além dessa agressão, adquiriu uma doença sexualmente transmissível”⁹⁷.

Os meninos e as meninas em situação de rua, em alguns casos, preferiam sair de suas casas e tentavam sobreviver nas ruas das grandes cidades brasileiras. Essa situação é paradoxal se, erroneamente, generalizarmos a realidade de proteção familiar que marca a experiência de algumas populações infantis: nem todas as crianças e adolescentes têm uma convivência familiar estruturada. Parte das crianças e dos adolescentes em situação de rua fugiam de suas casas para evitar as situações de violências às quais eram expostos: “Os meninos de rua já conquistaram a liberdade e saíram do inferno de suas casas, onde se bate muito e onde se sofre muita violência sexual”⁹⁸.

Antes de encerramos essa seção, é importante apresentarmos também o Recife inventado pelo movimento contracultural Mangubeat. Iniciado no começo dos anos de 1990, o Mangubeat teve com Chico Science e Nação Zumbi seus maiores expoentes. De acordo com o sociólogo Mario Luis Grangeia (2018), o movimento “tinha entre suas propostas a fusão de ritmos populares nordestinos, como maracatu, coco e ciranda, com o rock, hip hop e música eletrônica” (p. 374). Ainda segundo o mesmo sociólogo, as músicas produzidas no seio do Mangubeat tiveram uma grande repercussão fora de Pernambuco e chamaram “a atenção tanto

⁹³ PAGAR caro. **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, jul. 1996. P. 01.

⁹⁴ Ibidem.

⁹⁵ Ibidem.

⁹⁶ CARTA aberta à população de Pernambuco. **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, out. 1997. P. 01.

⁹⁷ VIOLÊNCIA. **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, set. 1996. P. 02.

⁹⁸ A MAIOR violência é o extermínio. **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, nov. 1998. P. 03.

para um novo som marcado pela batida dos tambores como à realidade local, com altos níveis de desigualdade, desemprego e degradação ambiental” (Ibidem).

A banda, assim, cantava a realidade social e econômica do Recife em finais de século, como pode ser observado em seus dois primeiros álbuns: “Da lama ao caos” (1994) e “Afrociberdelia” (1996). O primeiro, por exemplo, “divulgou uma versão do manifesto “Caranguejos com Cérebro” (Ibidem). Esse manifesto, escrito em 1992 pelo jornalista e músico Fred Rodrigues Montenegro, mais conhecido como Fred Zero Quatro, criticava a forte desigualdade socioeconômica da Metrópole:

Em contrapartida, o desvario irresistível de uma cínica noção de *progresso*, que elevou a cidade ao posto de *metrópole* do Nordeste, não tardou a revelar sua fragilidade. Bastaram pequenas mudanças nos ventos da história, para que os primeiros sinais de esclerose econômica se manifestassem, no início dos anos setenta. Nos últimos trinta anos, a síndrome da estagnação, aliada a permanência do mito da *metrópole* só tem levado ao agravamento acelerado do quadro de miséria e caos urbano⁹⁹.

Ainda segundo Mario Grangeia (2018): “A imagem de Recife em “Da lama ao caos” e “Afrociberdelia” é de uma terra de que se orgulha com consciência dos problemas sociais e econômicas de sua população” (p. 375). Chico Science, nome artístico de Francisco de Assis Oliveira, morreu em um acidente de carro no ano de 1997. O jornal “O Grito dos Meninos e Meninas de Rua” registra a participação dos meninos e das meninas em situação de rua no velório do cantor:

Muita gente estava ao redor do caixão. Aproximou-se um menino de uns dez anos, sujo, maltratado, cara de menino de rua. Ele foi bem perto do caixão, e colocou um caranguejo e um galho de mangue em cima do corpo de Chico e começou a beijar o caixão: Ninguém se conteve e as lágrimas rolaram¹⁰⁰.

Esse trecho, além de mostrar a comoção das crianças e adolescentes no funeral de Chico Science, registra qual seriam as características pertencentes ao universo “menino de rua” que o Movimento apresenta nas páginas do “O Grito”: para além da criança e do adolescente como sujeitos com ativa participação política, a compreensão do MNMMR também está relacionada às questões socioeconômicas: “sujo, maltratado, cara de menino de rua”. Ainda segundo informações da mesma notícia, muitos meninos e meninas em situação de rua que viviam na Praça Maciel Pinheiro, bairro da Boa Vista, compareceram ao enterro do cantor: “No mesmo

⁹⁹ LEIA o manifesto 'Caranguejos com cérebro'. Portal de Notícias G1. 2009. Disponível em: [tps://g1.globo.com/Noticias/Musica/0,,MUL1308779-7085,00-LEIA+O+MANIFESTO+CARANGUEJOS+COM+CEREBRO.html](https://g1.globo.com/Noticias/Musica/0,,MUL1308779-7085,00-LEIA+O+MANIFESTO+CARANGUEJOS+COM+CEREBRO.html). Acesso em: 05 jun. 2022.

¹⁰⁰ TRÊS cenas na morte de Chico Science. **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, mar. 1997. P. 04.

dia os educadores do Ruas e Praças ficaram de boca aberta: Cadê os meninos de rua, da Praça Maciel Pinheiro? Souberam depois que todos estavam no enterro de Chico Science”¹⁰¹.

As ruas e praças da região central do Recife também seriam os espaços em que as crianças e os adolescentes em situação de rua se mobilizariam pela conquista e efetivação dos seus direitos. Em dezembro de 1997, por exemplo, os meninos, as meninas e os educadores e educadoras sociais se reuniram na região central do Recife, e seguiram em passeata pela praça Oswaldo Cruz e avenida Conde da Boa Vista até às sedes dos poderes municipais e estaduais exigindo que o Estatuto da Criança e do Adolescente fosse respeitado. A mobilização indica que, mesmo sete anos após a sua promulgação, o Estatuto não era cumprido e que o Movimento seguia organizado para buscar que suas determinações fossem postas em prática:

Do mesmo jeito que meninos, meninas e adolescentes¹⁰² fizeram passeatas para conseguir a nova Constituição do Brasil e o Estatuto da Criança e do Adolescente, a turma saiu pelas ruas de Recife para que se respeite as leis que tratam de promoção e defesa da Criança e Adolescente¹⁰³.

Nesse momento do debate surge as seguintes questões: quem eram esses meninos e meninas em situação de rua? (em parte já respondida na primeira seção); de onde eram? No jornal “O Grito dos Meninos e Meninas de Rua” essas crianças e adolescentes eram apresentadas como participantes ativos nos processos de mobilização política por seus direitos: eram apresentados como atores políticos em constante articulação. O periódico construirá a imagem da criança e do adolescente em situação de rua a partir do tripé realidade-reflexão-ação política. Essa concepção, como vimos na primeira seção, era bastante próxima daquela registrada nas “Teses e proposta” (1990 – 1992) (s.d.): “Adota a concepção de que são as determinações econômicas, condicionamentos político-sociais e os fatores histórico-culturais os responsáveis pela atual situação da infância e da adolescência no Brasil” (p. 07).

Ainda para o “O Grito”, esses meninos e meninas em situação de rua eram oriundos dos bairros populares e/ou periféricos do Recife e estavam em constante “circulação” (GREGORI, 2000) entre o centro do Recife e essas regiões. Ou ainda: eram oriundos de cidades da Região Metropolitana do Recife e igualmente estariam em constante “circulação” entre essa e a região central da Capital. Eram naturais, assim, da própria região e estavam imersos nas contradições socioeconômicas desse espaço. No entanto, em 18 de agosto de 1991, o jornalista Oswaldo Viviani publica no “Jornal do Comercio” a seguinte reportagem: “Menor de rua tem vida

¹⁰¹ Ibidem.

¹⁰² Esta notícia estabelece uma diferenciação entre meninos e meninas e adolescentes. Essa diferenciação, no entanto, não é estabelecida no título: “Meninos e meninas entendem das leis”.

¹⁰³ MENINOS e meninas entendem das leis. **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, dez. 1997. P. 04.

cigana”¹⁰⁴. Na reportagem, Viviani busca apresentar os principais perfis das crianças e adolescentes em situação de rua do Recife. O “vida cigana” do título já indica um dos principais perfis: a expressão faz referência à parte da experiência do Povo Rom que saía em comitiva por variados lugares; significativa parte dos meninos e meninas em situação de rua que estavam no Recife, assim, eram oriundos de outros estados: “Eles conhecem capitais do Centro e do Sul do país e hoje perambulam nas ruas do Recife”¹⁰⁵. Oswaldo Viviani ainda chama a atenção para o fato de parte dessas crianças e adolescentes serem naturais de Pernambuco e se deslocarem para outros estados: “outros são daqui e viajam por diversos estados da Região”¹⁰⁶. O jornalista conclui: “Eles são aventureiros, vivendo a difícil aventura de viver nas ruas até atingir a maior idade”¹⁰⁷.

Nessa terceira seção, apresentamos e analisamos a realidade da cidade do Recife nos anos de 1990 e como essa realidade impactava nas condições de vida das classes populares e das crianças e dos adolescentes em situação de rua. O período ainda foi marcado pela implementação da política econômica e ideológica do neoliberalismo. Também acompanhamos que o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua estava atento a todo esse cenário social, denunciando as suas contradições e as consequências diretas sobre a vida das classes populares. Chamamos atenção também para o fato desse cenário não ser uma exclusividade da Cidade, mas uma tendência nacional.

¹⁰⁴ VIVIANI, Oswaldo. Menor de rua tem vida cigana. **Jornal do Commercio**, Recife, 18 ago. 1991. Cidades, p. 01.

¹⁰⁵ Ibidem.

¹⁰⁶ Ibidem.

¹⁰⁷ Ibidem.

3. CAPÍTULO II

QUEREMOS VIVER: O EXTERMÍNIO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL

*“Somos apenas crianças famintas e fatigadas/
cansadas de ser esperança/ morrendo antes da
hora marcada”*

(Maureliano R. da Silva, Daruê Malungo)

Neste capítulo debateremos o conceito de extermínio e suas principais implicações para o nosso trabalho. Também apresentaremos e debateremos alguns casos de extermínio de crianças e adolescentes no Recife, levando em consideração o autoritarismo da sociedade brasileira, as suas desigualdades socioeconômicas, a atuação do Movimento Nacional de Meninos e Meninas contra o extermínio, as crianças e adolescentes em situação de rua que são principais vítimas e os principais executores dos crimes de extermínio. Ainda debateremos a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o extermínio de crianças e adolescentes no Brasil (1991 – 1992) e o V Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua (1998).

O poema-manifesto de autoria de Maureliano da Silva, do grupo Daruê Malungo, que, assim como o MNMMR, trabalhava com os meninos e meninas em situação de rua, é um resumo do que pretendemos discutir neste capítulo: o extermínio de crianças e adolescentes em situação de rua não pode ser compreendido de forma isolada, mas levando em consideração outros aspectos políticos, sociais e econômicos. É preciso compreender que os meninos e meninas em situação de rua no Recife eram vitimados e sentiam a urgência de uma mobilização de toda a sociedade para que pudessem viver e não sobreviver (lema do V Encontro). Não queriam apenas sobreviver como se sempre estivessem inseridos em um contexto de guerra. Queriam ser o tema do hoje e não a esperança do amanhã. Iniciemos pelo conceito de extermínio.

3.1. O conceito de extermínio

O extermínio, segundo o dicionário da língua portuguesa “Houaiss”, é o “ato de exterminar ou seu efeito; exterminação” (HOUAISS; VILAR; FRANCO, 2009, p. 331). Ainda de acordo com o mesmo dicionário, exterminar tem três principais significados: “destruir de forma cruel, matando; eliminar” (Ibidem); “fazer desaparecer; acabar, extinguir” (Ibidem);

“expulsar do território, região etc.; banir” (Ibidem). Ao analisarmos as três significações possíveis, percebemos que elas estão relacionadas à algumas características definidoras: violência, destruição, eliminação, desaparecimento, extinção, expulsão e banimento. Lançando um olhar atento sobre essas características, percebemos que as duas últimas não estão relacionadas de forma direta com o nosso estudo sobre o extermínio de crianças e adolescentes em situação de rua. Conforme o filólogo Antenor Nascentes (1966), no seu “Dicionário Etimológico Resumido”, as palavras extermínio, exterminar e exterminação são de origem latina: *exterminiu*; *exterminare*; *exterminatione*.

A discussão que faremos a seguir está relacionada com a construção de um conceito, mas também com a construção de um arcabouço jurídico, em grande parte relacionado com os debates sobre os direitos humanos. Como observa a historiadora Lynn Hunt (2007), os direitos humanos foram fruto de um processo inventivo; foram fruto de um processo de percepção social sobre a situação da sociedade em um dado momento histórico, que segundo a autora tem início no século XVIII, e não um conjunto de direitos naturais e sempre perceptíveis (“autoevidentes” (Ibidem, p. 13)). Alguns autores, como o cientista social Robson Sávio Reis Souza (2021), chamam a atenção para a “raiz liberal e individualista” (p. 207) dos direitos humanos, que faz com que parte das suas demandas estejam relacionadas com “alguns eixos que interessam mais às classes burguesas” (Ibidem). Esse cenário, segundo o Souza, é responsável pelo “hiato existente entre o que legalmente está garantido e o que realmente observamos no cotidiano da maioria da população brasileira” (Ibidem), o que, ainda segundo o pesquisador, “nos leva à conclusão de que não basta proclamar os direitos, é preciso criar condições políticas, econômicas, culturais e sociais para que os cidadãos possam usufruir efetivamente da cidadania” (Ibidem). Essa contradição permeia o nosso trabalho desde o início.

Em grande parte dos estudos, o conceito extermínio está circunscrito aos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, mais notadamente ao conceito de crimes contra a humanidade. Ainda que compreendamos que esses acontecimentos, responsáveis por submeter “a vida ao poder da morte” (MBEMBE, 2018), estejam inseridos em um processo histórico que foi iniciado antes da Guerra (Ibidem; ALMEIDA, 2019), consideramos que, para uma ampla compreensão do conceito, é importante iniciarmos a discussão por esse cenário. De acordo com a jurista Ana Caroline Rezende de Oliveira (2021), alguns estudos situam o uso de nomenclaturas parecidas com crimes contra a humanidade em um período anterior à década de 1940, mas, ainda segundo a autora, a sua principal menção e os principais debates sobre o conceito tiveram início durante os Julgamentos de Nuremberg (1945 – 1946). É o que também

compreende o pesquisador italiano Giorgio Bianchi (1998). Segundo Bianchi, para o Tribunal, integravam os crimes contra a humanidade: “Assassínio, extermínio, redução à escravidão, deportação e outros atos inumanos cometidos contra a população civil antes e durante a guerra; perseguições por motivos religiosos, raciais ou políticos...” (Ibidem, p. 312). É importante mencionar que o Tribunal de Nuremberg já diferenciava o “assassínio” do “extermínio”.

Em 1946, ainda de acordo com Oliveira (2021) e com Bianchi (1998), uma resolução da então recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU) avalizou a noção de crimes contra a humanidade desenvolvida a partir de Nuremberg. Mas Caroline Oliveira (2021) chama a atenção para o fato de outras “catástrofes” (ROUSSO, 2016) também terem influenciado na construção do conceito: “O seu conteúdo desenvolveu-se ao longo das décadas, especialmente pela jurisprudência do Tribunal Penal Internacional para a Ex-Iugoslávia¹⁰⁸, do Tribunal Penal Internacional para Ruanda¹⁰⁹ e do Tribunal Penal Internacional¹¹⁰ (p. 97). Em 1998, na cidade de Roma, foi assinado o Estatuto de Roma, que criou o Tribunal Penal Internacional (TPI), além de definir suas competências. O Brasil foi signatário do acordo, tendo-o ratificado em 2002 (BRASIL, 2002). De acordo com o Artigo 7º do Estatuto:

1. Para os efeitos do presente Estatuto, entende-se por “crime contra a humanidade”, qualquer um dos atos seguintes, quando cometido no quadro de um ataque, generalizado ou sistemático, contra qualquer população civil, havendo conhecimento desse ataque:

- a) Homicídio;
- b) Extermínio;
- c) Escravidão;
- d) Deportação ou transferência forçada de uma população;
- e) Prisão ou outra forma de privação da liberdade física grave, em violação das normas fundamentais de direito internacional;
- f) Tortura;
- g) Agressão sexual, escravatura sexual, prostituição forçada, gravidez forçada, esterilização forçada ou qualquer outra forma de violência no campo sexual de gravidade comparável;
- h) Perseguição de um grupo ou coletividade que possa ser identificado, por motivos políticos, raciais, nacionais, étnicos, culturais, religiosos ou de gênero, tal como definido no parágrafo 3º, ou em função de outros critérios universalmente reconhecidos como inaceitáveis no direito internacional, relacionados com qualquer ato referido neste parágrafo ou com qualquer crime da competência do Tribunal;
- i) Desaparecimento forçado de pessoas;

¹⁰⁸ Funcionamento entre 1993 e 2017.

¹⁰⁹ Funcionamento entre 1994 e 2014.

¹¹⁰ A partir de 2002.

j) Crime de apartheid;

k) Outros atos desumanos de caráter semelhante, que causem intencionalmente grande sofrimento, ou afetem gravemente a integridade física ou a saúde física ou mental (Ibidem, grifo dos autores).

Assim, segundo o Estatuto de Roma, os crimes contra a humanidade ocorreriam em um cenário de planejamento e intencionalidade declarada, tendo como alvo determinadas populações de civis. Mais uma vez é importante mencionar a distinção feita entre o homicídio e o extermínio. No mesmo Artigo, mas no parágrafo seguinte, o Estatuto define o extermínio: “O “extermínio” compreende a sujeição intencional a condições de vida, tais como a privação do acesso a alimentos ou medicamentos, com vista a causar a destruição de uma parte da população” (Ibidem, grifo dos autores). Dessa forma, para o Estatuto de Roma, o extermínio é um crime planejado e intencional, que resulta na destruição da vida de um determinado grupo social. Mas não apenas isso: o extermínio é entendido como uma sequência de ações, “sujeição a condições de vida”, que tem por finalidade a destruição da vida de partes da população. Para a filósofa estadunidense Judith Butler (2018), a produção do que chamou de “negligência sistemática” está no centro de grande parte das políticas econômicas e sociais do neoliberalismo:

[...] A racionalidade do mercado está decidindo quais saúdes e vidas devem ser protegidas e quais não devem. É claro que há diferenças entre políticas que buscam explicitamente a morte de determinadas populações e políticas que produzem condições de negligência sistemática que na realidade permitam que as pessoas morram (p. 17).

Ainda podemos compreender essa “sujeição a condições de vida” a partir da criação dos “mundos de morte” que estão no centro na “necropolítica”, como postulado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe (2018): “[...] formas únicas e novas de existência social nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de “mortos-vivos”” (p. 71, grifo do autor). Assim, tanto nas “negligências sistemáticas” quanto nos “mundos de morte”, a finalidade última é a destruição das vidas; são operacionalizadas para deixarem vastas populações ou grupos sociais morrerem.

Nos voltemos para a diferença entre o extermínio e o homicídio, que viemos destacando desde o início da seção. Desde 1994, no Brasil, é reconhecido como crime hediondo o homicídio, “quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente” (BRASIL, 1994). Na segunda seção deste capítulo vamos nos ater de forma mais abundante sobre os grupos de extermínio, por hora é importante destacar que o homicídio, “quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio”, é reconhecido pelo ordenamento jurídico como hediondo, ou seja, é “um crime que, por sua natureza, causa

repulsa”¹¹¹. O homicídio cometido por integrantes de grupo de extermínio é apenas um caso de homicídio hediondo ou é um caso de extermínio? Em nossa compreensão, a escolha desse conjunto de palavras pelo legislador parece querer ocultar um fenômeno que já tinha sido reconhecido pelo Estado brasileiro em outra ocasião¹¹²: o extermínio. De acordo com os sociólogos Otávio Cruz-Neto e Maria Cecília Minayo (1994), as estatísticas oficiais, ao reunirem os crimes de extermínio como homicídio, escamoteiam a realidade, uma vez que são processos sociais distintos: “embora configure como componente neste grupo de causas de morte, o extermínio, enquanto processo social, tem origem, se realiza, se consuma e traz consequências diferenciadas, quando comparado ao homicídio” (p. 199).

Ainda segundo os sociólogos, a diferença entre homicídio e extermínio reside na seguinte questão: “A vítima e o exterminador são de natureza coletiva, como não acontece no homicídio” (Ibidem). Assim sendo, para Cruz-Neto e Minayo, o extermínio é um crime onde as vítimas não são escolhidas de forma aleatória e pertencem a um determinado agrupamento social. Esse entendimento e essa distinção entre homicídio e extermínio são muito próximos daqueles do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, como foi veiculado na edição de novembro de 1998 do jornal “O Grito dos Meninos e Meninas de Rua”: “Extermínio já é coisa comum em Pernambuco. E não se mata numa briga qualquer, não. São mortes pensadas e organizadas por um grupo de pessoas. Isso é o que se chama extermínio”¹¹³. O fato de não se tratar de uma morte aleatória, “briga qualquer, não”, e o planejamento “por um grupo de pessoas”, dando a ideia de sistematicidade, marcam a distinção e a definição do Movimento. Ainda segundo os sociólogos: “o extermínio é parte de um projeto político de grupos que se arrogam o direito e o poder de selecionar camadas da sociedade a serem eliminadas, expulsas ou circunscritas” (p. 202-203). Eles também consideram o extermínio como um “ato político revestido de intencionalidade seja ela declarada ou não pelos executores” (p. 203).

Para o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, essa ideia de sistematicidade, além de ser uma das principais características do extermínio, é fundamental para a distinção entre homicídio e extermínio. É o que defende o sociólogo David Maciel de Mello Neto (2021). Segundo o pesquisador, no final da década de 1980 e início da década de 1990, o MNMMR foi “um dos principais atores da transformação do “Esquadrão da Morte” em “grupos

¹¹¹ CRIME hediondo. Conselho Nacional do Ministério Público. s.d. Disponível em: <https://www.cnmpp.mp.br/portal/institucional/476-glossario/8190-crime-hediondo>. Acesso em: 23 set. 2022.

¹¹² Nos referimos à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a investigar o extermínio de crianças e adolescentes, que atuou entre 1991 e 1992, e seus desdobramentos.

¹¹³ A MAIOR violência é o extermínio. **O Grito de Meninos e Meninas de Rua**, Recife, nov. 1998. P. 03.

de extermínio” (p. 11, grifos do autor); e entre “crimes do esquadrão” e “extermínio”. Ainda segundo o autor, a partir das reflexões de Alvim (1992), é possível perceber que essas mudanças semânticas introduziram as seguintes percepções: “quanto à ação, “extermínio” introduz [iu] uma impressão de sistematicidade, seleção e planejamento antes ausente” (p. 13, grifo do autor); em relação às vítimas, as crianças e os adolescentes em situação de vulnerabilidade social passam a ser percebidas como as principais vítimas. O sociólogo também defende que essas novas semânticas e essas percepções influenciaram as reportagens e notícias veiculadas na grande imprensa sobre o tema.¹¹⁴ Nas edições do “O Grito” analisadas, a ideia de sistematicidade estará presente. No entanto, quando nos atentemos para a mudança semântica, ela não parece acontecer. O “Grito” usará os termos “Esquadrão da Morte” e “grupo de extermínio” como sinônimos. O mesmo acontecerá com os termos “crimes do esquadrão” e com “extermínio”.

Outra distinção que precisa ser feita é entre extermínio e genocídio. Um olhar holístico sobre os conceitos não é suficiente para uma compreensão, uma vez que, em alguns aspectos, esses podem ser confundidos. De acordo com os já citados sociólogos Otávio Cruz-Neto e Maria Cecília Minayo (1994), o genocídio e o extermínio são “os termos classicamente utilizados para falar do fenômeno sociopolítico de eliminação de grupos sociais nas sociedades modernas” (p. 202). Os mesmos autores ainda circunscrevem os dois conceitos aos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial (Ibidem). Essa é a mesma compreensão do também já citado Giorgio Bianchi (1998b). Segundo esse, o termo genocídio foi usado, com o entendimento contemporâneo, pela primeira vez em 1944 e estava relacionado com a noção de “povo”: “No significado atual, o termo foi usado pela primeira vez em 1944 por R. Lemkin para indicar a destruição em massa de um grupo étnico, assim como todo projeto sistemático que tenha por objetivo eliminar um aspecto fundamental da cultura de um povo” (p. 543)¹¹⁵. O pesquisador italiano, no entanto, faz a seguinte consideração, chamando a atenção para o fato de crimes de genocídio já serem praticados antes da Segunda Guerra Mundial:

Assim definido, o Genocídio é tão antigo quanto a história humana, mas somente após a Segunda Guerra Mundial a comunidade internacional, estarrecida pelos enormes

¹¹⁴ No caso do autor, o “Jornal do Brasil” (Rio de Janeiro).

¹¹⁵ Segundo a “Enciclopédia do Holocausto” do Museu do Holocausto dos Estados Unidos da América, o conceito de “genocídio” não só foi operado pela primeira vez pelo advogado judeu polonês Raphael Lemkin, mas a palavra foi sua criação. Ainda segundo a mesma enciclopédia, Lemkin se utilizou de duas palavras, uma grega e outra latina, neste processo: “criou a palavra “genocídio” combinando a palavra grega *geno-*, que significa raça ou tribo, com a palavra latina *-cídio*, que quer dizer matar” (MUSEU DO HOLOCAUSTO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, s.d., grifos dos autores).

crimes cometidos pela política racista do nazismo, sentiu necessidade de fixar normas de direito internacional para coibir tal delito (Ibidem).

Cruz-Neto e Minayo (1994) ainda defendem que o conceito de extermínio “é mais ambíguo que o termo genocídio” (p. 202). Prossigamos. O já citado Estatuto de Roma diferencia os crimes de genocídio dos crimes contra a humanidade e dos crimes de guerra, listando-os em de forma separada e com características próprias. É assim, no seu Artigo 6º, que o Estatuto define o crime de genocídio:

[...] Para os efeitos do presente Estatuto, entende-se por “genocídio”, qualquer um dos atos que a seguir se enumeram, praticado com intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, enquanto tal:

- a) Homicídio de membros do grupo;
- b) Ofensas graves à integridade física ou mental de membros do grupo;
- c) Sujeição intencional do grupo a condições de vida com vista a provocar a sua destruição física, total ou parcial;
- d) Imposição de medidas destinadas a impedir nascimentos no seio do grupo;
- e) Transferência, à força, de crianças do grupo para outro grupo (BRASIL, 2002, grifo dos autores).

Ao comparamos as características que, para o Estatuto de Roma, integram o genocídio com as que, segundo o mesmo estatuto, integram os crimes contra a humanidade, percebemos, algumas semelhanças. Isso é bastante evidente ao compararmos a Alínea c do Artigo 6º Parágrafo 1º com a Alínea b do Parágrafo 2º do Artigo 7º (citados anteriormente): “Sujeição intencional do grupo a condições de vida com vista a provocar a sua destruição física, total ou parcial” (uma das características do crime de genocídio); “sujeição intencional a condições de vida, tais como a privação do acesso a alimentos ou medicamentos, com vista a causar a destruição de uma parte da população” (definição de extermínio). Ora, ao fazermos o cotejamento entre os trechos, percebemos que eles se referem ao crime de extermínio. Mas já indicamos que, de acordo o Estatuto e o nosso debate conceitual até aqui, genocídio e extermínio são conceitos e crimes distintos. Como, então, proceder? Em primeiro lugar, os dois trechos nos levam a considerar que o extermínio pode integrar o crime de genocídio. Em segundo lugar, uma comparação entre as características (todas citas mais acima) que integram os crimes contra a humanidade e as que integram os crimes de genocídio, nos leva perceber que, aquelas relacionadas com o último, trazem a noção de crimes contra “grupo nacional, étnico, racial ou religioso, enquanto tal” e ao primeiro a noção de crimes “contra qualquer população civil”. Acreditamos que a principal diferença resida nessa constatação.

De acordo com Giorgio Bianchi (1998), essa parece ter sido a principal característica definidora do crime de genocídio defendida por uma resolução de 1946 da Assembleia Geral

da ONU: “a recusa do direito à existência de inteiros grupos humanos” (p. 543). Resumindo: precisamos compreender o genocídio e o extermínio como processos e não como ações isoladas; nosso entendimento sobre esses conceitos também precisa levar em consideração que o primeiro está relacionado com povos e o segundo com determinadas parcelas da população. Exemplificando: podemos afirmar que houve no Brasil um processo que culminou no genocídio dos povos indígenas; esse processo, por sua vez, incluiu o processo de extermínio desses povos. E ainda: podemos afirmar que houve no Brasil um processo que resultou no extermínio de crianças e adolescentes em situação de rua. Ainda é importante mencionar que o genocídio, assim, como o extermínio, tem por finalidade a “eliminação do grupo” (OLIVEIRA, 2021).

Estabelecidas essas diferenciações, prossigamos com o nosso debate sobre o conceito de extermínio. O Extermínio, assim, é um crime político contra um determinado grupo social, independentemente das características pessoais dos indivíduos pertencentes ao grupo em questão: assim, justificar o extermínio a partir do cometimento ou a suspeita de cometimento de atos infracionais, por exemplo, falseia a interpretação sobre como se processa extermínio. Otávio Cuz-Neto e Maria Cecília Minayo (1994) chamam a atenção para o fato de o extermínio ser construído dentro da ideia de “limpeza social” (p. 204). Essa “limpeza social”, para os mesmos sociólogos, “traz embutida em si a filosofia de banalização da vida e da morte” (p. 205). Assim, como veremos mais à frente, a ideia de superioridade social é fundamental no processo de compreensão do extermínio. Também integram o processo do extermínio as desigualdades socioeconômicas: essas, juntamente com a ideologia de superioridade social, traduzida em violências e autoritarismo, são, para o MNMMR, as faces do processo de exterminar.

Aqui cabem algumas considerações. Não existia, de fato, uma política explícita de extermínio levada a cabo pelo Estado brasileiro. Saindo da Ditadura Militar e buscando integrar-se ao mundo que se globalizava, o Brasil passa a ratificar acordos internacionais de direitos humanos: Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (1984), ratificada em 1991; Convenção Americana sobre Direitos Humanos (1969), ratificada em 1992; o já citado e mencionado Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (2002). Além dessas ratificações, a própria Constituição Federal de 1988, especialmente no seu Artigo 5º e no seu Título II, trata longamente sobre os direitos fundamentais. Ao observarmos toda essa legislação, percebemos que crimes de extermínio não seriam tolerados no Brasil. Mas a prática seria bastante diferente. E é exatamente para isso que chama a atenção a cientista política Andrea Gouvêa (2022). Em livro lançado em 2022, no

contexto das atividades alusivas aos 200 anos de Independência do Brasil, a autora sustenta que o Estado brasileiro e os seus agentes nunca fizeram questão em esconder os atos violentos perpetrados contra seus próprios cidadãos, mesmo em períodos de “normalidade democrática”:

[...] os agentes desse Estado a serviço de uma ordem antidemocrática em seu âmago, a despeito dos vários momentos em que as instituições políticas funcionarem de forma democrática, nunca fizeram questão de agir às escondidas (p. 11).

Ainda que não existisse uma política explícita de extermínio, existem outras maneiras de expor as vidas “enquadradas” como portadoras de “precariedade” (BUTLER, 2019a; 2019b) a “mundos de morte” (MBEMBE, 2018) onde o resultado seria a destruição de suas vidas, eleitas como “matáveis” (AGAMBEN, 2007). Além disso, quando um agente estatal executa os crimes de extermínio, o Estado participa da execução. Quando um agente do Estado não investiga os crimes ou dificulta a investigação, o Estado também é conivente com os crimes. Muitas vezes é o mercado que decide as vidas que serão conservadas. É o “poder soberano”:

A expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder de ditar quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Ser soberano é exercer o controle sobre a mortalidade e definir a vida com a implantação e manifestação de poder (MBEMBE, 2018, p. 05).

Mas o “poder soberano” não está apenas no Estado e em seus agentes ou no mercado. Ele é compartilhado por amplos setores da sociedade que, como já tratamos anteriormente e o faremos mais à frente, sentem-se imbuídos do poder de vida e morte sobre a vida de determinados grupos sociais como as crianças e dos adolescentes em situação de rua. A condição “precária” através da qual as vidas desses meninos e meninas são “enquadradas”, as transforma em “vidas não vivíveis”: o seu “estatuto legal e político é suspenso” (BUTLER, 2019b, p. 13). E isso não depende da sua disposição interna para viver, mas das condições políticas e sociais. Segundo Judith Butler: “Afirmar que a vida é precária é afirmar que a possibilidade da sua manutenção depende, fundamentalmente, das condições sociais e políticas, e não somente de um impulso interno para viver” (Ibidem, 2019a, p. 40).

Judith Butler (2019a) considera que todas as vidas humanas estão suscetíveis à “precariedade generalizada”, uma vez que a conservação das vidas humanas depende sempre do outro. É por isso que a sua concepção sobre a vida é contra a ontologia individualista: “A pressuposição de uma precariedade generalizada coloca em questão a ontologia do individualismo” (p. 57). E prossegue: “Por isso a precariedade como condição generalizada se baseia na concepção do corpo como algo fundamentalmente dependente de, e condicionado por, um mundo sustentado e sustentável” (p. 57). Para a filósofa, assim, a conservação da vida é uma responsabilidade de toda a sociedade, pois a vida humana só é preservada com o cuidado

de outro. Mas a autora pontua que a vida de alguns grupos sociais, além da “precariedade generalizada”, são “enquadradas” como estando em condição de “precariedade”: “Existem meios de distribuir vulnerabilidades, formas diferenciadas de alocação que tornam algumas populações mais suscetíveis à violência arbitrária do que outras” (Ibidem, 2019b, p. 10). É nesse sentido que, como Butler, afirmamos que a vida dos meninos e meninas em situação de rua eram “enquadradas” como em estando em “precariedade”. Não é à toa que o luto, nas obras de Judith Butler, é compreendido como um poder (2019b) e ocupa um lugar relevante: ele que é um sentimento por outrem é o sentimento que diferencia a condição geral de vulnerabilidade de todas as vidas humanas da “precariedade”.

Levando em consideração as reflexões possibilitadas pelo debate anterior, entendemos que o extermínio é um crime de responsabilidade política de toda a sociedade. Por esse motivo, compreendemos que, ainda que alguns atores sejam listados como os principais executores dos crimes de extermínio, não o consideramos os seus principais autores. Com “autores” queremos indicar aqueles e aquelas que oferecem a ideologia e a justificativa para o extermínio: isso muitas vezes é feito pela grande imprensa, por setores do pequeno e grande empresariado, por setores dos grandes e pequenos comerciantes, por setores das classes populares e médias. Ainda cabe ressaltar que, embora os principais, os grupos de extermínio não são os únicos executores do extermínio: muitas vezes agentes das polícias que não são ligados diretamente a esses são os executores e em outras situações são aqueles envolvidos no tráfico de drogas e até mesmo outros civis. E não queremos com essas considerações diminuir a responsabilidade individual e coletiva dos executores, mas buscar compreender o extermínio em todas as suas dimensões. Sobre os autores e os executores do extermínio: “O grupo ou segmento executor concebe-se como ideologicamente superior, detentor de verdade, do poder de justiça e acima das leis constitucionais” (CRUZ-NETO & MINAYO, 1994, p. 204).

A responsabilidade de toda a sociedade nos crimes que integram o processo de extermínio, especialmente dos meninos e das meninas em situação de rua, deve melhor ser explicada. Partimos do que o filósofo Paul Ricoeur (2007), denominou de “culpabilidade política”: “Cabe distinguir, com Karl Jaspers, a culpabilidade política dos cidadãos, assim como dos homens políticos, da responsabilidade criminal que pode ser julgada pelos tribunais e, portanto, dos procedimentos penais que regem o curso do processo” (p. 481). Ricoeur prossegue: “Ela [a culpabilidade política] resulta do pertencimento de fato dos cidadãos ao corpo político em nome do qual os crimes foram cometidos” (Ibidem). Mas isso não significa que devemos “criminalizar” juridicamente toda a sociedade: “ela [a culpabilidade política] pode

ser dita coletiva, com a condição de não ser criminalizada: a noção de povo criminoso deve ser expressamente rejeitada” (Ibidem). Com isso, o filósofo não rejeita o procedimento jurídico para apurar as responsabilidades individuais nos crimes (“as sanções punitivas, proferidas por cortes de justiça” (Ibidem)) e nem muito menos as políticas de reparação (“obrigações de reparação a longo prazo” (Ibidem)): “Quem usufrui os benefícios da ordem pública deve, de certo modo, responder pelos males criados pelo Estado do qual faz parte” (Ibidem).

Após termos apresentado o conceito de extermínio e os debates que ele suscita e que são importantes para o nosso trabalho, discutiremos o extermínio de crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil, levando em consideração os seguintes aspectos: formação autoritária da sociedade brasileira, as mobilizações do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua contra o extermínio, as principais vítimas (entre as crianças e adolescentes) dos crimes de extermínio, os principais executores dos crimes de extermínio e alguns casos de extermínio de meninos e meninas em situação de rua no Recife.

3.2. O Extermínio de crianças e adolescentes no Recife

Em 1936, o historiador Sérgio Buarque de Holanda publica “Raízes do Brasil”, considerado um dos clássicos da produção intelectual brasileira. As décadas de 1930 e 1940, no Brasil, foram marcadas por trabalhos que buscavam compreender as principais práticas sociais da sociedade brasileira e como se processou a formação da sua identidade enquanto nação. É nesse contexto que, por exemplo, Gilberto Freyre publica “Casa-Grande & Senzala” (1933) e Caio Prado Júnior publica “Formação do Brasil Contemporâneo” (1942). Em seu trabalho, Buarque de Holanda opera com conceito do “homem cordial”, que embora não tenha sido uma criação sua, tem o seu significado atual a partir dos debates levantados por ele. Segundo o autor, desde meados do século XIX, período de emergência do Estado Nação brasileiro, os círculos familiares (espaços privados) entraram em choque com o Estado (espaço público), que estava em processo de constituição:

O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda, menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição (p. 169).

O “homem cordial” se insere no espaço entre o privado e o público, que Buarque considera antagônicos: busca operar no espaço público com práticas do espaço familiar privado. Ainda segundo o historiador, esse “homem cordial” é a principal característica do brasileiro aos olhos dos cidadãos de outros países e, as suas práticas, o autor prossegue, são influenciadas por “padrões” rurais e patriarcais (associados por Buarque às práticas “privadas”):

A lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal (p. 176).

Sérgio Buarque de Holanda ainda pontua que um dos principais aspectos do “homem cordial” é sua “aversão ao ritualismo” (p. 182): “Nenhum povo está mais distante dessa noção ritualista da vida de que o brasileiro. Nossa forma ordinária de convívio social é, no fundo, justamente o contrário da polidez” (p. 176). Em resumo: o “homem cordial” é afável, hospitaleiro, generoso e não é afeito às cerimônias. Isso, para o historiador, estava na estrutura da sociedade brasileira e era o que lhe dava identidade. Ainda que, de fato, Sérgio Buarque de Holanda faça uma crítica à atuação desse “homem cordial” no espaço público (e não o contrário) (SCHWARCZ, 2019), não deixa de incomodar a forma como Buarque o caracteriza: seria o brasileiro cordial?

Uma análise da História Brasil irá indicar que essa “cordialidade” do brasileiro, ou do que mais tarde se convencionou a chamar de brasileiro, não existe. A formação da sociedade brasileira e a sua constituição enquanto nação são fincadas em raízes autoritárias, que consideramos as “raízes do Brasil”. Algumas populações no Brasil sempre foram direcionadas ao extermínio e à subalternidade. Essa é a tese defendida pela já citada cientista política Viviane Gouvêa (2022). Em seu livro, “Extermínio: duzentos anos de um Estado genocida”, Gouvêa defende que as elites brasileiras, que classificou como “mesquinha e perversa”, foram e continuam sendo responsáveis por

convencerem uma maioria ainda mais surpreendente de que há brasileiros contra os quais toda e qualquer violência é legítima, e deve ser colocada em prática por agentes do Estado, sem necessidade de respeito pelas leis criadas por este (p. 269).

Assim, para a cientista política, parte da população brasileira é, não de forma natural, mas a partir de um processo político, social e ideológico, legada a um estado de violência. Ainda segundo a mesma autora, essa elite também “conseguiu incendiar o país várias vezes com o apoio ativo de cidadãos que não tinham como escapar da fumaça ou das chamas” (p. 268). Em outras palavras, àqueles a quem a violência é direcionada são convencidos de que se trata de um percurso natural e não direcionado a eles, passível, portanto, de defesa e empenho na manutenção dessa ordem de extermínios. De acordo ainda com Gouvêa, esses extermínios não estão localizados apenas nos momentos ditatoriais da História brasileira, mas que se manifestam principalmente nos momentos democráticos. Como sustenta a cientista política, erroneamente acreditamos que esses “períodos liberais e democráticos da nossa história” (p. 265), “tempos em que nossas expectativas não incluiriam ações despóticas e ilegais do Estado e de suas forças

de segurança”, não são também eles momentos de violações de direitos e de extermínio. Para Viviane Gouvêa, assim, o brasileiro não é cordial, mas “hostil” (p. 272).

Para a jurista e historiadora Ana Luiza Pinheiro Flauzina (2019), a relação entre democracia e genocídio, principalmente se levarmos em consideração a população negra¹¹⁶, é fortemente presente na História do Brasil. De fato, o genocídio do povo negro no Brasil já vinha sendo denunciado desde finais da década de 1970, notadamente a partir do livro “O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado”, publicado em 1978, de autoria do teórico brasileiro Abdias Nascimento. Flauzina denomina essa relação entre democracia e genocídio de “democracia genocida” (p. 50). No Brasil, ainda segundo a autora, “há um flagrante compatibilização entre democracia e genocídio” (p. 52). Para a historiadora, isso reside no fato de que

o limite de atuação da ordem constitucional no Brasil passa pelo respeito ao controle indiscutível da decretação da morte de pessoas negras, que se constitui no item inegociável da agenda das elites nacionais (p. 53).

Mais uma vez é destacado o papel das elites brasileiras em subjugar a vida ao poder da morte, a “necropolítica” (MBEMBE, 2018). Flauzina percebe esse movimento da seguinte maneira:

Como pontuado anteriormente, o controle do direito à vida, ou melhor, a disponibilidade de se decretar a morte das pessoas negras, nos termos daquilo que Achille Mbembe entende por necropolítica, é o item mais bem guardado da agenda política das elites no país (p. 55).

Outro pesquisador brasileiro que se debruçou sobre a relação entre racismo e “necropolítica” foi o filósofo Silvio Luiz de Almeida, em seu livro “Racismo Estrutural” (2018). Especificamente em dois capítulos trabalho (“Da biopolítica à necropolítica” e “Racismo e necropolítica”), Almeida analisa a relação existente entre a emergência dos Estados modernos, no século XIX, o racismo, o nascimento da biopolítica e a constituição da necropolítica através do terror. A partir dos estudos do também filósofo Michel Foucault, Silvio de Almeida evidencia as bases racistas do Estado moderno e as implicações desse racismo no seu governo da vida da população, a biopolítica. Em outro momento, notadamente no capítulo seguinte, o filósofo escreve, a partir de Achille Mbembe, Aimé Césaire e Anielle Franco, sobre

¹¹⁶ Como veremos à frente, a população infantil preta será, pelo menos no início da década de 1990, a principal vítima dos casos de extermínio. Também como discutiremos, as notícias do jornal “O Grito dos Meninos e Meninas de Rua” não trazem informações que possibilitem um amplo debate sobre questões raciais o extermínio de crianças e adolescentes em situação de rua.

o processo que, implícito ao Estado, possibilitou a constituição de um quadro não de “proteção da vida”, mas da sua destruição: a necropolítica.

É importante destacar que esse quadro de genocídio, que envolve o extermínio, como já vimos, é construído dentro de uma ideologia de superioridade social, que, por sua vez, envolve a ideia de “limpeza social” (CRUZ-NETO & MINAYO, 1994), que já destacamos na seção anterior. Essa ideologia será denunciada pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua no jornal “O Grito dos Meninos e Meninos de Rua”: Em 13 julho de 1989, no final da tarde, um menino conhecido como Ferrugem, 10 anos, “ferrou”¹¹⁷ um relógio. O furto aconteceu na Avenida Dantas Barreto, no centro do Recife. Segundo a notícia, depois da ação, o menino “saiu na carreira e o povo ensaiou um pega-pega. Ferrugem correu cada vez mais veloz. E lascou sua cabeça embaixo do pneu de um ônibus elétrico”¹¹⁸. Ao perceberem que o menino Ferrugem estava morto, a população, que participou da ação, exclamava: ““Graças a Deus”; “Limpou”; “Um a menos” e outras coisas”¹¹⁹. Vale destacar que a forma como aconteceu o extermínio de Ferrugem, segundo o registrado no “O Grito”, pode ser analisado levando em consideração o tratamento e os suplícios impostos ao condenado e ao seu corpo no caminho para o cumprimento da sentença na praça pública. Como registrou o filósofo Michel Foucault em “Vigiar e Punir”, publicado em 1975, “a melancólica festa de punição” (1987, p. 12), antecedeu a criação dos sistemas penitenciários modernos, que se deu entre os séculos XVIII e XIX.

Outra questão que devemos pontuar é que o extermínio está relacionado com outras violências e desigualdades socioeconômicas. Essa parece ter sido a compreensão dos militantes que integravam o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Segundo a militante Maria de Lourdes (2022): “Na nossa visão e na concretização das atividades do Movimento, [o extermínio] era uma consequência da situação econômica, era o resultado da situação socioeconômica da cidade [do Recife] e do estado [de Pernambuco]” (Ibidem). Da mesma forma, a militante Helena Janssen (2022), ao ser interpolada sobre se o Movimento compreendia o extermínio relacionado com outras violências e com a desigualdade socioeconômica, defende posição semelhante. Janssen ainda situa o extermínio de meninos e meninas em situação de rua no cenário geral de violações do Estado brasileiro, notadamente com a escravidão. Como vimos no capítulo anterior, o cenário brasileiro, pernambucano e

¹¹⁷ “O Grito” utiliza esse termo para se referir ao furto; jogo de palavras entre “Ferrugem” e “ferrou”.

¹¹⁸ A MORTE de Ferrugem. **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, ago. 1989. P. 04.

¹¹⁹ Ibidem.

recifense, nos anos de 1990, eram marcados por desigualdades socioeconômicas e por violências, entre elas o extermínio de crianças e adolescentes em situação de rua. Dessa forma, para o MNMMR, o extermínio se constituía a partir dos seguintes elementos: planejamento e sistematicidade das execuções, ideologia de limpeza social, formação autoritária da sociedade brasileira e desigualdades socioeconômicas.

Nesse momento da discussão surge uma questão: em que momento da História recente do Brasil teve início o processo de extermínio de crianças e adolescentes em situação de rua? E ainda: qual o papel do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua na denúncia desse processo? Começaremos pela segunda questão, uma vez que ela é essencial para respondermos à primeira. Como já afirmamos em outros momentos do trabalho, o MNMMR teve papel fundamental na denúncia do extermínio de crianças e adolescentes em situação de rua. Essa também é a posição do já citado sociólogo David Maciel de Mello Neto (2021). Segundo Neto, as mobilizações do Movimento contra o extermínio não estavam entre as suas articulações iniciais. Como já vimos no capítulo anterior, essas demandas estavam relacionadas à reestruturação do atendimento institucional a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, encabeçado na época pela Funabem/Febem: “A alteridade que o Movimento se contrapunha para construir sua identidade, primeiramente, foi um discurso: o do Bem-Estar do Menor” (p. 333). Ainda segundo o mesmo autor:

Bem, esta violência [o extermínio de crianças e adolescentes em situação de rua] não figurava entre as preocupações iniciais do Movimento. A violência que o preocupava referia-se mais à arbitrariedade institucional, à agressividade dos agentes de internatos estatais e dos policiais com os menores de rua (p. 334).

Ainda conforme o sociólogo, como já mencionamos na seção anterior, foi o MNMMR que, através de uma movimentação política do tipo “contenciosa” (Ibidem), operou na transformação semântica de “Esquadrão da Morte” em “Grupos de Extermínio”. Neto ainda delimita, a partir de Alvim (1992), o contexto em que o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua passa a direcionar suas atividades para o fim do extermínio “e quando o faz, adota uma configuração bem diferente da anterior” (p. 334):

Em 1987, o MNMMR, junto ao Centro de Articulação das Populações Marginalizadas (CEAP) e a Pastoral do Menor de Duque de Caxias, órgão da Igreja Católica, constatam que muitos dos jovens assistidos por esta última entidade desapareciam e não mais voltavam. Então eles realizam uma investigação própria e concluem que 18 dos 60 jovens ajudados pela Pastoral haviam sido assassinados. Levam o fato ao conhecimento do Secretário de Polícia Civil do Rio de Janeiro, Hélio Saboya, que encaminha as denúncias para a comissão especial de combate ao “Esquadrão da Morte/grupos de extermínio”. Os resultados da investigação posterior acabaram indicando que, de 1986 até 1988, 144 menores de 18 anos foram assassinados no Rio de Janeiro, 71% deles por armas de fogo. Os corpos, geralmente abandonados em

local deserto, com marcas de tortura e fuzilados, portavam os signos dos “crimes do Esquadrão da Morte” (Ibidem, grifos do autor).

Ainda segundo o sociólogo:

A partir de então, o MNMMR e outros atores coletivos passam a usar a categoria de “grupos de extermínio” e “extermínio” para se referirem ao fenômeno. Segundo eles, crianças e adolescentes não figuravam entre as principais vítimas no período anterior a 1987. Nesse período, diz o líder do MNMMR, Volmer Nascimento, em entrevista à Alvim (1992), falava-se mais em “Esquadrão da Morte” (Ibidem, grifos do autor).

Esse evento está relacionado ao Rio de Janeiro, recorte espacial dos estudos do sociólogo. Será que esse acontecimento foi significativo para a comissão pernambucana do Movimento? Infelizmente nossas fontes não trazem informações diretas sobre essa questão. No entanto, um dos trechos da entrevista realizada com a militante Helena Janssen (2022) nos é útil para traçarmos alguns apontamentos sobre essa questão. No trecho em questão, Janssen recorda o enterro do menino Marcos, que aconteceu no Cemitério de Santo Amaro, no bairro homônimo do Recife, próximo da data do sepultamento do político pernambucano Marcos Freire, morto em um acidente aéreo em setembro de 1987:

Por exemplo, em oitenta e sete [1987] quando morreu Marcos Freire, um dia depois [09/09] apareceu morto, amarrado numa árvore, um menino também chamado Marcos. Todo fuzilado! [...] Nós fomos para o enterro. Marcos [foi enterrado] naquele caixão doado pela secretaria de assistência social do governo. Enterrou-se. Mas, quando passamos para ir [não identificável] [...]. Passamos em frente da cova de Marcos Freire. O túmulo de Marcos Freire cheio, cheio, cheio de velas. Cheio de flores. Eram tantas flores e para o [menino] Marcos não tinha uma flor. Então, aconteceu uma cena muito interessante: entre os meninos tinha um que era considerado padre, ele rezava o Pai-nosso todo errado, mas rezava [Risos]. Então, ele fez a cerimônia de rezar o Pai-nosso e os outros saíram, quando voltaram nós ficamos com medo, porque foram no túmulo de Marcos Freire. Era coroa, era vela, era tudo... Eles trouxeram e colocaram no túmulo do outro Marcos. Então, Marcos Freire dividiu flores com Marcos. Mas era assim: o requinte de [crueldade] do extermínio era muito grande. Matavam muito” (JANSSEN, 2022).

O relato é bastante simbólico e com muitos detalhes que apresentam um quadro bastante vivo do acontecimento. Mas gostaríamos de destacar os seguintes elementos: no segundo semestre de 1987, de acordo com a entrevista de Helena, a comissão pernambucana do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua já relacionava assassinatos violentos de meninos e meninas em situação de rua à ação de grupos de extermínio. E já o compreendiam em relação a um cenário de desigualdades socioeconômicas, violências e autoritarismos. A data desse acontecimento é muito próxima daquela indicada pelo sociólogo David Maciel de Mello Neto.

No livro “Vidas em risco: assassinatos de crianças e adolescentes no Brasil” (1990), para o MNMMR, ainda que no início dos anos de 1990, o assassinato de crianças e adolescentes acontecesse em todo o território nacional, não era possível precisar exatamente quando ele

adquiriu o status de extermínio (MNMMR; IBASE; NEV-USP, 1991). Já para o jornalista Gilberto Dimenstein (1990), o início do extermínio de meninos e meninas em situação de rua, que entende como “uma guerra-não declarada” (Ibidem, p. 13), deve ser localizado na segunda metade da década de 1980: “Mesmo porque o fenômeno é recente, iniciado na segunda metade dos anos 80 – o que coincide com o crescimento de meninos na prática dos assaltos e furtos” (Ibidem, p. 12). Ainda segundo o jornalista: “cada vez mais, as crianças são vítimas de extermínios, que banalizam a pena de morte com julgamento e execuções sumárias” (Ibidem, p. 11-12). Dimenstein ainda aponta que é possível “dizer e provar” que existe um “processo de extermínio” contra meninos e meninas:

É possível dizer e provar que hoje no Brasil existe um processo fragmentado em crescimento de extermínio de menores infratores ou supostos infratores – uma política que conta com o apoio ou conivência de amplos segmentos sociais, apavorados com a insegurança dos grandes centros urbanos. Conta, sobretudo, com a participação, apoio ou conivência da polícia (Ibidem, p. 14).

Consideramos, no entanto, a motivação apontada pelo jornalista em seu livro-reportagem como problemática, ainda que seu trabalho se constitua em um importante registro do processo de extermínio que acontecia no Brasil: indicar que a motivação principal para o extermínio de meninos e meninas seja o cometimento ou a suspeita de cometimento de atos infracionais escamoteia a dinâmica de como se processa o extermínio. Ainda que, em alguns casos, o ato infracional seja um dos principais fatores, embora injustificáveis, para o extermínio de meninos e meninas em situação de rua, a discussão, como já fizemos, deve ser muito mais aprofundada. A questão principal é que o extermínio é um crime político contra um determinado grupo social, independentemente das características pessoais dos indivíduos pertencentes ao grupo em questão. Levando em consideração isso, percebemos que o cometimento ou a suspeita de cometimento de atos infracionais falseia a interpretação sobre como se processa extermínio.

Após o debate anterior é possível concluir que o início do processo de extermínio de meninos e meninas e situação de rua deve ser localizado na segunda metade da década de 1980. Também é possível afirmar que o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua teve papel fundamental nessa discussão, seja do ponto de vista político, seja do ponto de vista semântico. E aqui cabe uma explicação: já diferenciamos extermínio e homicídio, logo, é importante ressaltar que, ao localizarmos o início do processo de extermínio de meninos e meninas em situação de rua na década de 1980, não estamos afirmando que foi apenas nesse período em que as crianças e os adolescentes em situação de rua passaram a ser vítimas de homicídios (saúde)/ mortes violentas (segurança pública). Ou ainda: não estamos afirmando que os meninos e meninas passaram a ser vítimas dos “crimes do Esquadrão” cometidos pelo

“Esquadrão da Morte” apenas nesse período. O que estamos afirmando é que, além de se tornarem as principais vítimas ou o objetivo específico de variados grupos de extermínio, as crianças e adolescentes foram submetidas, a partir da segunda metade da década de 1980, a um processo sistêmico de morte e de submissão a cenários de precarização de suas vidas.

Vejam as primeiras atividades do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua contra o extermínio na década de 1980. Entre os anos de 1986 e 1987, as mobilizações do Movimento contra o extermínio foram as seguintes:

Nos anos de 1986 e 1987, concomitantemente à sua participação no processo da constituinte, o MNMMR nos vários estados da federação, denunciava o crescimento assustador do índice de prisões ilegais, tortura e assassinato de crianças e adolescentes em todo país. Além de denúncias, o MNMMR (Comissão Local de Teresina – PI), juntamente com outras entidades, realizou o em maio de 1987 o I Tribunal do Menor, com a finalidade de julgar simbolicamente os crimes cometidos contra a infância e a vigília que a Pastoral do Menor da Diocese de Duque de Caxias organizou na Praça do Pacificador, no dia 06 daquele mês (MNMMR; IBASE; NEV-USP, 1991, p. 14).

Já entre os anos de 1988 e 1990, o Movimento elegeu “a luta contra o extermínio como prioridade” (Ibidem, p. 15-16) e desenvolveu as seguintes ações:

centenas de denúncias, cartas e telegramas às autoridades, protestando e exigindo apuração e punição dos crimes; realização de passeatas (Passeatas das Cruzes no Recife); realização de dois tribunais de julgamento simbólicos dos crimes cometidos contra a criança e adolescente (Goiânia, outubro/88 e Rio de Janeiro, outubro/89), além da realização e/ou participação em diversos seminários sobre o tema em vários estados do Brasil. O fim do extermínio transformou-se em palavra de ordem no cotidiano do MNMMR (Ibidem).

Sobre a Passeata das Cruzes, realizada no Recife em primeiro de maio de 1989, recorda a militante Helena Janssen:

[...] Em oitenta e nove [1989], nós resolvemos, conversando com os meninos, fazer uma passeata aqui em Recife, que nós demos o nome da Passeata das Cruzes. Cada turma trazia um nome. Tinha menino que trazia duas, três, quatro cruzeiras com nome dos companheiros, das pessoas que eles sabiam que foram exterminadas pelo grupo de extermínio. E eles mesmos pintaram uma bandeira nacional bem grande [que] nós botamos no Parque Treze de Maio. Estendemos no lugar lá [no Parque] essa bandeira. Eles chegavam em passeata com cartazes e cruzeiras pelas ruas. Chegaram lá [no Parque] eles enfiavam essa cruz. Tinha mais de 180 cruzeiras. [...] Essa passeata foi muito marcante, tanto para os meninos como para denunciar o extermínio aqui em Pernambuco. E para terminar a gente terminou com um banho de bombeiro, que ficou a partir disso: todo primeiro de maio a gente fazia um ato e terminava com o banho de bombeiro. Por que a gente botou [o nome de] bombeiro? Porque os meninos vinham muito marcados, muito tristes desse ato, trazendo o nome dos colegas, dos amigos deles que foram mortos. Então a gente terminou com uma festa; com um banho; um banho coletivo [...] (JANSSEN, 2022).

Em Pernambuco, de acordo com Helena, o elevado número de meninos e meninas em situação de rua assassinados pelos chamados grupos de extermínio, levou a comissão estadual do Movimento a realizar uma passeata para denunciar a situação e para prestar homenagem às

vítimas. A decisão foi tomada em conjunto com as crianças e os adolescentes em situação de rua. Esse tipo de decisão conjunta, como já vimos, permeia toda a trajetória do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e é bastante reforçada nos discursos produzidos por seus militantes. O ato consistiu em levar cruzes pelas principais ruas centrais do Recife. As cruzes, que foram depositadas no Parque Treze de Maio, no bairro de Santo Amaro, representavam aqueles e aquelas que foram mortos pelos grupos de extermínio. Janssen ainda recorda que cada menino e menina levava uma cruz ou mais de uma, representando os conhecidos que tinham perdido a sua vida, totalizando 180 cruzes. Ainda segundo as memórias da militante, os meninos e as meninas voltaram muito abatidos da Passeata das Cruzes. Para alegrarem um pouco essas crianças e adolescentes, o MNMMR resolveu dar “um banho de bombeiro”: molhar os meninos e meninas com água e fazer uma pequena festa para alegrar um pouco o ambiente. Esse banho se tornou uma tradição nos atos do Primeiro de Maio. A Passeata das Cruzes foi realizada no dia internacional do trabalhador, em parceria com a Central Única dos Trabalhadores (CUT): “[...] A gente fez esse ato junto com o pessoal da CUT, com os sindicalistas. Era no primeiro de maio e os sindicalistas faziam um cartaz com o nome dos companheiros que foram demitidos, que perderam o emprego naquele ano [...]” (Ibidem).

A Passeata das Cruzes seria mencionada um ano depois da sua realização, na edição de junho de 1990, no jornal “O Grito dos Meninos e Meninas de Rua”: “São 102 meninos os meninos mortos que foram lembrados pelos meninos e meninas na Praça 13 de Maio, no 1º de maio passado”¹²⁰. O jornal prossegue: “Mas são 533 meninos e meninas que foram mortos, segundo pesquisa do Movimento. Assassinados pela violência nos últimos cinco anos”¹²¹. A pesquisa que “O Grito” está se referindo é a pesquisa “Crianças e Adolescentes no Brasil: a vida silenciada” (1989), feita pelo MNMMR com assessoria do Instituto Brasileira de Análises Sociais e Econômicas. A pesquisa consistiu na reunião de dados sobre mortes violentas de crianças e adolescentes de diversas regiões do Brasil a partir de dados presentes em periódicos e de informações produzidas pelos institutos médicos legais:

Este trabalho consistiu em uma pesquisa exploratória realizada pelo MNMMR, com assessoria do IBASE, que levantou o número de assassinatos de crianças e adolescentes ocorridos em 16 estados do país no período de 1984 e 1989, e que após o seu levantamento passou por uma discussão com consultoria do NEV-USP. O objetivo desse levantamento era estabelecer um quadro capaz de dimensionar o problema das mortes dessas crianças no contexto mais amplo da violência urbana no Brasil. O resultado final desta pesquisa apontou 1397 casos de morte violenta de crianças e adolescentes registradas no IML (Instituto Médico Legal) de nove estados

¹²⁰ CRIANÇAS assassinadas. **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, jun. 1990. P. 02.

¹²¹ Ibidem.

brasileiros e 891 vítimas de zero a dezoito anos apuradas em 37 jornais locais de dezesseis estados (MNMMR; IBASE; NEV-USP, 1991, p. 25).

Os resultados dessa pesquisa indicaram o Rio de Janeiro e sua região metropolitana, São Paulo e sua região metropolitana e o Recife e sua região metropolitana como as regiões em que se concentravam as maiores taxas de mortes violentas de crianças e adolescentes. Nesse sentido, o MNMMR, o Ibase e o NEV-USP acharam importante a realização de uma segunda pesquisa sobre o tema, mas dessa vez buscando reunir maiores informações e dados sobre essas capitais e suas regiões metropolitanas. Utilizaram a mesma metodologia empregada na pesquisa anterior. Os periódicos analisados foram: “Diário de Pernambuco” (Recife), “O Dia” (Rio de Janeiro) e “Notícias Populares” (São Paulo). Segundo o MNMMR, o Ibase e o NEV-USP, esses periódicos foram escolhidos a partir dos seguintes critérios: “jornais de perfil predominante regional; grande penetração popular; e seção policial com relativo destaque, que até pelo caráter sensacionalista acaba por fornecer maiores informações” (Ibidem, p. 30). Segundo os autores da pesquisa: “O trabalho de pesquisa foi realizado no período compreendido entre os meses de março e agosto de 1990. No correr desses seis meses, a pesquisa foi desenvolvida em três fases diferentes” (Ibidem, p. 28). Foram essas fases: elaboração do “instrumental de coleta dos dados” (Ibidem); segunda: “coleta dos dados” (Ibidem); e na terceira e última fase: “análise dos resultados” (Ibidem). Ainda de acordo com os autores, durante essas fases “foram realizadas leituras e discussões teóricas que serviram para embasar o trabalho de análise” (Ibidem).

A edição de outubro de 1990 do jornal “O Grito” trouxe parte dos resultados dessa pesquisa: “Uma pesquisa, feita a pedido do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, revela que o Recife é a área mais violenta para as crianças e adolescentes do Brasil”¹²². Embora o Movimento não tenha apenas solicitado, mas feito a pesquisa de fato, o jornal se refere aos dados divulgados em setembro de 1990 e reunidos em livro, “Vidas em risco”, em novembro do mesmo ano. De acordo com a pesquisa, se tomássemos como referência a “proporção do número de crianças e adolescentes assassinados por 100.000 habitantes de 0 a 17 anos” (Ibidem, p. 54), Recife e sua região metropolitana possuíam a maior taxa (5,7), seguidos pelo Rio e janeiro e região (4,9) e por São Paulo e região (3,5) (Ibidem). A elaboração de pesquisas para a reunião de dados e publicação de relatórios para um dimensionamento do problema no Brasil e auxiliar na execução de políticas públicas que protejam as “vidas em risco” das crianças e dos adolescentes, também integraram as mobilizações do Movimento contra o extermínio. Essas pesquisas e seus relatórios, segundo o já citado sociólogo David

¹²² TRISTE recorde. **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, out. 1990. P. 02.

Neto (2021), estão no centro das mudanças semânticas entre “esquadrão da morte” e “grupo de extermínio” e entre “crimes do esquadrão” e “extermínio de crianças e adolescentes”, apontada pelo sociólogo que mencionamos na seção anterior:

Essa produção de conhecimento crítico é voltada para a prática da política contenciosa de movimento social pois recorta o fluxo da experiência mediante uma forma específica e “cria” um fenômeno. Desta maneira, ajuda a transformar o que antes se chamava de “crimes do Esquadrão da Morte” em “extermínio de crianças e adolescentes” e serve como prova que fundamenta a principal ação coletiva do MNMRR no combate aos “grupos de extermínio” (p. 338, grifos do autor).

No II Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, realizado em Brasília, em setembro de 1989, os meninos e as meninas em situação de rua também denunciaram o extermínio de crianças e adolescentes no Brasil em um ato simbólico:

Cantando o hino nacional, os meninos e meninas presentes abriram uma faixa com o nome das crianças assassinadas, ao mesmo tempo que lançavam para o céu mais de mil balões de gás, um para cada criança assassinada MNMRR; IBASE; NEV-USP, 1991, p. 17).

É durante esse Encontro e a partir do ato simbólico que o então jornalista da “Folha de S. Paulo”, Gilberto Dimenstein, já mencionado, toma conhecimento da situação e escreve o livro “A Guerra dos Meninos: assassinato de menores no Brasil” (1990), que contou com a colaboração do Movimento, a quem o livro é dedicado:

O jornalista Gilberto Dimenstein, da Folha de São Paulo, mobilizado pela gravidade do fenômeno, com o qual tomara contato durante o II Encontro através da cobertura por ele realizada, propôs-se a fazer uma reportagem investigativa sobre o extermínio. O livro “A Guerra dos Meninos”, dedicado ao MNMRR, que teve importante participação na sua elaboração [...] (Ibidem).

As mobilizações do Movimento, como já mencionados e como veremos de maneira mais detalhada na próxima seção, ainda foram importantes para a instituição, em 1991, de uma comissão parlamentar de inquérito. A CPI do Extermínio, como ficou conhecida, realizou suas atividades entre os anos de 1991 e 1992. Em novembro de 1998, conforme já expusemos e detalharemos na seção seguinte, o Movimento realizou o V Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua em que debaterá a violência, entre elas o extermínio de crianças e adolescentes em situação de rua.

Após a apresentação das principais ações do MNMRR contra o extermínio, surge agora outro questionamento: Qual parcela dos meninos e meninas em situação de rua eram as principais vítimas dos crimes de extermínio? As principais vítimas eram as crianças e os adolescentes do sexo masculino. É o que recorda a militante Maria de Lourdes (2022): “Na verdade, os adolescentes, eram mais os adolescentes de 16 a 18 anos [...], do sexo masculino [que eram exterminados]. Podia ter uma ou outra menina, mas era mais o sexo masculino”. As

crianças, as adolescentes e as jovens do sexo feminino, ainda que não fossem as principais vítimas dos casos de extermínio, eram vítimas de outra violência: a violência sexual. Segundo o jornalista Gilberto Dimenstein (1990): “elas têm como alternativa a venda do corpo para ganhar dinheiro, o que lhes garante moradia fornecida pelo cafetão ou prostíbulo” (p. 63). E continua: “mas as meninas sofrem um agravante: a violência sexual” (Ibidem). O extermínio, assim, pode ser considerado como um dos motores, ainda que indiretos, da exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes.

Isso não significa que não existissem casos de meninas exterminadas, mas que eles não eram maioria¹²³. Tomemos como exemplo o caso de Kátia (17 anos) e Luziete (16 anos), registrado no “O Grito”, que foram atingidas por disparos de arma de fogo e foram dadas como mortas: “Kátia e Luzinete foram assassinadas no dia 07 de maio de 1991, em Jaboatão [dos Guararapes]. Foram roubar roupas no quarador da casa dos outros e levaram vários tiros”¹²⁴. Segundo Sônia, educadora social do Movimento, em carta sobre o caso das meninas, entregue para ser publicada no “O Grito dos Meninos e Meninas de Rua: “Toda a sociedade agradece quando aparece um menor morto. No meu setor de trabalho três senhoras disseram que acham bom “matar esses miseráveis” e ficaram contentes por terem matado Kátia e Luzinete”¹²⁵. Acontece que Kátia e Luzinete não tinham morrido: “Na verdade elas foram baleadas, mas felizmente escaparam com vida”¹²⁶. O caso das adolescentes é interessante não apenas pelo desfecho positivo (“escaparam com vida”), mas por indicar que as meninas em situação de rua também poderiam ser vítimas dos crimes de extermínio. A reação das companheiras de trabalho da educadora Sônia é expressão disso: “matar esses miseráveis”, reafirmando, assim, o que expusemos no debate conceitual e teórico sobre o extermínio.

Ainda temos o caso de Valéria, registrado em uma ilustração (Figura 2) que integrou a edição de junho de 1990 do jornal “O Grito”. Na notícia em questão, a comissão pernambucana do Movimento denuncia o elevado número dos assassinatos de crianças e adolescentes em situação de rua em Pernambuco (mencionando, provavelmente, a pesquisa “Crianças e Adolescentes no Brasil: a vida silenciada”), além de recordar a Passeata das Cruzes, realizada no mês de maio do ano anterior. A referida notícia, já mencionada anteriormente, não deixa de registrar que as meninas também são vítimas do extermínio: “Mas são 533 meninos e meninas

¹²³ Por esse motivo, as informações sobre o perfil das meninas exterminadas são raras.

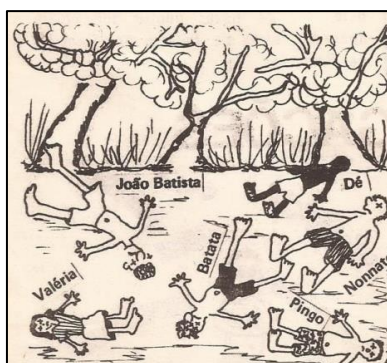
¹²⁴ CASO triste. **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, jun. 1991. P. 04.

¹²⁵ Ibidem.

¹²⁶ Ibidem.

que foram mortos, segundo pesquisa do movimento”¹²⁷ Embora não apresente nenhuma informação relativa às circunstâncias do assassinato de Valéria ou relativa à sua vida, a ilustração e a notícia são registros de que o extermínio de crianças e adolescentes também vitimava as meninas em situação de rua.

Figura 2: Representação de crianças e adolescentes mortos, entre esses, Valéria



Fonte: Edição de junho de 1990 do “O Grito dos Meninos e Meninas de Rua”.

Ainda sobre as vítimas, uma questão merece a nossa atenção: a questão racial. Nas notícias do jornal “O Grito dos Meninos e Meninas de Rua”, existe apenas uma menção à essa questão. É na edição de agosto de 1997:

Foi encontrado em frente à Assembleia Legislativa de Pernambuco, o corpo de um adolescente, identidade ignorada, cor negra, bala no peito direito, boiando na bela paisagem do Rio Capibaribe. Retrato cruel e real da nossa cidade¹²⁸.

Ainda assim, a questão racial é tratada de forma muito direta e sem maiores detalhes: “cor negra”. No entanto, em 1991, a revista “Veja”, em uma reportagem de capa¹²⁹ sobre o extermínio de crianças e adolescentes em situação de rua, lançada no mesmo dia da instalação da CPI do Extermínio na Câmara dos Deputados, reúne dados do Instituto de Medicina Legal (IML) de Pernambuco sobre o extermínio de meninos e meninas, entre janeiro e abril de 1991. Essas informações indicam que as crianças e os adolescentes do sexo masculino e da cor negra eram as principais vítimas do extermínio: “O IML do Recife recebe 15 corpos de crianças mortas por mês, dos quais 8% são brancos e 80% sofreram algum tipo de tortura”¹³⁰. Ainda de acordo com a reportagem do jornalista Luís Costa Pinto (mais conhecido como Lula Costa

¹²⁷ CRIANÇAS assassinadas. **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, jun. 1990. P. 02.

¹²⁸ ESTE é o país das leis? Para quê e para quem? **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, ago. 1997. P. 04.

¹²⁹ Essa reportagem traz informações sobre as idades de Kátia e Lusinete (grafado dessa forma). Na mesma, as adolescentes também são dadas como mortas. As circunstâncias dessas “mortes” são as mesmas daquelas noticiadas no “O Grito”.

¹³⁰ PINTO, Lula Costa. Como eles morrem. **Revista Veja**, São Paulo, 29 maio 1991. P. 42-44.

Pinto): “Os meninos negros morrem mais do que os brancos, numa proporção de doze para um. Também se matam mais meninos do que meninas – base é de sete para um”¹³¹.

Sobre a idade das vítimas do extermínio, a reportagem aponta as seguintes idades com a seguinte justificativa: “É difícil ser assassinado aos 10 anos, quando muitos estão chegando à rua. Apenas dois entre os 37 casos do IML encontram-se nessa faixa. Em compensação, os riscos são maiores aos 16 e aos 17 anos, onde se concentram 27 dos casos”¹³². A militante Dudui, como vimos anteriormente, também situa os casos de extermínio nessa faixa etária (“eram mais os adolescentes de 16 a 18 anos”). Mas cabe algumas considerações. “Difícil”, palavra usada pelo jornalista, não é improvável ou impossível, como ele mesmo explicita na reportagem (localiza dois casos de acordo com as informações do IML). Matérias do jornal “O Grito” registram casos de extermínio de crianças e adolescentes antes dessa faixa etária (ver Apêndice I). Dudui também pondera que os casos de meninas exterminadas, ainda que em menor proporção se comparados aos dos meninos exterminados, não eram inexistentes (“Podia ter uma ou outra menina, mas era mais o sexo masculino”). Essa também é a constatação do jornalista Lula Costa Pinto a partir de dados disponibilizados pelo IML: embora em menor proporção se comparados aos meninos, as meninas também eram vítimas do extermínio. Assim, é correto afirmar que estamos estudando um processo de extermínio de crianças e adolescentes, do sexo feminino e masculino, e não apenas um processo de extermínio de adolescentes do sexo masculino.

Os corpos das crianças e dos adolescentes do sexo masculino, ainda assim, eram as principais vítimas do extermínio. O historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2019) chama a atenção para o fato de a historiografia, desde o início, embora nascida “para registrar eventos onde os corpos masculinos de ferem, se mutilam, se esventram, sangram, se laceram, perdem a vida, devém cadáveres”, “vira o rosto diante desses corpos” (p. 39). Para o historiador brasileiro, esse “corpo sensível” (Ibidem) é um “ausente na escrita da história” (Ibidem). Ainda de acordo com Albuquerque Júnior, a historiografia, na maioria das vezes, busca privilegiar os grandes feitos de homens: “Desses corpos se quis deixar registros das grandezas e não das dores, das coragens e não dos desesperos, das valentias e não dos medos, dos destemores e não dos seus temores, das astúcias e não das angústias, das racionalidades e não das paixões” (p. 40). Os corpos masculinos vitimados desses meninos ainda são excluídos da escrita da História por outro aspecto, segundo Albuquerque: “O corpo da historiografia foi por muito tempo um corpus

¹³¹ Ibidem.

¹³² Ibidem.

mutilado, pois dele estiveram ausente as mulheres, as crianças, os pobres, os loucos, todos aqueles que não faziam parte da casta dos homens que contam e merecem ser contados” (Ibidem). São assim corpos duplamente excluídos pela prática historiadora: por serem corpos violentados e por serem corpos que não integram o grupo daqueles que merecem ter a sua história contada e escrita.

Apresentada as vítimas, apresentemos os principais executores dos crimes de extermínio. Antes de prosseguirmos, no entanto, é importante mencionarmos mais uma vez que consideremos o extermínio como um crime de “culpabilidade política” (RICOEUR, 2007) de toda a sociedade. Feita essas considerações, passemos à essa apresentação. No livro “Vidas em risco: assassinatos de crianças e adolescentes do Brasil” (1990), o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas e o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo diferenciam os diversos executores dos crimes de extermínio de crianças e adolescentes em situação de rua: “traficantes e quadrilhas”, “policiais e seguranças privados” e os “grupos de extermínio” (p. 81). O Movimento, o IBASE e o NEV-USP ainda listam alguns grupos que denominam “mal definidos”: “grupo de carrascos, grupo de homens encapuzados, pistoleiros” (p. 82), que possuem, para esses, “proximidade com os grupos de extermínio” (Ibidem). Os pesquisadores Otávio Cruz-Neto e Maria Cecília Minayo (1994) chamam a atenção para os múltiplos atores envolvidos na execução desses crimes, além de considerarem uma “ingenuidade” atribuí-los apenas aos grupos de extermínio. Segundo os autores, o seu trabalho, mencionado em diversos momentos deste trabalho, buscou

produzir uma crítica sobre a pretensão simplista ora de subsumi-los [os crimes de extermínio] no conjunto dos homicídios, que inflacionam as estatísticas de mortalidade no país; ora de tratá-los como ações restritas dos assim chamados “grupos de extermínio. É a partir dessa lista que faremos a nossa discussão (p. 199).

Os sociólogos também apresentam uma lista dos atores que consideram os principais executores dos crimes de extermínio: “(1) o justiceiro; (2) o Esquadrão da Morte; (3) os grupos paramilitares; e as (4) Organizações de tráfico” (p. 209). Ao analisarmos ambas as listas, a dos sociólogos e a elaborado pelo MNMMR, pelo Ibase e pelo NEV-USP, percebemos que essas nomeiam os mesmos atores de maneiras diferentes: os “traficantes e quadrilhas” estão relacionados com às “Organizações de tráfico”; os “policiais e seguranças privados” aos “grupos paramilitares”; os “grupos de extermínio” ao “Esquadrão da Morte”; já os “pistoleiros”, dos grupos “mal definidos”, estão relacionados com a figura do “justiceiro”. Por questões de ordem metodológica, seguiremos a ordem e a nomenclatura da lista elaborada pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.

Todos esses executores, embora não agindo conjuntamente em uma ação coordenada, acabam por pertencer à uma rede social que é construída a partir das justificativas (ou das ideologias) apresentadas por aqueles que definimos como autores dos crimes de extermínio. Também são unidos pelas várias manifestações do poder de decidir quem deve viver e quem deve morrer (FOUCAULT, 2016; MBEMBE, 2018): se sentem detentores das várias manifestações desse poder ou são investidos dessas (aqui está o papel dos autores). Ainda que muitas vezes essa rede social possa parecer inexistente, os seus efeitos ideológicos e práticos marcam todo o nosso trabalho.

Nos debruçamos sobre o papel dos “traficantes e das quadrilhas” nos crimes de extermínio de crianças e adolescentes em situação de rua. Ao analisarmos as notícias do jornal “O Grito dos Meninos e Meninas de Rua”, percebemos que, na primeira metade da década de 1990, o tráfico de drogas não será mencionado como um dos problemas que marcavam o cotidiano dos meninos e meninas em situação de rua¹³³. Mas isso não significa que as drogas não fossem um problema presente naquele cotidiano. O tráfico de drogas e as quadrilhas passam a ser denunciados de forma categórica pela comissão pernambucana do Movimento em uma “Carta Aberta à do Nordeste”, fruto do II Encontro Regional de Meninos e Meninas de Rua, realizado em Fortaleza, em setembro de 1996: “Violências das gangues: confrontos violentos têm provocado muitas mortes de adolescentes; as drogas e o álcool têm colaborado para aumentar a violência”¹³⁴. Em 1997, em uma pesquisa sobre o uso de drogas pelos meninos e meninas, mencionada no primeiro capítulo, as crianças e adolescentes indicam que tiveram acesso às drogas nas “bocas de fumo”¹³⁵.

No ano de 1998 as denúncias continuam. Em abril, ao anunciar o início dos preparativos para o V Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, um dos temas da próxima seção, “O Grito” denuncia: “O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua está muito preocupado com o grande número de adolescentes envolvidos com o tráfico de drogas. Além do perigo que correm com o uso e o comércio de entorpecentes, eles andam armados”¹³⁶. Já em

¹³³ A nossa análise não encontrou motivos aparentes para a ausência dessa temática nas notícias do jornal “O Grito”, mas podemos apontar duas hipóteses. Primeira, e mais plausível, o tráfico de drogas, de fato, na primeira metade da década de 1990, ainda não tinha sido reconhecido como um problema social de grandes implicações pelo MNMMR. Segunda, e menos plausível, o silenciamento por parte do Movimento para proteger as crianças e os adolescentes. Apontamos a última como menos plausível, porque, como mostraremos adiante, na segunda metade da década de 1990, as notícias sobre o tráfico de drogas serão constantes nas páginas do “O Grito”.

¹³⁴ CARTA Aberta do Nordeste. **O Grito de Meninos e Meninas de Rua**, Recife, out. 1996. P. 02.

¹³⁵ RESULTADOS da Pesquisa. **O Grito de Meninos e Meninas de Rua**, Recife, maio 1997. P. 03.

¹³⁶ DROGAS e armas: dois venenos que andam juntos. **O Grito de Meninos e Meninas de Rua**, Recife, abr. 1998. P. 02.

novembro de 1998, mês em que foi realizado o Encontro, um “repórter” não identificado trouxe as seguintes informações para o periódico:

Um repórter desse jornal deu a seguinte informação: “Na minha rua existe uma boca de fumo. A dona que mantém esta boca usa meninos e meninas como repassadores. Estes meninos têm entre 10 e 12 anos de idade. Antontem um destes meninos foi preso pela Polícia. Ele apanhou muito dos Policiais. E abriu o jogo, denunciou quem realmente estava vendendo as drogas”. No final, o repórter disse a seguinte frase: “Este menino vai morrer”.¹³⁷

As notícias, assim, indicam que os meninos e meninas em situação de rua eram vitimados pelo tráfico de drogas e pelas quadrilhas em três cenários: dívidas adquiridas pela compra de drogas, participação nas quadrilhas como “repassadores” e nos confrontos entre as “gangues”. Mesmo nos casos em que não existe um planejamento do crime, como os confrontos, ainda permanece nessas situações a lógica do extermínio. De acordo com Cruz-Neto e Minayo (1994): “As organizações de tráfico são também um dos braços executores no fenômeno do extermínio. Não que elas trabalhem para isso” (p. 210). Os mesmos pesquisadores ainda pontuam que a ausência do Estado em algumas regiões do Brasil é suprida pelo tráfico de drogas:

Em resumo, o crime organizado ocupa o vazio de assistência social que o Estado vai deixando para trás, por burocratização, insensibilidade política e outros motivos mais. No entanto, o preço da proteção é muito alto” (p. 211).

Quando levamos em consideração a segurança pública, esses grupos ainda são legitimados por protegerem essas regiões dos “bandidos”.

Gostaríamos ainda de mencionar e tecer algumas considerações sobre o seguinte trecho da entrevista realizada com a militante Maria de Lourdes (2022):

Os exterminadores que utilizavam os serviços dos meninos. Os meninos, por necessidade, entravam nessa e depois, no meu entender, na minha visão, era queima de arquivo. Então, para que os meninos não abrissem a boca, não os condenasse, eles eliminavam. E a questão da comercialização mesmo, de por exemplo, os meninos as vezes não devolviam o dinheiro. Porque os meninos entravam nessa para contribuir com o sustento da família. Porque tinha menino que nos dizia que se chegasse em casa com nada, apanhava, era posto para a rua, era expulso de casa. E muitos deles tinham uma cota para entregar em casa e às vezes os meninos não recebiam e não entregavam a encomenda. Os meninos tentavam delatar, conversava ou falava algo que não deveriam e eram exterminados. [...] [também eram exterminados em] briga de facção, muitas vezes eram brigas de facções. Porque tinham as várias facções e os meninos, às vezes, iam de uma para uma, para outra. Esse é o meu ponto de vista. (NASCIMENTO, 2022).

Esse trecho está inserido na resposta de Dudui sobre quais seriam as principais características do extermínio de crianças e adolescentes em situação de rua no Recife. A

¹³⁷ POLÍCIA espanca menor. **O Grito de Meninos e Meninas de Rua**, Recife, nov. 1998. P. 04.

militante deixa explícito que, na sua opinião, a principal motivação para o extermínio de meninos e meninas estava relacionada a “serviços” que esses prestavam aos “exterminadores”. Pelo contexto de sua resposta, podemos afirmar que Maria de Lourdes, com “exterminadores”, estava se referindo àqueles que coordenavam o tráfico de drogas. A militante ainda aponta quatro situações que, em sua opinião, eram utilizadas como pretexto para o extermínio das crianças e adolescentes pelo tráfico de drogas: por possuírem informações que poderiam levar os principais operadores do tráfico para a prisão, por não entregarem a quantia estipulada pelo tráfico de drogas, por não receberem o valor combinado pelos “serviços” e brigas entre as “facções”. Esse trecho da resposta da militante Maria de Lourdes é interessante, porque é um dos únicos a relacionar explicitamente o tráfico de drogas e as brigas entre as “facções” como os principais executores do extermínio de crianças e adolescentes no Recife.

Passemos agora para os “policiais e seguranças privados”. Em janeiro de 1991, o “Jornal do Commercio” (JC), noticiou um encontro, realizado no mesmo mês e ano, entre atores da sociedade civil, incluindo o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, e o então ministro da justiça, Jarbas Passarinho. O Encontro foi realizado em Brasília, possivelmente na sede do Ministério da Justiça, e buscou debater o extermínio de crianças e adolescentes. Segundo a notícia, uma das sugestões da sociedade civil foi

que o governo coibisse a atuação de policiais em atividades paralelas, aumentando o rigor no credenciamento e fiscalização das empresas de segurança privada, principalmente nas áreas onde se concentram os casos de extermínio”¹³⁸.

Durante os trabalhos da CPI do Extermínio, segundo a historiadora Luisa Rita Cardoso (2020a), a participação dos agentes de segurança privada nos crimes de extermínio será amplamente denunciada. Esse *corpus* de segurança, ainda que contassem com a participação de civis, era principalmente integrado por policiais ou ex-policiais.

Aqui, mais uma vez, precisamos fazer menção à ausência do Estado em algumas regiões do País: o aumento da violência nas grandes cidades brasileiras, em curso desde a metade do século XX, ou ainda o aumento da percepção de amplos setores da sociedade brasileira sobre a violência, somados à ineptidão do Estado brasileiro em apresentar soluções para esses problemas, integravam as “justificativas” que alguns comerciantes, de áreas mais marcadas pela violência, levantaram para contratarem os serviços desses policiais como seguranças privados. Ainda de acordo com a mesma historiadora:

¹³⁸ ENTIDADES protestam em Brasília contra a matança de menores. **Jornal do Commercio**, Recife, jan. 1991. Cidades, p. 03.

A defesa da ordem não raro vinha acompanhada da defesa da propriedade. Com o objetivo de promover a proteção do patrimônio, criava-se uma hierarquização do valor da vida, que diminuía a de crianças e adolescentes pobres e dava a esses um outro status: tornavam-se menores (Ibidem, p. 382).

A simples presença das crianças e dos adolescentes em frente das casas comerciais era também “justificativa” para os casos de extermínio: “crianças e adolescentes pobres eram percebidos por comerciantes, que consideravam que a presença delas na frente dos seus comércios espantava clientes, conseqüentemente diminuindo as vendas” (Ibidem, 388).

Em maio de 1991, segundo matéria do jornalista Lula Cardoso Pinto, o adolescente Edvaldo Lima Marinho, 15 anos, conhecido como Boinho, foi morto ao tentar furtar um eletrodoméstico em uma casa do bairro de Boa Viagem: “[...] foi alvejado por um agente de segurança. A bala acertou sua cabeça e ela morreu na hora”¹³⁹. O jornalista prossegue: “seu corpo foi recolhido com festa pela polícia”¹⁴⁰. Mas, para além da atuação de parte dos agentes de segurança pública como seguranças privados nos crimes de extermínio, essa participação também estava relacionada à sua atuação nas ruas. A Chacina da Candelária, em 23 de julho de 1993, quando policiais militares do estado do Rio de Janeiro atingiram com vários disparos de arma de fogo um grupo de meninos e meninas em situação de rua que dormia nas proximidades da Igreja da Candelária, no centro do Rio de Janeiro, é um exemplo da atuação de agentes policiais em crimes de extermínio.

A atuação desses agentes policiaes como seguranças privados (e ainda como membros de grupos de extermínio e “justiceiros”, como veremos em seguida), conforme o apontado pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, Instituto Brasileiro de Análises Sociais Econômicas e o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (1991), é “justificada” pelos “baixos salários” recebidos: “Independente dos motivos alegados, que canalizam-se muitas vezes para os baixos salários que os policiais recebem, levando-os a fazer serviços “extras”; rejeitamos radicalmente este tipo de ação” (p. 84).

Já os “grupos de extermínio” podem ser considerados os principais executores do crime de extermínio. Assim o MNMMR, o Ibase e o NEV-USP os definem: “Em relação aos grupos de extermínio, isto é, agentes/grupos que se acham no direito de praticar a justiça “com as próprias mãos”, nossa preocupação volta-se para a impunidade que cerca a sua ação” (p. 82, grifo dos autores). E ainda:

¹³⁹ PINTO, Lula Costa. Como eles morrem. **Revista Veja**, São Paulo, 29 maio 1991. P. 43.

¹⁴⁰ Ibidem.

A atuação destes grupos conta em muitos casos com o apoio de setores da população, em função da insegurança a que estão constantemente expostos e do descrédito que possuem em relação à polícia e à justiça. Este quadro favorece a proliferação e crescente ousadia nas suas formas de atuar nos grandes centros urbanos (Ibidem).

Assim, para os autores, os grupos de extermínio se constituíam em grupos organizados e articulados para a eliminação de determinados grupos sociais: existia uma lógica na atuação desses grupos. Ainda segundo esses, os “exterminadores” buscavam praticar a “justiça” “com as próprias mãos”, atividade muito parecida com aquelas desenvolvidas pelos chamados “justiceiros”, e contavam, como já pontuamos, com apoio de “setores da população”, que, por sua vez, se sentiam inseguros diante da inépcia do Estado na área da segurança pública. Esse apoio fazia com que suas ações fossem marcadas por “crescente ousadia nas suas formas de atuar nos grandes centros urbanos”. Essa, por sua vez, faz referência ao *modus operandi*, que a partir de agora denominaremos de “necro-operação” (para indicar uma ação coordenada e planejada para a execução das vítimas)¹⁴¹, dos grupos de extermínio em todo o Brasil. Sobre a atuação desses grupos em Pernambuco, escreve o jornalista Gilberto Dimenstein (1990):

Em Pernambuco essa marca registrada é mais visível – os corpos são encontrados queimados, sem olhos, órgãos genitais arrancados, retalhados a facadas. Outra característica nesse estado é que os matadores usam uma espingarda calibre 12, capaz de desfigurar sem muitos tiros o rosto de um indivíduo (p. 93).

Essas sevícias e mutilações apontadas pelo jornalista condizem com as informações do IML-PE sobre o extermínio de crianças e adolescentes em situação de rua reunidas pelo também jornalista Lula Costa Pinto, citado anteriormente: “Em 80% dos casos, os corpos aparecerem mutilados – registram-se até cadáveres escarpelados¹⁴².”

Ainda acrescentemos à essa “necro-operação” os métodos de ocultação dos corpos das vítimas após os crimes e o uso de técnicas de assassinato que dificultavam a identificação dessas. Os sequestros cumpriam uma função importante: retirar a vítima de seu convívio mais próximo para dificultar a sua identificação e o seu encontro. A “necro-operação” poderia consistir em quatro etapas: na ameaça de morte (“jurado de morte”; “inscrito na lista do esquadrão”; “marcado para morrer”), no sequestro em um local; no assassinato e tortura em outro; e na ocultação em um terceiro local, cemitérios clandestinos, popularmente conhecido como “local de desova”: rios, áreas de difícil acesso (como matas fechadas), terrenos baldios e estradas desertas, por exemplo. Quando as vítimas eram encontradas já estavam em elevado estado de decomposição, o que dificultava e muitas vezes impossibilitava o seu reconhecimento

¹⁴¹ Essa “necro-operação”, ainda que característica dos grupos de extermínio, poderia ser posta em prática por outros executores dos crimes de extermínio.

¹⁴² PINTO, Lula Costa. Como eles morrem. **Revista Veja**, São Paulo, 29 maio 1991. P. 42.

pela família, movimento social ou conhecidos. Mas cabe ressaltar que os crimes possuíam dinâmicas bastante diversas.

Sobre esses cemitérios clandestinos, importante mencionar que, em grande parte dos casos, os corpos não eram enterrados, mas abandonados nos lugares em questão, a militante Maria de Lourdes (2022) recorda uma atividade de plantio realizada pelo Movimento com os meninos e as meninas próxima a um desses cemitérios, no bairro da Guabiraba:

O grupo Semente do Amanhã¹⁴³, que trabalhava na Guabiraba, fazia um trabalho com meninos, no cinturão verde, do outro lado da Guabiraba, de plantio de feijão, macaxeira. Eles cederam o espaço para que nós pudéssemos plantar; nós colocávamos as enxadinhas, os equipamentos, as ferramentas [...]. [...] Nós passávamos o dia com os meninos, levávamos comida, levávamos [sementes], plantávamos. Já na perspectiva de preparar os meninos para sair da rua. [...] Um dia eu estou lá, [quando] chega um senhor e [me] diz: saia daqui com essas crianças. [...] Eu olhei para ele e disse: por que o senhor está me dizendo isso? O que os meninos estão fazendo? [...] Ele me chamou e disse: aqui é um lugar de desova (NASCIMENTO, 2022).

O acontecimento recordado por Dudui nos chama atenção, em um primeiro momento, pelo desfecho trágico que vem à tona pela fala do “senhor” (que, inicialmente, a partir da percepção da militante, é apresentado como hostil). Mas, indo além do trágico, Maria de Lourdes nos apresenta uma das etapas da “necro-operação” que era colocada em prática pelos grupos de extermínio para eliminar a vida de crianças e adolescentes em situação de rua. Ela tem plena consciência disso. É o que indica a sua conclusão sobre a situação recordada: “Mas era assim: eles matavam e levavam e jogavam” (Ibidem). Além do “cinturão verde”, no bairro da Guabiraba, Dudui ainda indica a existência dos cemitérios clandestinos nas “Matas do Dois Irmãos”, no bairro de Dois Irmãos (Ibidem), localizado próximo à Guabiraba. Na sua edição de setembro de 1989, o jornal “O Grito” denuncia a existência de um cemitério clandestino na localidade conhecida como Cajá, no bairro de Prazeres, em Jaboatão dos Guararapes: “Cajá é o local em Prazeres onde fazem “desovas” de pessoas assassinados. Fica no fim do Córrego da Batalha”¹⁴⁴.

Na já mencionada “Carta do Nordeste”, veiculada na edição de outubro de 1996 do jornal “O Grito”, o Movimento denuncia a ação desses grupos em Pernambuco e no Nordeste: “continua grande o número de crianças e adolescentes vítimas de grupo de extermínio: a falta de apuração e esclarecimentos e a impunidade são as principais características desses crimes”¹⁴⁵. Assim, de acordo com o a “Carta”, no Nordeste do Brasil, o extermínio permanece

¹⁴³ Um dos núcleos de base do Movimento.

¹⁴⁴ ASSASSINATOS. **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, set. 1989. P. 02.

¹⁴⁵ CARTA Aberta do Nordeste. **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, out. 1996. P. 02.

acontecendo e sem apuração. A falta de investigação e a impunidade serão as marcas nos crimes cometidos pelos grupos de extermínio. Na mesma carta, entre as propostas listadas para o “combate à violência”, o MNMMR indica a importância da realização de uma “Campanha contra a impunidade”¹⁴⁶. Já entre os seus “sonhos”, os meninos e as meninas em situação de rua e os educadores sociais são diretos: “Fim da violência, da prostituição, de trabalho infantil, de extermínio, de miséria”¹⁴⁷.

Como esses grupos eram constituídos? A presença de policiais civis e militares nos grupos de extermínio já foi considerada uma excecionalidade, algo que deveríamos considerar à parte. No nosso trabalho, no entanto, nos afastamos dessa concepção, pois acreditamos que ela foi construída, ainda na década de 1960, para ocultar a presença de agentes do Estado em execuções sumárias¹⁴⁸. Quando levamos em consideração a história de um dos mais conhecidos grupos de extermínio do Brasil, os Esquadrão da Morte de São Paulo, percebemos que a participação de agentes policiais nesses grupos não era uma exceção: esses estavam na origem desses grupos. No caso do Esquadrão da Morte de São Paulo, a presença de agentes da polícia civil seria denunciada, ainda na década de 1970, pelo promotor Helio Pereira Bicudo, que reuniu detalhes da sua investigação no livro “Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte” (1976). Ainda sobre o Esquadrão da Morte de São Paulo, não podemos deixar de mencionar o delegado Sérgio Paranhos Fleury, do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), acusado de ser um dos líderes desse grupo.

Em Pernambuco, a reportagem “A sangue frio” (1989), produzida pelo Centro de Cultura Luiz Freire, denuncia a participação de agentes policiais nos esquadrões da morte que atuavam no estado nordestino. No encontro, noticiado pelo “JC”, entre o então ministro da justiça e a sociedade civil, que mencionamos anteriormente, atores da sociedade civil

¹⁴⁶ Ibidem, p. 03.

¹⁴⁷ Ibidem.

¹⁴⁸ Mesmo que não fosse o objetivo do nosso trabalho, empreendemos uma pesquisa sobre as primeiras notícias relativas aos grupos de extermínio no “Diário de Pernambuco” (DP), jornal da “grande imprensa” pernambucana e disponível na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. Nas notícias em questão, da década de 1960, esses grupos serão denominados como “Esquadrão da Morte” ou apenas “Esquadrão”. Os argumentos de que os esquadrões eram compostos por “criminosos” e não por agentes do Estado será uma das primeiras e principais linhas argumentativas registradas por essas notícias. Também se sustentaria que os esquadrões da morte eram uma criação da imprensa. Na época, no entanto, já existia a suspeita e até a certeza da participação de agentes policiais nos crimes. As notícias sobre os grupos de extermínio, principalmente sobre o da Guanabara, a Scuderie Detetive Le Cocq, se intensificaram a partir de 1969. Nesse período, o “Diário” não registra nenhum crime atribuído a um esquadrão da morte de origem pernambucana, mas pontua a ação desses grupos de extermínio em outros estados do Brasil como na Paraíba, na Guanabara, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Em Pernambuco, o “DP” registra a criação, em 1969, de um esquadrão para o combate a assaltos: Esquadrão de Repressão a Assaltos – ERA. Esse, segundo delegado ouvido pelo periódico, não era um grupo de extermínio, mas apenas um grupo para a repressão a assaltos.

consideravam importante a “revisão da política de recursos humanos” das instituições militares para coibir os casos de extermínio de crianças e adolescentes: “Outra ideia é a da revisão da política de recursos humanos das instituições policiais, para adotar novos critérios no recrutamento, seleção, formação e reciclagem contínua nos quadros das polícias”¹⁴⁹. Já ao noticiar as diligências realizadas pela CPI do Extermínio no Recife, o “JC” indica que a sociedade civil e os seus movimentos sociais alertavam para a necessidade de um maior controle sobre os carros apreendidos em operações e uma maior atenção aos carros roubados ou furtados: os primeiros e os últimos eram utilizados nos crimes de extermínio cometidos por agentes do Estado:

Com o conhecimento de que a maioria dos esquadrões é formada por policiais e ex-policiais, Jaime [Boaventura, integrante do Gajop¹⁵⁰] aponta ainda a necessidade de controle de carros roubados e recuperados pela Delegacia de Furtos de Veículos, já que esses são utilizados para sequestro e eliminação dos menores¹⁵¹.

Segundo o jornalista e cientista político Bruno Paes Manso (2020), o primeiro grupo de extermínio a se articular no Brasil foi a Scuderie Le Cocq, na década de 1960, no Rio de Janeiro. Esse grupo foi formado como uma resposta de policiais ao assassinato do detetive Milton Le Cocq: o grupo eliminaria os “criminosos” envolvidos na morte do detetive. A Scuderie Le Cocq, ainda segundo o cientista política, era: “[um] grupo de extermínio que tinha como símbolo uma caveira, duas tíbias cruzadas e as iniciais E.M., de Esquadrão da Morte” (Ibidem, p. 134). Os crimes desse “esquadrão da morte” eram anunciados por anônimos do próprio grupo nos jornais da Guanabara (Ibidem). Após a morte violenta, os corpos das vítimas eram denominados de “presuntos” (Ibidem). Grupos como esse logo se espalharam pelo Brasil: “Em diversas regiões do país, formaram-se batalhões especiais da polícia que exibiam caveiras como símbolo de sua coragem e da sua letalidade” (Ibidem, p. 11). Ainda segundo Manso: “Nos anos 1970 e 1980, essas figuras [grupos de extermínio] surgiram aos montes com o discurso de que matavam “bandidos” em defesa dos “trabalhadores”” (Ibidem, p. 83, grifos do autor). A criação e difusão dos grupos de extermínio coincide com o aumento da violência urbana no Brasil (Ibidem) e com o Golpe Civil-Militar de 1964 e a Ditadura Militar. É nesse período em que esses grupos irão ganhar relevância, ainda que “extraoficialmente”: são integrados à máquina repressiva do Estado (Ibidem).

¹⁴⁹ ENTIDADES protestam em Brasília contra a matança de menores. **Jornal do Commercio**, Recife, jan. 1991. Cidades, p. 03.

¹⁵⁰ Gabinete Assessoria Jurídica às Organizações Populares.

¹⁵¹ CPI já tem nome de exterminadores. **Jornal do Commercio**, Recife, set. 1991. Cidades, p. 01.

E é justamente sobre essa relação (Ditadura e grupos de extermínio) que gostaríamos de nos debruçar agora. Segundo o registrado na já mencionada reportagem “A sangue frio” (1989), o promotor Helio Bicudo considerava que os esquadrões da morte eram “subproduto do Golpe Militar de 1964”. Seguimos a ideia defendida pela jornalista Leneide Duarte-Plon (2016): a tortura como uma prática para obter informações do “inimigo interno” e a articulação de esquadrões da morte para a eliminação desses inimigos foram implementados e/ou rearticulados no Brasil pelos militares brasileiros que tiveram contato com os militares franceses que implementaram esses procedimentos durante a Guerra de Independência da Argélia (1954 – 1962). De fato, a tortura já era utilizada no Brasil, mas é justamente nesse período que a ideologia de “limpeza social”, “saneamento” e “eliminação” do inimigo interno passa a ganhar o espaço entre os grupos de extermínio. Era uma guerra contra os inimigos.

Esses grupos, no período ditatorial, passaram a operar em parceria com a chamada “comunidade de segurança” e a “comunidade de informação”, responsáveis pela repressão política aos “inimigos” da Ditadura: “A aproximação forneceu aos grupos de matadores uma justificativa nobre para seus crimes. Eles matariam e torturariam em defesa da pátria, contra o comunismo” (MANSO, 2020, p. 138). Mas esses grupos continuaram a existir mesmo após o período de arbitrariedades e com um elemento ideológico a mais: a eliminação do inimigo interno. Mas, no período democrático que se seguiu, não faria mais sentido perseguir esse inimigo interno específico. Para o cientista político citado, é justamente nesse período, década de 1980, que acontece uma mudança significativa nas atividades dos grupos de extermínio. Surge um novo “inimigo interno” a ser eliminado: o “bandido”. Ainda segundo Manso: “Em vez de lutar pela defesa da pátria, a polícia passou a matar além do limite em nome do “cidadão de bem”” (Ibidem, p. 144, grifo do autor). Mas acreditamos que, à essa lista de inimigos eleitos por esses grupos como “extermináveis”, precisam ser acrescentados os “menores”, os “menores delinquentes” ou “possíveis delinquentes”, os meninos de rua” e os “cheira cola”.

Essa mudança de percepção sobre quem seria o “inimigo interno” vai ser responsável também por sustentar a falsa ideia de que os grupos de extermínio apenas eliminariam os “bandidos” ou “potencialmente bandidos”, defendida por parte da imprensa, da classe política, das forças policiais e de segurança e por amplos setores da sociedade. De fato, a segurança pública estava em crise no período: “Roubos, assaltos, balas perdidas sequestros, assassinatos, massacres passam a fazer parte do cotidiano das grandes cidades, trazendo a sensação de insegurança à população, sobretudo nas favelas e bairros populares” (CARVALHO, 2012, p. 212). Mas isso não justifica a eliminação de nenhum grupo social. O tema da violência e a crise

da segurança pública serão fortemente explorados pela mídia impressa, pelo rádio e, principalmente, pela televisão. Tomemos como exemplo a importância e a transformação que as coberturas policiais ganharam na televisão:

A década de 1990 marcou um período de transformação das representações do mundo do crime e da violência da teledramaturgia e, principalmente, no telejornalismo. A partir daquele momento, parecia que a vida real havia se tornado mais dramática que os dramas da vida ficcional (PEREIRA, 2020, p. 207).

Mas vale ressaltar que o extermínio é um crime político imbuído da ideologia da “limpeza social”, sendo assim, como já pontuamos, o cometimento de um crime pela vítima não justifica a sua eliminação e não pode ser levado como fator principal para a compreensão do extermínio, uma vez que comportamentos individuais dos que pertencem aos grupos eleitos como “extermináveis” não influenciam o quadro geral do extermínio. Segundo Cruz-Neto & Minayo (1994) são indesejáveis por serem quem são “e não por um comportamento reprovável em determinada circunstância” (p. 203).

Mas surge uma questão: qual a diferença entre esquadrão da morte e grupo de extermínio? No nosso trabalho compreendemos que o termo “esquadrão da morte”, mesmo considerando suas particularidades históricas e sociais, é uma metonímia para representar “grupo de extermínio”: os primeiros esquadrões da morte eram grupos de extermínio e pela publicidade de suas ações passaram a designar os grupos de extermínio que surgiram subsequentemente. Como já apontamos anteriormente, para o sociólogo David Neto (2021) a transformação semântica entre uma categoria e outra foi operada pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua nos anos finais da década de 1980. Essa mudança, ainda segundo o autor, foi seguida pela maior menção das categorias “extermínio” e “grupos de extermínio” na “grande imprensa”. Mas surge uma outra questão, que já apontamos na seção anterior: o jornal “O Grito dos Meninos e Meninas de Rua” vai continuar utilizando a categoria “esquadrão da morte” e a continuará utilizando como sinônimo de “grupo de extermínio”. O mesmo acontece com as outras categorias analisadas pelo sociólogo: “crimes do esquadrão” e “extermínio”. No periódico, inclusive, as menções a “grupo de extermínio” serão inferiores às menções a “esquadrão da morte”¹⁵².

Ainda segundo o mesmo autor, a mudança semântica entre essas categorias ainda é um indicativo de que: “o pertencimento dos membros do “Esquadrão da Morte” não se restringia

¹⁵² Entre os anos de 1988 e 1998, as edições disponíveis para a nossa análise indicaram o seguinte: “esquadrão” / “esquadrão da morte”: seis menções; “grupo de extermínio”: uma menção; “crimes do esquadrão”: nenhuma menção; “extermínio”: duas menções.

mais às polícias militar e civil, uma vez que bombeiros e mesmo civis passaram a fazerem parte do grupo” (p. 334, grifo do autor). A palavra “esquadrão” estava relacionada à atividade militar. No entanto, acreditamos que, mesmo antes da década de 1980, ainda que não fossem a maioria, os civis participavam dos crimes de extermínio como executores. Outro argumento utilizado pelo autor, e que já mencionamos anteriormente, reside no fato de que a mudança semântica de “crimes do esquadrão” para “extermínio” enunciou uma percepção antes ausente: “introduz uma impressão de sistematicidade, seleção e planejamento antes ausente” (Ibidem). Já concordamos com autor que, de fato, essas percepções são explicitadas de forma mais incisiva ao se utilizar o termo “extermínio”, mas não concordamos que elas estivessem de todo ausente: a “neco-operação” e a ideologia de “limpeza social” dos grupos de extermínio já eram compartilhadas por outros grupos antes da década de 1980. Como exemplo citemos o Comando de Caça aos Comunistas (CCC). O grupo paramilitar, integrado por civis e militares anticomunistas, está entre os principais acusados de sequestrar, torturar e assassinar, em 1969, o padre Antônio Henrique Pereira Neto, em Recife¹⁵³.

As denúncias e as mobilizações do MNMMR contra o extermínio de meninos e meninas em situação de rua questionavam diretamente os modos de proceder dos grupos de extermínio. O militante João Batista (2022) recorda as precauções que precisaram ser tomadas para garantir a segurança dos militantes da comissão pernambucana do Movimento:

O pessoal tinha muito uma lógica de quem é do grupo de extermínio, e nem sei explicar muito, [...] usar muito carro preto [...]. Chega na comunidade observa tudo e você não sabe quem está dentro [do carro]. Tanto que, se relacionando com a lógica de hoje nas comunidades e com a lógica de violência, você pode observar que o pessoal do tráfico não deixa muito entrar [na comunidade] carros com essa configuração: o vidro fumê e preto [...]. [...] Há logo uma desconfiança, porque tem um processo histórico de que [carros com essa configuração] eram utilizados [por grupos de extermínio], porque ele vinha e você não via quem estava [nele]. Nesse período se passava muito na frente [da sede] do Movimento, se estacionava. E por isso nós passamos a tirar o nome [de identificação da sede]. Nós nos sentíamos claramente ameaçados [...] (ESPÍRITO SANTO, 2022).

Analisemos agora as figuras do “justiceiro”, “pistoleiro” e “matador”. A atuação dessas figuras está baseada nas seguintes linhas de ação: “fazer justiça com as próprias mãos” ou cometer um homicídio mediante pagamento (caso dos dois últimos) (CARDOSO, 2020a). De acordo com os sociólogos Cruz-Neto & Minayo (1994):

O justiceiro é uma categoria frequentemente citada em crimes de extermínio que atua no vazio e na omissão do Estado, atribuindo a si a tarefa de eliminação dos

¹⁵³ ESTADO DE PERNAMBUCO. SECRETARIA DA CASA CIVIL. COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E VERDADE DOM HELDER CÂMARA. **Relatório Final**. Recife: CEPE, 2017. (1. vol.).

indesejáveis. As favelas e os bairros populares são, de preferência, o contexto social onde viceja” (p. 209).

Segundo os mesmos autores, o justiceiro, embora cometendo crimes, tem o “*status* de defensor” (Ibidem). A atuação dessa figura, conforme os sociólogos, está relacionada

às práticas de justiça, fora e acima da lei, e do coronelismo, em que o senhor de terra utilizava a figura do jagunço ou do pistoleiro para defender seu território, ampliá-lo, eliminar inimigos e perpetrar vinganças (Ibidem).

Sobre a figura do “matador”, as militantes Helena e Duda recordam uma situação bastante interessante: entre os meninos que frequentavam os núcleos de base do Movimento, existia o filho de um “matador” (denominação utilizada por Janssen) ou “exterminador” (nomenclatura empregada por Maria de Lourdes):

Teve um tempo em que nós ficamos preocupados, porque um dos filhos do matador que nós conhecíamos fazia parte do grupo dos meninos. E nós ficamos com medo, nós ficamos um pouco preocupadas. Não podíamos dizer ao menino que não era para ele aquela reunião [...]. Um dia, o pai desse menino bateu lá no Movimento para nos agradecer pelo fato de nós estarmos tirando o filho dele do mal caminho [...]. Nós estávamos com medo dele e ele estava agradecido por termos acolhido o filho dele [...]. Ele [o menino] vinha para as reuniões, conversava, participava dos núcleos de base (JANSSEN, 2022).

[...] Teve até um fato em que o menino participava de um núcleo de base em uma determinada área de Recife, que o pai dele era exterminador. E nós sabíamos, ele [o pai] sabia que nós sabíamos. [...] E ele [o pai] ia e nos agradecia pelo que nós estávamos fazendo pelo filho dele (NASCIMENTO, 2022).

Situação parecida é registrada em uma das edições do jornal “O Grito dos Meninos e Meninas de Rua”: “Um dos meninos disse que seu pai era matador profissional. “Naquela época as coisas eram melhores lá em casa. Depois meu pai foi assassinado e a vida piorou”, ele disse”¹⁵⁴. Esses relatos, das militantes e daquele registrado no “O Grito”, nos mostram como era complexo o cenário em que acontecia o extermínio de crianças e adolescentes em situação de rua: esses relatos nos levam a considerações que, a um primeiro momento, parecem paradoxais e sem uma explicação racional. Elas o são quando preferimos a surpresa e não vamos mais a fundo buscando compreender o complexo cenário. Um bom caminho para a sua compreensão é fazendo o uso do conceito da “banalidade do mal” proposto pela filósofa alemã Hannah Arendt (1999). Ao analisar o julgamento do criminoso nazista Adolf Eichmann, Arendt percebe que não está diante de um homem fora do que se convencionou a encarar como um “homem comum”, como um “bom pai de família” ou ainda como um oficial exemplar que obedece às ordens dos seus superiores; não está diante de um “monstro” (p. 67) distante e inacessível.

¹⁵⁴ MOVIMENTO será penta. **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, ago. 1998. P. 01.

Durante a construção do seu “relato sobre a banalidade do mal”, a filósofa, que em nenhum momento diminui a gravidade dos acontecimentos que em partes foram possíveis com as ordens emitidas e/ou cumpridas pelo oficial da *Schutzstaffel* (SS), insiste que o mal não é inacessível e distante: ele pode estar próximo e nos cercar. Até “pessoas comuns” e “chefes de família exemplares” podem ser responsáveis por violências, guerras e sofrimentos. Como nos relatos de Helena e de Dudui e naquele do menino em situação de rua que participava de um dos encontros municipais realizados em preparação para o V Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua (1998), o mal, que parecia distante, e, mesmo que próximo ainda encoberto, é transformado em algo “banal”. “Banal” não é empregado no sentido de diminuir a sua importância ou suas graves consequências, mas no sentido de que ele, o mal, é passível e possível em qualquer relação social. Os pais dos meninos em situação de rua também podiam ser os executores dos crimes de extermínio.

Ainda sobre o relacionamento dos militantes com os executores dos crimes de extermínio, Helena Janssen (2022) também recorda outra situação interessante: em sua casa, foi procurada por um “matador” que estava sendo acusado do assassinato de um menino para informar que a acusação era injusta, pois ele não havia assassinado esse menino:

[...] Mataram um menino recentemente em Peixinhos¹⁵⁵ e tão dizendo que fui eu [o “matador”], e não fui eu [...]. Eu disse a ele: “Meu filho, o senhor tem que ir é na delegacia. Não é aqui, não. Vá na delegacia. Lá o senhor conte toda essa história, lá na delegacia” [...] (Ibidem).

Acrescentemos também que civis ou agentes policiais, mesmo que não ligados à nenhuma das categorias relacionadas acima, podem ser os executores dos crimes de extermínio, ainda que em uma proporção menor do que as categorias reunidas pelo MNMMR, pelo Ibase e pelo NEV-USP e por Otávio Cruz-Neto e Maria Cecília Minayo. Aqui é importante fazer menção ao “poder soberano” das discussões iniciais da primeira seção sobre o conceito de extermínio. Após termos caracterizado o extermínio, as mobilizações do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua contra o extermínio, as principais vítimas dos crimes de extermínio e os principais executores dos crimes de extermínio, apresentemos alguns casos de extermínio de crianças e adolescentes em situação de rua no Recife¹⁵⁶. Como veremos nos casos e histórias seguintes, as ruas, as pontes, as praças, os edifícios históricos e até o rio Capibaribe,

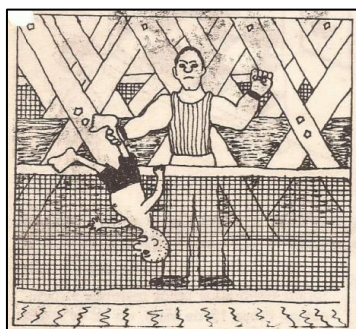
¹⁵⁵ Bairro do município de Olinda. No Recife existe um bairro homônimo e que é localizado próximo ao bairro olindense.

¹⁵⁶ No Apêndice I poderá ser encontrado um quadro com um levantamento dos casos de extermínio de crianças e adolescentes noticiados pelo jornal “O Grito dos Meninos e Meninas de Rua”, entre 1988 e 1998.

que corta os bairros da região central do Recife, eram as testemunhas silenciosas do extermínio de crianças e adolescentes em situação de rua.

Iniciaremos por João Batista. Nascido em 1977, o menino, antes de passar a viver nas proximidades da Praça Joaquim Nabuco, no bairro de Santo Antônio, residia na comunidade Miguel Arraes, também no Recife. Inicialmente, antes de ter sua sede na rua Capitão Lima, no bairro de Santo Amaro, a comissão pernambucana do Movimento estava localizada no Edifício Vieira da Cunha, na rua Floriano Peixoto, próxima, assim, da Praça. No dia 29 de maio de 1991 (uma quarta-feira, coincidentemente o dia em que foi instalada a CPI do Extermínio), por volta das 21 horas, João Batista, então aos 13 anos, estava nas proximidades da Ponte da Boa Vista (também conhecida como Ponte de Ferro e que está localizada nas cercanias da Praça e da antiga sede do MNMMR). Nesse dia e horário o adolescente foi atirado no rio Capibaribe por um homem, que treinava “em academia de musculação”¹⁵⁷: “Esse homem pegou João Batista por uma perna e um braço e jogou-o da ponte da Boa Vista abaixo, dentro do Rio Capibaribe”¹⁵⁸ (ver Figura 02).

Figura 3: Representação do assassinato de João Batista



Fonte: Edição de junho de 1990 do “O Grito dos Meninos e Meninas de Rua”.

Ainda segundo os meninos e meninas que presenciaram o crime, “era maré cheia. João ainda gritou por socorro para um colega dele”¹⁵⁹. De acordo com “O Grito”: “24 horas depois seu corpo apareceu atrás do Campo das Princesas”¹⁶⁰. Segundo Helena Janssen (2022), João não sabia nadar. A militante ainda recorda mais detalhes da morte de João Batista:

[...] Ele [João Batista] estava sentado na ponte, naquela ponte de grade, naquela ponte de ferro, chamada de Ponte de Ferro, que liga a [rua da] Imperatriz com a Rua Nova. E já era de noite [quando] apareceu um homem que pegou ele, acho que provocou ele. O menino, acho que respondeu, e ele [o homem] pegou [o menino] pela perna e o jogou dentro do rio [Capibaribe]. [...] No dia seguinte nós estávamos no Movimento,

¹⁵⁷ O CRIME da Ponte. **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, jan. 1990. P. 01.

¹⁵⁸ Ibidem.

¹⁵⁹ Ibidem.

¹⁶⁰ Ibidem.

quando chegou lá um grupo de meninos dizendo: “Jogaram João! Jogaram João no rio!” Os meninos sabiam quem era esse homem [...] (JANSSEN, 2022).

Helena também recorda as mobilizações feitas pelo Movimento e outras instituições da sociedade civil para denunciar a morte e para fazer memória do adolescente assassinado. O ato foi marcado por ações simbólicas: abraço à Ponte, coroas de flores e peixes lançados no rio e plantio de uma muda de árvore, que posteriormente foi arrancada pela prefeitura do Recife, porque para eles, segundo Janssen, “não tinha sentido”:

[...] Nós fizemos um ato com os meninos, que era o que nós podíamos fazer. Pegamos um isopor, fizemos uma cruz e os menino botaram flores [...]. [Foram] na frente da Casa da Cultura¹⁶¹ e compraram peixes, um vidro cheio de peixes. Então, fizemos o ato de abraço ao rio, de uma ponte a outra [...]. A imprensa deu muito cobertura a isso [...]. Muitas outras entidades, como a Casa de Passagem, levaram aquelas coroas de flore e jogaram [no rio Capibaribe]. Jogamos os peixes [no rio], porque para colocar no rio é peixe. E plantamos uma árvore, no início da Ponte [de Ferro], mas que depois a Prefeitura arrancou. Arrancou! Porque, para eles não tinha sentido [...] (Ibidem).

O menino João e o “crime da Ponte”, como ficou conhecido o seu assassinato, repercutiram nas páginas do jornal “O Grito dos Meninos e Meninas de Rua” nos anos de 1991 e 1992. Um ano após a morte do adolescente, em maio de 1991, o “O Grito” rememora os atos simbólicos realizados pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua no ano anterior para denunciar o assassinato do menino e em sua memória. Segundo o jornal, “um dos participantes deste ato [realizado no ano anterior] foi o padre Reginaldo Veloso que escreveu uma poesia muito bonita para João”¹⁶². Ainda na mesma notícia, é registrada a “demonstração de carinho”¹⁶³ do menino Rivaldo, amigo do adolescente: “No aniversário da morte de João Batista, Rivaldo foi ao cemitério, procurou o local onde haviam enterrado o amigo, colocou algumas flores no seu túmulo e acendeu uma vela”¹⁶⁴. O Movimento, assim, desempenha o papel social de “enlutar” (BUTLER, 2019a; 2019b) a vida das crianças e adolescentes exterminados, que é “enquadrada” (BUTLER, 2019a) como portadora de “precariedade.

Em setembro do mesmo ano, o periódico registra que o homem acusado de “jogar” o adolescente no rio Capibaribe havia sido preso. Ainda de acordo com o “alternativo”, o acusado foi identificado e preso a partir dos depoimentos dos meninos e das meninas em situação de rua. Isso indica que as crianças e adolescentes tinham papel fundamental na denúncia dos

¹⁶¹ Antiga Casa de Detenção do Recife (1855 – 1973), que, depois de ser desativada, foi transformada em um centro cultural, no ano de 1976. A Casa da Cultura está localizada no bairro de Santo Antônio.

¹⁶² CRIME da Ponte. **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, jun. 1991. P. 02.

¹⁶³ Ibidem.

¹⁶⁴ Ibidem.

crimes e dos executores do extermínio. O acusado era agente da Polícia Militar de Pernambuco e, de fato, frequentava uma academia de musculação:

Foi preso o homem que jogou João Batista no rio Capibaribe. Os meninos de rua diziam, desde a noite do crime, que o assassino frequentava a Academia de Musculação Carmelo, na rua da Aurora. E tinham razão. O criminoso faz parte da Academia e é da Polícia Militar¹⁶⁵.

No mesmo espaço o periódico chama a atenção para a importância das mobilizações do Movimento (crianças, adolescentes e educadores sociais) contra o extermínio e contra os executores dos crimes de extermínio: “Com este fato a gente sente a importância da nossa pressão sobre o governo e sobre a Polícia. Aos poucos estão sendo presos aqueles que matam os meninos de rua”¹⁶⁶.

Já em 1992, dois anos após a morte de João Batista, “O Grito” registra que as crianças e os adolescentes estavam revoltados com o cenário de violências e de desigualdades socioeconômicas estavam inseridos: “São dois anos de silêncio e calma aparente: os meninos estão mais revoltados. A violência cresceu muito. O desemprego faz cada vez mais vítimas. A inflação cresceu sem parar...”¹⁶⁷. Essa associação reforça a nossa argumentação que, para o MNMMR, o extermínio estava relacionado com outras violências e desigualdades de ordem social e econômica. Ao analisarmos as edições do “O Grito”, disponíveis para a nossa análise, pudemos constatar que o assassinato de João Batista foi o único com repercussão para além da edição que denunciava o crime de extermínio.

Apresentemos Fabiano Ribeiro dos Santos, nascido em 1979. O seu pai, a sua mãe e os seus cinco irmãos moravam em um “barraco miserável”¹⁶⁸ no bairro de Santo Amaro, que, conforme os que puderam visitar o local, era “miserável, mas muito limpinho”¹⁶⁹. Em 13 de setembro de 1991, enquanto dormia em frente à uma filial de uma grande rede de supermercados, Fabiano, com 12 anos, foi atingido com dois disparos de arma de fogo: “Ele dormia na calçada do supermercado quando recebeu três tiros, um no olho e dois no peito”¹⁷⁰. De acordo com o apurado pelo “O Grito”, “algumas pessoas foram visitar sua família e encontraram sua mãe e os seus cinco irmãos apavorados: “Nós não podemos dizer nada, senão vão nos matam também”, afirmavam”¹⁷¹. É a chamada “lei do silêncio”: as testemunhas ou

¹⁶⁵ ASSASSINO na cadeia. **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, set. 1991. P. 03.

¹⁶⁶ Ibidem.

¹⁶⁷ DOIS anos sem João. **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, jun. 1992. P. 02.

¹⁶⁸ MAIS uma vítima das injustiças. **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, set. 1991. P. 01.

¹⁶⁹ Ibidem.

¹⁷⁰ Ibidem.

¹⁷¹ Ibidem.

aqueles e aquelas mais próximos da vítima evitam dar detalhes dos crimes de extermínio para não serem eles também vítimas.

O “Jornal do Commercio” também noticiou o extermínio de Fabiano. O periódico classifica o adolescente em vários momentos como “cheira cola” e descreve da seguinte forma as circunstâncias da sua morte:

O menor Fabiano Ribeiro dos Santos, 12 anos, foi assassinado com dois tiros no peito, enquanto cheirava cola sentado em uma calçada [...]. Testemunhas que comunicaram o fato à polícia, às 6h30min, da manhã de ontem [13/09], disseram que os assassinos eram dois homens que estavam em um carro. Por um medo ou descaso, afirmaram não saber a placa nem o modelo do automóvel¹⁷².

A partir da descrição das circunstâncias do crime apresentadas pelo “JC”, os executores do extermínio de Fabiano parecem estar ligados a grupos de extermínio. É interessante mencionar um comentário tecido pelo autor ou autores da notícia (que não é/são identificados/s): as testemunhas não deram maiores detalhes sobre o veículo e sobre a sua placa por temerem pela sua vida (a “lei do silêncio”) ou por “descaso”. Esse “descaso” parece indicar a legitimação que amplos setores da sociedade oferecem para os crimes de extermínio. Essa “legitimação” é denunciada pelo jornal “O Grito” na ilustração que compõe a notícia sobre o assassinato de Fabiano: o menino Fabiano parece estar sendo “descartado” e “jogado”, enquanto a sociedade continua seus afazeres como se nada tivesse acontecido; isso é indicado pela expressão de indiferença presente nos rostos do homem e da mulher que continuam fazendo suas compras (ver Figura 4).

Figura 4: Representação de Fabiano morto



Fonte: Edição de setembro de 1991 do “O Grito dos Meninos e Meninas de Rua”.

Para encerrar a notícia, “O Grito” denuncia: “Fabiano é mais um filho de trabalhador que é morto como um cão, porque cheirava cola. A situação da classe trabalhadora chegou ao extremo da miséria. Só falta dar o tiro de misericórdia”¹⁷³. O Movimento, mais uma vez,

¹⁷² MENOR leva dois tiros no peito. **Jornal do Commercio**, Recife, 14 set. 1991. Cidades, p. 02.

¹⁷³ MAIS uma vítima das injustiças. **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, set. 1991. P. 01

menciona outras violências e desigualdades socioeconômicas durante os debates sobre o extermínio de um menino em situação de rua. Ainda é importante registrar que o extermínio de Fabiano foi um dos casos investigados pela CPI do Extermínio: “[apuração do seguinte caso] Fabiano, 12 anos, em Supermercado da Av. João de Barros” (BRASIL, 1992, p. 10). Acreditamos que essa apuração se deveu à denúncia da militante Helena Janssen, feita durante a sua fala na diligência realizada pela Comissão no Centro de Convenções de Pernambuco:

A SRA. HELENA - O menino Fabiano, de doze anos, foi assassinado na frente de um supermercado, aqui na Avenida João de Barros, com um tiro no olho e dois tiros no peito. Visitei a família do Fabiano que desesperada, apavorada, não tinha coragem nem de pensar quem poderia ter feito isso ao seu filho, porque eles temem pela segurança e pela vida dos outros cinco filhos que ainda restam (Ibidem, p. 189).

O teor dessa denúncia, inclusive, é basicamente o mesmo que compôs a notícia do “O Grito”, mas com um detalhe importante: Helena integrou o grupo que visitou a família de Fabiano após o assassinato.

Sigamos com Cristiano. Quem conheceu Cristiano, que era um poeta, aponta que a animação e a alegria eram traços de sua personalidade. Aqueles e aquelas que o puderam conhecer também apontam a sua solicitude, gentileza e honestidade. Cristiano era muito querido pelos outros meninos e meninas em situação de rua. Em algum dia do mês de julho ou do mês de agosto de 1992, Cristiano foi encontrado sem vida, em uma construção abandonada, na rua do Giriquiti, bairro da Boa Vista: “Bala na cabeça, pedras na garganta. Cabeça na bacia sanitária de uma casa na rua do Giriquiti, na Boa Vista”¹⁷⁴. As circunstâncias do crime indicam a participação de membros de grupos de extermínio: tortura (“pedras na garganta”, “cabeça na bacia sanitária”) e morte violenta e com características de execução (“bala na cabeça”). Devido a sua condição socioeconômica, o menino foi enterrado em um caixão doado por um candidato à prefeitura do Recife e sem roupas. Mais uma vez “O Grito” menciona a revolta das crianças e dos adolescentes: “Tantos colegas, meninos e meninas de rua sentiram dores profundas... Muita dor e muita revolta”¹⁷⁵. Mais uma vez o tema do luto aparece (“dores profundas”), mas com uma conotação de atuação política (“muita dor e muita revolta”).

“O Grito” completa: “Que sociedade cão! Que sociedade bicho!”¹⁷⁶. A sociedade também é mencionada como culpada pela situação de Cristiano: o menino é mais uma vítima das contradições dessa, é principalmente “mais uma vítima do terror”¹⁷⁷. Esse “terror” parece

¹⁷⁴ LEMBRANÇAS de Cristiano. **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, ago. 1992. P. 01.

¹⁷⁵ Ibidem.

¹⁷⁶ Ibidem.

¹⁷⁷ Ibidem.

ser uma referência à “necro-operação” dos grupos de extermínio, que, por sua vez, é legitimada pela sociedade. O adolescente é “crucificado” pela sociedade, como indica a ilustração que integra a notícia de sua morte (Figura 5).

Figura 5: Representação de Cristiano morto



Fonte: Edição de agosto de 1992 do “O Grito dos Meninos e Meninas de Rua”.

André era uma presença constante nas ruas da região central do Recife. Em 06 de novembro de 1993, o menino foi até às proximidades da sede de uma antiga empresa estatal pernambucana, localizada na avenida João de Barros, no Recife. A sede era rodeada por árvores frutíferas, entre elas a mangueira. Após colher as frutas, André e um colega resolveram pegar um “bigu” (ou se “amorregar”), expressão popular utilizada para indicar o ato de pegar carona na área externa dos ônibus. Segundo os que presenciaram o fato, “o motorista ficou furioso, “arrancou” com o carro e derrubou os dois meninos. Um deles caiu desmaiado e, quando o motorista deu marcha-a-ré, esmagou a sua cabeça, a cabeça de André”¹⁷⁸. O “bigu” será tema de várias edições do “O Grito”, na edição que noticiou a morte de André, o periódico traz um alerta para os meninos e meninas em situação de rua: “não peguem bigu, pois ninguém sabe o que se passa na cabeça destes motoristas”¹⁷⁹. É importante mencionar que, para a comissão pernambucana do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, a morte do menino está inserida na lógica do extermínio. Isso pode ser observado na metáfora que forma o título da notícia, “Crianças são tratadas como latas de cerveja, jogadas ao chão”¹⁸⁰, que aponta para “precariedade” (BUTLER, 2019a; 2019b) que parte da sociedade “enquadra” (BUTLER, 2019a) a vida dessas crianças e adolescentes.

O menino Sidney morava com a família na comunidade de Chão de Estrelas, no bairro da Campina do Barreto, Recife. Na tarde de 28 de agosto de 1994, o adolescente, então com 15 anos, juntamente com o seu pai, estava no estabelecimento conhecido como “Bar do Gustavo”,

¹⁷⁸ CRIANÇAS são tratadas como latas de cerveja, jogadas ao chão. **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, dez. 1993. P. 04.

¹⁷⁹ Ibidem.

¹⁸⁰ Ibidem.

localizado na rua Marcilio Dias. Em um dado momento, de acordo com aqueles que presenciaram o ocorrido:

[...] chegaram quatro homens num carro e começaram a agredir seu pai. Sidney ficou irritado e disse: “não batam no meu pai”. Porém, no momento em que se abaixou para pegar uma garrafa que usaria para defender o seu pai, levou um tiro no peito, saiu correndo e gritando: “não deixa eu morrer, mãe! Me ajuda, mãe!”. Quando chegou perto do portão da sua casa, na Campina do Barreto, deu um último suspiro e disse apenas uma palavra: Mãe!”¹⁸¹.

O título da notícia, “Ataque do esquadrão”¹⁸², já indica que o assassinato do adolescente de 15 anos foi cometido por membros do esquadrão da morte. As circunstâncias descritas no “O Grito” ainda registram que o “esquadrão” não tinha pudor de realizar as suas ações em um local com grande movimento. De fato, como será denunciado pelo MNMMR em vários momentos, a certeza da impunidade era uma marca dos grupos de extermínio.

Mike, assim, como Sidney, também morava na comunidade de Chão de Estrelas. No dia 16 de julho de 1998, por volta das 09h30min, o adolescente Mike, com 17 anos, foi assassinado no bairro vizinho de Peixinhos¹⁸³. O jornal “O Grito”, nossa fonte para analisarmos o adolescente o seu assassinato, não traz maiores informações. Mas, segundo o periódico, quem comunicou as circunstâncias da morte de Mike foram os “repórteres mirins”, que provavelmente integravam a equipe responsável pela elaboração do “O Grito dos Meninos e Meninas de Rua”: “Quem informa são os repórteres mirins de Peixinhos”¹⁸⁴. A morte de Mike, mesmo com as poucas informações disponíveis, parece estar relacionada com as atividades dos grupos de extermínio que atuavam na região de Peixinho, que iremos pontuar no capítulo seguinte.

Após a apresentação e caracterização da sociedade, da violência, das vítimas, dos executores e dos crimes, é importante que compreendamos as providências tomadas pelo Estado brasileiro para solucionar a questão: a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a investigar o extermínio de crianças e adolescentes no Brasil. Também é importante debatermos um dos encontros do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua que denunciou a violência contra as crianças e adolescentes: o V Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Os dois acontecimentos delimitam o recorte temporal da nossa pesquisa.

¹⁸¹ ATAQUE do esquadrão. **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, out. 1994. P. 03.

¹⁸² Ibidem.

¹⁸³ Provavelmente o bairro olindense.

¹⁸⁴ MORTE em Peixinhos. **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, ago. 1998. P. 03.

3.3. A CPI do Extermínio (1991-1992) e o V Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua (1998)

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)¹⁸⁵ destinada a investigar o extermínio de crianças e adolescentes no Brasil foi inaugurada na Câmara dos Deputados em 29 maio 1991, a partir da adesão dos deputados federais ao “Projeto de Resolução nº 14”, de autoria da deputada Benedita da Silva (PT-RJ)¹⁸⁶ e subscrito pela então deputada Rita Camata (PMDB-ES)¹⁸⁷ e pelo então deputado Célio de Castro (PSB-MG)¹⁸⁸. Os deputados, na justificativa do Projeto, vão reunir dados que apontam o aumento da violência letal e intencional contra crianças e adolescentes, além de nomear os setores da sociedade civil que debatiam e combatiam o extermínio de crianças e adolescentes, entre eles o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua:

Considerando, ainda, a luta intensa travada por grupos defesa dos direitos das crianças e adolescentes do Rio de Janeiro, dentre as quais destacamos: Comissão Herzer, Casa da Cultura Afro-Brasileira de Volta Redonda, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, Comissão do Menor de Volta Redonda, Núcleo de Estudos e Pesquisa da Infância da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Pastoral do Menor de Duque de Caxias [...] (BRASIL, 1991b, p. 04)

O documento, embora principalmente ancorado na realidade do estado do Rio de Janeiro, influência da deputada fluminense Benedita da Silva, não deixa de reconhecer que o extermínio de crianças e adolescentes se tratava de um problema nacional: “Considerando que o massacre de menores não se restringe ao estado do Rio de Janeiro, mas tem conexão com outros estados [...]” (Ibidem).

Mesmo que a Comissão tenha sido uma resposta que partiu do Estado, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua terá um relevante papel na instituição da CPI (MNMMR; IBASE; NEV-USP, 1991). No caso do estado de Pernambuco, a comissão estadual do Movimento participou ativamente dos preparativos e discussões que antecederam a vinda da CPI do Extermínio, como ficou conhecida, ao estado. O MNMMR também teve voz ativa durante as diligências da CPI em Pernambuco, em 19 e 20 de setembro de 1991, como nos indica o “Relatório Final da CPI do Extermínio”, aprovado em fevereiro de 1992 e publicado em maio do mesmo ano. As comissões parlamentares de inquéritos são umas das muitas formas

¹⁸⁵ De acordo com o “Regimento Interno da Câmara dos Deputados” (2022): “Art. 35. A Câmara dos Deputados, a requerimento de um terço de seus membros, instituirá Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração de fato determinado e por prazo certo, a qual terá poderes de investigação próprio das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e neste Regimento” (p. 1256).

¹⁸⁶ Partido dos Trabalhadores.

¹⁸⁷ Partido do Movimento Democrático Brasileiro, atual Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

¹⁸⁸ Partido Socialista Brasileiro.

controle da sociedade: “conferir poderes a uma CPI tem como objetivos a defesa de direitos e interesses do povo e o aperfeiçoamento da atividade legislativa” (SOARES, 2009, p. 07); são assim “um instrumento de representação popular” (Ibidem).

A historiadora Luisa Rita Cardoso (2020b), no entanto, chama a atenção para o fato de, desde os finais da década de 1980, já existir movimentações no Congresso Nacional para a instituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o extermínio de meninos e meninas. Essas movimentações, ainda segundo a historiadora, eram lideradas pelo senador paulista Fernando Henrique Cardoso (PSDB)¹⁸⁹. De acordo com a historiadora, essas movimentações foram iniciadas após as já mencionadas matérias do jornalista Gilberto Dimenstein, publicadas no jornal “Folha de S. Paulo”, sobre o extermínio de meninos e meninas em situação de rua, escritas após a experiência do autor no II Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua (1989).

Os preparativos para a vinda da Comissão a Pernambuco iniciaram na primeira semana de setembro de 1991. Esses, conforme informações do “Jornal de Commercio”, se deram a partir da confirmação da vinda da CPI feita por sua relatora, deputada Fátima Pelaes (PFL-AP)¹⁹⁰: “A inclusão de Pernambuco no roteiro da CPI foi confirmada ontem [03/09] pela relatora da Comissão”¹⁹¹. Ainda de acordo com o “JC”, “esta reivindicação [a vinda da CPI a Pernambuco] tinha sido encaminhada à presidente da CPI do Menor, deputada Rita Camata (PMDB-ES)¹⁹², desde o semestre passado, mais só agora foi acertado”¹⁹³.

Como já havíamos apontado em trabalhos anteriores (SILVA, 2020; 2021), o “JC”, em recorrentes notícias, irá denominar a “CPI do Extermínio” como a “CPI do Menor”. Nossa conclusão para essa situação foi a seguinte: para o periódico, além de investigar e debater o extermínio de crianças e adolescentes, a CPI também desempenharia a função de debater e propor soluções para o “problema do menor carente”. Esse, por sua vez, já havia sido tema de outra CPI, a CPI do Menor (1975-1976)¹⁹⁴. E essa seria a função da CPI do Extermínio não apenas para o periódico, mas para outros atores, entre eles o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e os próprios integrantes da Comissão. É nesse cenário, por exemplo, que a

¹⁸⁹ Partido da Social-Democracia Brasileira.

¹⁹⁰ Partido da Frente Liberal. Passou a ser denominado de Democratas (DEM), a partir de 2007. Em 2021, se fundiu ao Partido Social Liberal (PSL) e formou o União Brasil (UNIÃO).

¹⁹¹ CPI dos menores vem a Pernambuco dia 19. **Jornal do Commercio**, Recife, 04 set. 1991. Cidades, p. 04.

¹⁹² Partido do Movimento Democrático Brasileiro, atual MDB.

¹⁹³ Ibidem.

¹⁹⁴ Sobre essa Comissão, ver BOEIRA, 2018.

“Portaria 04”, que mencionamos no capítulo primeiro, será um dos temas, juntamente com o extermínio, debatidos durante as atividades da Comissão Parlamentar em Pernambuco.

A primeira reunião preparatória foi realizada na Câmara Municipal do Recife, no bairro de Santo Amaro, em 06 de setembro de 1991. Participaram da reunião parlamentares das cidades de Recife e Olinda e do estado de Pernambuco e representantes da sociedade civil:

Representantes de organizações não-governamentais, vereadores e deputados discutiram a programação que será cumprida pelos membros da CPI da Câmara Federal que estarão no Recife dia 19 [de setembro], para audiências com entidades que trabalham com a questão do menor, famílias de vítimas e com o governador Joaquim Francisco¹⁹⁵.

Ainda de acordo com o “Jornal do Commercio”, foi definida uma programação inicial com as seguintes atividades: abertura dos trabalhos da Comissão no auditório da Fundação Instituto de Pernambuco, onde o extermínio de crianças e adolescentes seria discutido com as organizações da sociedade civil; na Assembleia Legislativa de Pernambuco, encontro com os parentes dos meninos e meninas exterminados; reunião com o governador Joaquim Francisco. Como já tínhamos apontado, a sociedade civil marcará presença em todas as atividades preparativas para receber as diligências da CPI do Extermínio em Pernambuco. Segundo o “JC”, Helena Janssen, do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, por exemplo, na véspera da vinda da Comissão: “[...] pretende mostrar aos 11 deputados da CPI a realidade dos menores em termos de violência e do que vem sendo feito em seu favor”¹⁹⁶. A ativa participação do MNMMR é reforçada quando o jornal “O Grito” noticiou as atividades realizadas pela comissão no estado: “Sete deputados federais passaram dois dias com a gente, para escutar histórias de violência e mortes dos meninos e meninas”¹⁹⁷.

De fato, a militante apresentou a realidade das crianças e adolescentes na reunião realizada pela Comissão Parlamentar de Inquérito na manhã do dia 19 de setembro de 1991 no Centro de Convenções de Pernambuco. Segundo o “Relatório Final da CPI do Extermínio” (BRASIL, 1992), discursaram nessa diligência, além de Helena Janssen, do MNMMR: Ana Vasconcelos, da Casa de Passagem; Jaime Benevenuto, do Gajop; Silvino Neto, do Conselho Estadual de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; o deputado federal Roberto Franca (PSB); o deputado estadual Pedro Eurico (PSB); Adriano, da Organização Retomem sua Vida; Paulo Barbosa, do Sindicato dos Detetives; Elides, do Conselho da Mulher

¹⁹⁵ MATANÇA de menores vai ser apurada no Recife. **Jornal do Commercio**, Recife, 07 set. 1991. Cidades, p. 04.

¹⁹⁶ ESTE ano foram mortos 81 menores. **Jornal do Commercio**, Recife, 18 set. 1991. Cidades, p. 06.

¹⁹⁷ CRIMES sem punição. **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, set. 1991. P. 02.

de Brasília Teimosa; Peggy, do Fórum Estadual¹⁹⁸; Edilene e Adriana, da Casa de Passagem; Maria da Conceição Carneiro, do Conselho de Moradores da Ilha de Deus; Raimunda Silva, da Frente das Entidades Sociais Não-Governamentais de Pernambuco; e o então deputado Estadual Humberto Costa (PT).

Os meninos e as meninas, embora não tenham feito nenhum discurso, também participaram dessa reunião: “Entre as 400 pessoas que lotaram a Sala Vidal de Negreiros, no Centro de Convenções, havia pelo menos 100 crianças que acompanharam toda a audiência da Comissão Parlamentar de Inquérito”¹⁹⁹. Ainda segundo o “Jornal do Commercio”, “a euforia pelo trabalho [da CPI] foi demonstrada por um adolescente que escreveu um poema para a deputada Rita Camata e o trabalho da CPI, recitando os versos para os deputados”²⁰⁰. Não existe nenhuma menção a esse adolescente e aos seus versos no relatório final da Comissão.

Ainda em 19 de setembro, os membros da CPI do Extermínio, como veremos no próximo capítulo, ainda visitaram algumas comunidades do Recife e de Olinda, além de terem visitado a “Casa de Passagem, entidade que trabalha com meninas em situação de rua, Prefeitura do Recife, Procuradoria Geral de Justiça e Tribunal de Justiça de Pernambuco”²⁰¹. Em 20 de setembro, também parece ter havido, conforme algumas informações do “Relatório Final da CPI do Extermínio” (1992), uma visita ao Palácio do Campo das Princesas, sede do Governo de Pernambuco, onde foram ouvidos secretários ligados à administração estadual, como o então secretário de segurança pública, Tito Aureliano.

Pernambuco, mais especificamente o Recife, ainda seria tema de outra reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o extermínio de crianças e adolescentes no Brasil: em novembro de 1991, o adolescente José da Silva Costa, 17 anos, depôs sobre o seu cotidiano nas ruas do Recife e sobre as suas atividades na comissão pernambucana do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Esse é o tema do próximo capítulo. Falemos agora do V Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua.

A partir de 1986 o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, a cada três anos, passou a realizar o chamado Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Segundo a comissão pernambucana do Movimento, os encontros nacionais de meninos e meninas de rua

¹⁹⁸ Provavelmente o Fórum Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente, o Fórum DCA.

¹⁹⁹ MENINOS comparecem à audiência. **Jornal do Commercio**, Recife, 20 set. 1991. Cidades, p. 01.

²⁰⁰ Ibidem.

²⁰¹ ESTADO ganha 2ª Vara da Criança e do Adolescente. **Jornal do Commercio**, Recife, 20 set. 1991. Cidades, p. 01.

eram momentos que possibilitavam uma linha de atuação política em que as crianças e adolescentes eram compreendidos “como sujeitos de direitos e com capacidade participar nas decisões que dizem respeito às suas vidas” (MNMMR-PE, 2002, p. 29). A mesma comissão justifica o V Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, realizado em novembro de 1998, a partir da seguinte questão: “Diante do crescimento da violência contra os meninos e meninas, o quinto Encontro, realizado em 1998, transformou-se na expressão da luta pela vida, com o seguinte lema: “Queremos viver e não sobreviver”” (Ibidem).

Assim, é importante frisar que o V Encontro foi um encontro pela vida; pelo direito à vida. O seu lema, escolhido pelos meninos e meninas e pelos educadores sociais, é um indicador disso: foi um grito não por uma sobrevivência, que remete à uma cansativa luta pela vida, mas à uma vida plena em todas as suas dimensões. De acordo com a militante Helena Janssen (2022): “A razão do encontro era violência. Mas como nós ficamos tão marcados pela violência, nós trouxemos como lema a questão da vida”. Janssen ainda recorda o processo para a escolha do lema desse lema:

Queremos viver e não sobreviver foi o lema que os meninos escolheram. Lembro ainda dele, era um menino lá de Goiás. Eles [os meninos e as meninas em situação de rua] diziam vários lemas. Cada um trazia [um lema] e esse menino trouxe esse lema: “Queremos viver e não sobreviver”. [Depois] nós [...] fazíamos uma roda com os lemas, cada um [escolhendo] o que achava importante e muita gente escolheu: “Queremos viver e não sobreviver” (JANSSEN, 2022).

Entre as muitas ameaças contra a vida das crianças e dos adolescentes em situação de rua, a comissão pernambucana do Movimento, durante o Encontro, denunciou o alto índice de meninos e meninas assassinados em Pernambuco: “O estado de Pernambuco fez um extenso trabalho, destacando como problemas principais os assassinatos das crianças e adolescentes, apontando a existência de 264 vítimas de janeiro de 1997 a julho de 1998” (MNMMR, s.d., p. 15). Segundo Maria de Lourdes (2022), esse “extenso trabalho” foi feito a partir de dados reunidos no Instituto de Medicina Legal:

Nós também fizemos por ocasião [do Encontro] uma pesquisa [no] IML [sobre] quantos meninos e meninas foram assassinados nesse período, para levar [os dados] para o V Encontro Nacional. Eu e outro educador, na época, passávamos a noite dentro do IML contando o número de meninos que foram assassinados naquele período (NASCIMENTO, 2022).

As ações preparatórias para o Encontro começaram em abril de 1998 com atividades em várias partes do Brasil: “Cada estado está promovendo atos neste mesmo sentido e lançando o V Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, que será realizado no próximo mês de

novembro em Brasília”²⁰². Em Pernambuco, o encontro estadual preparatório foi realizado em agosto de 1998²⁰³. Esse, por sua vez, foi antecedido por encontros municipais preparatórios, que ocorreram nos meses de maio e junho²⁰⁴. O encontro municipal do Recife aconteceu entre os dias 16 e 17 de maio²⁰⁵. Nesses encontros foi discutida as várias violências que atentam contra a vida dos meninos e das meninas: “Há violência no trânsito, violência sexual, no trabalho infantil, violência educacional, discriminação social e racial, violência policial, estupros, espancamentos, drogas, assassinatos, fome”²⁰⁶.

Nesses encontros preparatórios, tiveram grande importância os depoimentos dos meninos e das meninas em situação de rua e dos bairros populares. Os manifestos e outras ações que resultaram dessas reuniões foram executados a partir da realidade das crianças e dos adolescentes. De acordo com as memórias da militante Dudui (2022): “Cada núcleo [de base] foi trabalhando, pensando como seria; o que os meninos queriam denunciar, o que é que eles queriam fazer”. Mas não eram apenas denúncias que eram debatidas nessas assembleias: “Nos quatro encontros municipais em preparação para ao 5º Encontro Nacional, escutamos também os sonhos dos meninos e das meninas”²⁰⁷.

As crianças e adolescentes, juntamente com os educadores sociais, também recolheram “5.800 assinaturas de pessoas em defesa da vida e em protesto contra a violência”²⁰⁸. As pessoas escreveram os seus nomes em um tecido:

Estas pessoas colocaram os seus nomes em um painel de tecido, que já tem mais de 100 metros de comprimento. Em Brasília, este pano irá se juntar com os que vêm dos outros estados para arrodar o Congresso Nacional”²⁰⁹.

Sobre as assinaturas, a faixa e abraço no Congresso Nacional, lembra Janssen (2022):

Os meninos [saíam] pedindo assinaturas. Mais de 100 metros de assinaturas pela vida, pelo direito de viver. E nós abraçamos o Congresso Nacional. Todo um abraço simbólico no Congresso Nacional. Todo mundo segurando na faixa e de mãos dadas. Conseguimos fazer um ato público muito bonito. Muito marcante (JANSSEN, 2022).

²⁰² O BRASIL inteiro faz o lançamento do 5º Encontro Nacional. **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, abr. 1998. P. 01.

²⁰³ AGENDA de atividades da Organização dos Meninos e Meninas. **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, abr. 1998. P. 03.

²⁰⁴ Ibidem.

²⁰⁵ Ibidem.

²⁰⁶ ATOS de violência contra crianças e adolescentes. **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, abr. 1998. P. 02.

²⁰⁷ MOVIMENTO será penta! **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, ago. 1998. P. 01.

²⁰⁸ V ENCONTRO Nacional de Meninos e Meninas. **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, ago. 1998. P. 01.

²⁰⁹ Ibidem.

A militante Maria de Lourdes (2022) também recorda as assinaturas pela vida, o tecido e o abraço simbólico ao Congresso Nacional:

Teve um abraço, porque nós também coletamos assinaturas a favor da vida. Nós colocamos [as assinaturas] em tecidos, esses tecidos foram acoplados um ao outro, e nós abraçamos o Congresso Nacional com os nomes das pessoas que assinaram em favor da vida (NASCIMENTO, 2022).

O V Encontro Nacional teve grande cobertura da imprensa nacional e estrangeira como foi registrado no seu relatório final (MNMMR, s.d.). Já esperando essa cobertura, “O Grito” descreve os “gritos” que estarão na boca das crianças e dos adolescentes pernambucanos:

Os grandes “gritos” que vão à Brasília devem ser ouvidos no Brasil e no mundo todo. Pois com certeza haverá muita imprensa neste encontro. Por isso é bom repetir que se matam muito meninos e meninas em Pernambuco. No primeiro semestre do ano passado mataram umas 50 pessoas; neste ano já são 113. Extermínio já é coisa comum em Pernambuco²¹⁰.

As crianças e adolescentes pretendem denunciar o alto índice de assassinatos de meninos e meninas em Pernambuco para todo o Brasil e para o Mundo. A denúncia ainda é composta pelo seguinte elemento: “Extermínio já é coisa comum em Pernambuco”. Segundo Natan Farias, do Recife, participante do V Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua: “Bem, a situação está muito degradante, porque o extermínio que comanda a maior violência, mais gritante lá [no Recife]” (MNMMR, s.d., p. 09).

Os ônibus com os delegados para o Encontro, “108 meninos e meninas e 11 educadores”²¹¹, saíram do Recife no dia 21 de novembro de 1998: “Os ônibus saem de Recife no dia 21 de novembro às 4 horas da tarde, num sábado, e voltarão no sábado seguinte”²¹². Helena Janssen (2022) recorda o clima nesses ônibus durante a longa viagem e as atividades a serem realizadas durante o percurso: “[Os meninos, as meninas e os educadores sociais se] dividiam [em] grupos. Tinha [o grupo] da organização dos ônibus, [tinha o grupo da] limpeza, tinha [o grupo] que era da animação. Eles iam cantando” (Ibidem).

O V Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua foi realizado entre 23 e 26 de novembro de 1998, nas cidades de Brasília e Luziânia (GO). As principais atividades foram desenvolvidas na Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI) em Luziânia (MNMMR, s.d.). No total participaram 926 meninos e meninas como delegados e delegadas de

²¹⁰ A MAIOR violência é o extermínio. **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, ago. 1998. P. 03.

²¹¹ O ENCONTRO. **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, ago. 1998. P. 02.

²¹² Ibidem.

todos os estados do Brasil (Ibidem). Participando sobre todo o processo de reflexão sobre suas realidades, as crianças e os adolescentes se organizavam pela conservação de suas vidas.

Aqui encerramos o capítulo destinado a debater o extermínio, as suas vítimas, seus executores e as principais mobilizações contra ele. Com esse capítulo cobrimos cerca de 11 anos, uma vez que debatemos acontecimentos a partir de 1987 buscando contextualizar o extermínio de crianças e adolescentes em situação de rua e as mobilizações do Movimento Nacional de Meninos e Meninas em situação de rua contra o extermínio de crianças e adolescentes. O próximo capítulo irá apresentar e discutir a vida de um desses adolescentes: José da Silva.

4. CAPÍTULO III

INDO À LUTA: A TRAJETÓRIA DE JOSÉ DA SILVA

“O homem coletivo sente a necessidade de lutar”

(Chico Science)

O terceiro e último capítulo deste trabalho busca apresentar os principais aspectos da trajetória de vida de José da Silva Costa. José da Silva (ou Zé da Silva, como era conhecido no Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua), foi uma das figuras mais interessantes que tivemos contato a partir da pesquisa documental e da pesquisa bibliográfica para a construção dessa dissertação. Nascido na década de 1970, ainda muito cedo foi para as ruas da região central do Recife. No conturbado “cotidiano” (CERTEAU, 2014) das ruas da capital pernambucana, aprendeu a se “virar” (GREGORI, 2000) e passou a “circular” (Ibidem) entre essas ruas, a sua casa, a Febem (de onde, como veremos, acreditava ter fugido umas cem vezes) e o MNMMR. Em meados da década de 1980, após um longo período de aproximação, passa a participar das atividades da seção pernambucana do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. No Movimento, José da Silva, ainda com 17 anos, constitui-se enquanto um militante pelos direitos da criança e do adolescente, coordenando um dos núcleos de base do MNMMR, inclusive. Em 1991 depôs na CPI do Extermínio sobre a sua vida nas ruas, na Febem e como integrante do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. No depoimento, denuncia as violências e as desigualdades socioeconômicas do Recife. Possivelmente foi exterminado com cerca de 21 anos por um grupo de extermínio.

O capítulo está estruturado a partir dos três aspectos da trajetória de vida José da Silva que consideramos importantes e aglutinadores de outros aspectos dessa trajetória: o menino, o militante e o depoente, tendo como principal referência as informações biográficas fornecidas pelo então adolescente à CPI do Extermínio, em novembro de 1991, extraídas do Relatório Final da Comissão. Mas não somente: utilizaremos informações extraídas das entrevistas temáticas com Dudui, Helena e João, como também informações veiculadas no jornal “O Grito dos Meninos e Meninas de Rua” e no “Jornal do Commercio”. Essa estruturação não é cronológica e nem pretende ser uma estruturação por fases. Ainda ressaltamos que a nossa pesquisa não pretende abordar todos os aspectos da vida de Zé da Silva, uma vez que essa atividade é ilusória (BOURDIEU, 2006). A própria noção de trajetória já se apresenta problemática: remete a um fim, a um propósito (Ibidem), como se toda a vida tivesse sido orientada para um determinado fim.

4.1. José da Silva: o menino

José da Silva Costa, nasceu no ano de 1974²¹³, na localidade conhecida como Córrego da Calma, na comunidade do Alto do Pascoal, no bairro do Alto Santa Terezinha, Recife (ver Apêndice VI). Tinha oito irmãos, sendo um deles de criação. Esse último, José conheceu nas ruas do centro do Recife: “Um deles é de criação e quando cheguei na cidade encontrei. Durante a minha vida todinha estive ao lado dele, até que a gente conseguiu realmente sobreviver na cidade” (COSTA, 1992, p. 284)²¹⁴. O adolescente vivia com a mãe e com parte dos irmãos, uma vez que um havia sido assassinado e suas duas irmãs estavam casadas: “Tenho duas irmãs e todas as duas hoje são amigas, porque pobre não se casa; pobre se amiga” (Ibidem). O pai era ausente e aparecia poucas vezes. Nos momentos em que aparecia estava alcoolizado e agredia a mãe do adolescente: “Há um tempo atrás ele vivia com a gente, mas quando ele chegava era meio mundo de porrada em mainha, porque ele chegava bêbado e dizia que mainha estava com uns e com outros” (Ibidem). Por conta dessas agressões, sua mãe decidiu se separar do seu pai.

José da Silva chegou nas ruas do centro do Recife no ano de 1980, aos seis anos²¹⁵. A principal motivação que o levou às ruas foi a necessidade de aumentar a renda da família: “Cheguei na rua aos seis de idade, porque realmente a situação em casa estava muito ruim e eu tinha de batalhar para colocar alguma coisa dentro de casa” (Ibidem, p. 282). Pouco a pouco foi se acostumando com o “cotidiano” (CERTEAU, 2014) nas ruas e criando maiores laços de solidariedade com os outros meninos e meninas em situação de rua. Todos os dias, ainda assim, voltava para casa. Passou a dormir nas ruas por uma questão de praticidade:

O SR. JOSÉ DA SILVA - Daí, comecei a dormir na rua, não queria mais voltar pra casa, porque todo dia ia pra casa, mas todo dia tinha que voltar pra cidade. Preferi, então, ficar na cidade de uma vez. Fui me acostumando e, de repente, estava viciado em dormir na rua com outros companheiros (COSTA, 1992, p. 282).

No entanto, não deixou de, ainda que esparsamente, voltar para a sua casa. Mas, por não se acostumar com a vida em casa, voltava para as ruas da Cidade: “Depois, a gente tinha de

²¹³ A partir daqui, todas as informações biográficas sobre José da Silva, salvo quando for indicado o contrário, foram extraídas do seu depoimento à CPI do Extermínio, contido no relatório final da referida Comissão.

²¹⁴ Optamos por não fazer correções ortográfica visando submeter os trechos extraídos dos depoimentos e das perguntas contidos no Relatório Final da CPI do Extermínio à gramática normativa. Apenas o fizemos em trechos que poderiam dificultar ou inviabilizar o entendimento. Ainda é preciso lembrar que os fragmentos são transcrições do vasto material gravado durante os trabalhos da CPI (em fitas cassete, conforme indicações registradas no Relatório).

²¹⁵ Segundo a comissão pernambucana do Movimento (2002) e a militante Helena Silva Janssen (2022), ele chegou nas ruas aos cinco anos de idade. Não temos, no entanto, motivos para não seguir a idade apresentada por José da Silva.

voltar pra rua de novo, porque eu ainda não estava acostumado em casa” (Ibidem). O cotidiano nas ruas do Recife, no entanto, não seria fácil. O adolescente exercia a mendicância e em alguns momentos chegou a passar fome. Parte da sociedade tratava ele e os seus companheiros com indiferença e muitas vezes de forma autoritária:

O SR. JOSÉ DA SILVA - A gente saia pra cidade, batalhava, pedia. Tinha gente que mandava a gente roubar. Muitos companheiros meus botavam isso na cabeça e iam roubar mesmo porque a gente passava muita necessidade na cidade, muita fome, muita miséria (Ibidem).

A violência acompanharia grande parte da trajetória de sua vida. O adolescente parece ter conhecimento da morte de João Batista, em 1991: “[...] outros iam morrendo afogados, outros morriam de fome e a gente ia vivendo, né? A alta sociedade e algumas pessoas adultas matavam” (Ibidem). Quando se refere especificamente à violência policial, José da Silva, recorda quando foi colocado em um veículo da polícia e foi obrigado a agredir outro menino:

O SR. JOSÉ DA SILVA - Teve uma vez que eu fui pego pelos policiais. De repente eles me pegaram, colocaram na Kombi, na viatura do bairro e fizeram um dar no outro. Eu achei muito chato. Realmente a polícia em vez de proteger, fica contra os meninos e também contra os trabalhadores (Ibidem).

Ainda sobre a violência, o adolescente indica que já tinha sido atingido por um disparo de arma de fogo no seu peito, mas que apesar desse fato, conseguiu sobreviver: “Durante a minha vida todinha, apesar das marcas, das cicatrizes o tiro que levei aqui... no peito no centro da cidade consegui viver” (Ibidem).

José da Silva também esteve em vários momentos internado na Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor. O adolescente considerava que a Febem era um local onde “tinha gente pior do que [ele], meninos grandes, que [lhe] ensinavam mil e uma coisa” (Ibidem, p. 282). Cem vezes: esse foi o número de vezes que José da Silva alega ter fugido da Febem²¹⁶:

O SR. JOSÉ DA SILVA – Apesar de eu cair lá num dia e fugir no outro, porque realmente já tinha prática da coisa, eu estava acostumado, já tinha para mais de cinquenta entradas lá. E acho que quando eu saí de lá, quando eu parei de cair na Febem, já tinha passado das cem (Ibidem, p. 283).

Na Febem, por sua vez, o então adolescente construiu um “saber” sobre o funcionamento da instituição e sobre os seus métodos de controle e disciplina, incluindo o uso de substâncias tóxicas na comida servida em uma das refeições:

O SR. JOSÉ DA SILVA - E quando a gente ia lá pra dentro [da Febem], algumas vezes, quando eu tomava café de noite, a sopa vinha com gosto de creolina. Ai a gente

²¹⁶ José da Silva, de fato, esteve internado na Febem e fugiu muitas vezes, mas esse elevado número de entradas e fugas parece não condizer com a realidade. A militante Helena Silva Janssen (2022) recorda sobre esses episódios: “[...] ele [José da Silva] dizia que deu mais de cem entradas na Febem e conseguiu fugir. Mas ele não deu essas cem entradas todas não [sorrindo]”.

olhava assim: “Ó xente”, veio com creolina. Então eles diziam que era um acidente, não sei o que foi que houve. Então eu pagava, não comia, dava para outro. Mas tinha menino pequeno que já estava com a barriga bem grande, parecia mulher de setes meses, a barriga inchada de tanto tomar aquela sopa. Eu conhecia que era creolina porque, quando a gente fazia faxina no banheiro, colocava creolina. No chão, tinha aquele cheiro bem ruim. A sopa tinha o mesmo cheiro, aí eu não gostava, mas eu não podia fazer nada. Eu pegava, tinha que fugir, depois caía. Veio acabar isso num tempo desse. Mas, no tempo que eu caía, a gente ainda tomava sopa com creolina (COSTA, 1992, p. 283).

Após um relativo longo processo de aproximação, como veremos na próxima seção, José da Silva passa a participar das atividades realizadas pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. No momento do seu depoimento à CPI do Extermínio, o então adolescente estava morando com alguns de seus irmãos e sua mãe na comunidade Vila da Paz, no bairro recifense de Cajueiro (ver Apêndice VI). Nos limites do bairro, que é vizinho do município de Olinda, corria parte das águas do rio Beberibe. O rio era de onde Zé da Silva tirava o seu sustento: “Tiro areia de dentro do rio, é uma lama dentro do carro...” (Ibidem, p. 284). O adolescente retirava areia de dentro e do leito do rio para a venda. Como veremos na próxima seção, a rotina de José da Silva era dividida entre retirar areia do rio Beberibe e suas atividades em um dos núcleos de base do Movimento.

Em relação aos estudos em estabelecimento oficiais, José da Silva, em novembro de 1991, estava cursando a antiga quarta série do ensino fundamental. Zé da Silva, respondendo à uma pergunta da deputada Regina Gordilho (PDT-RJ)²¹⁷, indica que nunca esteve em um estabelecimento escolar antes de voltar de forma definitiva para a casa:

A SRA. DEPUTADA REGINA GORDILHO - Você na escola nunca esteve? (GORDILHO, 1992, p. 284).

O SR. JOSÉ DA SILVA - Não, nunca tive uma escola. Agora estou tendo, porque voltei para casa e estou em uma escola do Governo. Quando sai de greve, minha professora entra. É um atraso muito grande, está entendendo? (COSTA, 1992, p. 284).

No entanto, ainda que tivesse dificuldades em ler (como foi percebido pela deputada Célia Mendes (PDS-AC)²¹⁸: “[...] fiquei impressionada quando, ao ouvir a sua leitura de juramento, eu percebi que, de fato, você não tem um grau elevado de escolaridade” (MENDES, 1992, p. 283)), José da Silva assinala que aprendeu a ler e a escrever com os educadores e as educadoras do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Essas questões também foram temas de questionamentos da deputada Regina Gordilho:

A SRA. REGINA GORDILHO - Você não sabe ler nem escrever? (GORDILHO, 1992, p. 284).

²¹⁷ Partido Democrático Trabalhista.

²¹⁸ Partido Democrático Social, extinto em 1993.

O SR. JOSÉ DA SILVA - Sei, porque o tempo em estava no Movimento havia as educadoras que me ensinavam a escrever o nome. Na Fabem, já contei aqui, não conseguia parar. Era na rua mesmo onde eu aprendia a ler e a escrever (COSTA, 1992, p. 284).

A resposta do então adolescente parece contrapor os saberes advindos do ambiente escolar com aqueles adquiridos nas ruas e no Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Ainda que, após ter passado a integrar de forma mais ativa o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, o adolescente tenha deixado de morar efetivamente nas ruas do centro do Recife, ele ainda se considerava como um “menino de rua”:

O SR. JOSÉ DA SILVA – [...] por que estou na rua? Porque enquanto não houver um salário digno, enquanto não houver uma solução para o problema do menor, eu ainda me considero um menino de rua, porque também os meus companheiros estão lá [...] (Ibidem, p. 282).

Esse trecho do depoimento de José da Silva à CPI do Extermínio, indica que, quando o prestava, ele já era um militante pelos direitos da criança e do adolescente com forte atuação no Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Esse será o outro aspecto da trajetória de José da Silva que abordaremos na seção seguinte.

4.2. José da Silva: o militante

Como vimos no capítulo primeiro, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, mais do que ser um movimento social “em prol dos direitos da criança” (MUNÕZ, 2021), é um “movimento social de crianças” (Ibidem). Assim, a ativa participação dos meninos e meninas em situação de rua em grande parte das atividades desenvolvidas pelo MNMMR, é um dos aspectos basilares de atuação do movimento social. Levando em consideração isso, podemos afirmar que José da Silva foi um militante do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua? Sim, mas em nosso entendimento, ainda precisamos acrescentar mais três elementos nesse processo “construção” de um militante: o reconhecimento por outros militantes, o sentimento de pertença ao movimento social e uma consciência pessoal de si mesmo como um militante. Esses três elementos estão presentes na representação discursiva construída por José da Silva durante o seu depoimento à CPI do Extermínio e são corroborados pelas entrevistas temáticas realizadas com outros militantes do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.

As atividades desenvolvidas por José da Silva no período em que participou ativamente do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, podem ser analisadas a partir do conceito de “atuação social”: o adolescente foi um consciente “ator social”. Segundo o sociólogo da educação Yannis Pechtelidis (2021), essas são as principais implicações que

surtem ao considerarmos uma criança ou adolescente como “ator social”: “[capacidade] de moldar a sua identidade, produzir e comunicar visões confiáveis do mundo social, mantendo o direito de participar ativamente nele” (p. 54). Ainda segundo o autor, essas implicações desafiam o lugar comum relegado para as crianças e os adolescentes na sociedade:

A crença de que as crianças podem ser produtoras autónomas de significado, desafia as ideias tradicionais sobre o desenvolvimento infantil, que as apresentam como passiva, fraca e dependente, imatura e, portanto, incapaz de tomar decisões responsáveis sobre a sua vida (Ibidem).

Sigamos. Entre os militantes da comissão pernambucana do Movimento, José da Silva ainda é muito importante e em muitas ocasiões é recordado. Em várias oportunidades ele é mencionado como um símbolo de luta política: “José da Silva, presente!”²¹⁹. Essa expressão é utilizada por militantes de diversos movimentos políticos para indicar que, embora não mais vivo, o exemplo político de determinada figura e de sua luta permanecem; são “presentes”. Para parte dos militantes, como no João Batista Júnior (2022), José da Silva é percebido como um mártir. De acordo com a tradição cristã, um mártir é aquele ou aquela que morre por defender ou não negar a fé. Em outras palavras, um mártir é aquele que morre por defender um ideal; que vai até às últimas consequências para a defesa de um ideal. Essa imagem está relacionada ao fato de, conforme os militantes, Zé, como era conhecido, ter sido exterminado por denunciar os grupos de extermínio que atuavam no Recife.

O Zé foi assassinado por grupo de extermínio. Tem outros casos que a militância mais antiga consegue acompanhar mais forte. Zé ficou, porque se tornou um ícone para os adolescentes militantes do Movimento. Um mártir, um mártir para nós (ESPÍRITO SANTO JÚNIOR, 2022).

João Batista parece ter sido contemporâneo de José da Silva²²⁰ no Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua: o trecho “Zé ficou” parece indicar certa proximidade entre João e José. Mas, mesmo que não tenham sido contemporâneos, é evidente que, para um grupo de militantes, notadamente daqueles e daquelas que eram “adolescentes militantes”, Zé da Silva foi percebido ou foi apresentado como um “ícone”; um “mártir”; um símbolo. Ao analisarmos esse trecho da entrevista de João Batista, juntamente com o trecho que apresentaremos abaixo, a seguintes considerações podem ser inferidas: o “caso de Zé da Silva” é aquele que João

²¹⁹ Constatamos isso durante visita à sede pernambucana do Movimento para o lançamento do livro “Entre ruas e praças: Histórias do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua” (2021), organizado pelo historiador Humberto da Silva Miranda. Na transmissão do evento, disponível no canal do Youtube da Escola de Conselhos de Pernambuco, é possível ter acesso a todo o encontro e verificar as menções a José da Silva. Ainda sobre o referido livro, no prefácio, escrito por João Batista do Espírito Santo Júnior, encontramos a seguinte menção a José da Silva: “Como diria o jovem Zé da Silva, do MNMMR-PE, assassinado por denunciar grupos de extermínio do Recife, na década de 1990, “o Movimento é o lugar onde se pode entrar com o peito aberto”” (p. X).

²²⁰ Isso pode ser inferido a partir de informações relativas à entrada de João Batista no Movimento (1994 ou 1995) e ao assassinato de João Batista (1995 ou 1996).

considera como o “mais emblemático”; ele também considera José como “uma figura muito importante no Movimento”:

Mas aqui em Pernambuco o mais emblemático é o caso do Zé da Silva [...]. Zé é uma figura muito importante no Movimento: é um adolescente que tomou, aquele jovem, que tomou consciência, que foi para luta de verdade para a garantia dos seus direitos até o nível de expor sua vida e acabou sendo exterminado por levar essa luta às últimas possibilidades (Ibidem).

Nesse trecho da entrevista ainda podemos perceber o que João Batista tem em mente ao classificar José como um “mártir”: “[...] que foi para a luta de verdade para a garantia dos seus direitos até o nível de expor sua via e acabou sendo exterminado por levar essa luta às últimas possibilidades” (Ibidem). É interessante chamar a atenção para o fato de a imagem do militante como um mártir/sofredor compor o imaginário coletivo criado para representar esses atores sociais; essas características estão implícitas na representação social do militante ideal (OLIVEIRA *et al.* 2009 apud SALES; FONTES; YASSUI, 2018; BALTAZAR, 2004 apud SALES; FONTES; YASSUI, 2018). Mas José da Silva não foi uma figura importante para o Movimento apenas por seu extermínio: ele, e isso pode ser percebido no trecho da entrevista temática de João Batista, desenvolvia uma ativa militância no Movimento (“foi para a luta de verdade”). Vejamos qual a natureza dessas atividades.

Conforme vimos na primeira seção, José da Silva teve contato com o Movimento depois de ficar um longo período entre as ruas, a sua casa e a Febem. Esse contato deve ter acontecido entre finais da década de 1980 e o início da década de 1990, uma vez que o então adolescente, durante o seu depoimento à CPI do Extermínio, indica que o seu processo de entrada no MNMMR se estendeu por seis anos. Se tomarmos como referência o ano de formação do Movimento, 1985, e levarmos em consideração que grupos diversos já atuavam no atendimento aos meninos e meninas em situação de rua e que posteriormente constituíram o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, é provável que esse encontro tenha acontecido em meados da década de 1980. Outra informação parece colaborar para essa constatação. Zé da Silva indica que participou das mobilizações do Movimento pela aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990):

O SR. JOSÉ DA SILVA - Nisso fui aprendendo mais e, de repente, a gente começou também a lutar para que o Estatuto da Criança fosse aprovado. Ele [o Estatuto? O Movimento? Um educador social?] explicou tudo sobre as leis e a gente começou a criticar no Movimento, com outros grupos (COSTA, 1992, p. 282).

As mobilizações do Movimento pela aprovação do Estatuto foram intensas entre o final da década de 1980 e o início da década de 1990, quando foi aprovado. A participação de José da Silva nessas mobilizações, que, como podemos perceber no seu depoimento, não foi a sua

primeira “luta” no Movimento (“[...] e, de repente, a gente começou *também* a lutar para que o Estatuto da Criança fosse aprovado”), é um indicador das variadas atividades que o então adolescente construía no Movimento como veremos adiante. A militante Maria de Lourdes, a Dudui, recorda os primeiros momentos de José da Silva no Movimento. Segundo Dudui, Zé da Silva se dirigia até à então sede do MNMMR, no Edifício Vieira da Cunha, no bairro de Santo Antônio, para participar das reuniões das quartas-feiras, mas acabava dormindo, pois chegava sob o efeito da cola. A militante ainda recorda que José da Silva, na maioria das vezes, dormia na rua do Imperador, no bairro de Santo Antônio, em frente à Capela Dourada, monumento de mais de 300 anos, e, ainda hoje, um dos pontos turísticos do Recife e um local em que a população em situação de rua passa as suas noites:

Zé da Silva foi um menino que vivia ali, na rua do Imperador. Ali, na igreja [em referência à Capela Dourada] vivia e depois as educadoras, na abordagem e nas conversas na rua, mostraram para eles [ele e outros meninos e meninas em situação de rua] que nós tínhamos um espaço no Movimento. Nós tínhamos a reunião das quartas-feiras, toda quarta-feira nós tínhamos uma reunião. Ainda era lá no Edifício Vieira da Cunha, então ele começou a frequentar. Ele chegava lá e ficava no cantinho, deitadinho. Dormia, porque ele vinha lombradinho, aí dormia! Depois ele lanchava e ia embora (NASCIMENTO, 2022).

Em julho de 1991, o “Jornal do Commercio” registrou o grande número de moradores em situação de rua, denominados pelo periódico de “mendigos”, que dormiam na frente da Capela Dourada. A notícia, que foi anunciada na capa e mais bem detalhada na seção “Cidades”, discorre sobre a intenção da Ordem Terceira de São Francisco (responsável pela igreja) de retirar a população em situação de rua das proximidades do prédio histórico e do apoio à essa parcela da população oferecido pela organização Faula Amigos da Terra. Na capa, o “JC” classifica a presença dessa população como um “abuso na Rua do Imperador”²²¹, marcando sua posição favorável à “operação de despejo” pretendida. Na seção “Cidades”, por sua vez, parece ironizar o apoio dos Amigos da Terra à população em situação de rua: “Eles não têm lugar para morar, mas têm apoio internacional”²²². Era nesse local, marcado pela presença da população em situação de rua, em que José da Silva viveu quando esteve morando nas ruas do Recife²²³.

Ainda em seu depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito, o então adolescente comenta sobre as atividades do seu grupo, o “Vamos à luta para vencer”. Esse grupo, ainda

²²¹ ABUSO na rua do Imperador. **Jornal do Commercio**, Recife, 20 jul. 1991. Capa.

²²² MENDIGOS acampados na Capela Dourada têm apoio internacional. **Jornal do Commercio**, Recife, 20 jul. 1991. Cidades, p. 04.

²²³ É nas proximidades dessa região, em um sobrado, que a Arquidiocese de Olinda e Recife, a Prefeitura do Recife e a Universidade Federal Rural de Pernambuco, em novembro de 2022, inauguraram a Casa do Pão/ Centro POP para população em situação de rua/ Estação Social do Instituto Menino Miguel, com intuito de atender e acolher a população em situação de rua.

conforme a descrição de Zé da Silva, era um núcleo de base do Movimento no bairro do Alto Santa Terezinha, no Recife, bairro que, conforme acompanhamos na seção anterior, ele tinha nascido: “Consegui conscientizar alguns meninos que vivem perto de onde eu morava; o nome do meu grupo é “Vamos à luta para vencer”” (COSTA, 1992, p. 284). Em outro momento do depoimento, no entanto, o então adolescente indica que o núcleo de base estava localizado perto da sua casa, no bairro de Cajueiro²²⁴: “Eu fui aprendendo e hoje já formei um grupo de meninos e meninas de rua lá junto de casa, mas não quer dizer que eu não estou na rua” (Ibidem, p. 282). Esse núcleo é listado pelo historiador Heliwelton do Amaral (2021) como um dos muitos núcleos de base do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua que, entre os anos de 1992 e 2002, estavam em atividade no Recife. Como vimos no primeiro capítulo, tratava-se do primeiro núcleo de base pernambucano.

Ainda de acordo com José da Silva, no momento do depoimento, ele se dividia entre as suas atividades do núcleo de base, no período da manhã, a atividade laboral, que ele desenvolvia para colaborar com a renda da sua família, no mesmo período, e a escola, no período da noite. A atividade laboral, como já informamos anteriormente, consistia em transportar carregamentos de areia do rio Beberibe. Na Comissão, quando perguntado sobre o seu sustento financeiro, o militante deixa bastante explícito que a sua prioridade eram as suas atividades no grupo: “De manhã, bem cedinho, eu me acordo e vou tirar areia do tio. Às 9h30min faço parte do grupo” (Ibidem); e ainda: “[...] vendo areia de carro de mão, às vezes de caminhão, e quando chega perto de 9h ou 9h30min meu compromisso já é outro, é com o grupo. Vou e acompanho os meninos do grupo” (Ibidem). As ações desenvolvidas, além da conscientização política, também incluíam oficinas de dança, alfabetização, futebol e de artesanato. Segundo o depoimento de Zé da Silva:

O SR. JOSÉ DA SILVA - A gente faz atividade de pulseiras. Tenho aqui uma que eu fiz. Está um pouco preta. Dou aula de dança, dança em grupo, de passos de Funk. Já temos uma base de dezesseis passos criados pela gente. Temos também a oficina de futebol e a oficina de alfabetização. Na sexta-feira tem a reunião da gente (Ibidem).

Essa reunião da sexta-feira, denominada como “reunião da gente”, parece ser uma reunião plenária ou mesmo uma assembleia semanal que, levando em consideração as práticas de outros núcleos de base do Movimento, era um momento de debate sobre a realidade das crianças e dos adolescentes e de planejamento das atividades políticas e de outras. Ainda

²²⁴ Aqui apresentamos mais uma informação conflitante: no primeiro capítulo, a partir de publicação da comissão pernambucana do MNMMR, apontamos que o “Vamos à Luta para Vencer” estava localizado no bairro de Cajueiro. O historiador Heliwelton Clemente (2021), por sua vez, não lista o bairro de Cajueiro entre aqueles que eram sedes de núcleos de base do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.

segundo o depoimento de José da Silva, esse trabalho começou por iniciativa dele e dos meninos e meninas, mas sempre em consonância com os adultos do MNMMR:

O SR. JOSÉ DA SILVA - O mais interessante é que lá no grupo a gente não teve assim, um trabalho, logo no começo, com os educadores. Teve assim um repasse da minha pessoa de como a gente se organizava no Movimento, do que a gente queria, do que a gente pretendia, e os meninos foram gostando, e, de repente, a gente tinha uma base de 50 a 60 meninos naquela área querendo se reunir (Ibidem).

Desse trecho ainda ressaltamos a autonomia na realização das atividades e na definição das diretrizes de atuação do “Vamos à luta para vencer”. José da Silva ainda indica que os trabalhos do núcleo de base eram coordenados por ele e pelos meninos e meninas, não existindo uma supervisão constante dos educadores sociais do MNMMR ou de outros adultos. Isso pode ser percebido na sua resposta ao questionamento da deputada Regina Gordilho: “Qual é o nome da pessoa responsável por este grupo? Você conhece?” (GORDILHO, 1992, p. 284). Zé da Silva responde:

O SR. JOSÉ DA SILVA - O nome? Sei que há um apoio, quem vai para a reunião; às vezes vai um educador de outros grupos ensinar alguma coisa a gente, mas quem toda hora ali sou eu. Eu é quem sou o mais responsável (COSTA, 1992, p. 284).

A resposta do então adolescente parece um pouco irônica: “Sei que há um apoio, quem vai para a reunião”. Em outras palavras, José da Silva insiste que os principais responsáveis pela coordenação das atividades do núcleo de base eram os próprios meninos e meninas. Mas isso não significa sectarismo: como veremos na próxima seção e já vimos nessa, José da Silva e o “Vamos à luta para vencer” sentem-se pertencentes ao Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Ainda sobre o referido núcleo de base, outra questão precisa ser ressaltada. Conforme o depoimento de Zé da Silva à CPI do Extermínio, as crianças e adolescentes do grupo não tinham um lugar para se reunir e não tinham nenhum financiamento: “A gente ainda não encontrou um espaço e que saia dinheiro para a gente poder fazer uma casa, com trabalho...” (Ibidem). Se não existia um lugar fixo para essas reuniões, em que espaço elas aconteciam? Acreditamos que em espaços de uso comum da comunidade como terrenos desocupados. As atividades, assim, eram públicas²²⁵.

²²⁵ A inexistência de um local fixo para reuniões, apontada por José da Silva, contrasta com a informação que apresentamos, a partir da comissão pernambucana do Movimento, no capítulo primeiro. Segundo essa, os meninos e as meninas se reuniam em um barraco construído por José da Silva. Na CPI, assim, o adolescente poderia estar querendo indicar que, embora tendo um espaço, ele não era suficiente para as atividades, já que, conforme a informação apresentada no primeiro capítulo, tratava-se de um barraco. Outra possibilidade, ainda que bastante remota, pois não aparece em outros momentos do depoimento, é uma oportunidade de conseguir financiamento para os trabalhos do núcleo de base. Helena Janssen (2022), durante a entrevista que realizamos, indica que o barraco foi erguido para servir como moradia para José da Silva e para a sua família e não para ser um espaço totalmente dedicado às atividades do “Vamos à Luta para Vencer”: “Depois conseguiu fazer um barraco numa

A militante Helena Silva Janssen (2022) recorda que José da Silva tinha um grande carinho pelos outros meninos e meninas. Em um sentimento de irmandade e solidariedade, José da Silva os chamava de irmãos, além de os receber nos finais de semana em sua casa, no bairro de Cajueiro: “[...] todos os meninos de rua, que ele chamava “meus irmãos”, iam no final de semana para a casa dele” (Ibidem). Helena também recorda que, em uma viagem a Brasília, provavelmente para participar de um dos encontros nacionais de meninos e meninas de rua, Zé da Silva foi todo o percurso cantando e tocando, “sem repetir nenhuma música”, e animando os viajantes: “Zé foi daqui até Brasília cantando sem repetir uma música. Ele cantava muito e levava a turma a cantar. [...] Ele levava um instrumento [...]” (Ibidem). Zé, além de animar as viagens, também colaborava nas mobilizações para conseguir os ônibus para elas, conforme declarou à CPI do Extermínio: “[...] às vezes a gente ia conseguir ônibus, pra fazer outros encontros, com outros meninos” (COSTA, 1992, p. 282).

Segundo Dudui (2022), Zé da Silva foi representante nacional dos meninos e meninas pernambucanos na comissão nacional do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, além de ter feito viagem internacional e ter tido a oportunidade de conhecer outros “segmentos” (outros núcleos de base fora de Pernambuco? Outros movimentos sociais?):

E esse menino foi evoluindo, foi crescendo no entendimento do que era o Movimento [...]. Ele chegou a ser representante nacional do Movimento [...]. Ele fez viagem internacional, intercâmbio com outros segmentos (NASCIMENTO, 2022).

É interessante apontar que José da Silva, no seu depoimento à CPI do Extermínio, não faz qualquer menção à viagem internacional ou à troca de experiências com outros “segmentos” fora de Pernambuco. Isso nos leva a inferir que essas atividades aconteceram após o seu depoimento à Comissão. De fato, a edição de outubro de 1992 do “O Grito”, ao registrar os preparativos para o III Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, que seria realizado em novembro de 1992, indica que Helena Janssen, Roberto e José da Silva (já com dezoito anos?) participaram em Brasília de uma das reuniões preparatórias para o encontro: “De Brasília também chegaram novidades. Helena, Roberto e José da Silva vieram da última reunião de preparação do 3º Encontro, trazendo informações sobre os derradeiros detalhes”²²⁶. Acreditamos que José da Silva, durante a realização do Encontro, já estivesse com 18 anos, por isso não é listado entre aqueles e aquelas que representariam os núcleos de base de Pernambuco no III Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua²²⁷, mas é bastante plausível que Zé da

invasão. E trouxe a sua mãe e os seus irmãos [para morar com ele]; [...] todos os meninos de rua, que ele chamava “meus irmãos”, iam no final de semana para a casa dele”.

²²⁶ UM banho de organização. **O Grito de Meninos e Meninas de Rua**, Recife, out. 1992. P. 02.

²²⁷ CONHEÇA os nossos delegados. **O Grito de Meninos e Meninas de Rua**, Recife, nov. 1992. P. 02.

Silva estivesse participando como um adulto na organização. Também consideramos importante destacar os termos utilizados por Maria de Lourdes ao recordar o início das atividades de Zé da Silva no Movimento: eles remetem a um processo (“crescendo no entendimento”) e não à uma decisão imediata, em concordância, assim, com o depoimento do então adolescente à CPI.

Ainda em seu depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito, o “adolescente militante” (ESPÍRITO SANTO JÚNIOR, 2022) comenta sobre as denúncias de sua autoria que foram veiculadas no jornal “O Grito dos Meninos e Meninas de Rua”. Zé da Silva recorda um fato que ocorreu quando ele tinha 15 anos (provavelmente em 1989) e estava com alguns amigos nas imediações do Palácio do Campo das Princesas, sede do governo de Pernambuco, na Praça da República, no bairro de Santo Antônio (ver Apêndice VI):

O SR. JOSÉ DA SILVA - Um dia, quando eu estava com quinze anos, estava indo para casa, querendo sair da cidade [do Recife], aí eu estava na cidade [do Recife] e encontrei dois amigos meus. A gente ficou conversando e eles cheirando cola do meu lado. Quando dei fé, vieram dois policiais, que tomam conta do quartel do Governo [provável referência ao Palácio do Campo das Princesas], aqueles todos enfeitados com aqueles paninhos! Ele pegou, tomou a cola do meu amigo e perguntou: “o que é que vocês estão fazendo aqui?”. Eu disse: “Estou só conversando. E por que estão cheirando cola, não sei quê. Porque eu gosto e aquilo outro.” Ele olhou assim, depois de muito papo disse: “Olha, amanhã quero que cada um de vocês traga um relógio para mim. Se não trouxer, quando eu pegar, o pau vai ser dobrado.” Aí devolveu a cola do meu amigo e foi-se embora. Ficou uma interrogação na minha cabeça: será que esses caras recebem um salário digno mesmo? Esses “caras” são explorados igual a gente ou eles são “sacanas” mesmo? Acho que isso é uma “tronchura” total, sabe? Pela parte deles, de deixarem de estar lá, vendo o Palácio do Governo, arrodando e veio pedir para a gente roubar para eles? Foi um caso muito sério. Foi um caso muito sério. Coloquei no jornalzinho “O Grito da Gente”, mas ainda hoje existe essa coisa (COSTA, 1992, p. 286).

José da Silva se fere ao “O Grito dos Meninos e Meninas de Rua” como o “jornalzinho “O Grito da Gente””, o que indica um sentimento de pertença e de identificação com o periódico “alternativo”. Ainda é interessante o fato de Zé da Silva considerar como uma das principais providências a denúncia nas páginas do “O Grito”. Nas edições do jornal disponíveis no Laboratório de História das Infâncias não encontramos informações sobre a referida denúncia. No entanto, o seu conteúdo se adequa com o que era publicado no periódico. As denúncias de crianças e adolescentes e de educadores sociais acerca da truculência e da violência policial integravam constantemente o jornal “O Grito”. Em agosto de 1989, por exemplo, os meninos e meninas em situação de rua denunciaram uma abordagem de agentes da Polícia Militar de Pernambuco (PMPE) na Praça da República: os meninos e meninas estavam observando os peixes dos lagos artificiais e se sentando nas gramas da Praça, quando foram abordados por

dois agentes da PMPE: ““Nossa tarefa é cuidar dos peixes e da grama””²²⁸. “O Grito” conclui a partir da denúncia dos meninos e meninas: “Estão certos eles. Mas porque o governo do Estado e a prefeitura não têm nenhum tostão para pagar um educador para ajudar esta multidão de meninos e meninas de rua ?”²²⁹.

Em 1994, “O Grito dos Meninos e Meninas de Rua” registra que a comissão pernambucana do Movimento realizou uma “avaliação com a ONG (Organização Não-Governamental) Salve The Children (Salvem as crianças)”²³⁰. Ainda de acordo com o periódico, a avaliação consistiu em formar “uma comissão para entrevistar quatro Comissões Locais, cinco Núcleos de Base e colher opinião de pessoas externas [...]. Além desse trabalho foram realizados seminários de avaliação”²³¹. Durante essas atividades, “O Grito” “registrou a opinião de alguns educadores e meninos sobre o Movimento”²³², entre eles José da Silva, já com cerca de 20 anos, que representava a Comissão Casa Amarela: “O MNMMR é um exemplo de sociedade e de cidadania. Já arranjou muitos conflitos, mas nunca morreu. Em Pernambuco estamos seguros de que sua existência é muito importante. A gente bota fé”²³³. Nesse trecho percebemos que José da Silva já era denominado pelo periódico como “educador”, função que, no Movimento, era, em sua maioria, exercida por adultos.

José da Silva, como já é do nosso conhecimento, depôs na CPI do Extermínio (maiores informações sobre o seu depoimento veremos na próxima seção). Todos os militantes entrevistados e uma única matéria do jornal “O Grito dos Meninos e Meninas de Rua” indicam que José da Silva foi exterminado por grupo de extermínio por ter denunciado as suas práticas. Helena Janssen e Dudui associam o extermínio ao seu depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o extermínio de crianças e adolescentes no Brasil. Helena é mais enfática, enquanto Dudui apresenta como uma probabilidade. Vejamos. Segundo Maria de Lourdes:

Eu pessoalmente não tenho essa certeza, porque tinha várias linhas de investigação, mas tudo indica que ele [José da Silva] foi assassinado porque depôs na CPI. [...] Esperaram ele completar 18 anos, com 18 anos assassinaram ele (NASCIMENTO, 2022).

De acordo com Helena:

²²⁸ PEIXES e capins. **O Grito de Meninos e Meninas de Rua**, Recife, set. 1989. P. 04.

²²⁹ Ibidem.

²³⁰ AVALIANDO o Movimento. **O Grito de Meninos e Meninas de Rua**, Recife, out. 1994. P. 04.

²³¹ Ibidem.

²³² Ibidem.

²³³ Ibidem.

Ele ficou jurado [de morte]. Depois o pessoal desconfiou que ele tinha [prestado o] depoimento [à CPI], ele dizia que não [tinha prestado o depoimento à CPI] [...]. Mas no dia ele fez vinte e um anos, três dias depois, ele foi assassinado. E foi assassinado por grupo de extermínio (JANSSEN, 2022).

Conforme o trecho já citado da entrevista concedida por João Batista: “O Zé foi assassinado por grupo de extermínio” (ESPÍRITO SANTO JÚNIOR, 2022). Em outubro de 1996, o “O Grito, em uma “Carta Aberta do Nordeste”, denuncia que a morte de José da Silva estava associada à ação de grupos de extermínio:

EXTERMÍNIO: continua grande o número de crianças e adolescentes vítimas de grupo de extermínio: a falta de apuração e esclarecimentos e a impunidade são as principais características desses crimes, como assassinatos de José da Silva e Edson²³⁴, em Pernambuco, e da chacina do Pantanal²³⁵, no Ceará.²³⁶

Essa “Carta Aberta”, além de ser divulgada no “O Grito”, foi veiculada no relatório “Diga aí, menino! Fale aí, menina!”. O relatório foi fruto das atividades preparatórias para os encontros intermunicipais de meninos e meninas de rua e para o encontro regional de meninos e meninas de rua, organizadas pela comissão pernambucana do Movimento. O relatório é uma iniciativa do MNMMR e da *Save The Children*, organização não governamental do Reino Unido (MNMMR-PE & SAVE THE CHILDREN BRASIL, 1996). A referida “Carta”, de acordo com o Relatório e com Jornal, foi construída pelos “meninos e meninas e rua do Nordeste” (Ibidem, p. 09), “reunidos em Fortaleza, no Ceará, entre os dias 13 e 15 de setembro de 1996” (Ibidem). Ainda no “Diga aí, menino! Fala aí, menina!”, a morte de Zé da Silva será denunciada como um crime de extermínio:

EXTERMÍNIO: A falta de apuração e esclarecimentos e a impunidade são as principais características desses crimes. Os assassinatos de José da Silva e Edson, em Pernambuco, e da chacina do Pantanal, no Ceará, são exemplos disso e continuam sem esclarecimentos (Ibidem).

Não existem dúvidas sobre o fato de a morte de José da Silva ter integrado um quadro de extermínio com o envolvimento dos grupos de extermínio. Podemos afirmar isso levando em consideração o “O Grito”, o “Diga aí, menino! Fala aí, menina!” e as entrevistas temáticas concedidas. Mesmo no caso de Dudui, que parece não ter tanta certeza (“Eu pessoalmente não tenho essa certeza”), essa probabilidade não deixa de ser considerada a principal. Embora o

²³⁴ No jornal “O Grito”, em outubro de 1990, é denunciado e noticiado o assassinato de Edson Wanderley do Nascimento, 17 anos. O adolescente, segundo o periódico, foi assassinado enquanto dormia embaixo de uma marquise, na rua da União, bairro da Boa Vista. Ainda de acordo com “O Grito”, Edinho, como era conhecido, foi atingido na cabeça com um tijolo. No entanto, não podemos afirmar se o Edson da “Carta Aberta” seja o mesmo, tendo em vista que, conforme as informações reunidas na notícia, o crime, embora sendo um crime de extermínio, parece não ter sido cometido por grupo de extermínio.

²³⁵ Crime de extermínio contra a vida de três adolescentes, de 14, 15 e 16 anos, ocorrido em 1993, na comunidade de Pantanal, Fortaleza, por três policiais militares.

²³⁶ CARTA Aberta do Nordeste. **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, out. 1996. P. 02.

Relatório não cite explicitamente os grupos de extermínio, como o faz “o Grito”, as atividades desses aparecem implicitamente. A motivação, segundo Helena e Dudui, teria sido o seu depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o extermínio de crianças e adolescentes no Brasil (nos debruçaremos sobre essa questão na próxima seção).

As entrevistas temáticas concedidas por Helena Janssen e por Maria de Lourdes apresentam informações diferentes no que se refere à idade de José da Silva no momento de sua morte. A primeira indica 21 anos e a segunda 18 anos. Qual das duas idades é a mais aproximada? Para responder a essa questão, precisaremos nos valer dos indícios (GINZBURG, 1989), uma vez que nossas fontes não tratam dessa questão de forma direta. Partiremos tomando como referência a idade de Zé da Silva ao depor na CPI do Extermínio: 17 anos (em 1991). Segundo a idade apresentada por Dudui, ele teria sido exterminado em 1992. Já de acordo com a idade indicada por Helena, o crime teria acontecido em 1995 ou 1996. Mas, conforme um depoimento de José da Silva que apresentamos anteriormente, veiculado no “O Grito”, ele estava vivo em 1994. Assim, a idade apresentada por Maria de Lourdes parece equivocada. Falaremos sobre ela mais à frente. Nas edições do “O Grito dos Meninos e Meninas de Rua”, disponíveis no acervo do LAHIN, não encontramos nenhuma referência ao extermínio de Zé da Silva, excetuando a informação contida da “Carta Aberta à População do Nordeste”, citada anteriormente. Levando em considerações esses indícios, pode afirmar que, provavelmente, José da Silva foi exterminado em 1995 ou 1996.

Também apontamos esse período, uma vez, que, durante o seu depoimento à CPI, o então adolescente, ao responder um questionamento da deputada Regina Gordilho sobre a idade dos seus irmãos, indica que já tinha aniversariado em 1991 (antes de 13 de novembro):

O SR. JOSÉ DA SILVA - Meu irmão mais novo tem 13 anos e vai fazer 14; o outro vai fazer 15; eu fiz 17; minha irmã mais velha vai fazer 19; e minha outra irmã 23 anos; tenho um irmão casado com 24 ou 25 anos, e tenho esse irmão de criação que tem 19 anos vai fazer 20 (COSTA, 1992, p. 284).

Levando em consideração essa informação, ele poderia ter sido exterminado em 1995, quando completou 21 anos, conforme Helena Janssen, ou 1996, quando ainda tinha 21 anos, mas antes de 13 de setembro de 1996, quando seu extermínio é denunciado na “Carta Aberta à População do Nordeste”.

Nos voltemos mais uma vez para a idade de José da Silva no dia de sua morte, que, de acordo com Dudui, era 18 anos. Embora equivocada, se levarmos em consideração a cronologia, essa informação não o é, se levarmos em consideração a prática dos grupos de extermínio no Recife. Em uma “Carta Aberta à População de Pernambuco”, que integrou a

edição extra de outubro de 1997 do jornal “O Grito”, o Movimento denunciava a violência que as crianças e adolescentes em situação de rua eram vítimas. Ao denunciar as mortes, chamava a atenção para o seguinte fato: “Parece que se espera de propósito que vítima complete seus 18 anos”²³⁷. Existia entre os grupos de extermínio a prática de exterminar os meninos e meninas em situação de rua quando eles completavam dezoito anos. Essa prática parece estar atrelada ao fato de, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, a partir dos 18 anos esses não seriam mais adolescentes, mas adultos. Existia uma certa “tolerância” com esses meninos e meninas até os 18 anos (o que muitas vezes não impedia o extermínio). Dudi, assim, ao recordar detalhes sobre o extermínio de José da Silva, poderia ter em mente essa prática dos grupos de extermínio no Recife.

Após acompanharmos detalhes sobre o militante José da Silva, passemos ao depoente José da Silva: analisemos o contexto do (s) seu (s) depoimento (s) e o conteúdo desse (s) depoimento à CPI do Extermínio, em 1991.

4.3. José da Silva: o depoente

Listado no Relatório Final como o depoente de número 112, José da Silva Costa, na época com 17 anos, depôs à Comissão Parlamentar de Inquérito em 13 de novembro de 1991, uma quarta-feira. O depoimento foi realizado na Câmara dos Deputados, Brasília, em uma reunião pública da CPI, que também contou com a participação de outras crianças e adolescentes (não como depoentes), de Maria Elena dos Santos, mãe de uma adolescente assassinado por agentes policiais, e de Sigmar Reichel, da Associação de Apoio ao Menor Carente (Amencar). Nesse mesmo dia, segundo o “Jornal do Commercio” (JC)²³⁸, foi apresentada à CPI a campanha “Diga não à morte. Prioridade pela vida de crianças e adolescentes”: “O secretário executivo do Movimento de Meninos e Meninas de Rua de São Leopoldo (RS)²³⁹, Sigmar Reichel, entregou à presidente da CPI, deputada Rita Camata (PMDB), uma lista com 10 mil assinatura a favor da campanha”²⁴⁰.

Como vimos no parágrafo anterior, a grande imprensa pernambucana noticiou o depoimento prestado pelo então adolescente José. O “JC” noticiou esse depoimento na capa da

²³⁷ CARTA aberta à população de Pernambuco. **O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, out. 1997. Capa.

²³⁸ EX-MENINO de rua do Recife fala sobre extermínio de menores. **Jornal do Commercio**, Recife, 14 nov. 1991. Nacional, p. 11.

²³⁹ O periódico confunde as atividades desenvolvidas pelo presbítero luterano Sigmar Reichel na Amencar com aquelas desenvolvidas pelo MNMMR.

²⁴⁰ Ibidem.

edição 312, que estava nas bancas em 14 de novembro de 1991: “Menino de rua fala na Câmara sobre violência”²⁴¹. Na capa, o “Jornal do Commercio” faz um apanhado de todas as atividades da CPI no dia anterior e destaca o depoimento de Zé da Silva como o “ponto alto”: “O ponto alto da sessão foi o depoimento de um menino de rua do Recife, J.S., de 17 anos, que narrou os percalços de seus 11 anos vivendo na rua”²⁴². É interessante observar que na capa do “JC” José da Silva é nomeado como “menino de rua”, mas na seção “Nacional”, onde o depoimento será tratado de forma mais detalhada, é apresentado como “ex-menino de rua”. Nossa análise nos levou a duas prováveis explicações para essa dupla nomeação. Durante o seu depoimento, como vimos na primeira seção, José da Silva insiste que, embora não esteja mais efetivamente em situação de rua, ele ainda se considerava um menino em situação de rua (esse fato vai ser mencionado pela notícia). A outra possibilidade é o apelo midiático que o fato trataria: um “menino de rua” que conta a sua trajetória.

Na notícia que integrou o caderno “Nacional”, o “Jornal do Commercio” classificou o depoimento de José da Silva como “um depoimento emocionado”²⁴³ e que “marcou, ontem [13/11/1991], o final dos trabalhos²⁴⁴ da CPI do Extermínio de Menores da Câmara dos Deputados”²⁴⁵. Tanto a capa como a notícia, embora façam sinopses das atividades realizadas no dia do depoimento, destacam de forma bastante expressiva o discurso de José: “José da Silva, 17 anos, conseguiu impressionar os parlamentares e crianças que assistiram a sessão quando narrou com realismo os detalhes de sua vida pelas ruas de Recife”²⁴⁶. A notícia também apresenta, com exceção da vivência em casa com a família, a vida de Zé da Silva nas ruas, na Febem e como militante no Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, como vimos na primeira seção e na segunda seção. Sobre a forma como a notícia aborda convivência familiar do adolescente, cabe um comentário: mesmo que essa não ocupe, de fato, um grande espaço do depoimento de José, ele não está ausente, principalmente quando ele narra a sua vida antes de precisar trabalhar nas ruas do Recife; essa escolha do jornalista parece ter o propósito de reforçar o entendimento que as crianças e os adolescentes em situação de rua não têm contato com suas famílias, que, como vimos, não se sustenta; na notícia, além da ausência, isso parece

²⁴¹ MENINO de rua fala na Câmara sobre violência. **Jornal do Commercio**, Recife, 14 nov. 1991. Capa.

²⁴² *Ibidem*.

²⁴³ EX-MENINO de rua do Recife fala sobre extermínio de menores. **Jornal do Commercio**, Recife, 14 nov. 1991. Nacional, p. 11.

²⁴⁴ Essa, ao contrário do que foi noticiado, não foi a última reunião de tomada de depoimentos realizada pela CPI do Extermínio. A CPI ainda realizaria uma reunião em 28/11.

²⁴⁵ EX-MENINO de rua do Recife fala sobre extermínio de menores. **Jornal do Commercio**, Recife, 14 nov. 1991. Nacional, p. 11.

²⁴⁶ *Ibidem*.

se confirmar pela menção da mãe e dos irmãos somente ao apresentar os últimos detalhes, já abordando o adolescente como um militante.

As motivações para a escolha de José da Silva como depoente não são ditas explicitamente no Relatório Final da CPI do Extermínio. Uma leitura atenta do Relatório e do seu depoimento, no entanto, indicam que ele provavelmente foi convidado por ser uma adolescente que esteve em situação de rua e, no momento do depoimento, era um militante pelos direitos das crianças e do adolescente. Assim, sua experiência de vida e sua militância, provavelmente, foram as principais motivações para essa escolha. Mas surgem outras questões: Por que José da Silva? Ele seria o único adolescente brasileiro que esteve em situação de rua e agora era um militante? A sua trajetória de vida era reconhecida como a mais emblemática? São questões que não temos respostas explícitas nas fontes utilizadas para a construção do trabalho, mas, mais uma vez, podemos seguir os diversos indícios (GINZBURG, 1989) presentes nessas mesmas fontes para apresentar respostas à essas questões, uma vez que as consideramos essas respostas essenciais para a compreensão temática do nosso trabalho.

O primeiro indício pode ser encontrado nas entrevistas temáticas realizadas e no jornal “O Grito dos Meninos e Meninas de Rua”. Como vimos, essas e esse são unânimes em relacionar a morte de José da Silva a grupos de extermínio. E mais: no caso das entrevistas de Helena Janssen e Maria de Lourdes, as militantes indicam que José da Silva foi assassinado por denunciar os grupos de extermínio durante a CPI do Extermínio. No entanto, ao analisarmos o seu o seu depoimento à CPI do Extermínio, percebemos que essa denúncia não parece ter sido tão incisiva: não houve menção a grupos de extermínio ou esquadrões da morte nesse depoimento. Isso não significa que as informações trazidas pelo adolescente não denunciaram determinados segmentos da sociedade recifense e pernambucana. E ainda: podemos afirmar que, embora não citando diretamente os principais executores dos crimes de extermínio, Zé da Silva, ainda que indiretamente, demonstrou que conhecia as suas práticas e denunciou o extermínio. Surge, assim, uma outra questão: Essa informação, exterminado por grupo de extermínio por denunciar as atividades desses, seria uma “memória coletiva” da comissão pernambucana do Movimento sem apoio na realidade? Como demonstraremos nas linhas seguintes, não.

Antes de tudo é importante mencionar que o fato de José da Silva ter sido exterminado ou não por grupos de extermínio, obviamente, não foi a motivação para o convite para o depoimento. Nesse sentido, o extermínio do jovem, que já não era adolescente quando foi exterminado, está relacionado com o seu depoimento e não o contrário: os deputados presentes

na CPI não eram capazes de prever o futuro. Essa informação, contudo, é de grande relevância para a nossa dissertação. Por isso precisamos encontrar e apresentar a relação entre o depoimento e o seu posterior extermínio. Não podemos, contudo, assumir a perspectiva casuística e nem a teleológica. Essas perspectivas, embora tentadoras, pois oferecem uma explicação expressa, não podem orientar as discussões de um trabalho historiográfico que se propõe a analisar parte da complexa trajetória de vida de um ator social. Falamos em “parte”, porque, como lembra o sociólogo francês Pierre Bourdieu (2006), a tarefa de historiar todos os acontecimentos de uma “trajetória de vida” é uma “ilusão”: a “ilusão biográfica”. Ainda segundo o sociólogo, a própria ideia de uma “história de vida” com acontecimentos que integram uma unidade que, por sua vez, leva a um fim, é problemática:

Falar de história de vida é pelo menos pressupor - e isso não é pouco - que a vida é uma história e que, como no título de Maupassant, *Uma vida*, uma vida é inseparavelmente o conjunto dos acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato dessa história (p. 183).

E ainda:

Isto é aceitar tacitamente a filosofia da história no sentido de sucessão de acontecimentos históricos, *Geschichte*, que está implícita numa filosofia da história no sentido de relato histórico, *Historie*, em suma, numa teoria do relato, relato de historiador ou romancista, indiscerníveis sob esse aspecto, notadamente biografia ou autobiografia (p. 183-184).

Assim, para o sociólogo francês, devemos abandonar todas as perspectivas de um destino-manifesto ou de um contexto que leve sempre para um lugar, como se o fim fosse do conhecimento desde o começo ou como se toda a vida fosse orientada para esse fim sem nenhum desvio. O próprio José da Silva, ao iniciar o seu depoimento, indica que irá expor apenas alguns aspectos da sua vivência até aquele momento, uma vez que seria impossível dar conta de tudo: “Meu nome é José da Silva, faço parte do Movimento de Meninos e Meninos de Rua e estou aqui para contar um pouco da minha vida - não é nem toda, porque não vai dar! - do que passei nas ruas” (COSTA, 1992, p. 282). Feita essas considerações, prossigamos.

Em sua entrevista, Helena Janssen (2022) não menciona o depoimento de José da Silva à CPI realizado na Câmara dos Deputados. Isso não significa que a militante desconheça o depoimento à Comissão, mas que, por algum motivo, não o tenha declarado durante a sua entrevista ou não o tenha recordado. A ideia de que Janssen desconheça o discurso de José da Silva na Comissão Parlamentar de Inquérito não se sustenta ainda pelo seguinte argumento: Helena, assim como a comissão pernambucana do Movimento, esteve envolvida nos preparativos que antecederam a vinda da CPI a Pernambuco e nas diligências realizadas pela Comissão no estado, como já apontamos no capítulo anterior. Ela, inclusive, foi uma das

depoentes na sessão pública realizada no Centro de Convenções de Pernambuco (BRASIL, 1992). Sobre o depoimento, Helena indica que o adolescente foi ouvido pela Comissão no Centro de Convenções durante as diligências realizadas pela CPI em Pernambuco, em setembro de 1991. Mas não apenas José: uma educadora social do Movimento também prestou depoimento à CPI no mesmo dia. Ainda segundo Janssen, esses depoimentos não foram públicos: os parlamentares, o adolescente e a educadora se dirigiram a um local específico, que não era exatamente onde estava sendo realizada a reunião da Comissão, uma vez que esse espaço já estava bastante visado. A militante, inclusive, declara que não soube os assuntos que forma tratados nesse encontro privado:

[...] Uma educadora e um adolescente resolveram depor [...]. Fizeram o depoimento, contaram fatos que eu não sei o que era, por que nós acompanhávamos, mas eles entravam na sala com o pessoal [da CPI]. [...] Eles fizeram esse depoimento com muito cuidado; fizeram num outro lugar, que não era no próprio Centro de Convenções, porque o Centro de Convenções todo mundo já estava sabendo. Então eles foram para um outro lugar e fizeram o depoimento [...]. [...] Ele [José da Silva] sabia muita coisa, muita coisa [...] (JANSSEN, 2022).

A militante Maria de Lourdes do Nascimento, como vimos na seção anterior, ainda que não indique explicitamente as circunstâncias do depoimento, também recorda um depoimento do então adolescente à CPI. No entanto, ao comparamos o depoimento de José da Silva à CPI com alguns aspectos recordados por Dudui, podemos perceber que ela está se referindo ao mesmo tempo ao depoimento apontado por Helena Janssen e ao depoimento registrado no Relatório Final da Comissão, mas sustenta que, muito provavelmente, Zé da Silva foi exterminado por depor na CPI:

E ele também depôs na CPI [do Extermínio], e falou da questão [do extermínio?], porque ele morava em uma favela que a coisa era braba, além da visão que ele tinha de mundo, que ele vivia na rua. Ele fez o depoimento [...]. Eu, pessoalmente, não tenho essa certeza, porque tinha várias linhas de investigação, mas tudo indica que ele foi assassinado porque depôs na CPI (NASCIMENTO, 2022).

Maria de Lourdes, em sua entrevista, menciona um depoimento de uma educadora social, mas não aponta nenhum tipo de relação direta desse depoimento com as atividades da Comissão: “Nós tivemos [uma] educadora que também depôs aqui na área de Peixinhos, porque também era muita morte, muito assassinato. Mas nós não podíamos nos identificar, algumas pessoas [exterminadores? Depoentes?] nós conhecíamos” (Ibidem). Embora a entrevistada não o relacione diretamente à CPI²⁴⁷, a menção desse acontecimento não deixa de ser interessante:

²⁴⁷ Até este momento da entrevista não havíamos mencionado a Comissão Parlamentar de Inquérito. No entanto, a militante, conforme os procedimentos éticos e metodológicos adotados, foi informada sobre a temática da entrevista, o que pode ter influenciado o trecho destacado, ou ele, de fato, não guarda nenhuma relação com a CPI.

mais à frente veremos que parte dos parlamentares que integravam a CPI do Extermínio visitaram o bairro de Peixinhos.

Esse tipo de encontro privado, ainda que não fosse registrado no Relatório Final, não era uma atividade desconhecida da Comissão Parlamentar de Inquérito. É o que indica a deputada Regina Gordilho, ao sugerir uma “sessão secreta” com José da Silva para que esse pudesse contribuir com mais detalhes sobre as violências praticadas pela Polícia Civil de Pernambuco e pela Polícia Militar de Pernambuco contra as crianças e os adolescentes:

A SRA. DEPUTADA REGINA GORDILHO - Se a Presidente e a Relatora acharem necessário, gostaria de fazer algumas perguntas, mas acho que deveria ser em uma sessão secreta, para contribuir com dados preciosos para o relatório final, pois quanto mais a CPI conseguir definir os atos praticados contra as crianças será de maior importância, para não ficar uma coisa aleatória ou evasiva. Precisamos concretamente saber dos detalhes para poder denunciar e para os fatos serem apurados (GORDILHO, 1992, p. 285).

Outro exemplo desses encontros “secretos” pode ser identificado na edição de 20 de setembro de 1991 do “Jornal do Commercio”²⁴⁸, que noticiou a diligência realizada pela CPI do Extermínio em Pernambuco. O “JC”, na referida notícia, registra que, conforme declaração da relatora da CPI, deputada Fátima Pelaes (PFL), um encontro com um depoente, que o jornal denomina de “informante secreto”, possibilitou aos parlamentares a informação de que “existem 30 grupos de extermínio de crianças no Estado”²⁴⁹. O jornal prossegue: “Eles conhecem, inclusive, o nome de 20 componentes desses esquadrões”²⁵⁰. E conclui: “Segundo a deputada, a denúncia sobre os exterminadores foi dada por informante secreto, que será ouvido em audiência privada pelos membros da Comissão”²⁵¹. Não podemos afirmar que esse “informante secreto” seja José da Silva, que segundo Helena Janssen (2022) “sabia muita coisa”, mas reafirmamos que o expediente de realizar sessões secretas era uma prática da Comissão Parlamentar de Inquérito. Assim, as memórias de Helena Janssen e de Maria de Lourdes têm amparo nos procedimentos realizados durante os trabalhos da CPI.

Ainda sobre essa questão, gostaríamos de apresentar outro fato que consideramos importante. Em uma reunião realizada pela Comissão, muito provavelmente no Palácio do Campo das Princesas, sede do governo de Pernambuco, em 20 de setembro de 1991, a mesma relatora, ao questionar o então secretário de segurança pública de Pernambuco, Tito Aureliano,

²⁴⁸ CPI já tem nome de exterminadores. **Jornal do Commercio**, Recife, 20 set. 1991. Cidades, p. 01.

²⁴⁹ Ibidem.

²⁵⁰ Ibidem.

²⁵¹ Ibidem.

indica que, no dia anterior, os parlamentares, ao visitarem alguns bairros, ficaram sabendo da existência de um “justiceiro” no bairro de Peixinhos, em Olinda:

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA PELAES - Pedimos o empenho pessoal de V. S.^a: o que temos percebido durante os trabalhos desta CPI é que a impunidade realmente é que tem feito com que a violência contra a criança e o adolescente fosse crescendo a cada dia. Ontem a nossa CPI dividiu-se, uma diligência foi a alguns bairros e tivemos notícias de que no local chamado Peixinhos, no Bairro de Olinda²⁵², existe ação de justiceiros. Inclusive um justiceiro muito conhecido foi preso em junho deste ano e em seu depoimento na delegacia acusou várias policiais. Alguns desses policiais foram presos? (PELAES, 1992, p. 201).

A parlamentar apenas apresenta a informação e não indica quais seriam suas fontes, o que mais uma vez reforça que algumas pessoas testemunharam de forma privada ou não oficial à CPI. Como vimos, em suas memórias, Dudui não deixa de destacar a violência (“ele morava em uma favela que a coisa era braba”) no bairro de Cajueiro (vizinho de Peixinhos), onde José da Silva morava, aspecto que não é abordado pelo então adolescente no depoimento disponível no Relatório Final. Ainda é importante mencionar que, conforme levantamento feito pelo historiador Heliwelton Clemente (2021), o bairro olindense de Peixinhos estava localizado muito próximo de bairros recifenses que eram sedes dos núcleos de base do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, como Peixinhos, Campina do Barreto e Campo Grande (ver Apêndice III). Essas localidades, assim, contavam com grande atuação dos educadores sociais do Movimento e das crianças e dos adolescentes. Também é importante registrar que, como já tinha percebido a historiadora Luisa Cardoso (2020b), os debates sobre a impunidade para com aqueles acusados de assassinatos na lógica do extermínio, será um dos principais temas discutidos durante os trabalhos da CPI.

Em diversos momentos, os depoimentos reunidos no Relatório Final da CPI indicam que o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua foi o responsável pela presença de José da Silva na Câmara dos Deputados, seja do ponto de vista político, seja do ponto de vista logístico. De acordo com a deputada Fátima Pelaes: “Gostaríamos de agradecer ao Movimento, que não mediu esforços para que hoje você estivesse nesta Comissão. Achamos realmente de grande importância o depoimento de quem vive a situação” (PELAES, 1992, p. 283). Registramos que essa reunião da CPI, ainda que não fosse a última, foi marcada por forte simbolismo: divulgação de campanha contra o extermínio de meninos e meninas e depoimento e presença de crianças e adolescentes. Esse fato e a declaração da Parlamentar são indícios que nos levam a perceber que o convite feito ao adolescente não foi feito de forma aleatória, mas

²⁵² A deputa acredita que Olinda é um bairro do Recife. Ou ainda pudesse estar se referindo ao bairro homônimo localizado no Recife e que faz limite com o bairro olindense.

de forma planejada e em um contexto específico. Esse contexto, muito provavelmente, foi a diligência realizada pela CPI em Pernambuco. A trajetória de José da Silva não era de todo desconhecida dos parlamentares, que provavelmente o encontraram, de forma privada ou até informal, durante os trabalhos da CPI em Pernambuco. Acreditamos que, após esse provável encontro, os deputados federais, a partir de articulação com a comissão pernambucana do MNMMR, tenham preparado uma sessão importante para que o adolescente pudesse depor. Apresentada as prováveis motivações para a escolha de José da Silva como depoente, avancemos.

Nos voltemos mais uma vez para a entrevista de Helena e de Dudui. As militantes recordam que José da Silva, em um período após depoimento prestado à CPI (mesmo que não saibamos precisar as circunstâncias), passa a ser ameaçado morte. Ainda de acordo com Helena Janssen, sempre que questionado sobre o fato de ter realizado o depoimento à Comissão Parlamentar, negava. Com certeza ele não estava negando o depoimento feito à Comissão na Câmara dos Deputados, em 13/11/1991, uma vez que esse foi tornado público e repercutiu na imprensa.

Ainda que não tenha denunciado diretamente os grupos de extermínio e o esquadrão da morte, o depoimento público de José da Silva foi bastante enfático ao denunciar as variadas violências, cometidas por agentes policiais e mesmo por civis, e as múltiplas desigualdades socioeconômicas que os meninos e as meninas em situação de rua estavam expostos no Recife. Sobre esse aspecto de denúncia no seu depoimento, em alguns momentos, a recusa de responder algum questionamento relativo à ação truculenta de policiais, por exemplo, foi um momento de denúncia. Vejamos uma resposta de José da Silva:

O SR. JOSÉ DA SILVA - O que eu tenho a dizer é que tanto policiais civis quanto militares, uns e outros, é tudo farinha do mesmo saco, fazem a mesma coisa. Não tenho nenhum fato para dizer, por que quem segura a minha vida? Quem é que vai assegurar que quando eu chegar lá não vou ser ameaçado e não vou ser punido dentro de um carro branco, sem placa, como se vê, e se amanhã ou depois vou amanhecer com a boca cheia de formigas? É por isso que me recuso a responder essas perguntas. Porque ninguém responde pela minha pessoa (COSTA, 1992, p. 286).

Mesmo recusando-se a responder a indagação feita pelo deputado pernambucano Salatiel Carvalho (PTR)²⁵³ sobre a atuação das polícias civil e militar, José da Silva acaba apresentando seu temor em ser “ameaçado” e ser “punido dentro de um carro branco” (sequestro, morte e/ou tortura) e ser “encontrado com a boca cheia de formas” (expressão que indica assassinato). José da Silva apresenta, assim, como vimos no segundo capítulo, a “necro-

²⁵³ Partido Trabalhista Renovador, extinto em 1993.

operação” dos grupos de extermínio: ameaça, sequestro, tortura e assassinato violento. Embora se recuse a apresentar casos específicos, “nenhum fato para dizer”, o adolescente demonstra com a sua resposta que conhecia sim casos e já estava familiarizado com o *modus operandi* dos grupos de extermínio. Essa parece ter sido a mesma conclusão do deputado Salatiel Carvalho:

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Se você se recusa a responder essa pergunta, certamente você se recusa com medo - como você está falando de ser uma vítima amanhã dos próprios policiais militares ou civis. Sem fazer essa denúncia, você tem conhecimento de alguém que falou, que denunciou, depois foi vítima desses policiais e amanheceu, como você disse, com a boca cheia de formiga (CARVALHO, 1992, p. 286).

A preocupação de José da Silva com a integridade de sua vida não era uma preocupação desnecessária, exagerada ou sem apoio na realidade: “A gente não pode abrir a boca diante de um microfone e dizer quem são essas pessoas [que violentavam os meninos e meninas], porque ninguém garante a vida da gente, ninguém segura a vida da gente” (COSTA, 1992, p. 282). Muito embora, ainda que de forma indireta, como veremos, Zé da Silva disse. O assassinato de depoentes da CPI não foi um fato isolado durante trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito. É o que afirmou a deputada Benedita da Silva (PT) ao contextualizar sua pergunta ao adolescente: “Na verdade, outras pessoas que o fizeram já tiveram a sua vida ceifada. Tivemos testemunhos nesta CPI e nomes que foram citados aqui e foram exterminados” (SILVA, 1992, p. 284). O tom resguardado do depoimento de José da Silva também será pontuado pela parlamentar fluminense:

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Você, como ninguém mais, sabe perfeitamente das dificuldades e também de todo o temor que não é só seu, mas de todos aqueles que estão depondo contra aquelas pessoas que consideramos poderosas – poderosas porque elas têm armas e matam; poderosas porque elas são encobertas nos seus atos; poderosas porque elas têm nas mãos todo o poder para uma política de proteção à criança e ao adolescente e, no entanto, não o fazem... então, eu sei desse temor, compreendo esse temor, e é exatamente isso que me chama a atenção, que é o fato do cuidado do seu depoimento (Ibidem).

Ainda que marcado por esse “cuidado”, como definiu a deputada, o depoimento de José da Silva, como temos visto e reafirmado durante esse capítulo, foi um depoimento fortemente marcado por denúncias. Some-se a isso o fato de sua presença na Comissão ter sido simbólica e em uma seção especial, conforme também já vimos. Tudo isso atraiu ainda mais as atenções para o adolescente e para a sua trajetória. A nossa análise documental, discursiva e indiciária nos levou para a seguinte conclusão: a provável colaboração privada/informal com a Comissão, juntamente com o seu depoimento público prestado à mesma comissão, são prováveis indícios que, de fato, José da Silva foi assassinado por grupos de extermínio (conforme as entrevistas de João Batista Júnior, Maria de Lourdes do Nascimento e de Helena Janssen e a “Carta Aberta”

vinculada no jornal “O Grito dos Meninos e Meninas de Rua”) ao denunciar as práticas desses grupos durante os trabalhos da CPI do Extermínio (de acordo com as entrevistas de Helena e de Dudui).

Ainda que levemos em consideração o fato da relativa distância temporal entre o assassinato e o depoimento na Comissão (de acordo com Helena Janssen, José da Silva foi exterminado com 21 anos, portanto três anos após o seu depoimento na CPI), e as outras atividades que continuaram sendo desenvolvidas pelo adolescente (depois pelo jovem) em seu núcleo de base, o “Vamos à Luta para Vencer”, na comissão estadual do Movimento, em outros estados e em outros países, como recordou Dudui, acreditamos que o seu depoimento foi um dos principais acontecimentos da sua trajetória enquanto “adolescente militante” (ESPIRÍTO SANTO JÚNIOR, 2022), além de ter sido um dos principais elementos para a construção e reconhecimento da sua imagem como um militante. Podemos assim afirmar que o conteúdo do seu depoimento está relacionado com o seu extermínio pelos grupos de extermínio. A publicidade do discurso do adolescente na Câmara dos Deputados, em nossa opinião, é um fato de grande relevância: a educadora mencionada por Helena Janssen e aquela mencionada por Maria de Lourdes, por exemplo, não foram assassinadas e nem ameaçadas.

Analisemos outros aspectos do depoimento de José da Silva. O adolescente estrutura o seu depoimento a partir do que chamaremos de “eixos discursivos”: casa, rua/Cidade/centro da Cidade, Febem e Movimento. Essa operação pode ser observada já no início do seu depoimento à CPI do Extermínio:

O SR. JOSÉ DA SILVA - Depois de já ter me acostumado [com a rua], ter caído na Febem e fugido, conheci o Movimento de Meninas e Meninos de Rua. Então, este Movimento foi que me ensinou o outro lado da vida. Realmente eu não sabia mais o que fazer. Para mim, minha vida era só na rua mesmo (COSTA, 1992, p. 282).

No seu depoimento, o então adolescente trabalha com as várias experiências que foram possibilitadas por esses três “eixos”: ele mescla essas experiências durante o seu discurso, muitas vezes trazendo referências sobre um “eixo” quando está falando sobre outro. E isso é importante para a nossa análise: ao utilizarmos o termo “eixos” não estamos falando de fases cronologicamente definidas e restritas a um determinado cenário, mas de um conjunto de experiências que foram possibilitados por espaços físicos, políticos, familiares e institucionais e que estão em conexão entre si. Essa conexão poderia ser de oposição ou de complementação. A conexão entre esses “eixos” e a relação de oposição-complementação podem ser observadas no trecho seguinte: “Quando entrei no Movimento, com educadores me apoiando, lá eu me sentia seguro realmente, porque na cidade a gente dormia, mas era a mesma coisa de no outro

dia ser um cadáver. A gente dormia na calçada sem segurança, sem nada” (Ibidem). No trecho em questão, o adolescente opera com as experiências possibilitadas pelos “eixos” cidade e Movimento e com a oposição entre esses.

Essa interação entre o que denominamos de “eixos” presentes na estrutura discursiva utilizada por José da Silva na Comissão, pode ser compreendida também a partir do conceito de “circulação”, elaborado pela antropóloga Maria Filomena Gregori (2000): “[os meninos e meninas em situação de rua] estão sempre circulando por locais variados no espaço público, pelas instituições, nas idas e vindas entre suas casas e as ruas” (p. 19). E ainda: “a movimentação é constante” (Ibidem). Outro conceito elaborado pela mesma antropóloga também é de grande importância para a nossa análise: “viração”. A “circulação” integra a “viração”: “circulando entre os vários organismos, se virando, ele sobrevive e se protege” (p. 22). Assim Gregori define a “viração”: “experiência de um conhecimento sobre a realidade prática e cotidiana, podendo driblar e manipular condutas socialmente aceitas” (p. 48). A “viração”, assim, seria um saber-experiência-prática que é construído a partir das múltiplas experiências possibilitadas pelos “eixos”. Essa operação, ainda segundo a antropóloga, dá aos meninos e meninas em situação de rua “ganho imediato (proteção, alimentação, carinho)” (p. 48). Mas a “viração” também seria uma forma de interação: “Não é puro meio, um instrumento em vista de autopreservação, mas é também um elemento de troca interativa” (p. 30).

O conceito de “viração” de Gregori se aproxima do conceito de “tática”, desenvolvido pelo filósofo francês Michel de Certeau (2014), que já apresentamos na Introdução. Esse “saber” advindo da experiência também será utilizado por José da Silva. Ao responder uma indagação da deputada Célia Mendes sobre o que significaria a expressão “sobrevivem os mais fortes” utilizada ao se referir aos seus primeiros anos nas ruas, o adolescente declara:

O SR. JOSÉ DA SILVA - Sabe por que vive o mais forte? Porque a gente, na rua, tem que saber cascatear. A gente tem que saber sair das paradas, a gente tem que saber se defender. Está entendendo? [...] Então, a gente já mete um sete um, a gente já inventa mil desculpas para podermos sair daquele lance. Então, a gente consegue sair (COSTA, 1992, p. 283).

Saber “cascatear”, meter um “sete um” e “inventa [r] mil desculpas” são as palavras utilizadas pelo adolescente para caracterizar a “viração” e as suas “táticas” para seguir no complexo cenário no qual estava inserido.

José da Silva, no seu depoimento à CPI do Extermínio, foi percebido como uma voz autorizada para falar em nome das crianças e dos adolescentes em situação de rua: ele falou em nome de uma coletividade. Esse movimento também foi percebido por Gregori (2000) ao

analisar a autobiografia²⁵⁴ do então adolescente em situação de rua Paulo Collen: “Apesar da perspectiva da vivência singular e pessoal, com esse livro Collen foi tomado como porta-voz de uma vida desconhecida pelo grande público” (Ibidem, p. 44). No caso específico de José, essa percepção pode ser captada a partir da elaboração discursiva dos deputados e deputadas sobre José da Silva e sua trajetória. Ao iniciar a sua fala, a relatora da Comissão, deputada Fátima Pelaes, será a primeira a reforçar esse entendimento:

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA PELAES - Sra. presidente, Sras. e Srs. Deputados, Senhoras e Senhores, Sr. depoente José da Silva, que aqui representa os meninos e as meninas de rua: esta CPI tem sido incansável no sentido de verificar a situação em que se encontram as nossas crianças no nosso País e, principalmente, a violência que vem sendo praticada contra elas (PELAES, 1992, p. 283).

Mas, além de representar as crianças e adolescentes em situação de rua, o depoimento de José da Silva indica que ele representava as crianças e adolescentes que militavam no Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Os termos empregados pelo então adolescente no seu discurso caracterizam bem essa visão de mundo e ação política fomentada a partir do Movimento. São frequentes as referências às ideias de organização política, da situação do trabalhador no período e da interação com o que José da Silva denomina de “classes altas”. Como vimos nos capítulos anteriores, essas questões eram correntes no jornal “O Grito dos Meninos e Meninas de Rua”. Maria Filomena Gregori (2000) também percebeu essa operação discursiva ao analisar a já mencionada autobiografia de Paulo Collen: cria “uma imagem de si mesmo que combine com a figura de menino de rua de um mundo que não é o seu, empregando conteúdo da retórica política de defesa dos menores” (p. 45). No caso de José da Silva, diferentemente de Paulo Collen, o então adolescente pernambucano participava, de fato, de uma organização política com construção de saberes e práticas discursivas próprias.

Vejamos alguns exemplos dessas práticas. Ao responder à seguinte pergunta da deputada Regina Gordilho sobre a sua decisão de não usar drogas e não cometer mais roubos ou furtos, o adolescente opera com essas questões:

A SR. DEPUTADA REGINA GORDILHO - [...] José, como e em que momento você viu que roubar, cheirar, não era uma boa coisa? Por que você sentiu isso? Quero que você diga espontaneamente. Como é que um dia você tinha cheirado cola ou tinha roubado e chegou à conclusão de que isso não traz felicidade e que você não iria chegar e lugar algum assim? Por que você sozinho percebeu isso? (GORDILHO, 1992, p. 285).

O SR. JOSÉ DA SILVA - Eu, sozinho assim, não percebi isso. Teve alguém que me disse essa coisa aí, alguém que me explicou em detalhes essa situação em que vivia. Como eu coloquei aqui, foi quando comecei a entrar no Movimento dos Meninos de Rua, eu fui entendendo essa coisa toda, fui entendendo que as pessoas que perdiam

²⁵⁴ COLLEN, Paulo. **Mais que a realidade**. São Paulo: Cortez, 1987.

relógio, que perdiam cordão eram exploradas igual a mim. Está entendendo? Fui entendendo, assim, pela parte do companheirismo, fui entendendo que realmente não adiantava a gente roubar, o porquê o fruto daquele roubo nunca iria enriquecer a gente. Sempre quando a gente rouba, vinham os [meninos e meninas em situação de rua] maiores e tomavam, está entendendo? É mais importante a gente ter uma coisa mais forte, que é a nossa organização. Vi uma coisa mais forte do que roubar, do que cheirar cola; se organizar e lutar por uma vida melhor, por um direito que assiste a gente (COSTA, 1992, p. 285).

José da Silva reconhece em seu discurso a importância da “organização” política, que considera a “coisa mais forte” que possuía. Ainda ressalta que o processo que resultou na sua decisão de não usar mais a cola e de não cometer mais furtos ou roubos não foi um processo individual e solitário, mas foi uma construção coletiva possibilitada pela ativa participação do adolescente no Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, ao contrário do que sugeriu a deputada fluminense. Também é importante destacar a solidariedade social, “companheirismo”, e a percepção da “exploração”, ambas resultado da participação de José da Silva no MNMMR.

Ao narrar acontecimentos da sua trajetória, o adolescente se reconhece como filho da classe trabalhadora: “Quando eu tava na cidade eu pensava que era mais uma guerra, que sobrevivia o mais forte. Mas não é isso, porque somos humanos, somos filhos da classe trabalhadora” (Ibidem, p. 282); ainda ressalta a solidariedade entre as crianças e adolescentes e os trabalhadores: “Realmente a polícia em vez de proteger, fica contra os meninos e também contra os trabalhadores” (Ibidem). Esses temas, como já ressaltamos, estão em sintonia com os discursos produzidos pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua no “O Grito”. Esse fato, assim, é indicador que o discurso de José da Silva foi construído a partir das práticas e vivências do movimento social.

Nesse capítulo apresentamos José da Silva, então adolescente com 17 anos, menino em situação de rua que, ao começar a participar das atividades promovidas pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, é convidado a depor na CPI do Extermínio. Alguns anos depois, por sua militância no Movimento e pelo teor das denúncias que fez durante os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, Zé da Silva, segundo fontes ligadas ao Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, foi assassinado por agentes de grupos de extermínio. Ainda que tenha sido assassinado, José da Silva, personagem que está presente neste trabalho desde o primeiro capítulo, não se torna figura interessante apenas por isso, mas para além disso: a suas atividades antes, durante e depois do seu depoimento à Comissão são de grande importância para compreendermos como as crianças e os adolescentes participavam das atividades do Movimento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A história é filha de seu tempo”

(Lucien Febvre)

Em julho de 2021, a Rede de Observatório de Segurança torna público o relatório “A vida resiste: além dos dados de violência”. A seção “Pernambuco: onde os mais jovens não têm vez”, de autoria de Dália Celeste e Edna Jatobá, ambas do Gabinete Assessoria Jurídica às Organizações Populares, indicava que Pernambuco, entre os estados pesquisados (Bahia, Ceará, Maranhão, Piauí, Rio de Janeiro e São Paulo), foi o que registrou o maior número de casos de homicídios de pessoa de até 18 anos por 100 mil habitantes, entre junho de 2019 e maio de 2021: “Assim, analisando as taxas por 100 mil habitantes, vemos que Pernambuco registrou uma taxa de 3,1 casos, enquanto São Paulo registrou 0,8 caso e, o Rio de Janeiro, 1,8 por 100 mil habitantes” (CELESTE & JATOBÁ, 2021, p. 24). Vale ressaltar que, como nos lembra Celeste e Jatobá, “São Paulo possui uma população quase cinco vezes maior, enquanto o Rio de Janeiro possui quase duas vezes a população de Pernambuco” (Ibidem).

No mês de outubro do mesmo ano, a mesma Rede de Observatórios de Segurança torna público o relatório “Infância interrompida: números da violência contra a criança”. A publicação, a partir dos dados reunidos pela equipe de pesquisadores responsáveis por sua elaboração, indica que Pernambuco, quando levamos em consideração o número de homicídios, dos estados pesquisados (Bahia, Ceará, Maranhão, Piauí, Rio de Janeiro e São Paulo) é o que reúne o maior número de casos: “Pernambuco é o estado mais perigoso para a vida dos jovens, com 165 registros de homicídio, o equivalente a um terço do total de 507 casos de morte violenta de crianças e adolescentes” (REDE DE OBSERVATÓRIOS DE SEGURANÇA, 2021, p. 04).

Já os dados reunidos pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, publicados em outubro de 2021 no “Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil”, trazem resultados semelhantes. A partir dos dados disponibilizados pelas autoridades policiais e de segurança pública de todos os estados do Brasil, o Panorama identificou que, entre os anos de 2016 e 2020, ocorreram no País “34.918 mortes violentas intencionais de crianças e adolescentes” (p. 05). Essas mortes, ainda segundo o Panorama, compreendem uma média de 6.970 mortes por ano. O estado de Pernambuco, conforme apurado pelo Unicef e pelo Fórum, é um dos mais violentos para as crianças e adolescentes em todo o Brasil, lista que é encabeçada por estados da Região Norte e

Nordeste. Os dados reunidos indicam que, em 2020, Pernambuco foi o terceiro estado brasileiro com o maior percentual de crianças, adolescentes e jovens (18 anos) assassinados por 100 mil habitantes (36,6), antecedido apenas pelo Ceará (46) e pelo Acre (38,41) e sucedido por Roraima (36,13), Sergipe (35,78) e pelo Rio Grande do Norte (34,65) (UNICEF & FBSP, 2021, p. 22). Mesmo com uma redução significativa se comparamos com o ano de 2017 (61,18) (Ibidem, p. 23), o “Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes” registra o cenário de violência letal intencional que as crianças e adolescentes estão expostas em Pernambuco.

Victor Kawan, 17 anos, foi assassinado por disparos de arma de fogo feitos por agentes policiais durante uma abordagem realizada no bairro recifense de Sítio dos Pintos, em dezembro de 2021. Em março de 2022, Heloysa Gabrielly, 06 anos, foi atingida por disparos de arma de fogo durante uma operação policial na praia de Porto de Galinhas, município de Ipojuca, na Região Metropolitana do Recife. A menina brincava em sua casa quando foi atingida. No bairro recifense do Jequiá, em 18 de abril de 2022, um adolescente de 14 anos, de identidade desconhecida, foi assassinado com disparos de arma de fogo feitos por um grupo de desconhecidos. Em 21 de junho de 2022, no bairro do Totó, Recife, três adolescentes, de 13, 15 e 17 anos, foram assassinados enquanto frequentavam uma barbearia. A polícia acredita que esses três assassinatos estejam relacionados ao tráfico de drogas. No dia 05 de outubro de 2022, novamente no bairro de Sítio dos Pintos, o adolescente Vinicius, 13 anos, foi assassinado com disparos de armas de fogo. Essas crianças e adolescentes são apenas alguns tristes exemplos da violência letal contra os meninos e meninas em Pernambuco e mais especificamente no Recife.

A pesquisa para a escrita dessa dissertação, como já apontamos na Introdução, teve por objetivo historicizar as mobilizações do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua contra o extermínio de crianças e adolescentes em situação de rua. Mas vai além. Esse trabalho buscou cumprir uma urgência do presente contra o “presentismo”, como definiu o historiador François Hartog (2015). Para o historiador, a partir da crise financeira mundial de 2008, estamos vivendo uma ““crise” do tempo” (p. 09, grifo do autor): “um mundo em que reinando absoluto, o presente se impõe como o único horizonte” (Ibidem). É o “immediatismo do tempo dos mercados” (p. 10). Para Hartog, assim, o “presentismo” é a “incapacidade coletiva de escapar do ganho imediato” (p. 11); é o “presente único: o da tirania do instante e da estagnação de um presente perpétuo” (Ibidem). É a “extrema dificuldade para enxergar além” (p. 10). O presente nos apresenta um grande leque de questões que muitas vezes nos assombram e nos imobilizam politicamente e cientificamente. Esse nosso assombro e essa nossa imobilização limitam a nossa

capacidade reflexiva e a nossa compreensão da forma como essas questões do presente nos foram postas. Elas não surgiram do nada, mas são frutos de um processo histórico com múltiplos desdobramentos. Só conseguimos ver e entender o processo histórico se eliminarmos as práticas “presentistas”.

Embora Hartot seja um dos críticos da História do Tempo Presente (ROUSSO, 2009; 2016), o utilizamos na perspectiva do também historiador francês Henry Housso (2016) ao defender essa temporalidade do trabalho historiográfico, marcando as diferenças entre “tempo presente e presentismo” (ROUSSO, 2016):

Por exemplo, nós travamos um debate com o historiador François Hartog, quando este publicou seu livro sobre os regimes de historicidade, especificamente sobre o presentismo. Nos acusou, mas de modo gentil, ao afirmar que o que fazem os historiadores do Tempo Presente é o equivalente a presentismo, pois não veriam outra forma de compreender o passado senão a partir do presente. Mas não é nada disso. Ao contrário, nós somos uma forma de reação ao presentismo. O que afirmamos é que não somente a História deve ser levada em conta na análise do mundo. (...) Não sei se conseguimos, mas o objetivo é ser capaz de produzir a História do nosso próprio tempo, tentando obter uma reflexão que permita um recuo relativo (ROUSSO, 2009, p. 209).

E qual a questão do presente nos é urgente? O elevado número de crianças e adolescentes vítimas de violência letal, conforme os dados e os casos apresentados no início destas considerações finais. Essa questão se coloca como a principal questão do presente que orienta a nossa escrita. E ela tornar-se mais urgente quando temos a oportunidade de trocar experiências com os atores que atuam no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGD), especialmente os conselheiros tutelares e de direitos presentes nas atividades organizadas pela Escola de Conselhos de Pernambuco (ECEPE). Surgida em 2008 e ligada à Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Cidadania (PROExC) da UFRPE, a ECEPE contribui com a formação continuada dos conselheiros tutelares e conselheiros de direitos de todas as regiões de Pernambuco.

Essa questão também nos foi apresentada como urgente durante a realização das “entrevistas temáticas”. A militante Maria de Lourdes da Silva Nascimento (2022), a Dudui, pontuou em diversos momentos durante a entrevista que o extermínio de meninos e meninas não havia acabado, mas que tinha assumido novas formas: “Era e é [grave]. Porque hoje nós temos [extermínio], mas de uma forma camuflada: naquele período era muito evidente, era muito contundente” (Ibidem). Já em sua entrevista, João Batista do Espírito Santo Júnior chamou a atenção para a importância da instituição e conservação do Programa de Proteção a Crianças e Adolescente Ameaçados de Morte, conhecido pela sigla PPCAAM. Mais

especificamente: o papel e a importância das mobilizações do MNMMR contra o extermínio na instituição do PPCAAM:

Talvez possa até fazer um cruzamento, irmão. Indicaria isso na pesquisa: nesse período é que se avança o debate sobre o adolescente ameaçado de morte [...]. As bases do PPCAAM vão nascendo nesse período [década de 1990]. Elas vão nascendo nesse período e para dá respaldo ao conjunto de adolescentes que vai denunciando os grupos de extermínio em todo o Brasil. Porque como o Movimento era muito forte e tinha toda essa ação articulada, era construída uma pressão política nacional, mas essa pressão se traduzia nos estados e em vários Municípios, principalmente nas capitais (ESPÍRITO SANTO JÚNIOR, 2022).

O Programa foi criado ainda no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2006), mas foi instituído apenas em 2007, através do Decreto 6.231, que posteriormente foi substituído pelo Decreto 9.579, de 2018, do governo de Michel Temer (2016 – 2019). Em Pernambuco, o PPCAAM foi instituído em dezembro de 2013, a partir da Lei 15.188, de 13 de dezembro de 2013, 10 anos depois da iniciativa do governo federal, durante o segundo governo de Eduardo Campos (2011 – 2014). Não há razões para duvidar que esses governos foram influenciados pelas mobilizações da sociedade civil e de seus movimentos sociais e organizações que se articulavam para garantirem o direito à vida de crianças e adolescentes. De acordo com o Decreto 9.579, de 2018, em seu art. 3º, o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte:

Tem por finalidade proteger, em conformidade com o disposto na Lei nº 8.069, de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, crianças e adolescentes expostos a grave e iminente ameaça de morte, quando esgotados os meios convencionais, por meio da prevenção ou da repressão da ameaça (BRASIL, 2018).

Quando lemos a principal finalidade do PPCAAM não podemos deixar de lembrar do caso de Zé da Silva, que foi assassinado por denunciar as atividades de grupos de extermínio à Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o extermínio de crianças e adolescentes. Zé da Silva foi ameaçado de morte, “jurado de morte”, e passou a integrar a temida lista dos “marcados para morrer” do Esquadrão. O assassinato de Zé, assim, deve ser analisado como um dos principais motivos para a defesa de um programa que pudesse proteger as crianças e os adolescentes que denunciasses seus agressores ou os agressores de outros meninos e meninas. Nesse sentido, o PPCAAM cumpre duas funções: proteger a vidas das crianças e adolescentes e garantir sua participação ativa nas mobilizações políticas que visam denunciar crimes cometidos contra crianças e adolescentes.

Mas nos anos de 1990, período da CPI do Extermínio e do V Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, não existia nenhum tipo de proteção específica para essa parcela da população infantil ameaçada de morte. Não existia nenhum tipo de ação que mitigasse ou

impedisse a concretização do conteúdo da ameaça. Imperava a chamada “lei do silêncio”: poucos tinham coragem de testemunhar. O motivo? A iminente “sentença” de morte dada pelos grupos de extermínio. Não temos uma pesquisa indicando quantas vidas de crianças e adolescentes foram conservadas desde a instituição do PPCAAM, mas, com muita certeza, podemos indicar que ele foi um avanço e que foi fruto das mobilizações da sociedade civil que não deixou de denunciar os casos de meninos e meninas exterminados ou ameaçados de morte.

Grande parte das fontes analisadas para a escrita desse trabalho, como também a bibliografia utilizada para a fundamentação, indicavam que as vítimas das ações dos grupos de extermínio não tinham coragem para testemunhar temendo pelas suas vidas. Em alguns casos essas pessoas possuíam informações sobre os autores e a dinâmica do crime, mas prefeririam silenciar. Por isso colocar também os familiares mais próximos dentro da proteção do PPCAAM representou um avanço. Além da banalizar importância da vida humana (CRUZ-NETO & MINAYO, 1994) e de colocá-la em uma condição de “precariedade” (BUTLER, 2019a; 2019b), os grupos de extermínio buscavam silenciar. Buscavam calar os discursos daqueles e daquelas que queriam e necessitavam falar. A vida era silenciada (MNMMR; IBASE; NEV-USP, 1991).

Mas outra questão também se coloca como urgente e por isso merece a nossa atenção. Dados recentes reunidos pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e publicados em junho de 2022 no “Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022”, indicam que existem muitas armas de fogo em estoques particulares e com um agravante: muitas estão com o registro vencido. Como a própria publicação classifica: “armados e sem controle” (FBSP, 2022, p. 15). Essa questão nos é urgente, porque, como debatemos ao longo do trabalho, as armas de fogo eram o principal instrumento utilizado nos assassinatos que compunham o quadro de extermínio de crianças e adolescentes em situação de rua no Recife. Essa “corrida armamentista”, influenciada legalmente, ideologicamente e politicamente pelo presidente Jair Bolsonaro, é responsável por criar os “mundos de morte” (MBEMBE, 2018, p. 71) que são a base da “necropolítica” (Ibidem). É responsável por fomentar uma política orientada para a morte; para a destruição das vidas daqueles e daquelas considerados descartáveis:

Além disso propus a noção de necropolítica e de necropoder para dar conta das várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, as armas de fogo são dispostas com o objetivo de provocar a destruição máxima de pessoas e criar “mundos de morte”, formas únicas e novas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de “mortos-vivos” (p. 71, grifos do autor).

Em 1990, o MNMMR, o Ibase e o NEV-USP (1991), ao publicarem os resultados de pesquisa realizada entre março e agosto de 1990, que nomeia a nossa dissertação, já apontavam

para a relação entre as armas de fogo e o extermínio de meninos e de meninas em situação de rua: “Estas crianças estão sendo vítimas de um estado de guerra generalizado que se reflete na facilidade de aquisição, transporte e uso de armas de fogo” (p. 27).

Mas o governo de Jair Bolsonaro ameaça a vida das crianças e adolescentes também em outro aspecto: a desarticulação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Através do Decreto 10.003, de 04 de setembro de 2019, o Governo Federal pretendia reduzir a participação das organizações, movimentos sociais e entidades da sociedade civil no CONANDA²⁵⁵. O Conselho, por sua vez, é responsável pela gestão dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente (FNCA) e por colaborar com a construção das políticas públicas direcionada para as crianças e para os adolescentes de todo o Brasil.

Gostaríamos de mencionar que, após a nossa análise, a hipótese central do nosso trabalho parece ter sido comprovada: o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua organizou sua atuação a partir do entendimento que esses quadros de extermínio eram uma forma de limpeza social e eliminação, que aconteciam com a chancela de amplos setores sociais e com a colaboração e a omissão do Estado e de alguns dos seus agentes.

Quando levamos todas essas questões em consideração, percebemos como faz sentido o que foi postulado pelo historiador francês Marc Bloch (2002): “a própria ideia de que o passado, enquanto tal, possa ser objeto da história é absurda” (p. 52). A linha argumentativa do francês, que pode soar de forma estranha para aqueles e aquelas que não pertençam à comunidade historiadora, tem sentido: o passado não pode ser alterado. Ele já aconteceu. São as questões que são postas no presente que nos impelem e orientam no processo de compreensão dos “acontecimentos” (FARGE, 2021). Os “acontecimentos” não estão dados; não estão prontos; eles não são capazes de falarem por si mesmos; eles não são explícitos. É o trabalho do historiador que os organiza e os dá sentido. Mas o historiador, mesmo nos casos em que vivenciou os “acontecimentos”, não é capaz de desvencilhar-se das implicações do presente. Este trabalho de dissertação, que encerramos aqui, não fechado em si e nem com a pretensão de ter a última palavra em cada um dos assuntos aqui tratados, é filho do tempo da sua escrita.

²⁵⁵ O Supremo Tribunal Federal (STF), a partir do julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 622, considerou a medida inconstitucional.

6. REFERÊNCIAS

Bibliografia

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Tradução de Henrique Burigo. 2. reimp. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

AGUIAR, Flávio. Imprensa alternativa: Opinião, Movimento e Em Tempo. In.: MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tania Regina de. (Org.). **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. 3. reimp. São Paulo: Contexto, 2020.

ALBERTI, Verena. Fontes orais: Histórias dentro da História. In.: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. 3. ed. 6. reimp. São Paulo: Contexto, 2021.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da história**. Prefácio de Temístocles Cezar. São Paulo: Intermeios, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Luiz Carneiro, 2019. (Feminismos Plurais).

ALVIM, Maria Rosilene Barbosa. **Da violência contra o menor ao extermínio de crianças e adolescentes**. Rio de Janeiro: CBIA, 1991.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In.: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 11. impressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

AREND, Silvia Maria Fávero. Por uma História na Infância no Brasil: desafios e perspectivas. In.: MIRANDA, Humberto da Silva & VASCONCELOS, Maria Emília. (Org.). **História da Infância em Pernambuco**. Recife: Editora Universitária da UFPE; Editora Universitária da UFRPE, 2007.

AREND, Silvia Maria Fávero & MACEDO, Fábio. Sobre a história do tempo presente: entrevista com o historiador Henry Rousso. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 201-216, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/705>. Acesso em: 4 dez. 2022.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. Tradução de José Rubens Siqueira. 22. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARIÈS, Phillipe. **História Social da Criança e da Família**. Tradução de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: Uso e mau uso dos arquivos. In.: In.: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. 3. ed. 6. reimp. São Paulo: Contexto, 2021.

BARROS, Rosário de Pompéia Macêdo de. **Das relações políticas à racionalização das indústrias culturais: a trajetória do Sistema Jornal do Commercio de Comunicação**. 2009. 117 fls. (Dissertação) Programa de Pós-graduação em Comunicação – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, O ofício de historiador**. Prefácio de Jacques Le Goff; Apresentação à tradução brasileira de Lilia Mortiz Schwarz; Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito da história**. Organização e tradução de Adalberto Müller e Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Alameda, 2020.

BERNARDES, Denis. **Recife: o caranguejo e o viaduto**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996.

BIANCHI, Georgio. Crimes de guerra. In.: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfrancisco. **Dicionário de Política**. Tradução de João Ferreira. Revisão geral de João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998a.

BIANCHI, Georgio. Genocídio. In.: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfrancisco. **Dicionário de Política**. Tradução de João Ferreira. Revisão geral de João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998b.

BICUDO, Helio Pereira. **Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte**. São Paulo: Pontifícia Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, 1976.

BOEIRA, Daniel Alves. **CPI do Menor: infância, ditadura e políticas públicas (Brasil, 1975-1976)**. 2018. 258 fls. (Doutorado) Programa de Pós-graduação em História – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In.: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos & Abusos da História Oral**. 8. ed. 10. reimp. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. Tradução de Nildo Odalia. 2. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança: notas para uma teoria reformativa de assembleia**. Tradução de Fernanda Siqueira Miguens. Revisão técnica de Carla Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **O Clamor de Antígona: parentesco entre a vida e a morte**. Florianópolis: Editora UFSC, 2014.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?**. 6. ed. Tradução de Sérgio Lamarão & Arnaldo Marques da Silva. Revisão de tradução de Marina Vargas. Revisão técnica de Carla Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019a.

BUTLER, Judith. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Tradução de Andreas Leiber. Revisão técnica de Carla Rodrigues. Rio de Janeiro: Autêntica Editora, 2019b.

CARDOSO, Luisa Rita. Justiça com as próprias mãos: a figura do justiceiro na CPI destinada a investigar o extermínio de crianças e adolescentes. **Fênix: revista de História e Estudos Culturais**. Uberlândia, v. 17, n. 1, p. 376-396, jan. – jun. 2020. Disponível em: https://redib.org/Record/oai_articulo2936209-justi%C3%A7a-com-pr%C3%B3prias-m%C3%A3os-a-figura-do-justiceiro-na-cpi-destinada-a-investigar-o-exterm%C3%ADnio-de-crian%C3%A7as-e-adolescentes. Acesso em: 01 jul. 2020.

CARDOSO, Luisa Rita. **Uma CPI pela vida: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o extermínio de crianças e adolescentes (Brasil, 1991-1992)**. 2020. 268 fls. (Doutorado) Programa de Pós-graduação em História – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade fabril: cortiços e epidemias na corte imperial**. 4. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In.: CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 3. ed. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Revisão técnica de Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Nova edição, estabelecida e apresentada por Luce Girad. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 22. ed. Vozes: Petrópolis, 2014.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CLEMENTE, Heliwelton do Amaral. **O Grito escrito e desenhado: táticas de mobilização do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua no Recife (1988-2002)**. 2021. 164 fls. Mestrado (Programa de Pós-graduação em História) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

COIMBRA, Cecília. Cidade, Pobreza e “Classes Perigosas”. In.: COIMBRA, Cecília. **Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2001.

CRUZ-NETO, Otávio & MINAYO, Maria Cecília S. Extermínio: violentação e banalização da vida. **Cad. Saúde Públ.** Rio de Janeiro, v. 10, p. 199-212, 1994. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1994000500015>. Acesso em: 09 maio 2018.

DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? Tradução de Fernando Coelho e Silvia Maria Fávero Arend. **Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39 - 79, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/12709>. Acesso em: 30 mar. 2022.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História Oral: memória, tempo, identidades**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. (Coleção leitura, escrita e oralidade). [E-book].

DIMENSTEIN, Gilberto. **A guerra dos meninos: assassinato de menores no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Editora Brasileira, 1990.

DUARTE-PLON, Leneide. **A tortura como arma de guerra – da Argélia ao Brasil: como os militares franceses exportaram os esquadrões da morte e o terrorismo de Estado**. Prefácio de Vladimir Safatle. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

ESPÍRITO SANTO, Ana Gabriella do. **“Menores de rua, meninas da casa”**: a Casa de Passagem e as meninas em situação de rua no Recife (1989 - 1999). 2021. 179 fls. Mestrado (Programa de Pós-graduação em História) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

FARGE, Arlette. **Lugares para a História**. Tradução de Fernando Scheibe. 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. (Coleção História e Historiografia).

FICO, Carlos. **História do Brasil Contemporâneo: da morte de Vargas aos nossos dias**. 2. reimp. São Paulo: Contexto, 2019.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. Democracia genocida. In.: PINHEIRO-MACHADO, Rosana & FREIXO, Adriano de (Orgs.). **Brasil em transe: Bolsonaroismo, Nova Direita e Desdemocratização**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019. [E-book].

FOUCAULT, Michel. Poder-corpo. In.: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 28. ed. 1 ed. da Paz e Terra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. Apresentação. In.: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos & Abusos da História Oral**. 8. ed. 10. reimp. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FERREIRA, Rosa Maria Fischer. **Meninos da rua: valores e expectativas de menores marginalizados em São Paulo**. São Paulo: IBREX, 1979.

FERRO, Marc. Abertura. In.: FERRO, Marc. **História das Colonizações: das conquistas às independências (séculos XII a XX)**. Tradução de Rosa Freire D’Aguilar. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FREYRE, Gilberto. O sentido que se modificou a paisagem social do Brasil durante o século XVIII e a primeira metade do XIX. In.: FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In.: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Tradução de Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333 – 363, maio – ago., 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 out. 2021.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Questões da nossa época; 123. vol.).

GOHN, Maria da Glória. Sociedade civil no Brasil: movimentos sociais e ONG. **Nômadias**. Bogotá, n. 20, p. 140-150, abr., 2004. Disponível em: http://nomadas.ucentral.edu.co/nomadas/pdf/nomadas_20/20_12G_Sociedadecivil.pdf. Acesso em: 27 fev. 2022.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 11. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GOUVÊA, Viviane. **Extermínio: duzentos anos de um Estado genocida**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2022. [E-book].

GRANGEIA, Mario Luis. Pátria amada, não idolatrada: o Brasil no rock dos anos 1980/1990. In.: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016 – Quinta República (1985 – 2016)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. (O Brasil Republicano; 5. vol.).

GREGORI, Maria Filomena. **Viração: experiência de meninos nas ruas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

- HARTOG, François. Prefácio: Presentismo pleno ou padrão? In.: HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo.** Tradução de André Souza de Menezes *et al.* Belo Horizonte: Autêntica, 2015. (Coleção História e Historiografia).
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. O homem cordial. In.: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 27 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mario de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Moderna, 2009.
- HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos: uma história.** Tradução de Rosaura Eichenberg. Companhia das Letras, 2009.
- KOLLER, Sílvia H. & HUTZ, Cláudio S. Meninos e meninas em situação de rua: dinâmica, diversidade em definição. **Coletâneas da ANPEPP: Aplicações da Psicologia na Melhoria da Qualidade de Vida.** Rio de Janeiro, v. 01, n. 12, p. 11-34, 1996.
- LE GOFF, Jacques. **A História Nova.** Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. (Org.). **História: novas abordagens.** Tradução de Henrique Mesquita. Revisão técnica de Dirceu Lindosct e Theo Santiago. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1976.
- LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. (Org.). **História: novos objetos.** 4. ed. Tradução de Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995a.
- LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. (Org.). **História: novos problemas.** 4. ed. Tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995b.
- LONDOÑO, Fernando Torres. A origem do conceito menor. In.: PRIORE, Mery Del. **História da Criança no Brasil.** 5. ed. São Paulo: Contexto, 1998. (Caminhos da história).
- LÖWY, Michael. **O que é o cristianismo da libertação?** Religião e política na América Latina. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2016. [E-book].
- LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In.: MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tania Regina de. (Org.). **História da imprensa no Brasil.** 2. ed. 3. reimp. São Paulo: Contexto, 2020a.
- LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: História dos, nos, e por meio dos periódicos. In.: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas.** 3. ed. 6. reimp. São Paulo: Contexto, 2021.
- LUCA, Tania Regina de. **Práticas de pesquisa em História.** São Paulo: Contexto, 2020b. (História na universidade).
- MANSO, Bruno Paes. **A República das Milícias: dos esquadrões da morte à era Bolsonaro.** São Paulo: Todavia, 2020.
- MARIANO, Helvio Alexandre. O Processo de criminalização dos modos de viver de crianças e jovens nas ruas do Brasil no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. **Revista Expedições.** Goiânia, v. 6, n. 1, p. 97-108, jan. – jul., 2015. Disponível em: http://ww.revista.ueg.br/index.php/revista_geth/article/view/2532. Acesso em: 25 set. 2017.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica: Biopoder, Soberania, Estado Exceção, Política da Morte.** Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, Achille. Prólogo. In.: MBEMBE, Achille. **Sair da Grande Noite: ensaios sobre a África descolonizada**. Luanda: Edições Pedagogo; Edições Mulemba, 2014.

MIRANDA, Humberto da Silva. **25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: conquistas e desafios**. Recife: Linceu, 2015a.

MIRANDA, Humberto da Silva. A cor do abandono: as crianças em situação de rua no Recife na Ditadura Civil-Militar (1964-1985). **Revista Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 7, n. 14, p. 155 - 179, 2015b. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180307142015155>. Acesso em: 09 fev. 2022.

MIRANDA, Humberto da Silva. A Febem, o Código de Menores e a “pedagogia do trabalho” (Pernambuco, 1964 – 1985). **Projeto História**. São Paulo, n. 55, p. 45 – 77, jan. – abr., 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/25316>. Acesso em: 12 set. 2020.

MIRANDA, Humberto da Silva. Entre chegadas e partidas: do Projeto Alternativas ao Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (Brasil, década de 1980). **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais – RBHCS**. Rio Grande, v. 13, n. 25, p. 200 – 222, edição especial de 2021a. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/11998/8616>. Acesso em: 05 abr. 2021.

MIRANDA, Humberto da Silva. (Org.). **Entre ruas e praças: histórias do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua**. Recife: Gráfica Linceu, 2021b.

MIRANDA, Humberto da Silva. **Meninos, moleques, menores... faces da infância no Recife (1927 – 1937)**. 2008. 178 fls. Mestrado (Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura Regional) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

MIRANDA, Humberto da Silva. **Nos tempos das FEBEMS: memórias de infâncias perdidas (Pernambuco / 1964 – 1985)**. 2014. 348 fls. Doutorado (Programa de Pós-graduação em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

MIRANDA, Humberto da Silva. Operação Papai Noel e as crianças em situação de rua: vivências e testemunhos de infâncias perdidas (Recife - década de 1980). **Revista História Oral**. São Paulo, v. 21, n. 02, p. 31-42, 2018. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/824>. Acesso em: 01 fev. 2022.

MIRANDA, Humberto da Silva. Precisamos falar de menorismo estrutural. *Empório do Direito*. 2021c. Disponível em: <https://emporiiodireito.com.br/leitura/precisamos-falar-de-menorismo-estrutural>. Acesso em: 07 set. 2021.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de & AREND, Silvia Maria Fávero. Um norte em comum: infâncias no sul do Brasil na produção historiográfica brasileira. In.: CARDOZO, José Carlos da Silva *et al.* (Org.). **História das crianças no Brasil Meridional**. 2. ed. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2020. (Coleção Estudos Históricos Latino-americanos – EHILA). [E-book].

MOYA, Beatriz Alcubierre. De la historia de la infancia a la historia del niño como representación. In.: LIONETTI, Lucía; COSSE, Isabella; ZAPIOLA, María Carolina (Orgs.). **La historia de las infancias en América Latina**. Tandil : Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 2018. [E-book].

MÜLLER, Angélica & IEGELSKI, Francine. O Brasil e o tempo presente. In.: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016 – Quinta República (1985 – 2016)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. (O Brasil Republicano; 5. vol.).

MUNÓZ, Marta Martínez. Movimentos sociais de crianças. In.: TOMÁS, Catarina *et al.* (Ed.). **Conceitos-chave em sociologia da infância: perspectivas globais**. Braga: UMinho Editora, 2021. (Coleção Investigação/ Ciências Sociais). [E-book].

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Luiz do. Jornal do Commercio. In.: NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco/ Imprensa Universitária, 1967. (Diários do Recife – 1901/1954; vol. 3.).

NETO, David Maciel de Mello. “Esquadrão da Morte”, “Grupos de Extermínio” e os Movimentos Sociais: Mudanças em uma Categoria da “Violência Urbana”. **Revista Antropolítica**. Niterói, v. 2, n. 52, p. 322-347, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/43290#:~:text=Resumo,dos%20movimentos%20sociais%20nesse%20processo>. Acesso em: 01 set. 2022.

NICODEMOS, Alessandra. Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua: aspectos históricos e conceituais na defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais – RBHCS**. Rio Grande, v. 13, n. 25, p. 170 – 197, edição especial de 2021. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/11892#:~:text=O%20Movimento%20Nacional%20de%20Meninos,esvaziamento%20de%20seu%20potencial%20reivindicat%C3%B3rio%2C>. Acesso em: 25 fev. 2022.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário Etimológico Resumido**. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1966

OLIVEIRA, Ana Caroline Rezende de. Crime contra a humanidade. In.: MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. *et al.* (Orgs.). **Dicionário de Direitos Humanos**. Porto Alegre: Editora Fi, 2021.

PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In.: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Crianças no Brasil**. 7. ed., 4. reimp. São Paulo: Contexto, 2018.

PECHTELIDIS, Yannis. A Criança como Ator Social. In.: TOMÁS, Catarina *et al.* (Ed.). **Conceitos-chave em sociologia da infância: perspectivas globais**. Braga: UMinho Editora, 2021. (Coleção Investigação/ Ciências Sociais). [E-book].

PLATO, Alexander von. Competições entre vítimas. In.: VERENA, Alberti; FERNADES, Tânia Maria; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **História Oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000. [E-book].

PEREIRA, Wagner Pinheiro. A violência como espetáculo: o crime na televisão brasileira (1961 – 2016). In.: PRIORE, Mary Del & MÜLLER, Angélica (Org.). **História dos Crimes e da Violência no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In.: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO,

Janaína (Orgs.). **Usos & Abusos da História Oral**. 8. ed. 10. reimp. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RAMALHO, José Ricardo. Reestruturação produtiva, neoliberalismo e o mundo do trabalho no Brasil: 1990 e 2000. In.: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016 – Quinta República (1985 – 2016)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. (O Brasil Republicano; 5. vol.).

REIS, Daniel Aarão. A vida política. In.: REIS, Daniel Aarão. (Coord.). **Modernização, Ditadura e Democracia (1064 – 2010)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014a. (História do Brasil Nação: 1808 – 2010; 5. vol.).

REIS, Daniel Aarão. Introdução: As marcas do período. In.: REIS, Daniel Aarão. (Coord.). **Modernização, Ditadura e Democracia (1064 – 2010)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014b. (História do Brasil Nação: 1808 – 2010; 5. vol.).

REZENDE, Antonio Paulo. **O Recife: histórias de uma cidade**. Organização de Magdalena Almeida. 2. ed. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2005. (Coleção Malungo; 6. vol.).

REZENDE, Antonio Paulo. O Recife: os espelhos do passado e os labirintos do presente ou as tentações da memória e as inserções do desejo. **Proj. História**. São Paulo, v. 18, p. 115-166, maio 1999. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/10993/0>. Acesso em 17 nov. 2022.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François *et al.* Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RIZZINI, Irene. Crianças e adolescentes em situação de rua: sujeitos de direitos?. **Revista Serviço Social em Debate**. Carangola, v. 05, n. 01, p. 19-34, 2022. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/serv-soc-debate/article/view/6324>. Acesso em: 25 nov. 2022.

RIZZINI, Irene. **Deserdados da sociedade: os “meninos de rua” da América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1995.

RIZZINI, Irene & COUTO, Renata Mena Brasil do. População infantil e adolescente nas ruas: principais temas de pesquisa no Brasil. **Civitas**. Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 105 – 122, jan. – abr. 2019. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/30867>. Acesso em: 25 nov. 2021.

ROSEMBERG, Fúlvia. O discurso sobre crianças de rua na década de 1980. **Cad. Pesq.** São Paulo, n. 87, p. 71-81, nov., 1993.

ROSEMAN, Mark. Memória sobrevivente: verdade e inexatidão nos depoimentos sobre o Holocausto. In.: VERENA, Alberti; FERNADES, Tânia Maria; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **História Oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000. [E-book].

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe: a história, o presente e o contemporâneo**. Tradução de Fernando Coelho e Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016. [E-book].

SALES, André Luis Leite de Figueirêdo; FONTES, Flávio Fernando; YASSU, Silvio. Para (Re) Colocar um Problema: A Militância em Questão. **Temas em psicologia**. Ribeirão Preto,

v. 26, n. 02, p. 565-577, jun., 2018. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/tpsy/a/Q7WjRTKrHrns5RKsmsckLfw/abstract/?lang=pt>. Acesso em:
 14 nov. 2022.

SANTANA, John Kennedy Ribeiro de. Análise evolutiva da ocupação dos morros da cidade do Recife. In.: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 16., 2019, Vitória. **Anais Eletrônicos do XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana**. Vitória: SIMPURB – Brasil, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simpurb2019/>. Acesso em: 29 nov. 2022.

SARMENTO, Manuel Jacinto & TOMÁS, Catarina. A infância é um direito?. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**. Porto, número temático, p. 15 – 30, 2020. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/10133>. Acesso em: 15 set. 2021.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Visibilidade social e estudo da infância. In.: VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de & SARMENTO, Manuel Jacinto. (Org.). **Infância (in) visível**. Lisboa: Junqueira & Marin Editores, 2007.

SARMENTO, Manuel Jacinto & PINTO, Manuel. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In.: SARMENTO, Manuel Jacinto & PINTO, Manuel. (Coord.). **As crianças: contextos e identidades**. Braga: Universidade do Minho, 1997.

SCHWARCZ, Lilia. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARCZ, Lilia & STARLING, Heloisa. **Brasil: uma biografia**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Elton Gleyson Oliveira da. “Queremos viver e não sobreviver”: a CPI do Extermínio e o cotidiano difícil. In.: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 31., 2021, online. **Anais eletrônicos do 31º Simpósio Nacional de História**. São Paulo: ANPUH – Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.snh2021.anpuh.org/site/anais>. Acesso em: 11 mar. 2021.

SILVA, Elton Gleyson Oliveira da. “**Vidas em risco**”: o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e a CPI do Extermínio (Recife, 1991). 2020. 60 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

SILVA, Rhafic Concolato da. Produção do espaço urbano: reflexão teórica sobre o bairro periférico e popular. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. São Paulo, v. 15, n. 04, pp. 89-99, abr. 2021. Disponível em:
<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/geografia/periferico-e-popular#:~:text=os%20bairros%20se%20diferenciam%20tamb%C3%A9m,quase%20a%20extens%C3%A3o%20da%20casa>. Acesso em 13 nov. 2022.

SOARES, José de Ribamar Barreiros. **O que faz uma CPI**. 2. ed. Brasília: Edições Câmara, 2009. [E-book].

SOARES, Thiago Nunes & PINA, Silvânia de Jesus. **História de Pernambuco: novas abordagens**. Porto Alegre: Editora Fi, 2021. (Volume II: República). [E-book].

SÓFOCLES. **Antígona**. Tradução de Sueli Maria Regino. São Paulo: Martin Claret, 2014. (Coleção a obra-prima de cada autor; 325. vol.).

SOUZA, João Victor Braga de. **Para além da proteção: uma história dos conselhos tutelares no Recife (1990 – 2000)**. 2021. 170 fls. Mestrado (Programa de Pós-graduação em História) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

SOUZA, Robson Sávio Reis. Direitos Humanos no Brasil. In.: MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. *et al.* (Orgs.). **Dicionário de Direitos Humanos**. Porto Alegre: Editora Fi, 2021.

SUDBRACK, Umberto Guaspari. **Extermínio dos meninos de rua no Brasil: estudo de política criminal**. Curitiba: Editora Prismas, 2013.

SUDBRACK, Umberto Guaspari. O extermínio de meninos de rua no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 18, n. 1, p. 22-30, jan. – mar., 2004. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/index.php?men=rev&cod=5064>. Acesso em: 09 jan. 2018.

WALSH, Catherine E. Interculturalidade e Decolonialidade do Poder um pensamento e posicionamento “outro” a partir da diferença colonial. Tradução de Daniele da Silva Proença, Andrea Cristiane Kahmann e Márcia Rodrigues Bertoldi. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPel)**. Pelotas, v. 05, n. 01, p. 06-39, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/revistadireito/article/view/15002>. Acesso em: 15 maio 2021.

Documentários

A GUERRA dos meninos. Direção: Sandra Werneck. Produção: Jaime Arthur Schwart. Rio de Janeiro: Synapse Comunicação; MP2 Produções; Les Films D'Ici; Televisão Estatal Francesa FR3; Cineluz Produções Cinematográficas, 1991. Disponível na Plataforma Tamandú TV (52min). Acesso em: 17 fev. 2022.

Documentos do Poder Legislativo

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL; CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comunicação parlamentar do Deputado Roberto Franca (PSB – PE), sobre o Incompatibilidade da portaria baixada pelo Dr. Ozael Rodrigues Veloso, Juiz de Direito da Vara da Infância e da Juventude, Recife, Estado de Pernambuco, com o espírito do Estatuto da Criança e do Adolescente, de 30 agosto de 1991. Diário do Congresso Nacional, Poder Legislativo, Brasília, DF, 31 ago. 1991a. Seção 1. Acervo: Câmara dos Deputados.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL; CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Resolução no 14, de 1991, que institui a Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o extermínio das crianças e adolescentes. Brasília, DF, 21 mar. 1991b. Acervo: Câmara dos Deputados.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL; CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Regimento Interno da Câmara dos Deputados**: aprovado pela Resolução n. 17 de 1989 e alterado até a Resolução n. 35 de 2022. 23. ed. Brasília: Edições Câmara, 2022. (Série legislação; n. 2). [E-book].

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL; CÂMARA DOS DEPUTADOS. Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o extermínio de crianças e adolescentes no Brasil, aprovado em 20 de fevereiro de 1992. Suplemento B ao DCN no 69. Diário do Congresso Nacional, Poder Legislativo, Brasília, DF, 12 maio 1992. Seção 1. Acervo: Câmara dos Deputados.

Edições do “Diario de Pernambuco”

Diario de Pernambuco, Recife, ano 136, n. 295, dez. 1960. Acervo: Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional.

Diario de Pernambuco, Recife, ano 144, n. 235, out. 1968. Acervo: Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional.

Diario de Pernambuco, Recife, ano 144, n. 236, out. 1968. Acervo: Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional.

Diario de Pernambuco, Recife, ano 144, n. 297, dez. 1968. Acervo: Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional.

Diario de Pernambuco, Recife, ano 145, n. 09, jan. 1969. Acervo: Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional.

Diario de Pernambuco, Recife, ano 145, n. 24, jan. 1969. Acervo: Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional.

Diario de Pernambuco, Recife, ano 145, n. 27, fev. 1969. Acervo: Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional.

Diario de Pernambuco, Recife, ano 145, n. 29, fev. 1969. Acervo: Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional.

Diario de Pernambuco, Recife, ano 145, n. 55, mar. 1969. Acervo: Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional.

Diario de Pernambuco, Recife, ano 145, n. 169, ago. 1969. Acervo: Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional.

Diario de Pernambuco, Recife, ano 145, n. 283, dez. 1969. Acervo: Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional.

Edições do “Jornal do Commercio”

Jornal do Commercio, Recife, ano 72, n. 21, jan. 1991. Acervo: Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

Jornal do Commercio, Recife, ano 72, n. 195, jul. 1991. Acervo: Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

Jornal do Commercio, Recife, ano 72, n. 224, ago. 1991. Acervo: Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

Jornal do Commercio, Recife, ano 72, n. 239, set. 1991. Acervo: Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

Jornal do Commercio, Recife, ano 72, n. 240, set. 1991. Acervo: Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

Jornal do Commercio, Recife, ano 72, n. 241, set. 1991. Acervo: Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

Jornal do Commercio, Recife, ano 72, n. 244, set. 1991. Acervo: Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

Jornal do Commercio, Recife, ano 72, n. 251, set. 1991. Acervo: Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

Jornal do Commercio, Recife, ano 72, n. 255, set. 1991. Acervo: Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

Jornal do Commercio, Recife, ano 72, n. 257, set. 1991. Acervo: Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

Jornal do Commercio, Recife, ano 72, n. 312, nov. 1991. Acervo: Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

Edições do “O Grito dos Meninos e Meninas de Rua”

O Grito dos Meninos e Meninas de Rua, Recife, ano 01, n. 01, ago. 1988. Acervo: LAHIN.

O Grito dos Meninos e Meninas de Rua, Recife, ano 01, Edição Extra, out. 1988. Acervo: LAHIN.

O Grito dos Meninos e Meninas de Rua, Recife, ano 02, n. 05, ago. 1989. Acervo: LAHIN.

O Grito dos Meninos e Meninas de Rua, Recife, ano 02, n. 06, set. 1989. Acervo: LAHIN.

O Grito dos Meninos e Meninas de Rua, Recife, ano 02, n. 07 (Edição Extra), set. 1989. Acervo: LAHIN.

O Grito dos Meninos e Meninas de Rua, Recife, ano 02, n. 08, out. 1989. Acervo: LAHIN.

O Grito dos Meninos e Meninas de Rua, Recife, ano 03, n. 09, maio 1990. Acervo: LAHIN.

O Grito dos Meninos e Meninas de Rua, Recife, ano 03, Edição Extra, jun. 1990. Acervo: LAHIN.

O Grito dos Meninos e Meninas de Rua, Recife, ano 03, out. 1990. Acervo: LAHIN.

O Grito dos Meninos e Meninas de Rua, Recife, ano 04, n. 18, set. 1991. Acervo: LAHIN.

O Grito dos Meninos e Meninas de Rua, Recife, ano 05, n. 20, jun. 1992. Acervo: LAHIN.

O Grito dos Meninos e Meninas de Rua, Recife, ano 05, Edição Extra, ago. 1992. Acervo: LAHIN.

O Grito dos Meninos e Meninas de Rua, Recife, ano 05, n. 21, out. 1992. Acervo: LAHIN.

O Grito dos Meninos e Meninas de Rua, Recife, ano 05, n. 22, nov. 1992. Acervo: LAHIN.

O Grito dos Meninos e Meninas de Rua, Recife, ano 06, Edição Extra, maio. 1993. Acervo: LAHIN.

O Grito dos Meninos e Meninas de Rua, Recife, ano 06, n. 23, set. 1993. Acervo: LAHIN.

O Grito dos Meninos e Meninas de Rua, Recife, ano 06, Edição Formativa, nov. 1993. Acervo: LAHIN.

O Grito dos Meninos e Meninas de Rua, Recife, ano 06, n. 25, dez. 1993. Acervo: LAHIN.

O Grito dos Meninos e Meninas de Rua, Recife, ano 07, n. 26, maio 1994. Acervo: LAHIN.

O Grito dos Meninos e Meninas de Rua, Recife, ano 07, n. 27, ago. 1994. Acervo: LAHIN.

O Grito dos Meninos e Meninas de Rua, Recife, ano 07, n. 28, out. 1994. Acervo: LAHIN.

- O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, ano 08, n. 30, jun. 1995. Acervo: LAHIN.
- O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, ano 08, n. 31, ago. 1995. Acervo: LAHIN.
- O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, ano 08, Edição Extra, set. 1995. Acervo: LAHIN.
- O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, ano 08, n. 33, nov. 1995. Acervo: LAHIN.
- O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, ano 09, maio 1996. Acervo: LAHIN.
- O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, ano 09, jul. 1996. Acervo: LAHIN.
- O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, ano 09, n. 35, set. 1996. Acervo: LAHIN.
- O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, ano 09, n. 36, out. 1996. Acervo: LAHIN.
- O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, ano 10, n. 37, mar. 1997. Acervo: LAHIN.
- O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, ano 10, n. 38, maio 1997. Acervo: LAHIN.
- O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, ano 10, n. 39, ago. 1997. Acervo: LAHIN.
- O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, ano 10, Edição Extra, out. 1997. Acervo: LAHIN.
- O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, ano 10, n. 40, dez. 1997. Acervo: LAHIN.
- O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, ano 11, n. 41, abr. 1998. Acervo: LAHIN.
- O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, ano 11, n. 43, ago. 1998. Acervo: LAHIN.
- O Grito dos Meninos e Meninas de Rua**, Recife, ano 11, n. 44, nov. 1998. Acervo: LAHIN.

Entrevistas temáticas

ESPIRÍTO SANTO JÚNIOR, João Batista do. Depoimento [mar. 2022]. Entrevistador: Elton Gleyson Oliveira da Silva. Recife: UFRPE, 2022. Realizada a partir de videochamada. 1 arquivo no formato MP4 (66min40s). Entrevista temática concedida para a pesquisa sobre o extermínio de crianças e adolescentes em situação de rua.

JANSSEN, Helena Silva. Depoimento [mar. 2022]. Entrevistador: Elton Gleyson Oliveira da Silva. Recife: UFRPE, 2022. Realizada a partir de videochamada. 1 arquivo no formato MP4 (48min53s). Entrevista temática concedida para a pesquisa sobre o extermínio de crianças e adolescentes em situação de rua.

NASCIMENTO, Maria de Lourdes Silva do. Depoimento [mar. 2022]. Entrevistador: Elton Gleyson Oliveira da Silva. Recife: UFRPE, 2022. Realizada a partir de videochamada. 1 arquivo no formato MP4 (60min7s). Entrevista temática concedida para a pesquisa sobre o extermínio de crianças e adolescentes em situação de rua.

Legislação

ESTADO DE PERNAMBUCO. Lei nº 15.188, de 12 de dezembro de 2013, institui o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte no Estado de Pernambuco - PPCAAM/PE. Disponível em:

<https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=1&numero=15188&complemento=0&ano=2013&tipo=&url=>. Acesso em 17 jun. 2022.

RECIFE; CÂMARA MUNICIPAL. Projeto de Lei Ordinário nº 23, de 11 de janeiro de 2022, dispõe sobre a vedação do emprego de técnicas de arquitetura hostil em espaços livres de uso público, no Município de Recife - Lei Padre Júlio Lancelotti. Disponível em: https://e-processo.recife.pe.leg.br/consultas/materia/materia_mostrar_proc?cod_materia=MTE5NDk2. Acesso em: 05 dez. 2022.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Decreto nº 40, de 15 de fevereiro de 1991, promulga a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0040.htm#:~:text=D0040&text=DECRETO%20No%2040%2C%20DE,Penas%20Cru%2C%20A9is%2C%20Desumanos%20ou%20Degradantes. Acesso em: 29 abr. 2022.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992, promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm#:~:text=setembro%20de%201992%3B-,Considerando%20que%20a%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20Americana%20sobre%20Dreitos%20Humanos%20\(Pacto%20de,Art](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm#:~:text=setembro%20de%201992%3B-,Considerando%20que%20a%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20Americana%20sobre%20Dreitos%20Humanos%20(Pacto%20de,Art). Acesso em: 29 abr. 2022.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Decreto nº 4.388, de 25 de setembro de 2002, promulga o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4388.htm. Acesso em: 29 abr. 2022.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Decreto nº 6.231, de 11 de outubro de 2007, institui o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - PPCAAM. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6231.htm. Acesso em: 16 jun. 2022.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9579.htm#art126. Acesso em: 16 jun. 2022.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Decreto nº 10.003, de 4 de setembro de 2019, altera o Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, para dispor sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10003.htm. Acesso em: 01 jul. 2022.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990, promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm. Acesso em: 05 dez. 2022.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Lei nº 8.930, de 06 de setembro de 1994, dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras

providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18930.htm. Acesso em: 23 set. 2022.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Senado Federal, Brasília, DF, 2016a.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão n. 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais n. 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Senado Federal, Brasília, DF, 2016b.

Panfletos, pesquisas e relatórios produzidos pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua

MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA. Programação da IX Assembleia Nacional. Brasília, MNMMR, s.d.. Acervo: LAHIN.

MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA. Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (1985 – 2000): 15 anos promovendo a cidadania das crianças e dos adolescentes do Brasil. Brasília: MNMMR, s.d.. Acervo: LAHIN.

MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA. Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (Brasil). Brasília: MNMMR, s.d.. Acervo: LAHIN.

MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA – PERNAMBUCO. Centro de Formação – Polo III. Recife: MNMMR-PE, s.d.. Acervo: LAHIN.

MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA – PERNAMBUCO. **Organização de meninos e meninas de rua: a arte de educar para a vida.** Recife: MNMMR – PE, 2002.

MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA – PERNAMBUCO & SAVE THE CHILDREN BRASIL. **Diga aí, menino! Fala aí, menina!:** as atividades, pensamentos e sugestões dos meninos e meninas de rua nos encontros intermunicipais, regional Nordeste e nos núcleos de base. [s.l.]: MNMMR-PE; Save The Children Brasil, 1996.

MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA. Relatório do V Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua: Queremos viver e não sobreviver. Brasília: MNMMR, s.d.. Acervo: LAHIN.

MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA. Teses e propostas (1990 – 1992). Brasília: MNMMR, s.d.. Acervo: LAHIN.

MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA; INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS; NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Vidas em risco:** assassinatos de crianças e adolescentes no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: MNMMR; IBASE; NEV-USP, 1991.

Pesquisas e relatórios

CELESTE, Dália & JATOBÁ, Edna. Pernambuco: onde os mais jovens não têm vez. In.: RAMOS, Silvia *et al.* (Coord.). **A vida resiste:** além dos dados da violência. Rio de Janeiro: CESeC, 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. Rio de Janeiro: FBSP, 2022.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA & FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil**. Rio de Janeiro: UNICEF; FBSP, 2021.

REDE DE OBSERVATÓRIOS DE SEGURANÇA. **Infância interrompida: números da violência contra crianças e adolescentes**. Rio de Janeiro: CESeC, 2021.

Notícia

MICHAEL Jackson pede punição aos responsáveis pela chacina da Candelária (Jornal Nacional). TV Globo, 1993. 1 vídeo (1min). Publicado no espaço do Jornal Nacional na plataforma Globoplay. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2704599/programa/?s=0s>. Acesso em: 27 fev. 2022.

Reportagem

A SANGUE frio. TV Viva/ Centro de Cultura Luiz Freire, 1989. 1 vídeo (15min 25s). Publicado pelo canal TV Viva. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cMqqdLjaqIE>. Acesso em: 12 nov. 2021.

Revista

Revista Veja, São Paulo, ano 24, n. 22, Ed. 1184, 29 maio 1991. Acervo: Acervo Digital Revista Veja.

Site

O QUE é genocídio? Enciclopédia do Holocausto do Museu do Holocausto dos Estados Unidos da América. s.d. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/what-is-genocide?series=117>. Acesso em: 10 abr. 2023.

Software

Desenvolvimento Humano no Recife – Atlas Municipal (2005).

7. APÊNDICES

7.1. Apêndice I – Levantamento dos casos de extermínio noticiados pelo jornal “O Grito dos Meninos e Meninas de Rua” (1988 – 1998)

Dia/mês/ano da morte	Nome	Idade	Cor ou raça	Local da morte	Circunstâncias da morte	Instrumento da morte/ causa da morte	Observações
24/06/1988	Gilson	17	-	Peixinhos (Olinda)	Motorista de ônibus fecha a porta e não permite a sua entrada; segue viagem na porta e é atingido na cabeça por um poste.	-	-
24/06/1988	Eliézio	14	-	Peixinhos (Olinda)	Motorista de ônibus fecha a porta e não permite a sua entrada; é atingido na cabeça por um poste.	-	-
?/?/1988	Luciano	13	-	Recife	Desaparecido após um policial da delegacia de menores o ter levado para o Centro de Abastecimento e Logística de Pernambuco.	-	-
15/07/1989	Alexandre	c. 14	-	Estação Velha de Prazeres (Jaboatão dos Guararapes)	-	Arma de fogo	-
13/07/1989	Ferrugem	10	-	Avenida Dantas Barreto (Santo Antônio - Recife)	Fuga após um furto; cai e tem a cabeça atingida pelo pneu de um ônibus elétrico.	Atropelamento	-
?/?/1989	Severino (Pita)	16	-	-	Encontrado em um cemitério clandestino, localziado em Prazeres (Jaboatão dos Guararapes)	Arma de fogo	-
?/?/1989	(sexo masculino)	16 ou 17	-	-	Encontrado em um cemitério	Arma de fogo	-

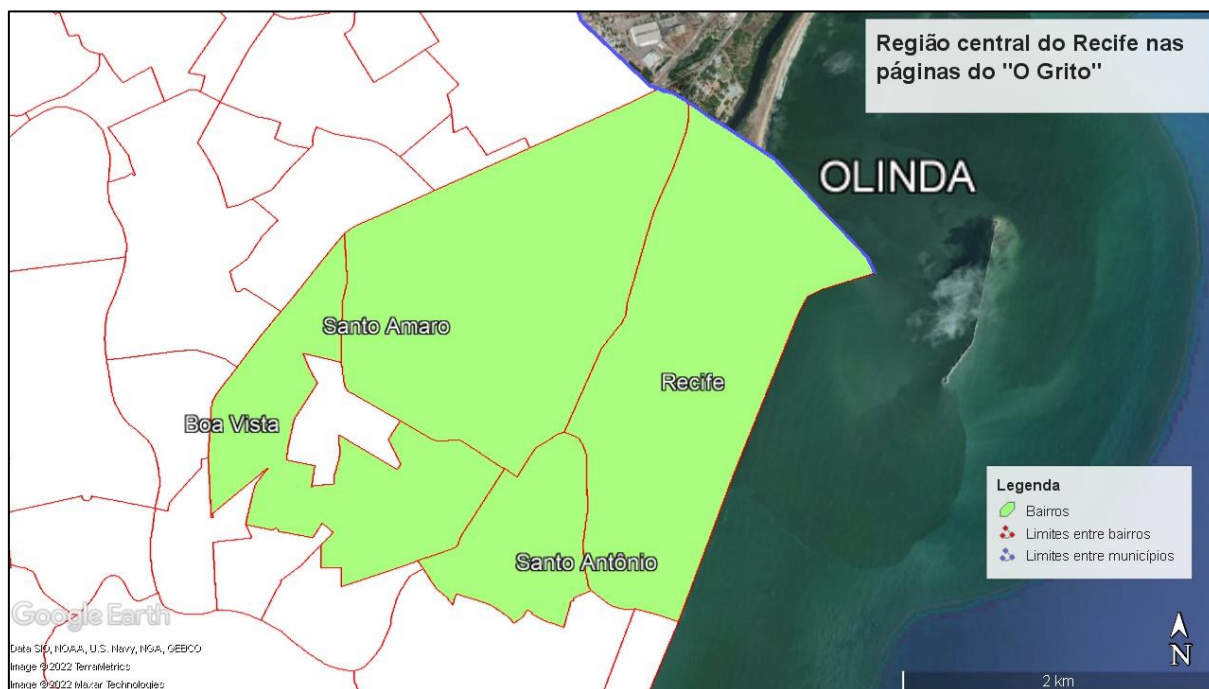
					clandestino, localizado em Prazeres (Jaboatão dos Guararapes)		
09/09/1989	Memeco	17	-	Olinda	Morte decorrente de disparo de arma de fogo nos olhos	Arma de fogo	-
13/10/1989	Luis Adriano	16	-	Recife	Sequestrado pela polícia	-	-
-	Dé	-	-	-	-	-	-
-	Batata	-	-	-	-	-	-
-	Valéria	-	-	-	-	-	-
-	Nonnato	-	-	-	-	-	-
-	Pingo	-	-	-	-	-	-
?/?/1990	(sexo masculino)	-	-	Peixinhos (Olinda)	Morto ao tentar colher frutas.	Arma de fogo	-
29/05/1990	João Batista	13	-	Ponte da Boa Vista (Boa Vista/ Santo Antônio - Recife)	É atirado no rio Capibaribe.	Afogamento	-
17/08/1990	Edson Wanderley do Nascimento (Edinho)	17	-	Rua da União (Boa Vista - Recife)	É atingido por um tijolo enquanto dormia embaixo de uma marquise.	-	-
12/07/1991	Marinaldo de Brito	-	-	Recife/ Ponte de Cavalheiro (Jaboatão dos Guararapes)	-	Provavelmente arma de fogo	-
12/07/1991	Janduir José de Monte	-	-	-	-	Provavelmente arma de fogo	-
13/09/1991	Fabiano	12	-	Avenida João de Barros (Espinheiro - Recife)	É atingido com disparos de arma de fogo nos olhos e no peito enquanto dormia em frente à um supermercado.	Arma de fogo	-
?/?/1992	Cristiano	-	-	Rua do Giriquiti (Boa Vista - Recife)	Morto em uma casa abandonada com disparos de arma de fogo na cabeça e com pedras na garganta.	Arma de fogo	-
28/07/1993	Marconi Tavares	17 (ou 18)	-	Ilha do Maruim (Olinda)	Foi morto, dentro da sua casa, por	Arma de fogo	-

					disparos de arma de fogo enquanto assistia televisão. Estava ameaçado de morte por um agente policial.		
06/11/1993	André	-	-	Recife	Motorista de ônibus atingiu a sua cabeça.	Atropelamento	-
28/08/1994	Sidney	15	-	Campina do Barreto (Recife)	Morto com disparos de arma de fogo ao tentar defender o pai que estava sendo espancado por membros de um grupo de extermínio.	Arma de fogo	-
? / ? / 1996	Biu	-	-	-	Desapareceu após ser preso/ apreendido	-	-
? / ? / 1996	Lúcio	-	-	-	Assassinado na frente da sua casa.	Arma de fogo	-
? / 04 / 1996	?	18	-	Peixinhos (Olinda)	Provavelmente atingido por integrantes de grupo de extermínio com disparos de armas de fogo.	Provavelmente com arma de fogo	Classifica como adolescente
22/06/1996	Valteci	16	-	Praça da Preguiça (Olinda)	Ao tentar furtar um relógio e fugir, cai, e, então, é atingido na cabeça por um disparo de arma de fogo.	Arma de fogo	-
-	José da Silva	-	-	-	Provavelmente assassinado por grupo de extermínio.	Provavelmente arma de fogo.	-
-	Edson	-	-	-	Provavelmente assassinado por grupo de extermínio.	Provavelmente arma de fogo	-
06/10/1996	Memé	-	-	Praça do Carmo (Olinda)	Atingido com disparos de arma de fogo.	Arma de fogo	-
? / 03 / 1997	Severino (Pequeno)	16	-	Igarassu	Homicídio com características de execução.	Arma de fogo	-

? / 07/1997	(sexo masculino)	-	Preta	-	Encontrado no rio Capibaribe (próximo à Assembleia Legislativa de Pernambuco, Recife – Boa Vista) com um disparo de arma de fogo no peito.	Arma de fogo ou afogamento	-
? /07/1997	Alessandro	-	-	Boa Viagem (Recife)	-	Provavelmente arma de fogo	-
? /07/1997	Mô	-	-	Avenida Rio Branco (Recife - Recife)	-	Provavelmente arma de fogo	-
? /07/1997	Cristiano	-	-	Praça Maciel Pinheiro (Boa Vista - Recife)	-	Provavelmente arma de fogo	-
? /? /1997	-	-	-	Jardim Brasil (Olinda)	Crime associado a um grupo de extermínio	Arma de fogo	-
1997	-	-	-	Boa Viagem (Recife)	-	-	Denúncia a alta frequência de assassinatos no bairro
1997	-	-	-	Campina Barreto (Recife)	-	-	Denúncia a alta frequência de assassinatos no bairro
1997	-	-	-	Guabiraba (Recife)	-	-	Denúncia a alta frequência de assassinatos no bairro
1997	-	-	-	Nova Descoberta (Recife)	-	-	Denúncia a alta frequência de assassinatos no bairro
16/07/1998	Mike	17	-	Peixinhos (Olinda ou Recife)	-	Provavelmente arma de fogo	-
1998	-	-	-	Boa Viagem (Recife)	-	-	Denúncia a alta frequência de assassinatos no bairro

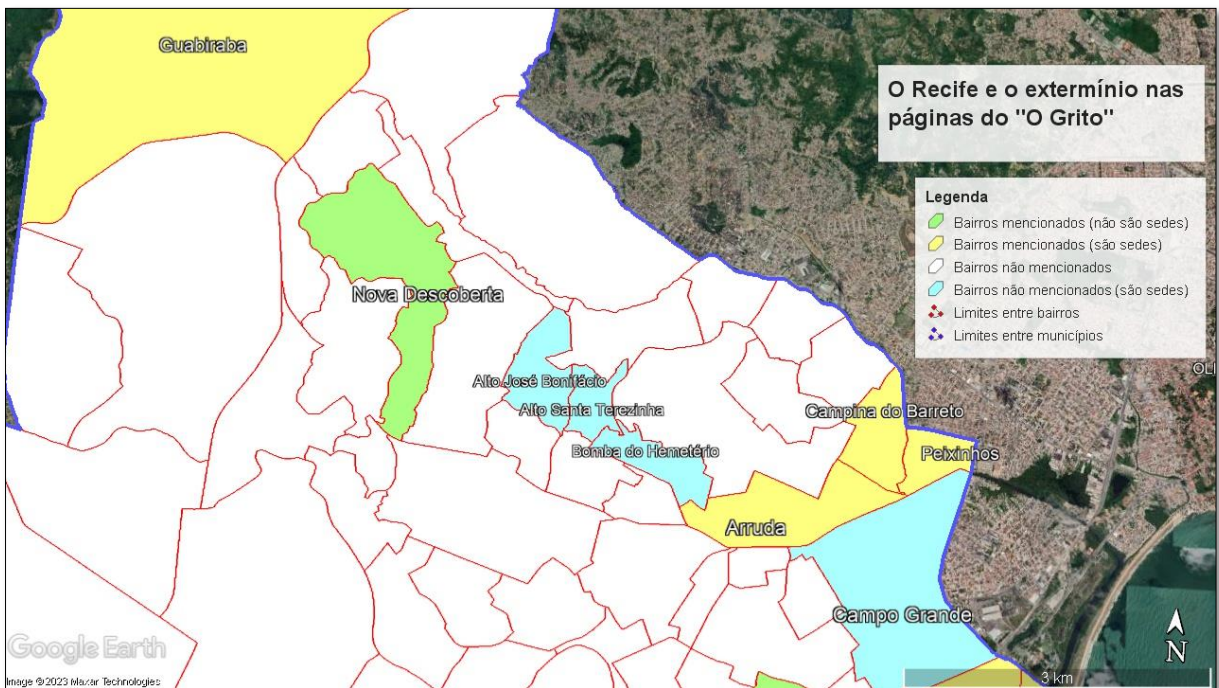
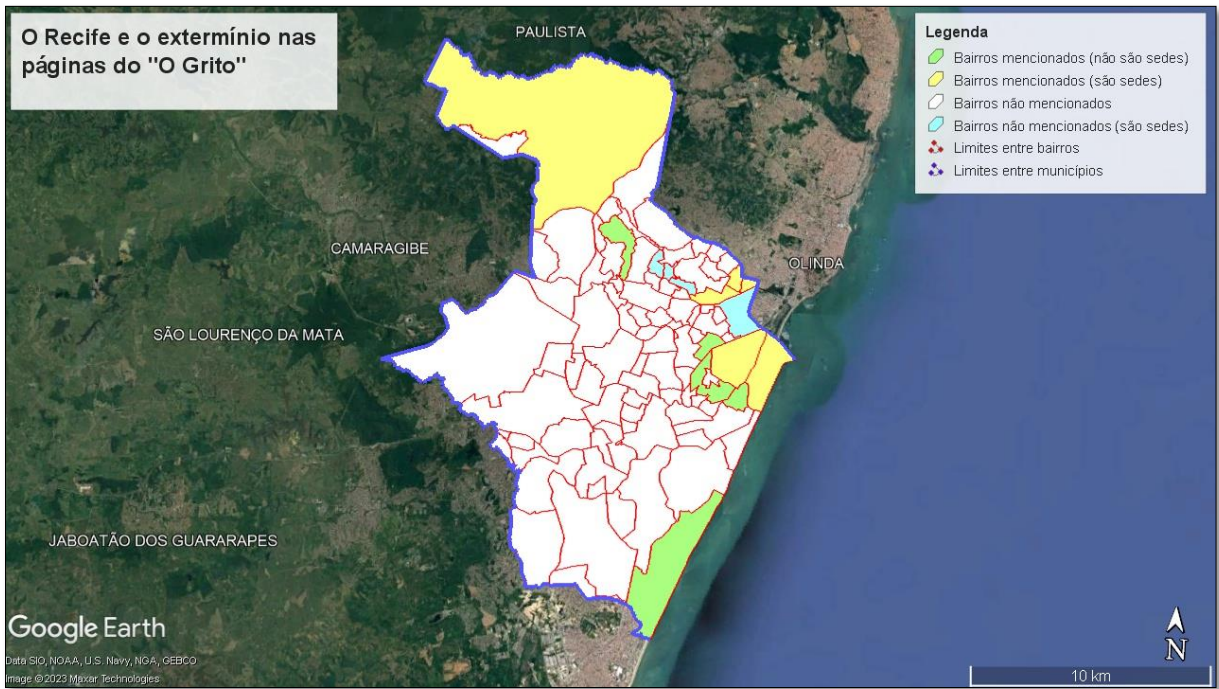
Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir de edições do jornal “O Grito”.

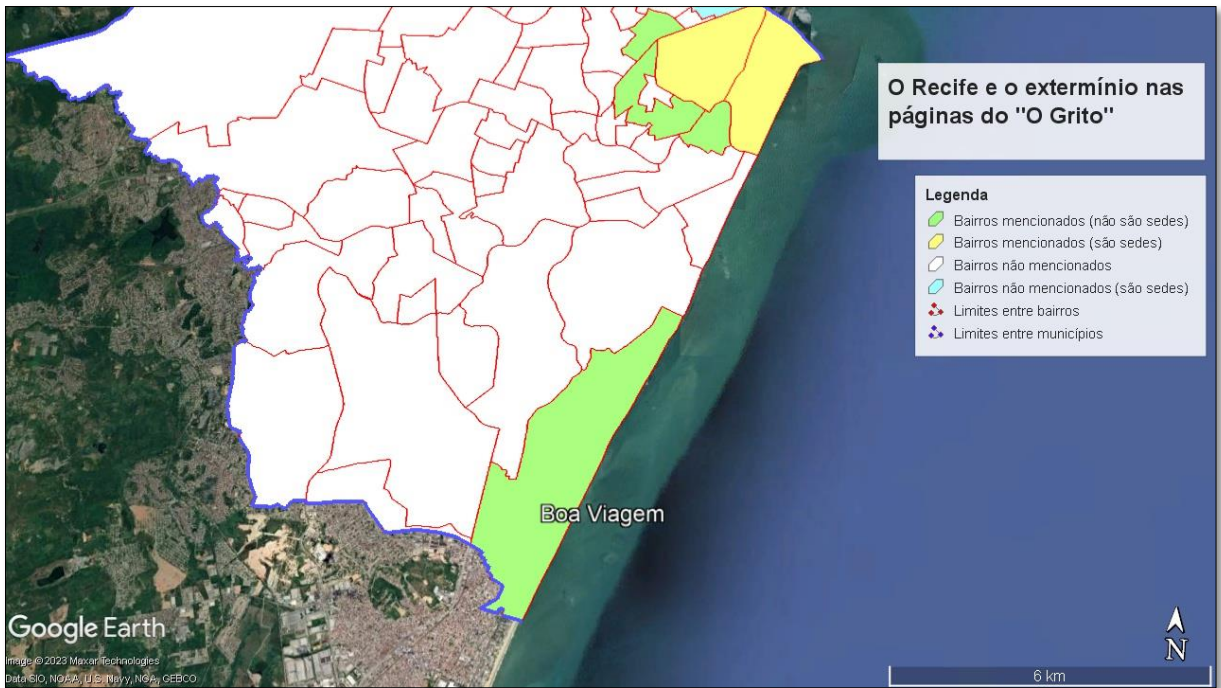
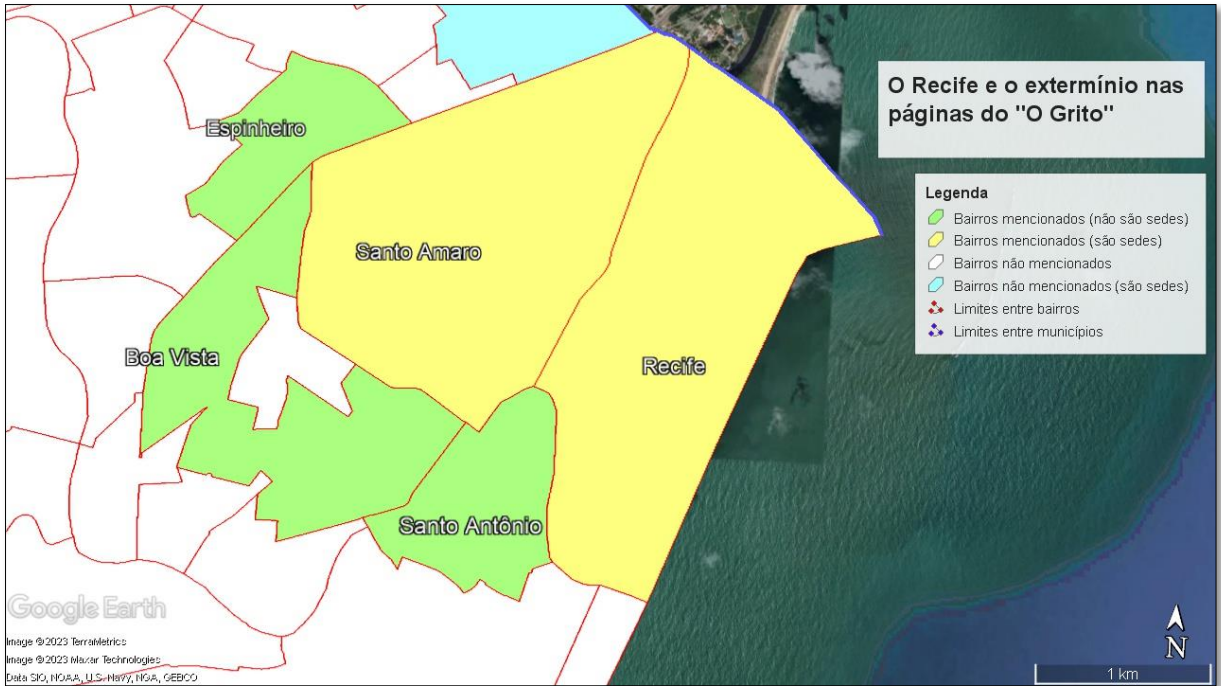
7.2. Apêndice II – Mapa dos bairros que compõem a região central do Recife



Fonte: Mapa elaborado pelo autor a partir de informações do jornal "O Grito".

7.3. Apêndice III – Relação entre a localização dos núcleos de base e as denúncias dos casos de extermínio (1988 – 1991)





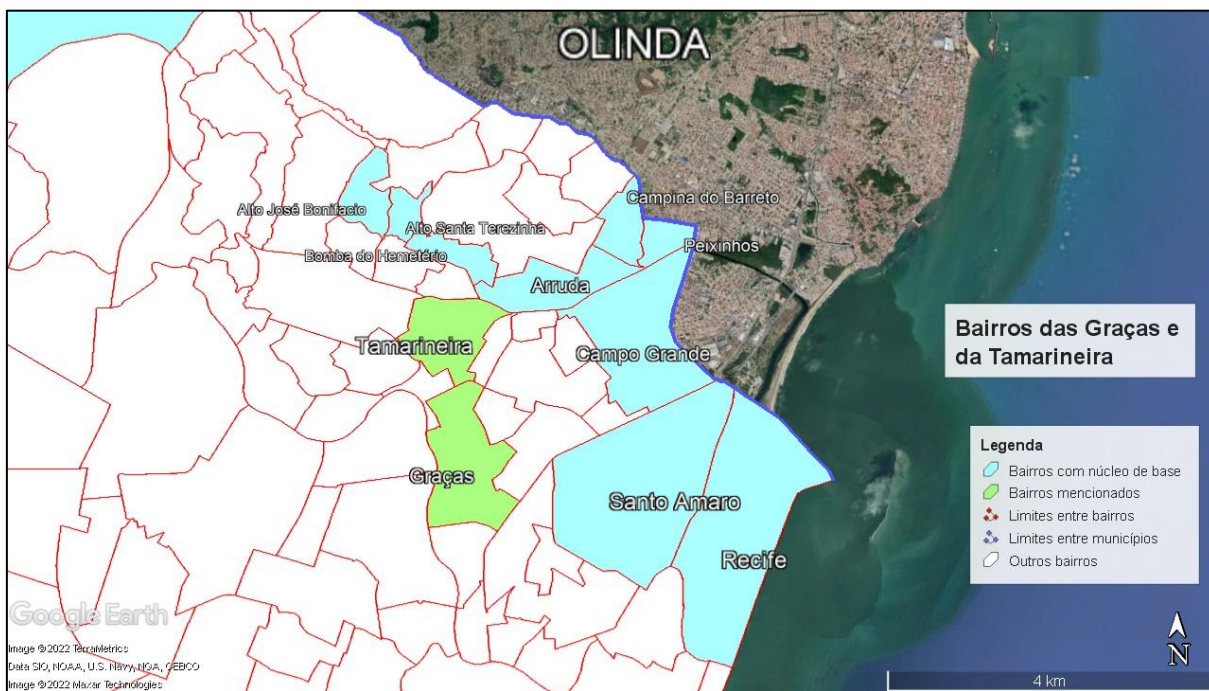
Fonte: Mapas elaborados pelo autor a partir de informações de Heliwelton Clemente (2021) e do jornal "O Grito".

7.4. Apêndice IV – Informações socioeconômicas dos bairros recifenses mencionados nos casos de extermínio de meninos e meninas em situação de rua (1991)

Bairro	População	Domicílios sem água encanada (%)	Domicílios sem instalação sanitária (%)	Domicílios sem serviço de coleta de lixo (%)	Média de moradores por domicílio	Renda médias dos responsáveis (provavelmente em Cruzeiros)
Arruda	12.212	12,58	11,3	11,91	5,01	582,92
Boa Viagem	88.289	9,76	4,08	8,05	4,63	2.586,95
Boa Vista	17.059	0,74	0,27	0,24	4,01	1.579,03
Campina do Barreto	7.331	20,43	11,17	30,47	5,39	332,57
Espinheiro	8.491	4,93	4,12	6,2	4,56	2.524,62
Guabiraba	4.940	37,86	23,94	61,61	5,87	327,9
Nova Descoberta	36.697	42,67	5,27	16,01	5,82	228,85
Peixinhos	3.891	19,05	14,12	32,11	5,61	158,8
Recife	565	68,98	68,18	70,59	4,94	301,42
Santo Amaro	30.095	31,1	19,31	19,28	5,30	673,88
Santo Antônio	424	0,66	0	0	3,11	876,13

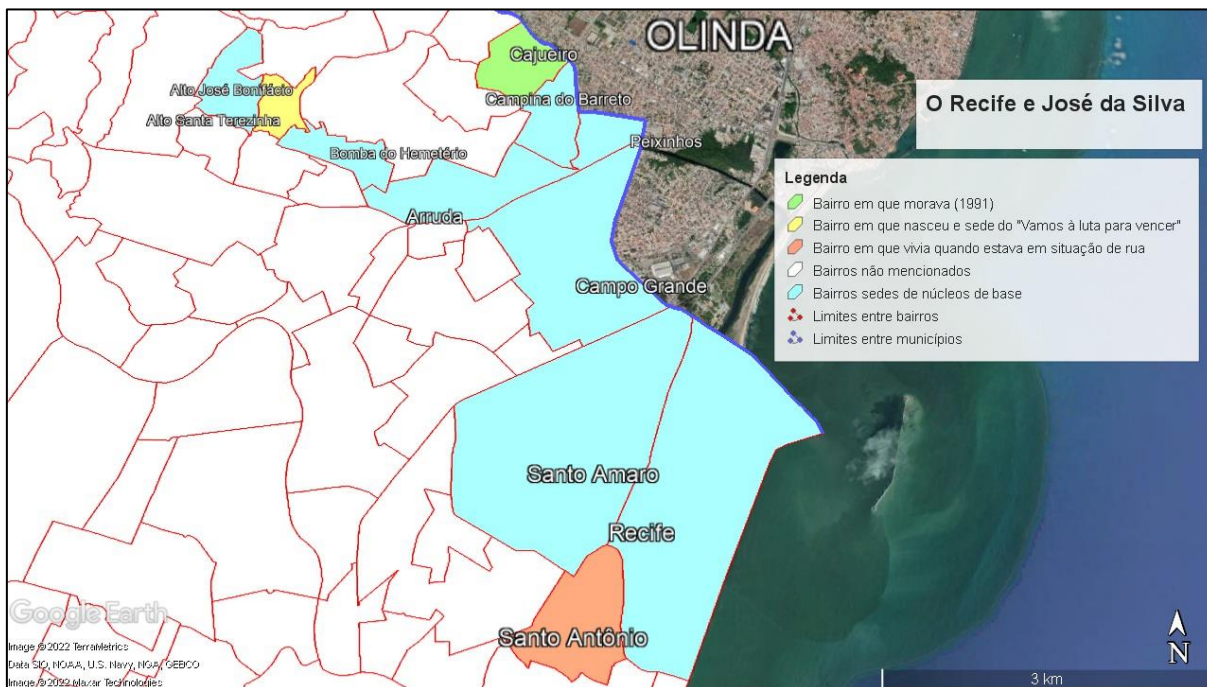
Fonte: Tabela construída pelo autor a partir das informações disponíveis no *software* Atlas do Desenvolvimento Humano do Recife.

7.5. Apêndice V – Relação entre os bairros das Graças e da Tamarineira e a localização dos bairros que são sedes de núcleos de base



Fonte: Mapa elaborado pelo autor a partir de informações de Heliwelton Clemente (2021) e do jornal "O Grito".

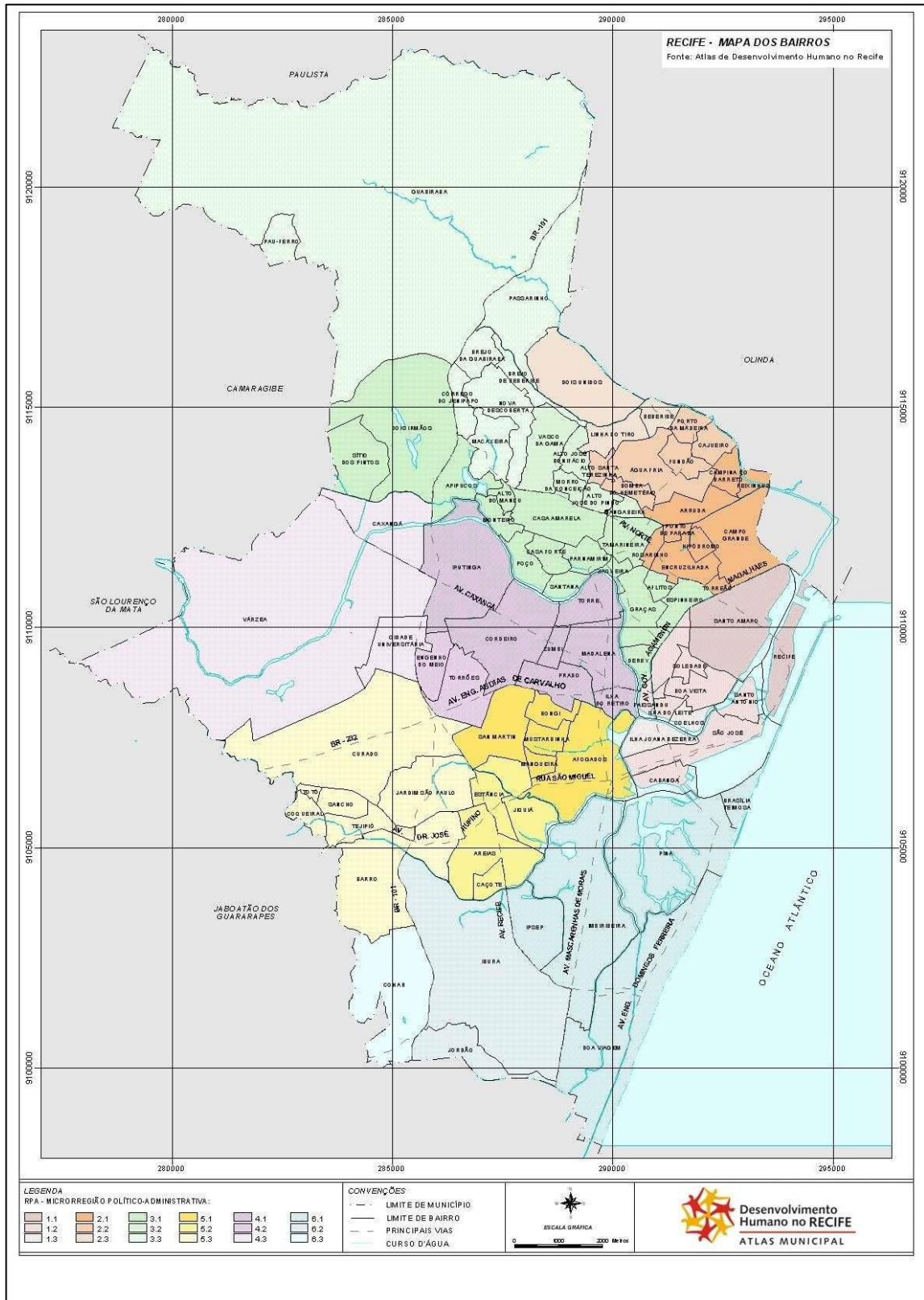
7.6. Apêndice VI – Bairros ligados à trajetória de vida de José da Silva



Fonte: Mapa elaborado pelo autor a partir de informações de Costa (1992), de Clemente (2021), de Janssen (2022) e de Nascimento (2022).

8. ANEXOS

8.1. Anexo I – Recife: localização da Região Político Administrativa I (RPA1)



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Recife (2005).